



REVISTA LUSÓFONA
DE ESTUDOS culturAIS



2013
Volume I
02



Estudos
culturAIS
Programa Doutoral | Universidade de Aveiro

Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies
V. 1, n. 2

ISSN
2183-0886

Data de publicação | Date of publication
Dezembro, 2013

Periodicidade | Periodicity
Semestral

Local | Location
Portugal

Edição | Publisher
Universidade do Minho e Universidade de Aveiro | University of Minho and
University of Aveiro

Diretores | Directors
Moisés de Lemos Martins
Maria Manuel Baptista

Editores | Editors
David Callahan
Rosa Cabecinhas

Secretariado editorial | Editorial Secretary
Belmira Coutinho

Capa | Cover
Maria Joana Pereira

A revista utiliza o Sistema Electrónico de Edição de Revistas (OJS 2.4.2.0), sistema de código livre para a administração e a publicação de revistas desenvolvido, com suporte, e distribuído gratuitamente pelo [Public Knowledge Project](#) sob a licença GNU General Public License.

This journal uses Open Journal Systems 2.4.2.0, which is open source journal management and publishing software developed, supported, and freely distributed by the Public Knowledge Project under the GNU General Public License.

Índice | Index

O ENCONTRO ENTRE O ÓCIO E A CULTURA: Reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação empírica

Manuel Cuenca, Macarena Cuenca 4-27

LEISURE STUDIES AND CULTURE: Reflections on Creative Leisure from an Empirical Research Perspective

Manuel Cuenca, Macarena Cuenca 28-48

NOVOS DESAFIOS PARA A INVESTIGAÇÃO SOBRE CULTURA: Prioridades de investigação no domínio cultural da EU

Cristina Ortega, Isabel Verdet Peris 49-69

NEW CHALLENGES IN RESEARCH ON CULTURE: Research priorities in the cultural field of the EU

Cristina Ortega, Isabel Verdet Peris 70-89

O LAZER E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS CONTEMPORÂNEAS

Dilma Brasileiro 90-108

LEISURE AND SOCIAL TRANSFORMATIONS From modern times to postmodernity

Dilma Brasileiro 109-125

LAZER E TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO NA ESCALA HUMANA

Luzia Neide Coriolano 126-141

LEISURE AND TOURISM FOR DEVELOPMENT ON HUMAN SCALE

Luzia Neide Coriolano 142-154

ÓCIO AO LONGO DA VIDA: As potencialidades dos itinerários de ócio para a promoção do desenvolvimento humano

*Maria Jesus Monteagudo, Jaime Cuenca, Fernando Bayón,
Douglas A. Kleiber* 155-172

ÓCIO, TEMPORALIDADE E EXISTÊNCIA: uma leitura à luz da fenomenologia e hermenêutica heideggerianas	
<i>Maria Manuel Baptista</i>	173-182
LEISURE, TEMPORALITY AND EXISTENCE: a reading in the light of Heideggerian phenomenology and hermeneutics	
<i>Maria Manuel Baptista</i>	183-192
A PASSAGEM DA TOCHA OLÍMPICA: Ativação de Discursos Cidadãos-Consumidores	
<i>David McGillivray, Matthew Frew</i>	193-213
THE OLYMPIC TORCH RELAY: Activating Citizen-Consumer Discourses	
<i>David McGillivray, Matthew Frew</i>	214-233
USOS DO ESPAÇO, LIBERDADES E CONSTRANGIMENTOS: São Paulo, Cidade Limpa: estudo de caso	
<i>Helena Pires</i>	234-248
USES OF SPACE, FREEDOMS AND CONSTRAINTS: São Paulo, Clean City: a case study	
<i>Helena Pires</i>	249-263
AS VIDAS BRACERO E A FALTA DE ÓCIO NO “TEMPO LIVRE”	
<i>Nicole Guidotti-Hernández</i>	264-274
BRACERO LIVES AND THE LACK OF IDLENESS IN “FREE TIME”	
<i>Nicole Guidotti-Hernández</i>	275-285
A ACELERAÇÃO CONTEMPORÂNEA COMO DEMARCADORA DOS ESTILOS E DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO ENTRE PROFISSIONAIS DE SAÚDE	
<i>Clerton Martins, Maria Gorety Pereira, Adriana Alencar Pinheiro</i>	286-302
THE CONTEMPORARY ACCELERATION AS DEMARCATION OF STYLES AND QUALITY OF WORKING LIFE AMONG HEALTHCARE PROFESSIONALS	
<i>Clerton Martins, Maria Gorety Pereira, Adriana Alencar Pinheiro</i>	303-318

“NADA PARA FAZER”: nova(s) epistemologia(s) do tempo social

Emília Araújo, Eduardo Duque, Mónica Franch

319-332

“HAVING NOTHING TO DO”: New epistemologies to understand contemporary social times

Emília Araújo, Eduardo Duque, Mónica Franch

333-345

O ENCONTRO ENTRE O ÓCIO E A CULTURA **Reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação** **empírica***

Manuel Cuenca Cabeza

Universidade de Deusto, Espanha

Macarena Cuenca Amigo

Universidade de Deusto, Espanha

Resumo: O ócio é um setor significativo pela sua importância económica e a sua incidência no bem-estar ou nos estilos de vida atuais. O desfrute da cultura, como decisão pessoal do sujeito que a experiencia, também é considerado ócio; mas nem a cultura como facto humano é toda ócio, nem o ócio é toda cultura. O artigo estuda o encontro entre ambos os conceitos a partir da ideia de ócio criativo e os dados que são obtidos da investigação empírica. Desde um ponto de vista humanista, a relação ócio-cultura tem um dos seus grandes referentes no ócio criativo, que vem a ser a realização atual do conceito de ócio herdado da cultura clássica. O desenvolvimento do tema é baseado na análise do estudo sobre Atividades Culturais em Espanha 2010-11 e de dados referidos em duas investigações concretas, realizadas no Instituto de Estudos de Ócio da Universidade de Deusto, Bilbao (Espanha): uma sobre as práticas e experiências de ócio na Região Autónoma do País Basco e outra focada na Experiência de Ócio em pessoas que praticam um ócio consolidado. Entre as conclusões destaca-se o desequilíbrio que existe entre a cultura da receção e a sua vertente criativa, pelo que se torna necessário diferenciar entre práticas de ócio associadas a uma visão ampla do ócio humanista, e práticas culturais, cujo significado se tem vindo a reduzir ao consumo das chamadas indústrias culturais. Mesmo assim, é evidente que há um amplo leque de confluência e, em ambos os casos, é possível diferenciar as duas vertentes, criação e recreação, como âmbitos diferenciados da mesma realidade.

Palavras-chave: Ócio, cultura, ócio criativo, consumo cultural, ócio culturado.

Num momento em que não se fala de outra coisa que não seja a crise ou o aumento do desemprego, abordar o “encontro entre ócio e cultura” situa-nos num contexto que poderia pensar-se de outra galáxia, mas que, no entanto, tem especial importância na atualidade. Isto é assim porque tanto o ócio como a cultura fazem referência não só a nichos de emprego relevantes, mas também porque são âmbitos de experiências associadas à felicidade. Por tudo isto pode dizer-se que, nos momentos que vivemos, tanto o ócio como a cultura têm um valor indiscutível e nos abrem a horizontes esperançosos, cheios de possibilidades. Nas seguintes páginas, tentaremos explicar estas noções.

* **Tradução:** Andrei Manoliu e Maria Elena Ortiz
Revisão: Silvana Costa

O encontro entre ócio e cultura

O ócio é um conceito e um setor significativo na nossa sociedade tanto pela sua importância económica como pela sua incidência nos estilos de vida atuais e a qualidade de vida pessoal e social. Iratxe Arístegui e Mará Silvestre (2012), ao estudar a importância que o ócio tem adquirido na nossa sociedade, a partir dos resultados obtidos no Estudo Europeu de Valores no período de 1999 a 2008, salientam que o ócio tem passado a ser uma esfera cada vez mais significativa na vida dos cidadãos, afirmando-se “como valor em si mesmo, enquanto o trabalho tem vindo a perder parte da sua centralidade” no período estudado. A comparação dos dados de 1999 e 2008 mostra a crescente ascensão da importância do ócio tanto na Europa como, especialmente, na Espanha. Ou seja, no caso concreto do País Basco, é o segundo valor mais importante depois da família e está, inclusivamente, acima do trabalho.

É evidente que este dado teria de ser explicado no momento atual, em que o trabalho é uma preocupação superior ao ócio, especialmente para quem não o tem; mas isso não significa que o ócio tenha perdido importância como valor que dá sentido à vida. Esta valorização é ainda mais relevante se pensamos no futuro porque, como é afirmado na investigação comentada, “as novas gerações e, sobretudo, quem tem estudos secundários e superiores, valoriza em maior medida o ócio, possivelmente porque lhe atribui uma significação e definição diferente” (Arístegui e Silvestre, 2012: 291a).

A afirmação que acabamos de indicar sobre a atribuição de um novo significado ao ócio tem uma maior consideração da que poderíamos pensar num primeiro momento. Significa que na nova mentalidade dos cidadãos do século XXI o ócio é um valor dominante não só por ser a ocasião de descanso do trabalho, mas também pelas novas funções de realização pessoal, identificação e evasão de umas circunstâncias não desejadas que tem vindo a assumir. A descoberta deste tipo de ócio e os seus efeitos benéficos para as pessoas e as comunidades é algo recente e tem múltiplas variantes. Vejamos algum exemplo concreto, associado ao desenvolvimento comunitário, que tem a ver com o que acabamos de mencionar, onde se mostram umas primeiras inter-relações entre ócio e cultura.

Há poucos meses aparecia na imprensa (*Mujer hoy*: 30-06-2012) a experiência positiva da diretora da orquestra Inma Shara com os projetos de Ajuda em Ação, relacionados com a música. A experiência está a decorrer na Bolívia, na Escola Municipal de Música San José Patriarca, na província boliviana de Chiquitos, onde a maioria dos 110 alunos do centro não tem recursos económicos. O projeto põe à sua disposição, de forma gratuita, mais de 60 instrumentos, para que aprendam a linguagem da música sem que

a escassez de rendimentos seja impedimento. E, graças ao apoio que recebem desde há anos da ONG Ajuda em Ação e de diferentes organizações locais, a situação no centro tem mudado radicalmente. O titular da notícia sublinhava esta frase: “a música pode mudar o destino de uma povoação”.

Não é o primeiro caso. Em 30 de novembro de 2011 (*El diario montañés*) conhecíamos uma experiência similar: o titular dizia “Brasil soa a milagre: 85 adolescentes salvos pela música”, mas desta vez referia-se à aventura do mestre Eliseo Ferreira, muito mais do que o diretor titular da Orquestra Goiás e os seus 85 músicos. Uns dias depois (6-2-2012) *El País* recolhia uma notícia procedente de Valença. Desta vez tratava-se de uma tese doutoral que “defende que 99% dos alunos que recebem educação musical obtêm um aproveitamento académico positivo”.

Não me detenho a contar estas experiências, merecedoras de uma comunicação em si mesmas, senão simplesmente para afirmar que qualquer uma delas poderia ser referente às novas perceções do ócio e da cultura nos nossos dias. A cultura, as artes, os jogos e qualquer outra manifestação de ócio abrem novos horizontes de desenvolvimento humano. Um ócio associado a valores significativos, referido a práticas positivas perduráveis, mantidas no tempo. Um conceito que nos Estudos de Ócio conhecemos com o nome de ócio sério ou ócio substancial ao qual nos referimos aqui.

Sobre a cultura pode dizer-se que qualquer observador da realidade atual pode advertir que o desenvolvimento da chamada Indústria Cultural está unido ao desenvolvimento da Indústria do Ócio. O ócio gera sobre si mesmo uma cultura que cria redes e vínculos nas pessoas que o vivenciam. Quer aceitemos quer não, a realidade é que a oferta e a atividade cultural em geral competem hoje com outras ofertas de ócio de diverso carácter e profundidade variada. Como afirmava W. Rybczynski (1991), o novo cidadão tem que decidir entre o que faz e o que deseja fazer. E nessa decisão intervém um quadro de fatores diversos, entre os que se podem destacar a economia, tempo, cultura, motivação, cansaço, etc.

A cultura, analisada desde a decisão pessoal do sujeito que a vivencia, permite ser considerada como uma formulação de ócio; mas nem a cultura como facto humano é toda ócio, nem o ócio é todo cultura. Como acontece com muitos outros conceitos e áreas, cultura e ócio têm esfumado as suas fronteiras de forma que as suas relações se têm tornado complexas, difíceis de diferenciar de um modo objetivo. Esta é outra razão importante para valorizar a cultura desde a subjetividade, ou seja, desde a experiência. A nova cultura que nos rodeia há de saber integrar, como assinala J. Levy (1995: 79-

93), os valores seculares inerentes à cultura tradicional com os valores novos, próprios de uma nova cultura internacional tornada realidade graças às novas tecnologias.

O estilo de vida “culturado”

A organização moderna do tempo social e laboral, potenciando os fins de semana, as pontes, os períodos curtos de férias e, definitivamente, a reestruturação geral do nosso ritmo vital, tem tornado possível o desenvolvimento de um novo tipo de cidadão sociologicamente enquadrado em diferentes estilos de vida. José Ignacio Ruiz Olabuénaga (1992) estudou os estilos de vida de ócio da região metropolitana de Bilbao e chamou a atenção sobre, o que ele chamou, estilo de cidadão “culturado”. O seu rasgo característico é “estar” introduzido no mundo da arte e viver respirando um “ar de cultura”. A sua incidência percentual, no início da década de 90, era pequena, entre cinco e dez por cento; mas o seu eco social podia considerar-se maior, dado que a sua presença era reiterada em distintos tipos de atividades culturais, tais como teatro, concertos de música, ópera ou museus.

Desde esse momento as circunstâncias têm mudado positivamente e o conhecimento que temos dos hábitos e práticas culturais é maior. O último estudo sobre Atividades Culturais em Espanha 2010-11, publicado pelo Ministério da Cultura, mostra que o estilo de ócio culturado tem aumentado o seu número de adeptos, tal como era esperado. Os resultados do inquérito indicam que as atividades culturais mais frequentes, em termos anuais, são ouvir música, ler e ir ao cinema, com taxas de 84,4%, 58,7% e 49,1%, respetivamente. Estas atividades são seguidas em intensidade pela visita a monumentos, que é realizada cada ano por 39,5% da população, a assistência a museus ou exposições, 30,6% e 25,7%, respetivamente, e a concertos de música atual, 25,9%. Em posições intermédias encontramos a assistência anual a bibliotecas, 20,5%, ao teatro, 19,0%, a jazigos arqueológicos, 13,9%, a galerias de arte, 13,6%, e a concertos de música clássica, com taxas anuais de assistência de 7,7% da população.

Entre as realizadas com menor frequência encontram-se a assistência a espetáculos de ballet ou dança (6,1%), ópera (2,6%) ou zarzuela (1,6%) e as visitas a arquivos, que realiza cada ano 5% do objeto coletivo de estudo. Pelo que se refere a outras práticas culturais ativas, as mais frequentes em termos anuais são a fotografia (29,1%), a pintura ou desenho (13,2%), o interesse pela escrita (7,1%) e as vinculadas às artes musicais, (8% toca algum instrumento e 2,4% canta num coro). 2,1% faz teatro e 3,9% ballet ou dança. Estes valores indicam-nos, por um lado, a importância das práticas culturais na nossa sociedade e, por outro, que, em bastantes manifestações culturais, o

cidadão culturado tem conseguido uma presença social muito superior aos valores que indicávamos no início desta epígrafe.

Tomando como referência o coletivo dos que assistiram a museus, galerias ou exposições no último ano, pode assinalar-se que um em cada quatro cidadãos espanhóis desfruta de um estilo de vida de ócio culturado. Como se afirmava antes, estes cidadãos não só desfrutam com uma determinada prática cultural, como também, sempre que podem, participam em diversas práticas inter-relacionadas. Grande parte dos assíduos ao teatro também vai ao ballet ou à ópera ou ao concerto de música. E ainda mais, um bom número de cidadãos deste grupo compra livros, vídeos e discos relacionados com esse estilo de vida que vivem, de modo que o desenvolvimento da oferta, em cada uma destas áreas, não dificulta o desenvolvimento das outras. O quadro que segue mostra em pormenor qual a situação que nos indica o último estudo do Ministério de Cultura.

Tabela 1: Indicadores de participação cultural inter-relacionados (percentagens)

	Visitou um museu (ano)	Leram (ano)	Assistiram a teatro (ano)	Assistiram a concertos de música atual (ano)	Assistiram ao cinema (ano)	Ouvem música (mês)
Total	30,6	58,7	19,0	25,9	49,1	82,7
Os que visitaram museus, galerias ou exposições	80,7	84,9	38,6	40,4	71,9	93,6
Os que leram (trimestre)	45,5		30,0	35,5	66,5	92,9
Os que assistiram a espetáculos cénicos	63,2	85,6	84,7	45,6	74,6	94,1
Os que assistiram a concertos	50,2	80,1	36,2	85,6	71,4	96,0
Os que assistiram ao cinema	46,4	77,8	29,9	38,2		94,1
Os que ouviram música (mês)	34,5	65,8	21,7	30,2	55,9	
Os que costumam utilizar o computador	44,0	78,1	27,5	37,4	68,8	94,4

Fonte: Divisão de Estatísticas Culturais, Ministério de Cultura de Espanha, 2011.

O conhecimento dos estilos de vida de ócio ajuda a compreender o processo de consumo cultural, porque um estilo de vida não está determinado só pela economia, mesmo que esta possa ser um ponto importante e, nestes momentos, tenha especial importância. No caso que estudamos, também tem um maior peso o nível de educação. A experiência cultural não se esgota na assistência aos espetáculos, a leitura de livros ou o consumo de programas culturais que oferecem os diferentes meios de comunicação. A

Cultura, vista desde o ócio, não é um adorno, mas sim uma vivência, uma experiência humana vital que se torna realidade num encontro com a arte ou o facto cultural.

Ócio criativo

De um ponto de vista humanista, a correlação entre ócio e cultura tem um dos seus grandes referentes no ócio criativo, que vem a ser a realização atual de um conceito de ócio herdado da cultura clássica: um ócio formativo, reflexivo, cultural e de crescimento pessoal. Entendemos o ócio criativo como uma manifestação específica de ócio caracterizada pela vivência de experiências criativas no seu sentido mais global, como criação e recriação. Relaciona-se com distintos modos de viver a cultura e com âmbitos, ambientes, equipamentos e recursos de ócio diferenciados. É, eminentemente, um ócio cultural, caracterizado pela experimentação de vivências separadas do instintivo e do fácil, que nos introduzem na visão e desfrute de um mundo mais complexo mas, a longo prazo, muito mais enriquecedor, satisfatório e humano.

Na opinião de Csikszentmihalyi (2001), o desenvolvimento da complexidade psicológica valoriza tanto o ócio como a criatividade. O ócio criativo está relacionado com experiências que nos permitem aceder a altos níveis de complexidade. Cada um de nós tem um potencial criativo que podemos desenvolver e nos permite levar a cabo experiências de vida satisfatórias. Assim é confirmado também pelos estudos de Csikszentmihalyi, quem entende por criatividade a “capacidade para mudar espontaneamente a forma como contemplamos, pensamos ou agimos no mundo”. Esta realidade de mudança é favorecida a partir das vivências de ócio porque “no mundo das ideias, o ócio permite à mente desligar-se temporariamente da realidade tal como a contemplamos, para que emerjam novas possibilidades que serão posteriormente transformadas em realidade” (Csikszentmihalyi, 2001: 19-20).

O ócio criativo é uma das cinco dimensões do ócio autotélico, que temos desenvolvido em outros trabalhos com algum pormenor (Cuenca, 2000, 2004, 2010). Tem em comum com as outras dimensões (lúdica, festiva, ambiental-ecológica e solidária) a liberdade de ação e eleição, a autotelia, o gratificante da ação e o facto de ser uma atitude, mais do que na ação por si própria. Tem de específico o seu carácter consciente, reflexivo, global, de melhoria, abertura e encontro com a cultura. Está relacionada com a autorrealização, na qual estão implícitas a aprendizagem e a formação. A receção cultural e artística, entendida desde este ponto de vista, formula-se uma atitude ativa, que é a que permite o diálogo criador com a realidade ou, como diria Alfonso López Quintás (1977), a criação de “âmbitos de encontro” que tornem possível o diálogo, a abertura e o enriquecimento criativo.

As duas vertentes do ócio criativo

A dimensão criativa do ócio torna-se realidade através de duas vertentes complementares, criação e “recriação”. A criação leva-nos ao prazer de inventar algo ou, simplesmente, à experiência gratificante da criatividade. A experiência criativa corresponde aos autores e atores. A outra vertente do ócio criativo é a “recriação” que, neste caso, significa dar vida, recriar algo criado. López Quintás aponta que o gozo da recriação surge de reviver o processo criador artístico; mas, para além do processo, a vivência do ócio abre-nos à mensagem da obra de arte e ao seu significado pessoal e cultural.

Num primeiro momento poderia pensar-se que esta “recriação” não tem nada a ver com a criatividade; porém, para além das palavras e as circunstâncias específicas da pessoa que “recria” são sempre diferentes e imprimem, a cada experiência de ócio, um potencial de mudança pessoal, por tratar-se de uma experiência psicológica complexa. Para “recriar” a cultura não basta analisá-la de fora, é preciso “imaginar-se no núcleo irradiante da mesma, refazer a sua experiência básica e descobrir a instituição fundamental que esta experiência criou no espírito do autor” (López Quintás, 1977:23). Do diálogo produzido entre a pessoa e as obras surge um autêntico encontro e cria-se um campo de iluminação.

No caso concreto da investigação que iremos comentar, quando falamos da vertente criação estamos a referir-nos às práticas do ócio relacionadas com música, teatro, canto, fotografia, dança, pintura, trabalhos manuais, escrita ou costura, cozinha e bricolagem criativos. No que diz respeito à vertente recriação estamos a fazer menção de experiências de ócio motivadas pela leitura, a audição de música, a visão da arte ou as práticas de aprendizagem, a utilização de internet ou outras.

As vertentes criação e recriação são essenciais para entender a inter-relação entre ócio e cultura. Ambas nos levam a aproximar-nos a esta última de um modo diferente. Vistas a nível social, resultam complementares e interdependentes. Não é possível falar de arte sem aficionados, nem de aficionados a qualquer uma das manifestações das artes sem referentes criativos. A carência de aficionados ou especialistas conduz à ausência de público. As vertentes criativa e recriativa do ócio não fazem sentido afastadas da motivação intrínseca dos espetadores ou dos atores, daí que a informação, entendida no seu significado mais amplo (não necessariamente académica), constitua um fator essencial.

Alguns esclarecimentos prévios antes de continuar

Até aqui foi apresentado o marco concetual e referencial que estudamos. Antes de continuar a avançar na reflexão gostávamos de explicar que a nossa intenção é refletir sobre o tema a partir dos dados de duas investigações empíricas, nas quais temos trabalhado durante os últimos meses, e desde o olhar do ócio humanista. Estes pressupostos obrigam-nos a fazer certos esclarecimentos prévios à reflexão que será apresentada a seguir.

Em primeiro lugar, esclarecerei o que entendo por ócio e, mais concretamente, por ócio humanista. De forma mais rápida e sintética indicaremos que, afastando-nos de um olhar economicista e utilitarista, as nossas reflexões se centrarão na importância das experiências de ócio criativo em si próprias. Hei de começar esclarecendo que, de um modo geral, consideramos que o ócio é tudo aquilo que realizam as pessoas de forma livre e, simplesmente, porque o desfrutam. Esta é, como acabamos de apontar, uma visão genérica do ócio que explicitaremos mais tarde; mas, por enquanto, serve para indicar que o ócio não é um tempo, nem algumas atividades às quais damos esse nome, mas sim uma ação pessoal e comunitária que tem a sua raiz na motivação e na vontade.

Aprofundando um pouco o tema, indicaremos que o ponto de vista a partir do qual investigamos o ócio nas Redes de Investigação Otium e OcioGune ou, mais especificamente, no Instituto de Estudos da Universidade de Deusto é o do Ócio Humanista. Por um lado podemos dizer que o ócio humanista é o responsável pelo desenvolvimento da cultura ocidental. O motivo é que não é possível conceber o nascimento e apogeu da filosofia e as ciências greco-romanas sem a existência de um numeroso grupo de cidadãos, designados livres, que se viram excluídos dos trabalhos embrutecedores e puderam dedicar-se à teoria e à contemplação. Este ócio greco-latino ensinou-nos, para além da sua capacidade para gerar cultura e desenvolvimento, a sua relação direta com um mundo de valores que reivindicamos hoje desde outros âmbitos da vida. Entre eles podemos destacar: liberdade, satisfação e gratuidade, sem esquecer os referentes de identidade, superação e justiça.

Estes valores, que já se encontravam presentes no ócio clássico, são os que continuamos a reivindicar hoje num ócio humanista, afastado daquelas realidades antigas, mas entendido (Cuenca: 2000, 2004, 2005) como aquele ócio que defende antes de tudo a dignidade da pessoa humana. Um ócio que se reconhece pelo seu carácter e orientação positivos, que favorece a melhoria da pessoa e da comunidade, e se sustenta nos valores fundamentais antes mencionados.

Apoio empírico

Sobre o apoio empírico, faremos uma alusão a alguns dados relacionados com duas investigações concretas, uma sobre as práticas e experiências de ócio na Região Autónoma do País Basco, e um segundo estudo sobre a Experiência do Ócio em pessoas que praticam um ócio consolidado. Para a análise das práticas e experiências do ócio desde o horizonte do ócio humanista, realizaram-se 450 inquéritos a uma população representativa da Comunidade Autónoma. Levámos a cabo uma distribuição de amostras a partir dos dados do recenseamento da população e da habitação de 2001, publicado pelo Instituto Nacional de Estatísticas em 2004. Para determinar o *corpus* do estudo realizamos uma amostragem proporcional em função da província, a idade e o género. O método selecionado para a recolha de informação foi o inquérito presencial, no qual podemos ter uma certeza da recolha de todos os campos que compõem o inquérito e resolver qualquer dúvida que possa surgir no decurso do seu preenchimento.

Não é possível especificarmos todos os fatores e pormenores metodológicos que determinam a investigação neste texto, pelo que me limito a sublinhar que, tendo em conta a população objeto de estudo e o número final da amostra, resulta um erro de amostragem inferior a 4,7%, para um nível de confiança de 95%. A amostra foi distribuída tendo em consideração os sujeitos e variáveis discriminatórias que foram determinadas no início da investigação. O processo de investigação ocorreu entre 2009 e 2011.

A Investigação sobre a Experiência do Ócio em pessoas com práticas de ócio consolidado foi realizada a partir de inquéritos abertos administrados a 215 pessoas, caracterizadas pela prática de um ócio substancial (106 homens e 109 mulheres), de diferentes idades (49% menores de 40 anos e 51% com idades superiores) com diferentes situações laborais e habilitações variadas (19% com estudos primários, 52% com estudos secundários, 15% com cursos de especialização tecnológica e 14% com cursos de grau superior)¹. Esta investigação foi encerrada em 2011.

O objetivo desta investigação era constatar as opiniões e estudos anteriores referidos às vivências do ócio com precisões mais ajustadas à realidade e, especialmente, associadas às impressões transmitidas pelas pessoas com as que realizamos esta investigação. Neste caso não se pretende uma demonstração quantitativa sobre os aspetos associados à experiência do ócio, mas sim um conhecimento mais real, associado às experiências vividas por pessoas selecionadas em função da sua prática de ócio. A amostra do estudo

¹ Citado a partir de agora como Inves. Experiência de Lazer IEO-UD, 2011.

parte de uma seleção de pessoas que têm uma prática de ócio substancial, entendido aqui como prática habitual de ócio durante, pelo menos, os últimos três anos. Não procuramos um número concreto de práticas, mas tivemos em conta as diferenças de sexos e idades. O objetivo da investigação não requeria uma amostra socialmente significativa, mas consideramos importante ver interesses diferenciados e situações diversas.

Nesta exposição aludiremos a uma parte dessa investigação, já que é a que tem maior relação com o tema que tratamos aqui, a referida dimensão criativa do ócio. Neste caso, a amostra reduz-se a 92 pessoas que praticam ócio criativo (31,5% homens e 68,5% mulheres), de diferentes idades (39% menores de 40 anos, 61% com idades superiores) com distintas situações laborais e habilitações literárias variadas (12% com estudos primários, 56,5% com estudos secundários, 17,5% com cursos de especialização tecnológica e 12% com cursos de grau superior). Sobre as vertentes criação e recriação assinalamos que 52% da amostra são praticantes da primeira e 48% da segunda.

A experiência do ócio criativo desde a investigação empírica

Assentadas as bases sobre as que vamos refletir sobre o tema, passamos a confrontar os dados dos estudos comentados com o fim de analisar realidades concretas de ócio e ócio criativo, para depois nos assomarmos às suas implicações. Dado o carácter reduzido deste texto, seleccionámos alguns aspetos significativos para o tema que estudamos em cada uma das investigações referidas.

Práticas e experiências de ócio na Região Autónoma do País Basco

Detemo-nos brevemente nesta investigação para nos focarmos no significado da dimensão criativa entre os cidadãos bascos. Uma primeira reflexão geral com base na análise dos dados sobre as práticas de ócio indica-nos que podemos referir-nos a um ócio minoritário ou a um muito mais popular. No primeiro caso, os dados da investigação indicam que as práticas de ócio culturado não são levadas a cabo por mais de 15% dos cidadãos do País Basco. E, ainda mais, só 4% o seleccionaria como a sua prática de ócio primária, a favorita. Por outro lado, num sentido mais amplo, pode dizer-se que o número de pessoas que praticam ócio criativo é muito maior. Na tabela seguinte são apresentadas as práticas mais frequentes:

Tabela 2: Atividades praticadas na dimensão criativa

	Total	Homem	Mulher	18 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 64 anos	65 ou mais anos
Ver filmes no cinema ou em casa	64,7%	67,0%	62,5%	77,9%	66,7%	64,4%	48,9%
Ouvir música	53,3%	53,7%	53,0%	80,0%	63,6%	50,8%	16,0%
Ver programas culturais na TV (documentários, debates...)	51,6%	54,6%	48,7%	37,9%	47,3%	62,9%	55,3%
Ler livros de que gosto (contos, novelas...)	53,3%	45,0%	61,2%	46,3%	48,8%	65,9%	48,9%
Trabalhos manuais (bricolagem, cerâmica...)	22,2%	18,3%	25,9%	11,6%	20,9%	24,2%	31,9%
Colecionar algo (selos, comboios, coisas...)	3,3%	5,0%	1,7%	4,2%	2,3%	3,0%	4,3%

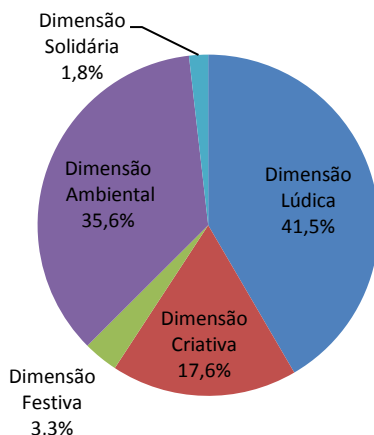
Fonte: Práticas de ócio no País Basco, IEO-UD, 2011.

Os dados indicam que, desde o horizonte destas práticas, a dimensão criativa apresenta índices de participação elevados. Desde o ponto de vista do género, encontramos três práticas mais associadas ao sexo masculino: ver filmes (67%), ver programas culturais (54,6%) e fazer coleções, embora esta terceira opção seja pouco representativa, com respeito às duas anteriores (5%). No que diz respeito às mulheres, é evidente o domínio da leitura (61,2%), mas também deve destacar-se uma preponderância de trabalhos manuais (25,9%).

Em relação às faixas etárias podemos indicar que existem duas práticas de carácter juvenil que diminuem paulatinamente com a idade: ver filmes e ouvir música. Possivelmente, considerando os dados aportados por este estudo, poderíamos concluir que a idade em que se pratica e desfruta mais do ócio criativo está entre os 45 e os 64 anos. É aí onde encontramos o equilíbrio entre as práticas culturais de ócio juvenil e a maturidade de outras práticas que têm menor importância entre os jovens. Referimo-nos à assistência de programas culturais, ler livros ou a criatividade aplicada à bricolagem e aos trabalhos manuais. A faixa dos 30 aos 44 anos representa, portanto, um trânsito para esse estado. No caso dos reformados, observamos um distanciamento das práticas juvenis, exceto num caso, o colecionismo. Curiosamente, e mesmo sendo uma prática pouco relevante, os jovens (4,2%) e os reformados (4,3%) são os mais interessados em fazer coleções.

Se continuamos a análise com esta visão mais alargada do ócio criativo, mas dando atenção agora às práticas de ócio geralmente mais satisfatórias para os cidadãos cultos, percebemos que a posição adquirida pela dimensão criativa, em relação a outras dimensões do ócio é a observada no gráfico que apresentamos de seguida.

Gráfico 1: Atividade principal de acordo com a dimensão

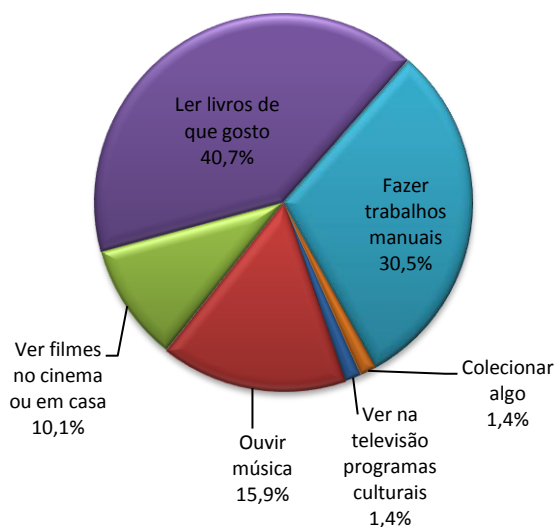


Fonte: Práticas de ócio no País Basco, IEO-UD, 2011

Como podemos ver, as duas experiências preferidas de ócio são a dimensão lúdica (41% da amostra) e a dimensão ambiental-ecológica (35,6%), seguidas à distância pela dimensão criativa (17,6%) e as dimensões festivas e solidárias, estas duas últimas com valores muito baixos. Desde o ponto de vista do género, as opções dos homens são destacáveis na dimensão lúdica, enquanto as mulheres sobressaem na dimensão criativa e ambiental-ecológica.

Se agora nos focamos só no que se refere à dimensão criativa, os dados gerais sobre práticas mostram as seguintes preferências:

Gráfico 2: Atividades da dimensão criativa



Fonte: Práticas de ócio em Euskadi, IEO-UD, 2011.

Os dados apresentados no gráfico indicam-nos que ler livros (40,77%) e fazer trabalhos manuais (30,5%) são as duas experiências mais gratificantes entre as que são consideradas na lista proposta. Distanciado delas, mas ainda com percentagens significativas, encontramos ouvir música (15,9%) e ver filmes no cinema ou em casa (10,1%). A menor importância encontra-se distribuída equitativamente entre ver programas culturais na televisão e fazer coleções. Esta visão de conjunto é complementada se afirmarmos, como foi visto em outras ocasiões, que as mulheres desfrutam muito mais da leitura, e ligeiramente mais da música e dos trabalhos manuais, do que os homens. Os homens só se destacam, neste caso, no gosto pelos filmes, que é exatamente o dobro (14,8%) do indicado pelas mulheres (7,1%).

Considerando as idades, podemos precisar que o gosto pela música se destaca entre as pessoas de 30 a 44 anos, seguidas dos jovens e, a grande distância, dos maiores de 45. O desfrute da leitura é bastante similar em todas as idades, excetuando as pessoas de 30 a 44 anos, que têm um índice menor. A diferença deste interesse, que tem valores altos em todas as idades, é o colecionismo, como prática mais satisfatória, só aparece na idade entre os 45 e os 64 anos com valores muito baixos (3,8%), o mesmo acontece com ver programas culturais na televisão. Os trabalhos manuais são muito gratificantes para os maiores de 65 anos; mais de metade das pessoas que os realizam encontra-se nessa faixa etária, enquanto as faixas etárias anteriores mostram desinteresse, chegando à cota zero nos mais novos.

A experiência de ócio em pessoas com práticas de ócio consolidado

Na segunda parte das investigações presentes, começamos por fazer notar ao leitor que, ao selecionar as práticas do ócio criativo da amostra geral, as mulheres apresentam o dobro de práticas em relação aos homens, e que tanto a idade como o grau de formação aumentam. Podemos considerar que estes três aspetos já são significativos nas pessoas que praticam a dimensão criativa do ócio de forma assídua na atualidade. Ao contrastar estes dados com a Investigação sobre o País Basco, podemos observar que no grupo de pessoas cuja atividade de ócio preferida está relacionada com a cultura (ver filmes, ler livros...) encontramos uma percentagem maior de mulheres, 61,8%, contra 38,2% de homens. Apenas 11,8% das pessoas que escolhem atividades culturais como preferidas são menores de 30 anos. 23,5% dos que escolhem esta opção são estudantes universitários. Apenas 3% dos que escolhem esta opção são estudantes.

Para além destas reflexões, passamos a aprofundar alguns dados da investigação que nos permitem ver a relação e as diferenças específicas que existem entre a dimensão criativa e as experiências de ócio em geral. Focar-nos-emos em dois aspetos

relacionados com o tema que estudamos neste artigo. Em primeiro lugar, estudaremos os benefícios percebidos pelos praticantes do ócio mantido ou sério, para depois compará-los com os mesmos dados analisados nas dimensões do ócio, em que nos focaremos especialmente na dimensão criativa. Em segundo lugar, focar-nos-emos no início dos interesses e as suas influências principais.

Benefícios

Comentamos os benefícios percebidos e manifestados desde o ponto de vista das sensações e dos resultados. Duas questões abertas e inter-relacionadas, cujas respostas foram agrupadas anteriormente em variáveis, ajudar-nos-ão a delinear estes assuntos. Em primeiro lugar, focar-nos-emos no que apontam os sujeitos estudados quando lhes é perguntado como se sentem quando levam a cabo a sua experiência de ócio. Posteriormente, reincidiremos sobre o tema, mas desde o ponto de vista da ação terminada, perguntando-lhes o que lhes aportou a experiência. Ambas as questões, parecidas mas distintas, com os detalhes que marcam o nosso olhar desde a dimensão criativa do ócio, certamente terão resultados esclarecedores.

Frequentemente, afirma-se que a experiência do ócio é fundamentada na ação realizada com gosto, não na razoável. Esta afirmação pode comprovar-se nos dados que se apresentam de seguida. A tabela apresenta as respostas que deram as pessoas que participaram na nossa investigação à primeira pergunta do questionário.

Tabela 3: Como se sente normalmente quando está a realizar a experiência?

ÍTEM	PERCENTAGEM
Satisfação	65%
Relaxamento	21%
Fugacidade do tempo	2%
Autorrealização	4%
Superação	3%
Libertação	4%
Outras	1%
TOTAL	100%

Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

A síntese de respostas à pergunta “como se sente normalmente quando está a realizar a experiência?” mostra que a satisfação é a sensação maiormente atribuída à experiência de ócio (65%). Esta é acompanhada de outras sensações, tais como o relaxamento (21%), e toda uma série de emoções de menor importância que se podem diferenciar de acordo com as dimensões do ócio que são analisadas no estudo. Se olharmos para os

dados que se referem à dimensão criativa, sabemos que os seus rasgos característicos, no que diz respeito à informação que aparece na tabela apresentada, são três: diminuem a satisfação a 61%, aumentam o relaxamento (o distanciamento da realidade) a 29% e os seus praticantes são os únicos que percebem a fugacidade do tempo.

Estas sensações coincidem plenamente com o conceito de *flow* (poderia traduzir-se como fluir ou fluxo) desenvolvido pelo psicólogo Mihaly Csikszentmihalyi (1975). A pessoa está em *flow* quando se encontra completamente absorvida por uma atividade durante a qual se perde a noção do tempo e se experimenta uma enorme satisfação. Assim, o prazer ou satisfação confirma-se como a sensação principal na experiência de ócio, que é acompanhada por outras sensações relacionadas com o crescimento pessoal. Aliás, os resultados que obtivemos confirmam a tripla dimensão da experiência Prazer-Ativação-Domínio (PAD Scale) enunciada por Mehrabian e Russell (1974) e aplicada a contextos de ócio (Holbrook, Chestnut, Oliva e Greenleaf, 1984), contextos de jogo (Bearden e Netemeyer, 1999) ou contextos turísticos (Goytia, 2008b).

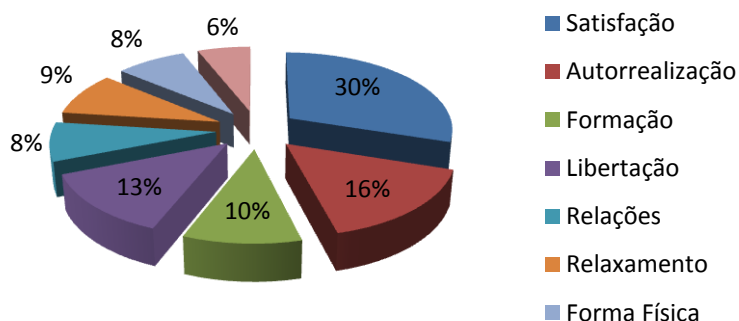
Se a experiência é algo que acontece, não tanto o que se faz senão o que se padece, pode-se dizer que o mais importante não é a ação, mas sim a paixão. J. Larrosa (2006: 108) afirma que “a experiência não pode ser captada a partir da lógica da ação mas sim a partir de uma lógica de paixão, a partir de uma reflexão do sujeito sobre si mesmo enquanto sujeito passional”. Isto explica que uma pessoa não tenha os mesmos gostos (um aspeto que incide diretamente nas decisões de ócio), nem reaja aos estímulos exteriores com a mesma carga emocional num momento da sua vida, num contexto determinado, que noutro momento, noutro contexto. Como aponta Fericgla (2000: 13), a emoção — e especialmente os sentimentos — nasce da interpretação das situações e não das situações em si. Este facto implica a existência de uma relação muito estreita entre as emoções, cognição (especialmente a memória) e treino.

Se formos um pouco para além das dimensões do ócio, ou seja, até às vertentes, a situação é a seguinte. No caso das vertentes da dimensão criativa, que é a que nos interessa, a satisfação é maior na experiência de criação (76%) que na de recriação. Acontece o contrário, embora com menor força, quando se trata do relaxamento, um aspeto que é maior na vertente recreativa (35%) que na criativa (18%).

Passamos à análise da segunda pergunta, associada aos resultados entendidos como os benefícios que a experiência de ócio reiterada fornece aos praticantes. Desde esse ponto de vista, testemunhado na investigação empírica a que nos referimos, as experiências de ócio aportam valores adicionados que têm a ver com outros valores. Assim, os

resultados à pergunta: “No geral, que lhe aporta pessoalmente esta experiência?”, dizem-nos o seguinte:

Gráfico 3: Que lhe aporta pessoalmente esta experiência?



Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

A informação apresentada no gráfico indica que as variáveis da pergunta anterior têm aumentado aqui, dando passo à relação social e à forma física. No entanto, a sensação dominante continua a ser a mesma, satisfação, seguida da autorrealização e libertação. Satisfação, autorrealização e libertação são valores essenciais para entender o ócio e, como consequência, os valores que dimanam das práticas arraigadas do ócio experiencial que temos estudado. A nossa investigação confirma-o novamente.

Se aprofundarmos a análise destes dados, desde o olhar da dimensão criativa, encontramos-nos perante a seguinte situação:

Tabela 4: Que lhe aporta pessoalmente esta experiência?

ÍTEM	Total	Dimensão Criativa
Satisfação	30%	27%
Autorrealização	16%	24%
Formação	10%	22%
Libertação	13%	12%
Relaciones	8%	3%
Relaxamento	9%	8%
Forma física	8%	---
Outras	6%	4%
TOTAL	100%	

Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

Neste caso, devemos destacar que a ligeira descida da satisfação apenas se destaca face à significação que adquirem a autorrealização e a formação na dimensão criativa. Se juntamos libertação com relaxamento e relações com autorrealização, encontramos que

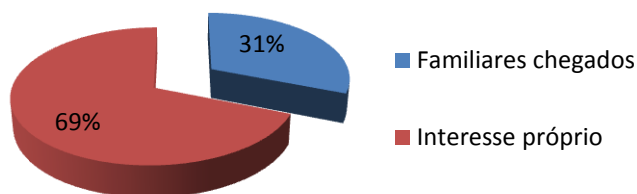
os resultados da experiência criativa seriam quatro: satisfação, autorrealização, formação e libertação. No entanto, se seguirmos o raciocínio, poderíamos perguntar-nos: será que a formação não faz parte da autorrealização? Nesse caso, a ordem varia, ficando a autorrealização em primeiro lugar (45%), seguida da satisfação (27%) e a libertação-relaxamento (20%). Se aprofundarmos mais, as vertentes da dimensão criativa aportam-nos novas informações. Na vertente de criação produz-se um equilíbrio entre satisfação e autorrealização, aumentando ligeiramente a sensação de libertação; enquanto na vertente de recriação predomina a ideia de autorrealização (61%), neste caso fundamentada na formação, como o afirmam 38% dos praticantes.

Início e influências

No Inquérito de Hábitos e Práticas Culturais em Espanha 2001-11 indica-se a existência de uma relação direta entre formação e prática de um ócio culturado. Quanto maior o grau de formação, maior é a prática. Isto explica que os maiores consumidores da indústria cultural sejam as pessoas detentoras de um grau académico. No entanto, não parece que seja este o motivo que justifique que as pessoas tenham uma prática de ócio sério, nem mesmo no caso do ócio criativo. Por este motivo detemo-nos finalmente num aspeto de muita importância para compreender como se tornou possível a experiência de ócio sério nas pessoas entrevistadas. Este assunto está muito relacionado com a iniciação e a aprendizagem, porque não se pode desfrutar do que não se conhece, mas também está relacionado com as influências, ou seja, com o que influenciou para que uma pessoa se interessasse e desenvolvesse o *hobby* com o que agora desfruta. A seguir, apresentamos as questões que estão relacionadas com estes assuntos.

A iniciação

Para começar, apresentamos as respostas à pergunta *Como começou a interessar-se por este hobby?* Com esta pergunta pretendíamos conhecer quem ou o quê influenciou para que os participantes do estudo se iniciassem nos seus *hobbies*. Aqui aparece uma primeira resposta muito geral, que será lógica e está relacionada com o interesse próprio. É expressada em frases como “sempre gostei” ou “desde criança”. O gráfico que segue explica a questão.

Gráfico 4: Como começou a interessar-se por este hobby?

Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

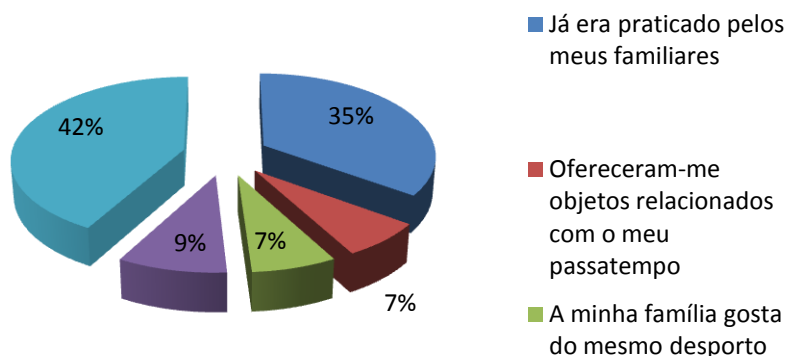
Podemos ver que, neste caso, a incidência dos familiares e pessoas chegadas é significativa, embora o argumento de interesse próprio seja o dominante. Esta visão geral é explicada se consideramos os valores desde a dimensão do ócio que nos interessa. Na dimensão criativa, a influência de familiares e pessoas chegadas aumenta a 36%, algo que não acontece em outras dimensões.

Com a nova informação que nos fornecem as pessoas formadas, podemos afirmar que, nos *hobbies* arraigados, a maior influência da família se produz naqueles que têm relação com a dimensão criativa, onde, em sentido contrário, o interesse e a iniciativa própria diminuem. Especificando ainda mais por vertentes, na vertente de criação é mais comum encontrarmos argumentos que mostram que a prática de ócio está associada a habilidades que sempre lhes interessaram ou para as que têm uma habilidade especial. Seguem-se dois exemplos: “De forma natural, passava muito tempo com o lápis nas mãos a fazer desenhos e a copiar tudo o que me caía nas mãos”, “Desde sempre me disseram que desde pequeno tinha uma clara inclinação para isso”. Na vertente recreativa, por outro lado, vê-se uma maior influência do que se viveu em casa, do ambiente familiar, embora este seja um aspeto que, em menor grau, também aparece na vertente criativa: “Desde criança. A minha mãe lia muito. Comprava-me contos, XXXXX”, “porque em casa via isso desde pequena”, “sem me dar conta, por influência do meu pai”. Esta influência do pai ou da mãe repete-se, mas, curiosamente, nas respostas quase não aparece a influência da escola. Só num caso, na vertente de criação, aparece uma frase que poderia associar-se com o tema. “Sempre me interessou. Desde a escola, passando por diferentes etapas da minha vida.”. Como podemos ver, neste caso também não está muito clara a influência do centro escolar.

A influência evidente da educação e o ambiente familiar fica esclarecida com a seguinte pergunta: Em que sentido considera que o seu ambiente familiar foi particularmente

influyente na hora de optar pelo seu *hobby*? Se considerarmos o conjunto da amostra, os resultados poderiam ser agrupados no gráfico seguinte:

Gráfico 5: *Influência do ambiente familiar nas práticas de ócio consolidado*



Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

Neste gráfico podemos ver que a influência familiar, referida na pergunta anterior só relacionada com o início de um interesse, é muito maior do que era afirmado. Por um lado, poderíamos falar de uma influência direta, através do exemplo, em que a percentagem geral aumenta, mas, o mais relevante é que também aparece a influência familiar indireta, através de presentes, mensagens de ânimo ou contágio de ambiente. Deste modo vemos que a incidência concreta da família passa a ser 58% e os praticantes por “interesse próprio”, que referimos antes, passam a ser menos de metade. Especificando ainda mais estes dados na dimensão criativa, podemos ver o seguinte:

Tabela 5: *Influência do ambiente familiar na dimensão criativa*

ÍTEM	Total	Dimensão Criativa
Já era praticado pelos meus familiares	35%	38%
Ofereciam-me objetos relacionados com o meu <i>hobby</i>	7%	15%
A minha família gosta do mesmo desporto	7%	---
Incentivaram-me a começar	9%	7%
Não influenciaram	42%	40%
TOTAL	100%	

Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

Os novos dados sugerem que a influência familiar é ainda maior na prática de *hobbies* associados à dimensão criativa. Aumenta a incidência do exemplo e duplica-se a

repercussão dos estímulos exteriores. Ao descer das dimensões às vertentes, os dados são um pouco mais específicos. Assim, a influência familiar também é menor na vertente criativa do que na recreativa e, para além disso, o tipo de influência varia, já que, ao que parece, o modo mais eficaz de fomentar um *hobby* criativo entre as pessoas entrevistadas foi através do procedimento indireto (“ofereciam-me objetos relacionados com o meu *hobby*”) mais do que por influência direta (“já era praticado pelos meus familiares, incentivaram-me a começar”).

Como conclusão

O espaço designado para esta intervenção não nos permite continuar a análise de novos dados. De qualquer forma, o que foi apresentado até este ponto permite-nos tirar algumas conclusões que nos ajudam a definir as circunstâncias que favorecem o encontro entre ócio e cultura, que era a nossa intenção.

Em primeiro lugar, temos que apontar que é necessário diferenciar entre as práticas de ócio da dimensão criativa, associadas a uma visão ampla do ócio humanista, e as práticas culturais, com um significado que se tem reduzindo ao consumo das chamadas indústrias culturais. No primeiro caso destaca-se a implicação ativa dos sujeitos, enquanto o segundo é direcionado para o papel de consumidores. No entanto, é evidente que existe um amplo leque de confluência e, em ambos os casos, é possível distinguir as duas vertentes, criação e recriação, como âmbitos diferenciados e referenciados à própria realidade.

Como observamos nas estatísticas oficiais e nos dados gerais das investigações, a dimensão criativa não é a mais praticada nem a mais popular entre as dimensões do ócio, mas tem um peso significativo nas gerações mais formadas, pelo que é um âmbito com perspectivas futuras interessantes. A nível geral social podemos dizer que domina uma cultura da receção sobre uma cultura de criação e expressão pessoal. As estatísticas mostram isto claramente, desenhando um claro desequilíbrio entre as duas formas de desfrutar a cultura, em benefício dos recriadores.

Uma primeira reflexão desde o olhar do ócio humanista alerta sobre a escassa proporção das práticas criativas por vários motivos. Por um lado, porque as experiências de ócio criativo supõem uma maior implicação dos sujeitos e um maior desenvolvimento das suas competências. Também porque essas competências que se desenvolvem com a prática habilitam os recetores para uma compreensão mais rica e pormenorizada das criações culturais e, portanto, aumentam a capacidade de desfrute.

Os conhecimentos que nos aportam as análises das experiências de ócio criativo, tanto a nível social como entre os praticantes de um ócio substancial, são igualmente interessantes. No entanto, os informantes do ócio sério dão-nos uma série de chaves fundamentais para entender a experiência do ócio criativo mais aprofundadamente. No primeiro caso, a análise do público dos eventos culturais faz-nos ver que a formação é um fator diretamente proporcional ao desenvolvimento deste tipo de ócios. De facto, temos visto como a formação universitária e média é um indicador relevante dos públicos da cultura.

A análise realizada aos aficionados permite-nos concluir que as experiências de ócio criativo também têm uma relação direta com a formação, mas, neste caso, sobressaem as pessoas com uma formação média, especialmente os estudos secundários. Da análise das suas perceções podemos argumentar que o ócio criativo, enquanto experiência mantida no tempo, tem três pilares fundamentais na hora da prática: deve produzir satisfação e libertação da rotina quotidiana, mas, sobretudo, deve proporcionar autorrealização, ou seja, a sensação de que se melhora, se avança como pessoa para um maior conhecimento do mundo e de nós próprios.

O ócio criativo tem um substrato vivencial comum, a satisfação e o relaxamento que proporciona, que o relaciona com outras tipologias de ócio e com o desfrute cultural. Mas, ao mesmo tempo, tem características específicas que o tornam especialmente valioso. Nas páginas anteriores destacámos a capacidade de autorrealização e formação ponderada pelos praticantes. Considerando as respostas em conjunto, podemos observar a importância dos benefícios emocionais que proporciona este tipo de ócio e, num segundo plano, o seu significado cognitivo e social. Quanto às matizes que aportam as vertentes, parece lógico que a criação se identifique com um ato pessoal e emocional que nos autorrealiza e nos liberta e a recriação de um valor especial aos benefícios cognitivos que tão pouco interessam em outros tipos de ócio.

Convém lembrar que, na dimensão criativa, é importante distinguir entre resultados a curto e longo prazo. No primeiro caso, os praticantes destacam o valor máximo da satisfação, como poderia ocorrer com outra experiência de ócio; mas, a longo prazo, as mesmas pessoas mostram que a sensação de autorrealização se converte num benefício superior. Estes aspetos mostram o potencial de desenvolvimento pessoal e comunitário destas experiências e a necessidade de estimular a sua vivência tanto desde o fomento de estilos de ócio culturados, mais relacionados com a formação superior e a economia, como a partir das práticas de ócios criativos, associados a formulações de democracia cultural.

Ao longo destas páginas foi possível ver que quem mais se sente interpelado pelo ócio criativo são, de momento, mais mulheres do que homens e pessoas mais maduras do que jovens. Esta afirmação é válida tanto se nos referimos à população geral como aos que experimentam este ócio de modo reiterado. Neste último caso haveria que explicar que, nos dados da nossa investigação, a percentagem de prática feminina é ainda maior.

É momento de finalizar este texto, mas vamos permitir-nos comentar uma última questão. Como já dissemos, se a dimensão criativa do ócio, pelos seus valores e como uma área de fruição de valores culturais, é tão importante para o desenvolvimento das pessoas e comunidades, o que podemos fazer para a fomentar? Cremos que as páginas precedentes sugerem múltiplas pautas para isso. No entanto, gostaríamos de acabar apontando mais uma. A prática de ócio criativo tem dois elementos essenciais que se inter-relacionam e se potenciam, embora não pensemos que nenhum deles seja determinante. Referimo-nos, por um lado, à sensibilidade, qualidades e gostos pessoais e, pelo outro, à formação recebida por outro. Sobre o primeiro aspeto pouco podemos dizer, exceto que uma educação adequada o potencia e altera.

Sobre a formação encontramos-nos com uma situação antitética. Por um lado, se afirma a relação entre públicos da cultura e formação académica regulada, enquanto por outro, no caso dos praticantes do ócio sério, se destaca o papel singular da família e a escassa incidência do âmbito escolar. Com que ficamos? Aventuramo-nos com uma hipótese final que deixamos para amadurecer mais em outro momento. Consideramos que, de facto, a educação formal sempre se tem preocupado com a formação cultural e isso tem dado os seus frutos. Não temos é constância de que se tenha preocupado com uma educação adequada do ócio, neste caso do desfrute do ócio criativo. O âmbito do ócio é, como já dissemos, um âmbito emocional e não racional. Por isso tem tido escasso acolhimento na escola e, no entanto, tanta incidência nas experiências familiares. Na família educa-se com o exemplo, com a imersão em ambientes e sensações e através de uns objetivos não explícitos que os pais manifestam com o apoio moral, os presentes e os prémios.

É esta a chave essencial pela que a família se converte no núcleo fundamental para o encontro entre o ócio e a cultura. A sociedade atual deve aprender com a própria experiência familiar novos modos para potenciar a cultura e torná-la, como já aconteceu no mundo clássico, num âmbito de desfrute, satisfação e desenvolvimento pessoal.

Referências bibliográficas

Actividades culturales en España 2010-11. Madrid: División de Estadísticas Culturales, Ministerio de Cultura.

Arístegui, I. y Silvestre M. (2012) “El ocio como valor en la sociedad actual”, en *Arbor*, Vol. 188, n 754 marzo-abril, pp. 283-291.

Bearden, W.O. y Netemeyer, R.G. (1999) *Handbook of marketing scales: Multi-item measures for marketing and consumer behavior research*. Columbia: Sage Publications.

Censo de Población y Viviendas de 2001. Madrid: Instituto Nacional de Estadística en el 2004

Csikszentmihalyi, M. (1975) *Beyond boredom and anxiety*. San Francisco: Jossey bass publishers.

Csikszentmihalyi, M.; Cuenca Cabeza, M.; Buarque, C.; Trigo, V. y Otros,(2001) Ocio y desarrollo. Potencialidades del ocio para el desarrollo humano. Colección de Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M. (2000). *Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M. (2004). *Pedagogía del ocio: Modelos y Propuestas*, Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M. (2005). Ocio Solidario. La experiencia en grupos de jóvenes y jubilados. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M. (2010). Ocio para innovar. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M., (2004) “El ocio como experiencia humana” en *ADOZ, Revista de Estudios de Ocio*, nº 28.

El diario montañés

<http://www.eldiariomontanes.es/v/20111030/sociedad/destacados/brasil-suenamilagro-20111030.html>

El País, diario, 6 de febrero de 2012

Fericgla, J.M. (2000). “Cultura y emociones. Manifiesto por una Antropología de las emociones”. Conferencia inaugural del III Seminario sobre Estados Modificados de la Consciencia y Cultura, Universidad de Caldas, Manizales (Colombia), 23 a 26 de agosto del año 2000. Tomado de la Web <http://www.etnopsico.org/index.php> el 20 de julio de 2010.

Goytia Prat, A. (2008b). *Los rostros de Ulysses. Modelo para el análisis de turistas en función de la experiencia de ocio*. Germany: VDM Verlag Dr. Müller.

Holbrook, M.B.; Chestnut, R.W.; Oliva, T.A.; y Greenleaf, E.A. (1984). “Play as a consumption experience: The roles of emotions, performance and personality in enjoyment of games” en *Journal of Consumer Research*, 11:728-739.

Larrosa J. (2006). "Sobre la experiencia" en *Revista Aloma*, Filosofía de l'educació, nº 19, Barcelona, pp. 87-112

Levy, J. (1995) “Educating personnel for Leisure in the post-modern 21st Century”, en Ruskin, H. y Sivan, A., *Leisure Education. Towards the 21st century*, pp. 79-93. Provo, Utah Brigham Young University.

López Quintás, A., (1977) *Estética de la creatividad*, Madrid, Cátedra.

Mehrabian, A. y Russell, J.A. (1974). “A verbal measure of information rate for studies in environmental psychology” en *Environment and Behavior*, 6, 233-252.

Mujer hoy, suplemento del grupo Vocento, sábado 30 de junio de 2012, pp. 20 – 25

Ruiz Olabuenaga, J.I. (1992) “La ciudadanía del ocio”, en Equipo de Investigación Interdisciplinar en Ocio, *El Ocio en el Area Metropolitana de Bilbao*, pp. 11-88. Bilbao: Universidad de Deusto.

Rybczynski, W., (1991) *Waiting for the weekend*, New York: Penguin Group. Existe una traducción en español publicada por EMECE, Barcelona, 1992.

Manuel Cuenca Cabeza é Presidente das Redes Otium e OcioGune e Professor Catedrático da Universidade de Deusto, Bilbao (Espanha).
mcuenca@fice.deusto.es

Macarena Cuenca Amigo é Doutora em Ócio e Desenvolvimento Humano e Professora de estratégia na Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas da Deusto Business School, Universidade de Deusto, Bilbao (Espanha).
macarena.cuenca@deusto.es

LEISURE STUDIES AND CULTURE

Reflections on Creative Leisure from an Empirical Research Perspective*

Manuel Cuenca Cabeza

University of Deusto, Spain

Macarena Cuenca Amigo

University of Deusto, Spain

Abstract: Leisure is a significant sector because of its economic importance and its impact on well-being or on current lifestyles. The enjoyment of culture, as a personal decision of the subject that experiences it, is also considered leisure; but neither culture as human production is all leisure, nor is leisure all culture. This article examines the encounter between both concepts from the idea of creative leisure and data obtained from empirical research. From a humanistic approach, one of the great exponents of the relationship between leisure and culture is creative leisure, which has become the current embodiment of the concept of leisure inherited from classical culture. The development of the subject is based on the analysis of the study on Cultural Activities in Spain 2010-11, as well as data relating to two specific researches, conducted at the Institute of Leisure Studies at the University of Deusto, Bilbao (Spain): one on the practices and experiences of leisure in the Autonomous Community of the Basque Country and the other focused on the Experience of Leisure in people who practice a consolidated leisure. From among the conclusions, we highlight the imbalance between the culture of reception and its creative aspect, which makes it necessary to differentiate between leisure practices associated with a broad vision of humanistic leisure and cultural practices whose meaning has been reduced to the consumption of so-called cultural industries. Still, it is evident that there is a wide range of confluence and, in both cases, it is possible to differentiate the two aspects, creation and re-creation, as different scopes of the same reality.

Keywords: Leisure; culture; creative leisure; cultural consumption; cultured leisure.

As we are at a point at which all we hear is either about the recession or a rise in unemployment, ‘Leisure and Culture’ may be considered part of another galaxy – however, it is especially important today. This is due to the fact that both Leisure Studies and Culture refer not only to relevant employment sectors, but also due to the way in which they represent experiences associated with happiness. Hence we can say that in today’s world, both Leisure and Culture have undeniable value and broaden our minds to hopeful horizons, full of possibilities. We will try to explain it on the following pages.

* **Translation:** Aoife Hiney

Leisure Studies and Culture

Leisure is a concept and a significant sector in our society, whether due to its economic importance, its place in our current lifestyles or our social and personal quality of life. Iratxe Arístegui and María Silvestre (2012), while examining the importance that Leisure has acquired in our society, from the results obtained in the “European Survey of Values’ conducted between 1999 and 2008, demonstrate that leisure came to represent an increasingly important sphere in the lives of citizens, in which it is “a value in itself, as work has lost part of its centrality” over the time period investigated. Comparing results from 1999 and 2008 shows the increase in the importance of leisure both in Europe, and, particularly, in Spain. Moreover, in the case of the Basque Country, it is the second most important value, after family and even before work.

Evidently, this survey should be contextualized in the present moment, whence work is a greater concern than leisure, particularly for those who do not have work; however it does not mean that Leisure has lost importance as a value which gives meaning to life. This appraisal is more relevant when we look to the future, because, as the survey demonstrates, “the new generations and, above all, those who have middle and higher education, regard Leisure as a bigger issue, possibly because they attribute different signification and definition to it” (Arístegui and Silvestre, 2012:291a).

This statement is indicative of the attribution of a new significance of Leisure which could turn out to be considerably more relevant than we previously thought. According to the current mentality of citizens in the 21st Century, Leisure is a dominant value, not least because it represents the time in which we relax after work, but also due to its new functions, regarding personal fulfilment, identify, and avoidance of certain circumstances. The discovery of this type of Leisure and its beneficial effects for people and communities is recent, and there are various multiples. We have seen concrete examples, associated with community development, which maintains relations with which we identify, in that we point out some possibilities for the relation between Leisure and Culture.

A few months ago, a publication (Mujer hoy:30.06.2012) featured the positive experience of the orchestra director, Inma Shara and the Help in Action project, related to music. His experience took place in Bolivia in the public school San José Patriarca, in the Bolivian province Chiquitos, where the majority of the 110 students at the centre do not have economic resources. The project donated over 60 instruments, in order for them to learn the language of music – due the scarcity of resources, without the donation, this would have been impossible. Thanks to the support which was received

by the NGO Ayuda en Acción, and various local organisations, the centre has undergone radical change. The headline stated: “music can change people’s destinies”.

In another case, on the 30th of November 2001, El diario montañés published a similar story, with a headline proclaiming “Brazil hears a miracle: 85 teenagers saved by music”. This referred to the ventures of conductor Eliseo Ferreira, the director of the Goiás Orchestra, and their 85 musicians. Shortly afterwards, on the 6th of February 2012, El País published an article based on a Doctoral Thesis undertaken in Valencia, which proved that “99% of students who receive a musical education display positive academic performances”.

Without dwelling on these experiences – which in themselves deserve a conference – we would like to draw attention to the fact that each one represents a reference to the new perceptions of leisure and culture. Culture, Arts, Sports and all other manifestations of Leisure bring new horizons for human development. These are leisure experiences of significant value, in terms of the positive results which they have yielded over time. Thus, this concept is that which we refer to as *Serious or Substantial Leisure*.

In terms of Culture, those observing the current reality suggested that development of what is termed the Cultural Industry is related to the development of the Leisure Industry. Leisure in itself generates a culture which creates networks and connections between those that experience it. Whether we like it or not, the reality is that it is a cultural activity in general, along with other diverse forms of Leisure. As W. Rybczynski (1991) stated, the new citizen must decide what to do and what not to do. This decision is dependent on a range of factors, including economics, time, culture, motivation, tiredness etc.

Culture, taken from where it provides the basis for the subject’s personal decision that they are immersed in it, can be seen as a system where Leisure is present, but Culture is not a human fact of leisure, and neither is leisure in every culture.

As has happened with many concepts and areas, Culture and Leisure have, over time, diluted their conceptual borders, in such a manner as to turn their relationship complex and difficult to objectively define. This is another important reason as to why Culture should be valued according to subjectivity – that is, from each experience. The new understanding of culture must integrate the secular values which are inherent in Tradition Culture with new values, which come from a new International Culture which is the current reality, due to new technology, as explained by J. Levy (1995: 79-93).

The “Cultured” Lifestyle

The modern organisation of social time and labour time allows for the development of a new type of citizen who is socially connected to different lifestyles, from regulating work time to create more freedom at the weekends, during holidays – when we restructure our life rhythm. José Ignacio Ruiz Olabuénaga (1992) studied leisure and our lifestyles in the metropolitan context of Bilbao, and drew attention to what he termed “the cultured citizens’ lifestyle”.

The characteristic trait of this subject is “being” in the world of Arte and breathing “the air of culture”. Its percentage incidence, in the early 1990s was small – between 5-10%; but it may be considered to have a greater social ripple effect, once its presence is taken into account regarding different types of cultural activities, such as theatre, concerts, operas and museums.

From this, we can modify the knowledge which we have regarding cultural practices. The most recent study focusing on Cultural Activities in Spain, 2010-2011, published by the Minister of Culture, showed that the Cultural Leisure had increased, as expected. The results indicated that the cultural activities most frequently engaged in were (on an annual basis): listening to music (84.4%), reading (58.7%), and going to the cinema (49.1%). The following most popular activities were visits to monuments (39.5%), going to concerts (25.9%). The study also found that visits to libraries, theatre, archaeological sites, art galleries and classical music concerts were also popular, with attendance rates of 20.5%, 19%, 13.9%, 13.6% and 7.7% respectively.

Those which were less frequented were ballet and dance (6.1%), opera (2.6%) and *zarzuela* (1.6%). With regard to other cultural activities, the most popular on an annual basis was photography (29.1%), painting or design (13.2%), writing (7.1%) whereas of musical activities, 8% play an instrument and 2.4% participate in a choir. Furthermore, 2.1% participate in drama and 3.9% in ballet or dance. These figures relate to the importance of cultural practice in our society, but on the other hand, in many cultural manifestations, the “cultured” citizen has a greater social presence than before.

Of those who visited museums, art galleries or exhibitions over the previous year, these can be described as Spanish citizens who enjoy a “cultured leisure” lifestyle. As previously affirmed, these citizens not only like certain cultural activities, but when possible, participate in other cultural activities.

A large part of theatre-goers, for example, also attend opera or concerts. Furthermore, many citizens in this group also buy books, videos and recordings related to their

lifestyle preferences. The table below displays the current situation according to the most recent study by the Ministry of Culture.

Table 1: Indicators of inter-relational cultural participation (percentages)

	Attended a museum (year)	Read (year)	Attended the theater (year)	Attended contemporary music concerts (month)	Attended the cinema (year)	Listen to music (month)
TOTAL	30,6	58,7	19,0	25,9	49,1	82,7
Those who attended museums, galleries and exhibitions	80,7	84,9	38,6	40,4	71,9	93,6
Those who read (quarter)	47,5		30,0	35,5	66,5	92,9
Those who attended arts performances	63,2	85,6	84,7	45,6	74,6	94,1
Those who attended concerts	50,2	80,1	36,2	85,6	71,4	96,0
Those who attended the cinema	46,4	77,8	29,9	38,2		94,1
Those who listened to music (month)	34,5	65,8	21,7	30,2	55,9	
Those who are using the computer (month)	44,0	78,1	27,5	37,4	69,8	94,4

Source: Division of Cultural Statistics, Spain's Ministry of Culture, 2011.

The knowledge of lifestyles in relation to leisure, contributes to our understanding of the process of cultural consumption, as lifestyle is not determined solely by economy – although it is also important. As has been observed, education is also a huge influence. Cultural activity is not just attendance at events, reading books or accessing cultural programmes provided by various means of communication. Culture, seen as leisure, is not an accessory but an experience, a vital human experience which becomes reality when coupled with art or cultural events.

Creative Leisure

From a humanistic perspective, the correlation between Leisure and Culture refers to Creative Leisure, which is itself inherited from Classical Culture, leisure which is related to training, reflection, culture and personal development.

Creative Leisure is interpreted as a specific manifestation of Leisure which is characterised by creative experiences, from a more global perspective, as creation and re-creation. It is related to a diversity of Cultural experiences, environments and resources. It is linked to Cultural Leisure, characterized by experiences which are instinctively concurrent, but is more complex and over time, much more fulfilling.

According to Csikzentmihalyi (2001), the development of psychological complexity considerably greater when leisure is in conjunction with creativity. Creative leisure comprises experiences which allow access to high levels of complexity. Each of us possesses a creative potential which we can develop and which will allow us even more satisfactory experiences. Thus, Csikzentmihalyi's findings also interpret creativity as "the ability to spontaneously change the way we think and we act in the world". This reality is compatible with leisure experiences, as "in a world of ideas, leisure allows us to temporarily disconnect from reality, allowing new possibilities which will later be transferred into a new reality" (Csikszentmihalyi, 2001:19-20).

Creative leisure is one of the five dimensions which comprise autotelic leisure, which is explained in detail in previous publications (Cuenca, 2000, 2004, 2010). This creative dimension, in common with other dimensions (games, festivities, environmental-ecological and solidarity), the freedom of action and education, autotelism, the perception of gratification related to action, are in fact more attitudes than actions in themselves. This correlates with the specific characteristics of Culture – conscious, reflective, global and open. This is related to self-actualisation, which is implicit in learning and training. Cultural and artistic reception, understood from this point of view, is seen as an active attitude, which is what allows creative dialogue with reality or, to quote Alfonso Lopez Quintás (1977), the creation of "meeting areas" that make dialogue, openness and creative enrichment possible.

The Two Strands of Creative Leisure

The creative dimension of leisure becomes reality following two complementary strands – creation and "re-creation". Creation is inventing something, or simply a gratifying creative experience. The creative experience is present in authors and actors. The other strand of creative leisure is "re-creation", which in this case, means to give a new life, to re-create from that which has already been created. López Quintás found that the enjoyment of re-creating comes from re-living the creative artistic process, but apart from the process, the leisure experience brings us the message of the work of art, and its personal and cultural significance.

Firstly, "re-creation" can be considered as having nothing to do with creativity; however, although the words and specific circumstances of those who "re-create" are always different, with each leisure experience, the potential for personal change can be regarded as a complex psychological experience. Thus, to "rebuild" a culture is only possible from its place of origin, as such, one should "imagine yourself radiating at its core, redo your basic experience and realize the fundamental insight that this

experience lit the spirit of the author” (López Quintás, 1977:23). From the dialogue between the people and cultural works, emerges an authentic meeting which provides a ray of light.

Based on concrete research, in terms of the creative strand, we referred to leisure practices, such as music, drama, singing, photography, dance, painting, crafts, writing, sewing and DIY. In relation to “re-creation”, we highlight leisure experiences motivated by reading, listening to music, visiting art exhibitions, or learning experiences such as using the internet.

The strands of creation and re-creation are essential in order to understand the inter-relationship between Leisure and Culture. Both bring us to the latter in different ways. Views from a social perspective are complementary and inter-dependent. It is not possible to speak of art without amateur artists, nor those who manifest some kind of interest in creating art and their creative references. The lack of amateurs or experts leads to a lack of an audience. The creative and re-creative strands of leisure cannot be considered distant from the intrinsic motivations of spectators or of actors, given that training, understood in the broadest term (not necessarily academic) constitutes an essential factor.

Some clarifications before continuing

Up until now, we have looked at the conceptual and referential aspects of the theme. In order to continue, we wish to clarify our intention, and reflect on the theme based on the data from two empirical studies, which have evolved over the past few months, and which are the basis of the concept of Humanist Leisure.

Firstly, to clarify what is understood by Leisure, and specifically, by Humanist Leisure. The most concise form indicates that – if we move away from a solely economic and utilitarian perspective – our reflections are centered on the importance of leisure experiences for their own sake. To clarify, in general, we consider that Leisure is all that people do in their spare time, and simply because it’s what they like to do. In defining the generic vision of Leisure which we consider from its origins, however, we see that it is neither a time, nor an activity which constitutes leisure, rather a communal or personal action which is rooted in motivation and enthusiasm.

To further explore this point, we draw attention to that which we research regarding Leisure – though networks such as the Redes de Investigações Otium e Ociogune, and specifically, the Institute for Leisure Studies at the University of Deusto. That which we conceive to be ‘Humanist Leisure’ can be considered responsible for the development of

Western culture. This is due to the fact that the birth of philosophy and Greek-Roman sciences cannot be imagined without the existence of numerous groups of free citizens, who perceived themselves to be excluded from work and were able to devote themselves to theory and contemplation. This leisure shows us a great deal about their capacity to generate culture and development, due to their direct relationship with global values which are still relevant in today's world, amongst which we can highlight liberty, satisfaction and freedom, not to mention references to identity and justice.

These values, already present in Classic Leisure, are those which are still relevant today in Humanist Leisure, far from their ancient reality, but understood as that whereby Leisure defends human dignity (Cuenca: 2000, 2004,2005). Leisure which is recognised through its positive characteristic, which favours personal and community improvement, and which sustains the fundamental values previously described.

Empirical Support

Regarding empirical support, we will refer to data from two investigations, namely *Prácticas y experiencias de ocio en la Comunidad Autónoma del País Vasco*, and *Experiencia de Ocio en personas que practican un ocio consolidado*.

To gather data regarding Leisure experiences and activities according to the concept of humanist leisure, 450 questionnaires were distributed to a representative population from the Autonomous Community of the Basque Countries, according to the 2001 census, published by the National Statistical Institute in 2004. To determine the *corpus* of the study, it was observed that the sample group was formed according to province, age and gender. The method to collect data was direct research, as it allowed a certain trust in the answers to all the fields that make up the instrument and if in doubt, allow immediate clarification.

It is not possible to detail all the factors and methodological details of the research, but taking into account the population object of study and the final sample size, it presented a sampling error of less than 4.7% and a confidence level of 95%. The sample was distributed considering the subject and discriminatory variables determined early in the process. The period of the investigative process happened between the years 2009 and 2011. The research regarding "People's Leisure Experience" (*Experiencia de Ocio en personas que practican un ocio consolidado*) was conducted using open questionnaires, distributed to 215 people who participate in substantial leisure (106 men and 109 women), of various ages (49% under 40 years of age, 51% over 40 years of age) from different working environments and backgrounds (19% with primary school

education, 52% with secondary, 15% with professional courses and 14% with higher education)². The research took place in 2011.

The objective of this investigation was to contrast the opinions and previous studies with respect to the experiences of leisure according to the current reality especially associated with impressions of people with whom this research were performed previously. In this case it was not intended to demonstrate quantitatively significant aspects associated with the experience of leisure, but more real knowledge on the experiences of selected people from their leisure practices.

The sample group for the study were those who practice substantial leisure, understand as a habitual practice of a lasting form of leisure, at least over the last three years. No attempt the actual number of these practices, but took into account the difference between the sexes and ages. The goal of the research did not require a show socially significant but considered it important to see the different predilections among practitioners (aficionados).

In this exhibition we make reference to a research component that has more to do with the subject we treat here, the creative dimension of leisure. In this case the sample is reduced to 92 people practicing creative leisure (31.5% men and 68.5% women), of different ages (39% under 40 years of age and 61% over 40 years) with different work situations and varied levels of training (12% with primary education, 56.5% had secondary, 17.5% with professional courses and 12% with higher education). In relation to creative and re-creative variants, the study showed that 52% of the sample is considered practitioners of the first and of the second, 48%.

The experience of creative leisure according to empirical investigation

Based on our reflections, we now display data from these studies with the purpose of analysing the realities of creative leisure and leisure, and then discuss some implications. Due to time constraints, we selected some significant aspects to the more specific questions of both investigations

Leisure Practices and Experience in the Basque Country Community

We pause briefly to clarify the meaning of the creative dimension between Basque citizens. In an initial reflection on general practices, according to the data, we refer to a minority or very popular leisure activity. In the first case, the data indicates that such

² From now on quoted as Inves. Experiencia de Ocio IEO-UD, 2011.

leisure practices are practiced by only slightly over 15% of Basque citizens. Furthermore, only 4% would select this leisure activity as a favourite. In a broader sense, however, so we can say that the creative leisure is practiced by a large number of people. The practices that stand out are those presented in the following table:

Table 2: Practiced activities in the creative dimension

	Total	Man	Woman	18 to 29 y.o.	30 to 44 y.o.	45 to 64 y.o.	65 or over
Watching movies in the cinema or at home	64,7%	67,0%	62,5%	77,9%	66,7%	64,4%	48,9%
Listening to music	53,3%	53,7%	53,0%	80,0%	63,6%	50,8%	16,0%
Watching cultural TV programmes (documentaries, debates...)	51,6%	54,6%	48,7%	37,9%	47,3%	62,9%	55,3%
Reading books that I like (short stories, novels...)	53,3%	45,0%	61,2%	46,3%	48,8%	65,9%	48,9%
DIY and crafts (bricolage, pottery...)	22,2%	18,3%	25,9%	11,6%	20,9%	24,2%	31,9%
Collecting something (stamps and other things...)	3,3%	5,0%	1,7%	4,2%	2,3%	3,0%	4,3%

Source: *Práticas de ócio no País Vasco, IEO-UD, 2011.*

The data indicates that, from these activities, the creative dimension of participation provides a high index. According to gender, three of the practices are more associated with males: watching movies (67%), watching cultural programmes (54.6%) and collecting something, even if that third option is less than the previous (5%). For women, it is clear that reading is predominant (61.2%), but we must also highlight the dominance of crafts (25.9%).

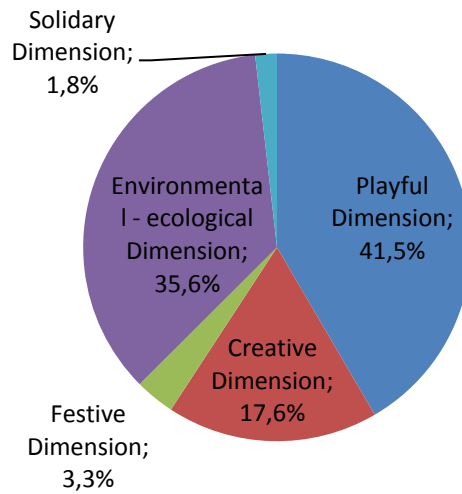
Regarding ages, we can indicate that there are two practices that decrease gradually with age, watching movies and listening to music. Possibly, if we consider the data that contributes to the study, the age at which it produces greater enjoyment and practice of creative leisure is between 45 and 64 years of age

Here we find the balance between the practical cultures of youth leisure activities and the maturity of other practices that have less importance among young people. I refer to the watching of cultural programs, reading books or other creativity such as DIY and crafts. The age between 30 and 44 years is therefore a transition between these states. For retirees, what we see is a shift away from juvenile leisure practices, except in the case of collecting. Interestingly, and although it is a practice with little significance, young people (4.2%) and retirees (4.3%) have shown to be most interested in collections.

Continuing with this broader vision of creative leisure, we now concentrate on leisure practices which are generally more satisfactory for the surveyed citizens, finding that

the position with a creative dimension, with respect to other dimensions of leisure, conforms to the following graphic.

Graphic 1: Principal Activity in terms of leisure practices

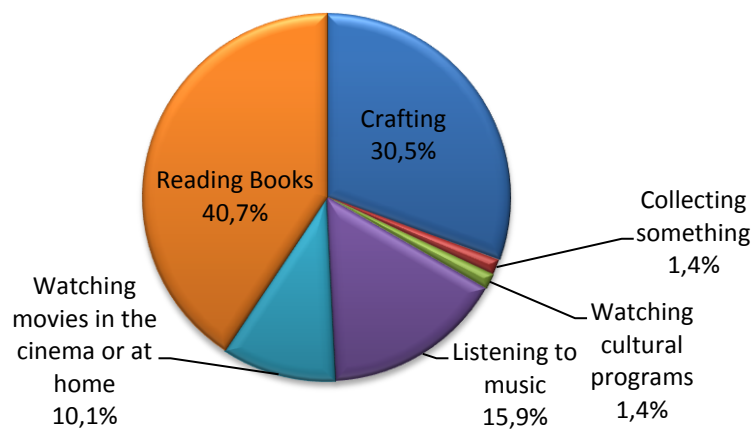


Source: Práticas de ocio no País Vaco, IEO-UD, 2011.

It may be noted that the dimensions in which the most preferred leisure experiences are located are the playful dimension (41.5% of the sample) and the environmental-ecological (35.6%), followed with the creative dimension (17.6%) and festive and solidary dimensions, the latter two with particularly low percentages. From the point of view of gender, men predominantly opted for playful dimension, while among women the creative and environmental-ecological dimensions were most popular.

Regarding the Creative Dimension, general data about practices focuses on the following preferences.

Graphic 2: Activities of the Creative Dimension



Source: Práticas de ocio no País Vasco, IEO-UD, 2011.

The data indicates that reading books (40.7%) and crafting (30.5%) are the two most rewarding experiences. After these, those with significant percentages are listening to music (15.9) and watching movies in the cinema or at home (10.1%). Of less significance is watching cultural programs and collecting something. This overview complements when we say, as we stated before, that reading is more predominant in women than in men, as well as music and crafts, where the percentage is slightly higher. The men just stand out in the case of watching movies, which is exactly twice (14.8%) that indicated by women (7.1%).

Considering the ages, we can infer that the preference for music stands out among subjects between 30 and 44 years, followed by the young and the over-45s. The preferences for reading results are quite similar at all ages except in people between 30 and 44 years where the rate is lower. Other than this, it has high percentages in all ages, the collecting, as the most satisfying activity, only appears between the ages of 45 to 64 years, and then with very low percentages. (3.8%), the same happens in watching cultural TV programmes. Crafts are very satisfactory for those over 65 years. More than half of those who practice this activity are in this age group, thus we infer that individuals below this range exhibit progressive disinterest until the young where the percentage falls to zero.

The Experience of Leisure in People who practice Consolidated Leisure

The second study mentioned draws attention the fact that creative leisure in general tends to attract double the amount of women as men, and that the age of those selected increases as does the degree of training. These aspects can be considered significant.

In contrast to the Basque country research, we can observe that between groups of people whose preferred leisure activity is related to culture, there is a slightly higher percentage of women – 61.8% - to men (38.2%). Only 11.8% of those who choose preferred activities are younger than 30 years. 23.5% of those who choose this option are college students.

In order to investigate this data, we can observe the specific differences between the creative dimension and general experiences of leisure, and concentrate on two aspects. In the first, the perceived benefits for those who take leisure to be something serious, and then we compare these to the data analysed from other dimensions, in particular the creative dimension. Secondly, other practices and their influences.

Benefits

We now focus on the perceived benefits. Two open and inter-related questions, whose responses were subsequently grouped into variables, help us. First, how those surveyed feel when they experience their leisure experience. Then back to the subject, but from the point of view of the completed action, asking them about what brings them to this experience. Both issues related but different, link the different dimensions, bringing enlightening results.

In general, it is said that the experience of leisure is based from an action which is very enjoyable. This statement can be proven in the data presented below, as it corresponds to the responses of the participants to the first research question to which we refer.

Table 3: How do you usually feel when participating in your leisure experience?

ITEM	PERCENTAGE
Satisfaction	65%
Relaxation	21%
Fugacity of time	2%
Self-fulfilment	4%
Overcoming	3%
Liberation	4%
Others	1%
TOTAL	100%

Source: Invest. Experiencia de Ocio IEO-UD, 2011

A summary of the responses to the question "how do you feel when you participate in your leisure experience" shows that satisfaction is awarded the highest percentage (65%), followed by sensations such as relaxation (21%), and a whole series of emotions of minor importance which differ according to the leisure dimensions analyzed in the study. Noting that the data refers to the creative dimension, we see three significant characteristics, with respect to information that appears in the table: the satisfaction decreases to 61%, increases relaxation (detachment from reality) by 29% and its practitioners are the ones who realize the fleeting nature of time.

These sensations correlate with the concept of Flow, developed by psychologist Mihályi Csikszentmihalyi (1975). A person enters flow when they are fully acquitted by an activity during which they lose track of time and experience tremendous sense of satisfaction. Thus, pleasure or satisfaction are confirmed as the main characteristics of leisure experiences, which in turn are related to personal development. In fact, the results obtained confirm the three dimensions of emotional experience-Pleasure-

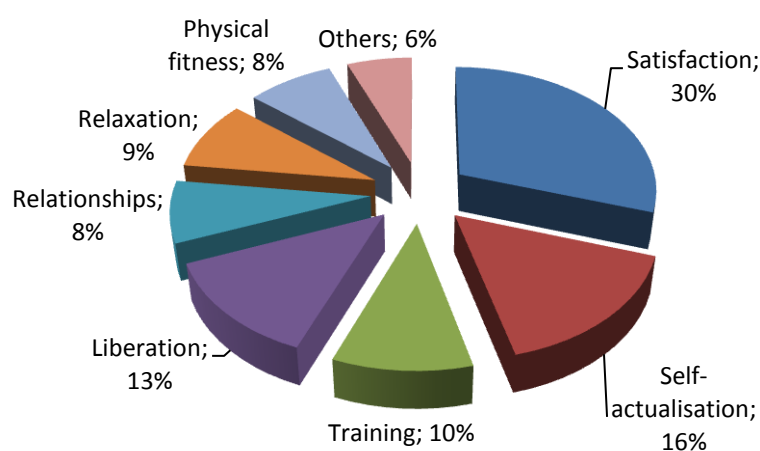
activation domain (PAD Scale) of Mehrabian and Russell (1974), applied to leisure contexts (Holbrook, Chestnut, Oliva and Greenleaf (1984), and games (Bearden and Netemeyer, 1999) or tourism contexts (Goytia, 2008b).

According to experiencing something that happens, it's not so much what we do, but what we experience, we can say that what matters most is not the action but the passion in the experiment. J. Larossa (2006:108) argues that "experience cannot be captured in the logic of action, but from the logic of passion, reflection on the subject himself as being passionate." This explains why a person does not have the same tastes (an aspect that directly affects the decisions of leisure), or react to external stimuli with the same emotional response in a certain moment, and in the same vein, why reactions to the same stimuli vary according to the context and when these occur. As Fericlga (2000:13) affirms, emotion – and in particular, feelings – are born of interpretations of situations, and not the situations themselves. This fact implies the existence of a relationship between emotions, cognition (memory in particular) and training.

Going towards the dimensions of leisure, in terms of the creative dimension, satisfaction is the greater in creative experiences (76%) than re-creative. On the contrary, albeit with less impact, relaxation is greater in re-creative activities (35%) than in creative (18%).

Turning to the second question, it is associated with the results understood as benefits for those who frequently participate in these leisure activities. Thus, the response to the query “in general, what are your personal gains from this experience?”

Graphic 3: “In general, what are your personal gains from this experience?”



Source: Invest. Experiencia de Ocio IEO-UD, 2011

The information presented in this graphic demonstrates an increase in the variables, drawing attention to the social relation and the physical form. However, the dominant sensation is still ‘satisfaction’, but this time it is shared with ‘self-actualisation’ and ‘liberation’. Satisfaction, self-actualisation and liberation are essential values in understanding leisure, and consequently, the values which emanate from the leisure practices which we study. This is increasingly confirmed through our research.

Further exploring this date from a creative dimension, the situation is the following.

Table 4: What are your personal gains from this experience?

ÍTEM	Total	Creative Dimension
Satisfaction	30%	27%
Self-actualisation	16%	24%
Training	10%	22%
Liberation	13%	12%
Relationships	8%	3%
Relaxation	9%	8%
Physical fitness	8%	---
Others	6%	4%
TOTAL	100%	

Source: Invest. Experiencia de Ocio IEO-UD, 2011

Here we highlight a slight decrease in satisfaction item that draws attention to the increased significance in the creative dimension of self-realization and training.

Uniting liberation, relaxation and relationships with self-actualization, we find that there would be four results of creative experience: Satisfaction, Self-actualization, Training and Liberation. Following this reasoning we might ask: is it true that training includes self-actualization? Here the order ranking varies, with self-actualization first, (45%), followed by satisfaction (27%) and release-relaxation (20%).

Further exploring the creative dimension brings new information. The variable creation produces a balance between satisfaction and self-actualisation, whereas the variable in re-creation is predominantly fulfilment (61%), although it is dependent on training, according to 38% of practitioners.

Starting Points and Influences

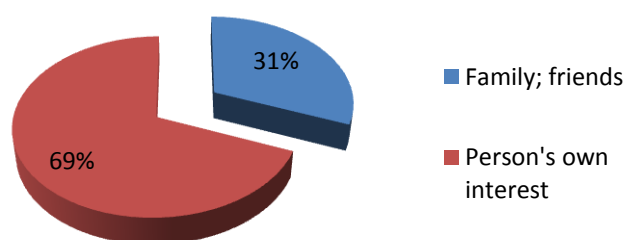
The research regarding Cultural Habits and Practices in Spain 2001-2011, noted that there is a direct correlation between training and practice of cultural leisure. This explains why the majority of consumers of Cultural Industry are people with University

backgrounds. However, this does not appear to justify the fact that people may have a serious leisure activity, thus a very important aspect is to understand how those interviewed may have a serious leisure experience. This has a lot to do with initiation and learning, as it is not possible to like what you do not know, but is also related to influences – that which influences someone to take an interest in something and to develop a hobby as it is something that they enjoy.

Starting point

The next question is ‘how did you become interested in this hobby?’ which was formed to find out who or what influenced the person in their hobby. Some responses were very common and logical, relating to the particular person’s hobby. They tended towards “I always liked it”, or “since I was a child”.

Graphic 4: How did you become interested in this hobby?



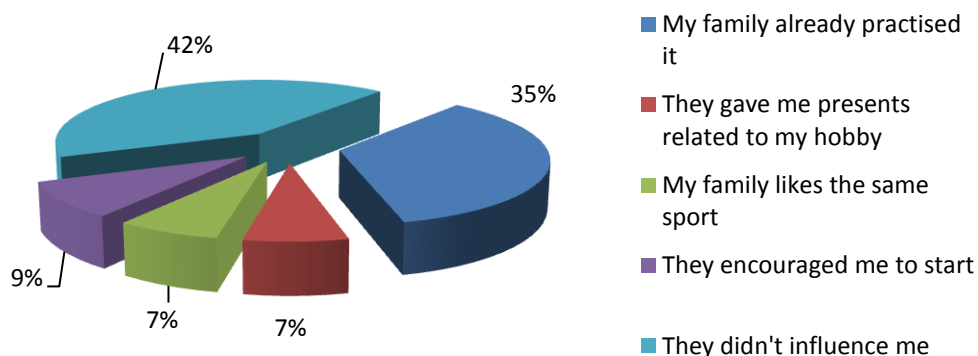
Source: Invest. Experiencia de Ocio IEOS-UD, 2011

In this case, we can see the significance of family and close friends, even though the person’s own interest is dominant. This general vision intensifies if we consider the numbers according to the dimension of leisure in which we are interested. In the creative dimension the influence of family and close friends increases by 36%, this is not observed in other dimensions.

This new information affirms that family has a major influence on hobbies in the creative dimension. In the creative variable, it explains the answer “I was interested since I was a child.” In the re-creative variable, we find responses such as “when I was a girl, my mother used to read a lot. She bought me children’s books”. In these cases, the influence of school is not clear-cut.

To distinguish between school and home, the following question was posed:

Graphic 5: Influence of family in leisure practice



Source: Invest. Experiencia de Ocio IEOS-UD, 2011

Here, we may observe that the influence of the family is greater than previously considered.

Table 5: Influence of family in leisure practice

ÍTEM	Total	Creative Dimension
My family already practised it	35%	38%
They gave me presents related to my hobby	7%	15%
My family likes the same sport	7%	---
They encouraged me to start	9%	7%
They didn't influence me	42%	40%
TOTAL	100%	

Source: Invest. Experiencia de Ocio IEOS-UD, 2011

This new data symbolises the influence of the family, which is greatest in the creative dimension of leisure, whereas it is less of a variable in creative than in re-creative.

Towards Some Conclusions

From what has been presented, we can draw some conclusions which help us to profile the circumstances which are favourable in the meeting between Leisure and Culture, as was our intention.

It is firstly necessary to define the difference between leisure practice in the creative dimension, associated with an ample view of humanist leisure and cultural activities, which means a reduction in the consumption of cultural industries.

In the first case, we highlight the active implication of the subjects and in the second the orientation towards consumerism. Furthermore, it is evident that a wide range of confluences exist and, in both cases, it's possible to differentiate between the two possibilities, creation and re-creation, as different areas which relate to their own reality.

As can be seen through the statistical and general data, the creative dimension is no more practical or popular than between dimensions of leisure, which could be particularly significant for generations who are more cultured and thus represents interesting perspectives for the future. In general, it may be said that the belief of a relationships between creations (the act of creating) and self-expression is predominantly accepted culturally, as is clearly demonstrated by the statistical data.

The first reflection is based on humanist leisure, the warning about the scarcity of creative practices, due to a number of reasons. One is because experiences of creative leisure have major implications for subject and greater development of competencies, but also because these competencies which develop with practice enables the reception of a richer and more detailed understanding of cultural creations, thus increasing customer satisfaction.

The knowledge which we are developing through analyses of creative leisure experiences and the knowledge on a social level where leisure is practiced in a substantial way are equally interesting. The practitioners of this serious leisure give us a series of fundamental explanations which allow us to understand the importance of a deeper leisure experience. In the first case the analysis of audiences at cultural events demonstrates that education is a factor directly proportional to the development of this type of leisure. In fact, we saw that a University education is a relevant indicator of an audience who like culture.

The analysis of the practitioners (aficionados) of leisure allow us to confirm that creative leisure experiences are also directly related to education, but in this case, with regard to people with a middle education. The analyses about their perceptions permits us to argue that creative leisure, as a continuous experience, has three fundamental characteristics in its practice: it must be satisfying, it must be freedom from routine, but above all, it must promote self-actualisation, which is the sensation of being your 'best self', which allows a great understanding of the world, or others, and of your own self.

The creative leisure has a common substrate, satisfaction and relaxation, which have a certain proximity to other types of leisure and cultural enjoyment. But, at the same time, they have certain characteristics which make them especially valuable.

We highlighted the capacity for self-actualisation and education, according to the interviewed practitioners of creative leisure. Due to the responses, emotional benefits with a cognitive and social significance may be considered important. With regard to the matrixes which hold the variables, it appears logical that creation is identified as a personal and emotional act which promotes self-actualisation and liberation. Furthermore, re-creation gains a special value in terms of cognitive benefits.

It should be noted that, in the creative dimension, both short and long term results exist. In the first case, the practitioners highlight their satisfaction with the highest value; but in the long term the same people showed that the sensation of self-actualisation could have superior benefits. These aspects take into account the potential for personal and social development, the experiences and the need to stimulate cultural leisure, which is often more closely related to higher training and business, as from these first practices of creative leisure, they have been associated with the democratization of culture.

As observed through this paper, creative leisure tends to attract more women than men, older people than young. These statements are valid in terms of their reference to the general population. A final question remains. If the creative dimension of leisure is so vitally important - for its own sake, for its impact of cultural values, for personal and community development – what will we do to incentivise it? Although we believe that this paper has offered many possible solutions, we wish to suggest still more. The practice of creative leisure has two essential elements which are inter-related and have potential, although we do not believe that either is totally determinant. These are sensibility, quality and personal taste on one hand, and the education received on the other. Regarding the first aspect, we can say very little, only that education can result in the fulfilment of potential.

In terms of training, we observe an unethical situation. On one hand, there is a relation between audiences for culture and those with academic training. On the other hand, for those who take their leisure practice seriously, the role of the family is highlighted whereas academia is rare. We venture to propose some final possibilities which we will leave for now, until they have matured. It appears that, in effect, formal education is always concerned with cultural education, and this is successful. What is not clear is

whether this is concerned with an educational adjustment towards leisure – in this case, a taste for creative leisure.

In terms of leisure studies, as has been observed, it is an emotional, not a rational domain. Thus, we observe a rare occurrence in school, but on the contrary, plenty of incidences in family life. The family educates by example, through immersion in ambient and situations, and through non-explicit objectives which parents foster through their moral support, presence and prizes.

This is the key question. In reality, family represents an essential nucleus which promotes the meeting of leisure studies and culture. At present, society must learn from familiar experience new ways of reaching the potential of culture and transforming it, as has already happened in the classical world, in terms of satisfaction and personal development.

References

Actividades culturales en España 2010-11. Madrid: División de Estadísticas Culturales, Ministerio de Cultura.

Aristegui, I. y Silvestre M. (2012) “El ocio como valor en la sociedad actual”, en Arbor, Vol. 188, n 754 marzo-abril, pp. 283-291.

Bearden, W.O. y Netemeyer, R.G. (1999) *Handbook of marketing scales: Multi-item measures for marketing and consumer behavior research*. Columbia: Sage Publications.

Censo de Población y Viviendas de 2001. Madrid: Instituto Nacional de Estadística en el 2004

Csikszentmihalyi, M. (1975) *Beyond boredom and anxiety*. San Francisco: Jossey bass publishers.

Csikszentmihalyi, M.; Cuenca Cabeza, M.; Buarque, C.; Trigo, V. y Otros,(2001) Ocio y desarrollo. Potencialidades del ocio para el desarrollo humano. Colección de Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M. (2000). *Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M. (2004). *Pedagogía del ocio: Modelos y Propuestas*, Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M. (2005). Ocio Solidario. La experiencia en grupos de jóvenes y jubilados. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M. (2010). Ocio para innovar. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao: Universidad de Deusto.

Cuenca Cabeza, M., (2004) “El ocio como experiencia humana” en *ADOZ, Revista de Estudios de Ocio*, nº 28.

El diario montañés

<http://www.eldiariomontanes.es/v/20111030/sociedad/destacados/brasil-suenamilagro-20111030.html>

El País, diario, 6 de febrero de 2012

Fericgla, J.M. (2000). “Cultura y emociones. Manifiesto por una Antropología de las emociones”. Conferencia inaugural del III Seminario sobre Estados Modificados de la Consciencia y Cultura, Universidad de Caldas, Manizales (Colombia), 23 a 26 de agosto del año 2000. Tomado de la Web <http://www.etnopsico.org/index.php> el 20 de julio de 2010.

Goytia Prat, A. (2008b). *Los rostros de Ulysses. Modelo para el análisis de turistas en función de la experiencia de ocio*. Germany: VDM Verlag Dr. Müller.

Holbrook, M.B.; Chestnut, R.W.; Oliva, T.A.; y Greenleaf, E.A. (1984). “Play as a consumption experience: The roles of emotions, performance and personality in enjoyment of games” en *Journal of Consumer Research*, 11:728-739.

Larrosa J. (2006). "Sobre la experiencia" en *Revista Aloma*, Filosofía de l'educació, nº 19, Barcelona, pp. 87-112

Levy, J. (1995) “Educating personnel for Leisure in the post-modern 21st Century”, en Ruskin, H. y Sivan, A., *Leisure Education. Towards the 21st century*, pp. 79-93. Provo, Utah Brigham Young University.

López Quintás, A., (1977) *Estética de la creatividad*, Madrid, Cátedra.

Mehrabian, A. y Russell, J.A. (1974). “A verbal measure of information rate for studies in environmental psychology” en *Environment and Behavior*, 6, 233-252.

Mujer hoy, suplemento del grupo Vocento, sábado 30 de junio de 2012, pp. 20 – 25

Ruiz Olabuenaga, J.I. (1992) “La ciudadanía del ocio”, en Equipo de Investigación Interdisciplinar en Ocio, *El Ocio en el Area Metropolitana de Bilbao*, pp. 11-88. Bilbao: Universidad de Deusto.

Rybczynski, W., (1991) *Waiting for the weekend*, New York: Penguin Group. Existe una traducción en español publicada por EMECE, Barcelona, 1992.

Manuel Cuenca Cabeza is President of the Otium and OcioGune Networks and Cathedric Professor in the University of Deusto, Bilbao (Spain).

mcuenca@fice.deusto.es

Macarena Cuenca Amigo has a Ph.D in Leisure Studies and Human Development and is a Professor of strategy for the degree in Business Administration and Management at Deusto Business School, University of Deusto, Bilbao (Spain).

macarena.cuenca@deusto.es

NOVOS DESAFIOS PARA A INVESTIGAÇÃO SOBRE CULTURA

Prioridades de investigação no domínio cultural da EU*

Cristina Ortega Nuere
Universidade de Deusto, Espanha

Isabel Verdet Peris
Universidade de Deusto, Espanha

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar quais são as prioridades da pesquisa sobre a cultura no início do século XXI, no âmbito da União Europeia. Para conseguir isto, as prioridades dos programas Europeus e as políticas públicas são extraídas dos principais documentos políticos relacionados com a cultura. São analisados os programas europeus que financiam projetos culturais e também são fornecidos alguns exemplos de projetos já financiados. A análise dos dois tipos de fontes bibliográficas torna possível a dedução dos desafios enfrentados pelos investigadores hoje em dia no domínio da cultura na UE. Os resultados desta análise de comparação mostram que as novas áreas temáticas são uma das áreas de culturas em que há alguns "nichos de pesquisa". Embora este artigo se focará nas novas áreas temáticas, a análise mostra que a internalização e o *networking*, bem como a transferência de conhecimentos, também são prioridades de pesquisa. Em outras palavras, deverá haver mais iniciativa nestes campos e projetos de investigação que abordem estas questões, encontrando assim financiamento através de programas da UE nos próximos anos.

Palavras-chave: Políticas culturais europeias; investigação cultural; financiamento cultural.

Introdução

Num momento em que todo o continente está perante uma grave crise económica, Europa assume o desafio de se reinventar, e a criatividade parece ser um fator-chave para isso. José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, afirmou no prefácio da Estratégia Europeia 2020, que "a crise é o momento de despertar, o momento em que reconhecemos que "não devemos limitar-nos a continuar a tratar das coisas como habitualmente" e que isso irá levar-nos a um declínio gradual, para o segundo lugar da nova ordem global. Está na hora de sermos ambiciosos" (Comissão Europeia, 2010, p.3). Os programas e as políticas culturais são essenciais na formação dessas empresas ambiciosas alternativas, sem esquecer as suas contribuições para o desenvolvimento social, inclusão e coesão.

* **Tradução:** Andrei Manoliu e Maria Elena Ortiz
Revisão: Silvana Costa

As Instituições Europeias, bem como outros atores políticos desde o nível local ao nível global, estão cada vez mais conscientes do potencial da cultura, o que explica a publicação de um grande número de documentos sobre a cultura a partir de 2001, que visam estabelecer as prioridades que as políticas e os programas culturais devem seguir. Para desenvolver adequadamente as estratégias para alcançar as principais metas estabelecidas por estes documentos, a formulação de políticas tem de trabalhar lado a lado com a investigação; de forma a identificar melhor as necessidades, desenvolver e executar programas culturais e, finalmente, avaliar os seus resultados.

De acordo com isto, as questões deste trabalho de investigação são: existe uma ligação inequívoca entre as principais prioridades que guiam as políticas culturais Europeias e as linhas de pesquisa financiadas pelas Instituições da UE no domínio da cultura? Quais os "nichos de pesquisa", ou seja, as prioridades que podem obter recursos de financiamento de programas de investigação através de financiamento da UE?

A metodologia seguida para responder a estas perguntas tem sido a análise detalhada de documentos relevantes sobre a cultura, que têm um impacto na criação de políticas a nível europeu. As prioridades resultantes serão depois cruzadas com as linhas de investigação financiadas por programas da UE. Como forma de conclusão, os "nichos de investigação" são identificados e são fornecidas outras recomendações para uma estratégia mais abrangente no campo da investigação cultural.

1. Prioridades para políticas culturais europeias e programas

No início do século XXI, a paisagem cultural Europeia é marcada pela publicação de muitos documentos de referência que visam suscitar o debate sobre as políticas culturais de diferentes perspetivas. Alguns dos documentos mais relevantes – revistos em detalhe adiante, seguindo a ordem cronológica de apresentação – são: a *Estratégia Europa 2020*, a *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*, a *Agenda 21 da Cultura*, a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, e mais especificamente, a *Agenda Europeia para a Cultura*, o *Livro Verde sobre as Indústrias Culturais e Criativas*, e o *Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014*. O primeiro documento a ser apresentado é ***Estratégia Europa 2020*** emitido em **2010**. Este não é o documento mais recente, nem é específico sobre a cultura. No entanto, é apresentado em primeiro lugar porque é uma estratégia abrangente para enfrentar e superar a crise reforçando três prioridades: crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Algumas destas questões são, obviamente, muito ligadas à cultura na sua dimensão mais ampla, como um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo está ligada ao conhecimento, inovação e coesão social e

territorial, entre outros elementos. Mais especificamente, esta *Estratégia* fornece os alvos – estabelecidos pela Comissão – a serem cumpridos em 2020. Estes objetivos principais estão relacionados com o emprego, o investimento em R&D, questões ambientais, educação e da pobreza, que são, ao mesmo tempo, representantes das três prioridades acima mencionadas.

Pode-se argumentar que as prioridades para quais a cultura pode dar um maior contributo são a inteligência e o crescimento inclusivo. As iniciativas emblemáticas lançadas pela CE nesta Estratégia relacionada a estas prioridades fornecem uma visão geral sobre o papel que a cultura poderia desempenhar na sua realização. Para um crescimento inteligente, a CE recomenda a promoção de: inovação R&D; educação, formação e aprendizagem ao longo da vida; e da sociedade digital. No que diz respeito ao crescimento inclusivo, as ações serão focadas no emprego, habilidades e a luta contra a pobreza.

O primeiro documento oficial internacional significativo que é específico sobre a cultura é a ***UNESCO Universal Declaration on cultural diversity (2001)***, adotado pela Conferência Geral da UNESCO. Esta declaração foi emitida no contexto pós-9/11, o que explica seu foco na preservação da diversidade cultural, como um elemento necessário para a humanidade, que pode "evitar a segregação e o fundamentalismo em nome das diferenças culturais" (UNESCO, 2001). Para promover a diversidade cultural, a Declaração oferece 12 artigos organizados conforme os quatro seguintes títulos: identidade, diversidade e pluralismo; a diversidade cultural e os direitos humanos; diversidade cultural e criatividade; diversidade cultural e solidariedade internacional.

Juntamente com a Declaração, foi fornecido um Plano de Execução para a sua implementação, contendo orientações mais explícitas para o desenvolvimento de políticas públicas no domínio da cultura. Estas prioridades, como para cada órgão da Declaração da ONU, pretendem ser seguidas não só pela própria UNESCO e os seus Estados-Membros, mas também por outros Estados, governos e por organizações intergovernamentais e não-governamentais na elaboração e execução dos seus programas culturais. As principais linhas do Plano de Ação, um total de 20, estão relacionadas a: reconhecimento dos direitos culturais como parte integrante dos direitos humanos, preservação do património cultural em todas as suas formas, com um foco especial no património linguístico; incentivando " a literacia digital " a um nível global; promovendo a mobilidade no campo cultural; o reconhecimento dos direitos dos autores e artistas; melhorando o estabelecimento de indústrias culturais em todos os países, incluindo os em desenvolvimento, através da cooperação

internacional; e a construção de parcerias entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil.

A ***Agenda 21 da Cultura (2004)*** é o documento de referência sobre este tema para as cidades e os governos locais. Toma algumas ideias da Declaração da UNESCO – especialmente nos pontos relativos a cultura e aos direitos humanos – e desenvolve outras notáveis que abordam a relação entre a cultura e a governança, a sustentabilidade e o território, a inclusão social e a economia. A seção "empreendimento" no documento foca-se nas prioridades que devem guiar as políticas culturais públicas a nível local; enquanto a seção "recomendações" não se dirige apenas aos governos locais, mas também para as nacionais e as organizações internacionais (como a UNESCO ou a União Europeia). No caso de organizações continentais como a UE, a *Agenda 21* recomenda o desenvolvimento comum de uma "política cultural com base no princípio da legitimidade da intervenção pública na cultura, diversidade, participação, democracia e o *networking*".

Os conceitos-chave nas responsabilidades a serem assumidas pelos governos locais, de acordo com este documento, são: a diversidade cultural; o acesso universal à cultura; o desenvolvimento de audiências; a participação democrática no desenvolvimento de políticas culturais; o financiamento público; o diálogo inter-religioso; a liberdade de expressão; a avaliação do impacto cultural (indicadores culturais); património cultural; espaços públicos; descentralização das políticas culturais; coordenação intergovernamental; indústrias culturais, o acesso à dimensão digital da cultura; direitos dos autores e artistas; o acesso aos meios de comunicação públicos; auto-compromisso dos criadores e artistas com a cidade; a produção literária e o acesso a ela; carácter coletivo da cultura; políticas de educação para promover a criatividade; popularização da cultura científica e técnica; turismo que respeita a cultura local; e, por último, a cooperação cultural internacional.

Apenas um ano após a publicação da *Agenda 21*, em **2005**, a UNESCO adotou, como resultado da sua reunião da Conferência Geral, em Paris, a ***Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais***, que está focada principalmente na interação cultural entre povos e culturas. O principal objetivo da presente Convenção é "proteger e promover a diversidade das expressões culturais"; outros oito objetivos, decorrentes deste, também são indicados: para possibilitar o diálogo intercultural; para promover a cultura como um elemento crucial para o desenvolvimento; para reafirmar a soberania nacional no campo da cultura; para reforçar a cooperação e a solidariedade internacional; etc. A *Convenção segue a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*; mas ela representa

um passo adiante, porque, ao contrário do outro, este é um acordo internacional juridicamente vinculado para aqueles estados que a ratificam.

A Agenda Europeia para a cultura num mundo globalizado - publicado pela CE em **2007** - é o primeiro documento europeu sobre esta questão; de modo que poderia ser considerado como a primeira tentativa de lançamento de uma política cultural comum a nível europeu, como sugerido pela *Agenda 21* em 2004. Foi o resultado do processo de consulta *on-line*, no qual mais de 200 organizações e indivíduos participaram. Algumas das suas propostas mais importantes são a criação de um "Método Aberto de Coordenação no domínio da Cultura [OMC] (...) e para melhorar o diálogo com a sociedade civil Europeia" (Comissão Europeia, 2007). O Método Aberto de Coordenação envolveria a Comissão Europeia, os Estados-Membros e a Sociedade Civil. Esta cooperação é essencial em áreas de competências partilhadas – pela UE e os EM –, como é o caso da cultura, onde a UE tem muito poucas competências legislativas. Estes três atores devem comprometer-se a trabalhar, a fim de alcançar os objetivos gerais enunciados pela EC na sua Comunicação: “promoção da diversidade cultural e do diálogo intercultural; a promoção da cultura como catalisador de criatividade (...); e promoção da cultura como elemento vital nas relações internacionais da UE” (Comissão Europeia, 2007).

O OMC é baseado em objetivos políticos definidos pelo Conselho de Ministros e depois transposto para as políticas nacionais e regionais. O grau de realização destes objetivos é medido através de indicadores específicos para identificar as melhores práticas e, finalmente, os resultados são acompanhados e avaliados. Mesmo que este método possa ser muito positivo para aumentar o conhecimento entre os Estados, a sua eficácia é limitada devido à sua natureza não vinculativa.

Nesse mesmo ano, em **2010**, foi publicado pela CE o ***Livro Verde, desbloqueando o potencial das indústrias culturais e criativas***. O mesmo "tem como objetivo incentivar o debate sobre os requisitos de um ambiente criativo verdadeiramente estimulante para Indústrias Culturais e Criativas da UE (ICC). " Inclui múltiplas perspetivas, desde o ambiente de negócios para a necessidade de abrir um espaço Europeu comum para a cultura, desde a capacidade para o desenvolvimento de competências e a promoção dos criadores Europeus no cenário mundial" (Comissão Europeia, 2010). De acordo com isso, são identificadas as condições necessárias que devem ser fornecidas pelas políticas culturais, para poder permitir um maior desenvolvimento das ICC: diversidade cultural; mudança digital; novos espaços para a experimentação, inovação e empreendedorismo; novas habilidades; o acesso ao financiamento; e a mobilidade das obras culturais.

O último documento analisado é o Plano ***de Trabalho para a Cultura 2011-2014 (2010)***. Baseia-se na *Agenda Europeia para a Cultura* e na *Estratégia Europa 2020* e é o documento mais prático, uma vez que propõe algumas ações concretas para alcançar as prioridades apontadas nesses documentos. Assim, ao contrário dos anteriores, este é um documento que fornece orientações práticas concretas para a ação. O *Plano de Trabalho para a Cultura* identifica seis áreas prioritárias: a Diversidade Cultural, o Diálogo Intercultural e a Cultura Acessível e Inclusiva; Indústrias Culturais e Criativas; Competências e mobilidade; Património Cultural, incluindo a mobilidade das coleções; Cultura nas Relações Externas; e Cultura Estatística.

Os documentos analisados são de naturezas diferentes, as suas abordagens são diferentes e também os seus objetivos variam desde o nível local e regional para o nível global. Contudo, todos reconhecem o potencial da cultura, seja como elemento de desenvolvimento social, como propulsor econômico, ou ambos. Eles também concordam em muitas das prioridades que necessitam de ser abordados pelas políticas culturais para desbloquear este potencial. Para os fins deste artigo, as propostas mais acordadas foram classificadas em diferentes categorias temáticas, como na figura 1, do anexo.

Todas as prioridades são explicitamente mencionadas de alguma forma, em pelo menos um dos documentos analisados. A fim de tornar mais fácil a comparação entre essas prioridades e as linhas de pesquisa, as mesmas foram classificadas em sete grandes áreas temáticas: cultura e desenvolvimento, diversidade cultural e diálogo intercultural, a cultura como um motor econômico; a cultura e as políticas públicas; a cultura e a Educação e acesso à cultura; monitorização e avaliação de cultura; e cultura a nível regional ou local.

Esta classificação é apenas uma das muitas que poderiam ter sido feitas. Algumas das categorias identificadas são prioridades gerais que podem incluir alguns das outras dentro delas. No entanto, foram estabelecidas de acordo com o conteúdo dos documentos; já que algumas delas – como a *Declaração* da UNESCO – definiram metas gerais, enquanto outras – como a *Agenda 21* ou a *Estratégia Europa 2020*, são muito mais específicas. Isso explica porque, por exemplo, "As políticas e mercados culturais locais e regionais" não foram incluídos na "Cultura e políticas públicas". Como a *Agenda 21* é muito preocupada com os problemas regionais e locais –, uma vez que é um documento dirigido a governos locais – foi considerado interessante para abrir umas categorias específicas, e refletir de forma mais detalhada as suas propostas. Além disso, num documento existem assuntos que têm prioridade face a outros. Por

exemplo, para os documentos da UNESCO a diversidade cultural e sua relação com o desenvolvimento é muito mais central do que outras questões que, mesmo se mencionadas, são concebidas mais como um instrumento para conceder essa diversidade cultural do que uma prioridade principal.

Tendo em conta todas estas observações, podem tirar-se várias conclusões a partir da análise anterior destes documentos políticos. Em primeiro lugar, é importante destacar como coincidem normalmente nas prioridades que mencionam. Em segundo lugar, pode inferir-se a partir da análise que a direção da *Declaração* da UNESCO foi seguida pelos documentos sucessivos, que incluíram as suas principais ideias e prioridades. No entanto, os documentos da UE foram muito úteis para abordar as prioridades amplas da realidade prática por meio de propostas concretas – muitas vezes bastante utópicas – da UNESCO.

Na próxima seção, uma vez identificadas as prioridades, os projetos de investigação financiados pela União Europeia através de diferentes programas serão descritos e identificados os tópicos principais que abordam.

2. Programas de financiamento de pesquisa sobre a cultura na UE

Este artigo analisa os programas da UE, que – se focam na cultura ou em ter a cultura como um elemento transversal ou como um domínio específico – pode financiar projetos de investigação sobre a cultura. Mais especificamente, esses programas são: *Horizonte 2020*, antes conhecido como o *Sétimo Programa-Quadro* (FP7); *Europa Criativa*, que corresponde ao renomeado *Programa Cultural*; o *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida*; *EuropeAid*, os *Anos Europeus*; e as *Capitais Europeias da Cultura* (ECOC). Tendo consciência de que existem outros programas e instrumentos de dotações orçamentais para a investigação, os critérios para esta escolha foram relacionados com a importância desses programas devido à sua conexão com a cultura, ou como a investigação (ou a ambas).

O ***Horizonte 2020*** não é específico para a cultura, mas vai ser, com a sua entrada em vigor em 2014, o principal programa da UE para a investigação – com um orçamento de €80 mil milhões – vai substituir o atual *Sétimo Programa-Quadro*. O *Horizonte 2020* foi desenvolvido como o instrumento financeiro para a implementação da *Inovação da União*, uma das iniciativas emblemáticas da *Estratégia Europeia 2020*, que visa reorientar R&D e a política de inovação, cujos três objetivos principais são: a excelência científica, as indústrias competitivas e uma melhor sociedade. A figura 2 do anexo fornece uma visão geral das áreas de pesquisa do *Horizonte 2020*.

A Cultura tem muito a dizer em algumas dessas áreas. O que diz respeito às "indústrias competitivas", por um lado, pode ajudar a aumentar a criação de empregos através da investigação no domínio das "novas competências para novos empregos", da mesma forma, as ICC podem ser consideradas PME Inovadoras (Pequenas e Médias Empresas), cujas melhorias são outras das áreas de interesse do *Horizonte 2020* para promover as indústrias competitivas. Por outro lado, a contribuição da cultura também pode ser notável na área de investigação, intitulada "melhor sociedade". Esta área inclui a segurança energética, os transportes, as alterações climáticas e a eficiência dos recursos, a saúde e o envelhecimento, os métodos de produção amigos do ambiente e o ordenamento territorial, e uma programação conjunta com os Estados-Membros e regiões. Mesmo se esta última conexão pode não ser tão óbvia, existem algumas possibilidades interessantes sobre as ligações cultura-saúde ou cultura-ambiente, entre outros, que poderiam ser exploradas.

Do *Horizonte 2020* para a **Europa Criativa**, o maior programa que é específico sobre a cultura. Mais especificamente, é um programa para os setores culturais e criativos da Europa, com uma proposta de orçamento de cerca de €1,8 mil milhões para o período 2014-2020, o que representa um aumento de 37% em comparação com o *Programa Cultural* anterior. Destina-se a enfrentar quatro desafios principais: um espaço de mercado/cultural fragmentado; a mudança digital; o acesso ao financiamento; e a falta de informação. Estes quatro desafios estão incluídos nas prioridades definidas pelos documentos principais sobre a cultura que foram previamente analisados. Quando analisados ao pormenor os objetivos, as prioridades e os instrumentos específicos propostos pela *Europa Criativa*, é detetado um nível ainda maior de correspondência entre as prioridades definidas pelos documentos políticos e este programa europeu.

Por exemplo, os objetivos gerais da *Europa Criativa* são: "promover a salvaguarda e a promoção da diversidade cultural e linguística europeia e reforçar a competitividade dos setores culturais e criativos, que visa promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo" (Comissão Europeia, 2012 <http://ec.europa.eu/culture/creative-europe/>); objetivos que estão claramente ligados com a *Declaração e Convenção* da UNESCO e com a *Estratégia Europa 2020*, respetivamente. Em termos gerais, *Europa Criativa* é centrada na dimensão económica da cultura, incorporada na ICC e num instrumento de financiamento específico através de empréstimos para o setor cultural; na sua projeção internacional e cooperação transnacional, assim como no desenvolvimento de nova audiência.

Passando para outros programas que não são específicos sobre a cultura, mas que lidam com ela em qualquer uma das suas dimensões, o *Programa de Aprendizagem ao*

Longo da Vida (PALV), *EuropeAid*, e outras iniciativas, como os *Anos Europeus* e as *Capitais Europeias da Cultura* serão agora descritos. O que é mais interessante sobre esses programas é identificar quais são as potenciais conexões sobre eles e a área da cultura; assim como para fornecer exemplos de programas culturais já financiados por eles.

Em primeiro lugar, o objetivo geral do **Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (PALV)** é "fomentar os intercâmbios, a cooperação e a mobilidade entre os sistemas de educação e formação no âmbito da UE para que se tornem uma referência mundial de qualidade" (Comissão Europeia, 2013). Entre os seus objetivos específicos, encontramos aspetos relacionados com novas habilidades, a mobilidade, o diálogo intercultural, a empregabilidade, os direitos humanos e a democracia, intercâmbio de melhores práticas, inovação e criatividade, conteúdos baseados em ICT, etc. O programa é dividido em quatro programas setoriais que cobrem todo o alcance das possibilidades educacionais. Esses subprogramas são: *Comenius*, para escolas; *Erasmus*, para o ensino superior; *Leonardo Da Vinci*, para a formação profissional e *Grundtvig*, focado na educação para adultos. Para além disso, dentro da parte transversal PALV, existem:

"Outros projetos em áreas relevantes para todos os níveis de educação, tais como a aprendizagem de línguas, as tecnologias de informação e de comunicação, a cooperação política e a disseminação e a exploração dos resultados do projeto são financiados (...). Para além disso, o programa inclui ações de Jean Monnet que estimulam o ensino, a reflexão e o debate sobre a integração Europeia, envolvendo instituições do ensino superior em todo o mundo". (ibid.)

EuropeAid é a CE da DG responsável por projetos e programas de ajuda ao desenvolvimento. Relativamente aos instrumentos financeiros que utiliza, os mesmos são tematicamente classificados em: Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH); Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança nuclear (NSCI); meio ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a energia; intervenientes não-estatais e autoridades locais no desenvolvimento; segurança alimentar; migração e asilo; investimento nas pessoas; facilidade alimentar Europeia; Instrumento de Estabilidade, e a reestruturação da produção de açúcar. O programa "Investir nas pessoas" é o mais diretamente relacionado à cultura, uma vez que não só apoia a ação neste domínio específico; mas também em outros ligados a ele, tais como a saúde, a educação, os conhecimentos e habilidades, a igualdade de género, o emprego e a coesão social, ou crianças e juventude

Outras iniciativas importantes são os *Anos Europeus* e as *Capitais Europeias da Cultura*. O tema do primeiro muda todos os anos e algumas delas estão diretamente ou indiretamente ligados à cultura; 2008, por exemplo, foi o Ano Europeu do Diálogo Intercultural; 2009, o Ano da Criatividade e Inovação; e, no ano passado, 2012, Ano do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, que também é bastante ligado à aprendizagem ao longo da vida e, portanto, à cultura em geral.

O projeto das *Capitais Europeias da Cultura*, por outro lado, visa "proporcionar provas evidentes da riqueza e da diversidade das culturas europeias. Iniciado em 1985, a iniciativa tornou-se um dos eventos culturais mais prestigiados e de alto nível na Europa" (Comissão Europeia, 2011). A diversidade cultural, desenvolvimento de nova audiência, turismo respeitoso com a cultura local e muitas outras das prioridades culturais são os pilares desta iniciativa, que foi criada pela primeira vez em 1985, quando foi intitulada *Cidades Europeias da Cultura*.

Alguns projetos de pesquisa já foram financiados por esses programas (ou por seus antecessores) a nível da UE. O 7^o Programa-Quadro (o maior programa de investigação da UE de 2007 a 2013, agora substituído pelo *Horizonte 2020*) dedicou muitos recursos para a investigação sobre a cultura. Um exemplo disso é o projeto "SmartCulture", que começou no final de 2012 e terminará em 2015. Este projeto ainda continua e é coordenado pela Eura Technologies, empresa francesa, especializada nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), aplicada a excelência e a inovação na área de negócios.³

O objetivo de "SmartCulture" é:

"Fornecer um acesso sustentável à herança cultural de uma maior variedade de usuários com o uso de tecnologias digitais. As tecnologias digitais ajudarão a transformar as audiências passivas em praticantes ativos de cultura. O consórcio irá promover a criação de envolvimento das experiências digitais para o acesso a recursos culturais pela fertilização cruzada entre empresas de TIC, Indústrias Criativas e Culturais (especialmente SMEs) e os intervenientes na investigação em toda a Europa. Esta fertilização cruzada vai levar a novas oportunidades e boas práticas para o acesso digital inovador aos recursos culturais e mediação cultural digital. (...) Temos redes poderosas para empresas de TIC e CCI (especialmente SMEs), mas precisamos de fortalecer a fertilização

³ Os parceiros deste projeto são: Libera Università di Lingue e Comunicazione IULM (IT); Sofiiski Universitet Sveti Kliment Ohridski (BG); Assotsiatsia Za Razvitie Na Sofia (BG); Comune di Siena (IT); Region Midtjylland (DK); Univeristy of Birmingham (UK); Design Cooperatie Brainport UA (NL); Aarhus Universitet (DK); Randers Kommune (DK); Gemeente Eindhoven (NL); Asociación Cluster del Sector Audiovisual de Euskadi-Euskadiko Ikustentzunezko Klusterra (ES); e Asociación Madrid Plataforma Audiovisual (ES).

cruzada entre as indústrias tecnológicas e criativas, incentivando, por exemplo, a mobilidade de profissionais e investigadores, e o surgimento de formatos de troca de dados comuns para experiências digitais". (CORDIS, 2012).

De acordo com esta afirmação, pode-se argumentar que "SmartCulture" conecta a literarização digital, o acesso à cultura, ao desenvolvimento público, as Indústrias Criativas e Culturais, e o intercâmbio de melhores práticas, entre outros. Ao fazer isso, o projeto combina as prioridades acordadas pela maioria dos documentos políticos sobre a cultura e, particularmente a nível da UE, as principais prioridades da *Agenda Europeia para Cultura, o Livro Verde sobre as Indústrias Culturais e Criativas*, e o *Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014*.

Mesmo se "SmartCulture" é específico sobre a cultura, é inserido num programa de financiamento geral que aborda muitas outras questões, ou seja, o 7^o *Programa-Quadro*. Obviamente, mais projetos de investigação sobre a cultura são encontrados no âmbito do *Programa Cultura* (agora intitulado *Europa Criativa*), que é específico para a cultura. Por exemplo, é financiado em 2010 o projeto "Monitores da Cultura", que é "uma iniciativa do grupo de trabalho ENCATC (Rede Europeia de Centros de Formação em Gestão Cultural) "Observatórios Culturais e Informação e Conhecimento Cultural", financiado pela Comissão Europeia no âmbito da Política rubrica orçamental do Agrupamento" (Monitores da Cultura, 2010). O líder do projeto foi o Instituto de Estudos de Ócio da Universidade de Deusto (ES).⁴

O objetivo dos "Monitores da Cultura" foi:

"Refletir sobre o papel Observatórios de Cultura no futuro na Europa. (...) O grupo tem como objetivo estabelecer um quadro para uma plataforma de discussão e trocar as melhores práticas com o objetivo de melhorar o *design* e a avaliação de políticas de cultura na Europa". (Monitores da Cultura, 2010).

Os resultados do projeto revelaram a necessidade de um maior desenvolvimento de indicadores culturais, o que está em paralelo com as prioridades intituladas "acompanhamento e monitorização de Cultura", estabelecido pelos documentos políticos acima descritos. Mais especificamente, "Monitores de Cultura" concluiu que "uma metodologia comum e de indicadores compartilhados irá contribuir para o melhoramento da política cultural não só a nível regional e nacional, mas também a nível Europeu, a fim de promover e avaliar programas culturais promovidos pela UE".

⁴ Os outros parceiros participantes foram: the Budapest Observatory (HU), ATER Fondazione (IT), and the Observatoire des Politiques Culturelles (BE).

Como já mencionamos, além desses grandes programas (o 7^o *Quadro* e o *Programa Cultura*) existem alguns programas menores que também são ligados à cultura, em quaisquer das suas dimensões. Esse é o caso do *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* (PALV). Como um exemplo do tipo de projetos culturais de investigação financiados sob a égide deste programa, pode ser mencionado o projeto "movimento e aprendizagem dos Artistas". ENCATC (Rede Europeia de Centros de Formação em Gestão Cultural) foi o líder do projeto e Mediana-sprl (BE) foi o seu coordenador.⁵

As questões da investigação ou os principais objetivos do projeto "movimento e aprendizagem dos Artistas" são descritos como:

"Analisa o impacto da mobilidade dos artistas na Europa a partir de uma perspetiva educacional e de uma aprendizagem ao longo da vida. Quais são os efeitos dos seus movimentos transfronteiriços como bolseiros em residências de arte de ou como artistas convidados em festivais, museus ou galerias? A mobilidade impulsiona a criatividade dos artistas? Poderá a aprendizagem informal resultante da mobilidade artística ser formalizada através da sua integração no ensino profissional inicial para os artistas? Como podem os instrumentos que são alvo para a aprendizagem ao longo da vida melhor as necessidades dos artistas viajantes?" (Movimento e Aprendizagem dos Artistas, 2009).

"Um estudo comparativo sobre a mobilidade artística" foi o principal resultado deste projeto, que evidenciou a relação entre a mobilidade dos artistas e a aprendizagem ao longo da vida, assim como forneceu alguma recomendação para melhorar este acoplamento. Deve ser mencionado que esses dois elementos (a mobilidade dos artistas, a cultura e a aprendizagem) são considerados prioridades principais para as políticas culturais, tanto a nível internacional como Europeu.

Considerando todos estes projetos e programas que oferecem financiamento, agora serão deduzidas algumas prioridades para a pesquisa na área da cultura para os próximos anos.

⁵ Centro Internazionale per la Promozione e la ricerca teatrale (IT), Fondazione Ater Formazione (IT), the Institute for Leisure Studies at Deusto University (ES), the Budapest Observatory (HU), the Centre of Professional Training in Culture (RO), and PACTE Politiques publiques, Action politique (FR) integraram a parceria que trabalhou neste projeto.

3. Desafios para a Investigação sobre Cultura

De acordo com a análise de documentos políticos sobre cultura e os programas da EU que financiam a investigação, serão mostradas algumas conclusões sobre as áreas em que os investigadores têm mais oportunidades atualmente.

Uma das áreas em que há um consenso mais amplo é a que se refere à cultura como motor económico. Dentro desta área, os documentos políticos preocupam-se muito mais com o desenvolvimento de ICCs, a ligação entre a cultura e o emprego (“novas habilidades para novos trabalhos”), criatividade e inovação, e financiamento da cultura. Tendo em conta que *Europa Criativa* também é focada na cultura como motor económico — e, mais especificamente, em ICCs como a corporização desta dimensão económica — e também que *Horizonte 2020* está especialmente focado em indústrias competitivas, esta é claramente uma das linhas prioritárias para investigadores sobre cultura. A ampla prioridade designada “cultura como motor económico” na carta apresentada em cima inclui diferentes aspetos como: ICCs, cultura como catalisadora para a inovação e a criatividade, a exportação e internacionalização da cultura, novas habilidades e novos empregos, e o financiamento da cultura. Apesar de que já há algumas tentativas de abordar a investigação no campo de ICCs — como o *Livro Verde* —, todas as iniciativas de investigação destinadas a provar a **contribuição da cultura para a economia** serão previsivelmente muito bem-vindas nos próximos anos, no contexto de *Europa Criativa* e *Horizonte 2020*.

A análise desta relação binária cultura-economia está muito relacionada com um assunto emergente: a monitorização e a avaliação da cultura. Com o objetivo de avaliar o impacto da cultura na economia, é obviamente necessário poder medir os resultados dos programas culturais. Nestas linhas, documentos como a *Agenda 21*, a *Agenda Europeia da Cultura* e o *Plano de Trabalho para a Cultura*, afirmaram que **as estatísticas e os indicadores culturais** deveriam ser desenvolvidos. Em outros campos como a ajuda ao desenvolvimento, a formulação de políticas a nível da EU tem mudado para se focar na distribuição de ajudas — como explicado pela *Agenda para Ação de Acra* —, pelo que a investigação sobre os efeitos da cultura no desenvolvimento também poderá encontrar uma fonte de financiamento no programa *EuropeAid*.

Mudando de assunto, a maior parte dos documentos — todos exceto a *Agenda 21* e a *Estratégia Europa 2020* — refere explicitamente a necessidade do **intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas, assim como a promoção do networking**. Isto tem sido incluído na categoria “Diversidade cultural e diálogo intercultural”, já que a partilha de conhecimentos poderá ser uma forma de promover o

diálogo entre culturas. No entanto, também poderia ter sido incluído em “cultura como motor económico”, já que o *networking* é essencial para ICCs. O setor cultural costumava tirar o máximo proveito possível de poucos recursos, tirando vantagem das sinergias entre companhias, artistas, criadores, instituições, etc. Sem importar a categoria em que esta ideia é colocada, é claro que o *networking* e o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas são considerados muito importante pelos documentos políticos e os programas de financiamento.

Europa Criativa é o programa de financiamento que aponta esta necessidade da forma mais clara, já que um dos desafios que procura resolver é “um mercado fragmentado/ espaço cultural”. Com o fim de ultrapassar esta fragmentação do mercado cultural, propõe melhorar a mobilidade tanto de artistas como de trabalhos culturais e criativos, assim como o desenvolvimento de novas audiências culturais a nível europeu (o segundo encaixando com a prioridade antes mencionada etiquetada como “cultura, educação e acesso à cultura”). O *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* está obviamente muito relacionado com esta ideia de possibilitar a mobilidade como uma forma de intercambiar conhecimentos; assim o programa Erasmus que faz parte do mesmo é um dos instrumentos mais poderosos para aumentar o sentimento de pertencer à União Europeia entre os jovens.

O intercâmbio de conhecimentos — e particularmente a **mobilidade** — também está muito relacionado com o desenvolvimento de **novas habilidades e novos empregos**, um assunto de interesse tanto para *Europa Criativa* (já que o emprego está ligado ao crescimento) e *Horizonte 2020* (para o qual “impulsionar a criação de empregos” é uma prioridade dentro da área de “Indústrias Competitivas”). Em síntese, a investigação em áreas relacionadas com o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas (incluindo a mobilidade, o *networking*, o diálogo intercultural, etc.) poderá encontrar recursos de financiamento num amplo rango de programas a nível da EU (*Europa Criativa*, *Horizon 2020* e o *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida*).

A **internacionalização da cultura** também tem sido recentemente introduzida como um assunto de maior importância neste campo, especialmente pela *Agenda Europeia* e o *Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2011*, cuja área prioritária E é intitulada “Cultura e Relações Externas”. Ambos instrumentos reconhecem a importância da dimensão cultural da EU e iniciaram o desenvolvimento de projetos e programas para contribuir para o diálogo intercultural, intercâmbios culturais e a cooperação cultural. Uma disciplina emergente, a Diplomacia Cultural, também está a reclamar espaço dentro da política europeia para assuntos internacionais. É muito mais provável que o título “EU como ator global” no orçamento da EU para o período 2014-

2020, que está a ser discutido, aumenta para as Política Externa e de Segurança Comum. Isto seria consistente com as providências do Tratado de Lisboa, que sublinha a nova relevância dada a esta área de políticas com a criação da figura do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Outro campo interessante para ser explorado pela investigação — ou antes, para continuar a explorar, porque já existem algumas tentativas — é a ligação entre a cultura e outras áreas que podem parecer *a priori* um pouco desligadas dela. Esse é o caso dos **pares cultura-saúde, cultura-ambiente ou cultura-desenvolvimento/cooperação internacional**. A investigação sobre estes pares poderá obter financiamento de *Horizon 2020* (dentro do capítulo “Melhor Sociedade”), de *EuropeAid* e, até certo ponto, também de *Europa Criativa*, já que podem ser ligados a um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

No que respeita ao caso da ligação entre saúde e cultura, alguns académicos têm procurado resolver o assunto e descobriram que a ligação entre ambas áreas de estudo é maior do que poderia ser esperado. Os profissionais da saúde, por exemplo, deveriam estar conscientes da diversidade cultural quando dão assistência porque “apesar de que os indivíduos têm direito à sua própria psicologia da saúde, a forma em que eles constroem essas crenças irão ser influenciadas pelos sistemas culturais em que vivem e a forma em que eles promulgam essas tais crenças será influenciada pelos constrangimentos da sociedade em que vivem” (MacLachlan, 2006, p. 36). Para além disto, a educação é um fator-chave no desenvolvimento de uma “saúde cultura”, ao promover a prevenção e os estilos de vida saudáveis. Finalmente, como exemplo de um campo de investigação mais específico, estudar as dimensões culturais de doenças como a malária ou a SIDA podem ser uma contribuição significativa para a ajuda de desenvolvimento e, portanto, poderá ser financiada por programas como *Europe Aid*.

A mesma análise poderia ser feita para outras áreas como cultura-ambiente ou cultura-cooperação internacional. Uma investigação que verifique a ligação entre estas áreas de política poderia contribuir para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, que é o objetivo principal de *Europa Criativa* e de *Horizon 2020*, os maiores programas de investigação da EU em termos de orçamento.

Conclusões

De acordo com a análise feita neste artigo, poderá ser afirmado que a política da EU no campo da cultura está, atualmente, num ponto decisivo. Durante a última década, a cultura europeia foi significativamente impulsionada graças ao apoio oferecido pelo *Programa Cultura*, que está quase extinto porque será substituído por *Europa*

Criativa, assim como por outras iniciativas. Agora é o momento de seguir em frente, para mostrar a utilidade dos projetos culturais, bens e serviços, especialmente desde uma perspetiva económica; para intercambiar conhecimentos e construir redes e parcerias; para ampliar os nossos horizontes com o objetivo de internacionalizar a cultura; e para explorar novas áreas do quotidiano e as suas ligações com a cultura. Todos estas novas abordagens poderiam ter apoio económico dos programas de financiamento da EU nos próximos anos.

Obviamente, a salvaguarda e promoção da diversidade cultural e do património continuará a ser o centro de todas as políticas no campo cultural na UW. Uma vez que a EU tem “Unidade na Diversidade” como *slogan*, a diversidade poderá ser considerada uma característica distintiva desta organização internacional. Portanto, os investigadores deveriam considerar a diversidade intercultural como um assunto transversal a ser incluído — de forma mais explícita ou implícita — em todos os trabalhos.

Futuras investigações também deverão ser realizadas sobre prioridades como a mudança digital e o desenvolvimento de políticas culturais a nível local, com as quais concordaram a maior parte dos documentos políticos, mas não foram enfrentadas neste ensaio devido a limitações de tempo e espaço; assim como sobre as iniciativas *Anos Europeios* e *Capitais Europeias da Cultura*, que não foram analisadas aprofundadamente pelos mesmos motivos.

Além, a UNESCO recentemente declarou o seu interesse nos indicadores culturais para medir o bem-estar; às vezes considerado um indicador para medir o desenvolvimento que vai para além do PIB e outros indicadores puramente económicos. Em 1972, Jigme Singye Wangchuck, rei de Butão, introduziu o termo “Felicidade Interna Brua” (FIB), um indicador de bem-estar que tem quatro pilares: desenvolvimento sustentável, preservação e promoção de valores culturais, conservação do ambiente natural, e boa governação. Considerando o bem-estar desde esta abordagem holística, os investigadores que procurem mostrar a ligação entre a cultura e o bem-estar também têm possibilidades de serem financiados nos próximos anos.

Para resumir, um amplo rango de oportunidades é oferecido a universidades, instituições e investigadores no campo cultural. O seu trabalho, extremamente desafiante, seria crucial durante os próximos anos para avaliar os resultados das políticas públicas no campo cultural e para fazer recomendações, caso seja necessária uma reorientação em qualquer uma das áreas prioritárias que foram estabelecidas.

Anexos

Prioridades	Documentos	Declaração UNESCO	Agenda 21	Convenção UNESCO	Agenda Europeia	Europa 2020	Papel Verde	Plano de Trabalho
	Acesso a cultura.		X	X	X		X	X
	Direitos dos artistas (direitos do autor, remuneração, etc.).	X	X		X		X	
	Mecanismos de avaliação para a cultura (estatísticas culturais, indicadores, etc.).		X		X			X
	Desenvolvimento da audiência e participação cultural.		X		X		X	
	Compromisso de artistas com as cidades.		X					
	A cooperação entre os setores públicos e privados e a sociedade civil / Descentralização das políticas culturais.	X	X	X	X	X	X	X
	Indústrias Culturais e Criativas (ICC).	X	X	X	X		X	X
	A cultura como catalisador da criatividade e inovação.	X		X	X	X	X	X
	A cultura e a educação, a formação, a aprendizagem ao longo da vida e a consciencialização.	X	X	X	X	X	X	X
	A cultura como motor económico.		X	X	X	X	X	X
	A diplomacia cultural e as relações internacionais.				X			X
	A diversidade cultural e o diálogo intercultural.	X	X	X	X		X	X
	Cultural e desenvolvimento (sustentável).	X	X	X	X		X	X
	Património cultural.	X	X		X			X
	Cultura, cooperação e solidariedade internacional.	X		X	X			X
	Os direitos culturais como parte dos direitos humanos.	X	X					
	Bases de dados sobre a cultura / Mapeamento do setor.			X	X			
	A literacia digital / mudança.	X	X	X		X	X	X
	Capitais Europeias da Cultura.				X			
	Troca de conhecimentos e de melhores práticas / <i>Networking</i> .	X		X	X		X	X
	Financiamento da Cultura.		X	X	X	X	X	X
	Entrelaçamento de políticas culturais e outras políticas públicas.		X		X		X	
	Património linguístico e diversidade.	X			X			X
	Políticas culturais locais e regionais e mercados.	X	X	X			X	X
	Literacia e pluralismo nos media.	X	X	X	X			X
	A mobilidade dos criadores, artistas, investigadores, cientistas e intelectuais.	X		X	X		X	X
	Mobilidade das coleções.				X		X	X
	Novas Competências e Empregos.					X	X	X
	Popularização da cultura científica e técnica.		X					

Espaços públicos como espaços culturais.		X					
Investigação sobre a cultura				X	X	X	
Soberania do Estado no campo da cultura.			X	X			
Turismo respeitoso com as culturas locais.		X		X			X

	A Cultura e o desenvolvimento		Cultura e a educação e o acesso à cultura
	A diversidade cultural e o diálogo intercultural		Monitoramento da Cultura e avaliação
	A cultura como motor econômico		Cultura ao nível local e regional
	A Cultura e as políticas públicas		

Figura 1: Fonte elaboração própria.

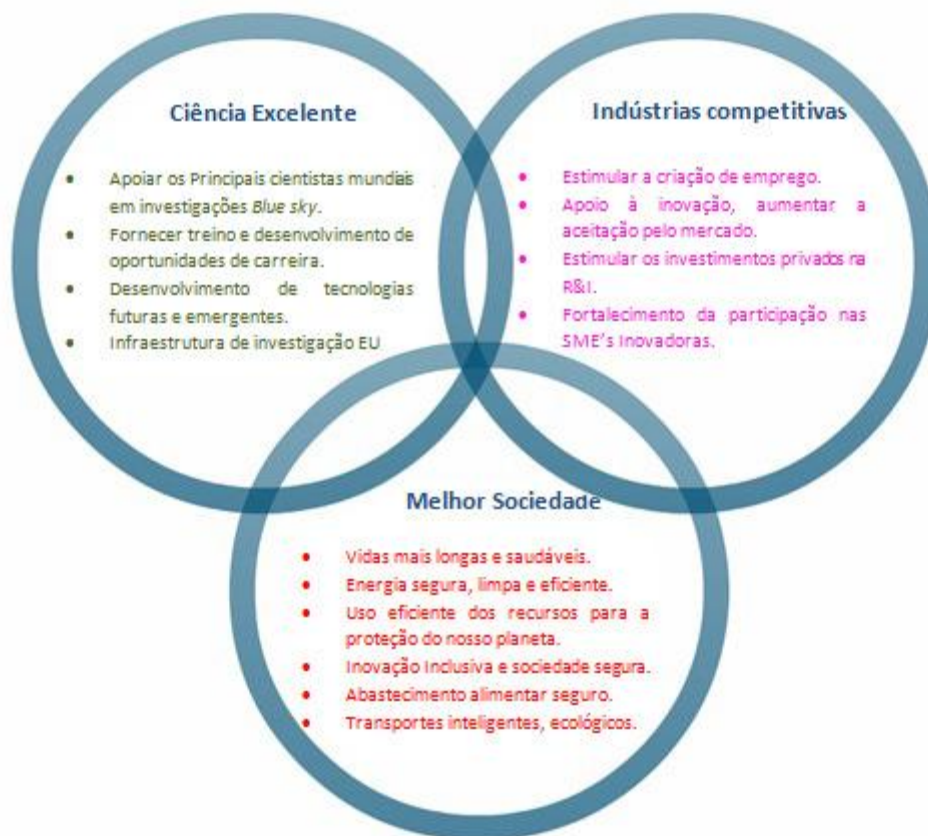


Figura 2: Fonte - elaboração própria com base em http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index_en.cfm

Referências Bibliográficas

- Bertelsmann Stiftung (Ed.) (2006). *Global Responsibility – What’s Europe’s Message?, Web*, p. 19.
- Council of the European Union. (2 Dezembro 2010). *Work Plan for Culture 2011-2014*. Consultado em: http://europa.eu/legislation_summaries/culture/cu0007_en.htm
- ENCATC. (2009). *Artists moving & Learning*. Consultado em (26 Fevereiro 2013): <http://www.encatc.org/moving-and-learning/index.lasso>
- European Commission. (Última atualização Novembro 2012). *Creative Europe*. Consultado em (24 Janeiro 2013): <http://ec.europa.eu/culture/creative-europe/>
- European Commission. (3 Março 2010). *Europe 2020- A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Consultado em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:EN:PDF>
- European Commission. (Última atualização Dezembro 2012). *Europe Aid*. Consultado em (25 Janeiro 2013): http://ec.europa.eu/europeaid/index_es.htm
- European Commission. (10 Maio 2007). *European Agenda for Culture*. Consultado em: http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/european-agenda-for-culture_en.htm
- European Commission. (Última atualização Janeiro 2011). *European Capitals of Culture*. Consultado em (25 Janeiro 2013): http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/doc413_en.htm
- European Commission. (27 Abril 2010). *Green Paper – Unlocking the potential of cultural and creative industries*. Consultado em http://europa.eu/legislation_summaries/culture/cu0006_en.htm
- European Commission. (Última atualização Novembro 2011). *Horizon 2020*. Consultado em (25 Janeiro 2013): http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index_en.cfm
- European Parliament Information Office in the United Kingdom. *European Years*. Consultado em (25 Janeiro 2013): http://www.europarl.org.uk/view/en/Events/special_events/European-Years.html;jsessionid=005970946462F044A2B9993965654292
- Euratechnologies. (2012). *Smart Culture*. Consultado em (26 Fevereiro 2013): <http://cordis.europa.eu/projects/index.cfm?fuseaction=app.details&TXT=smart+culture&FRM=1&STP=10&SIC=&PGA=&CCY=&PCY=&SRC=&LNG=en&REF=106233>
- MacLachlan, M. (2006). *Culture and Health: A Critical Perspective Towards Global Health*. West Sussex: John Wiley and Sons, Ltd.
- UNESCO. (2 Novembro 2001). *Universal Declaration on Cultural Diversity*. Consultado em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UNESCO. (20 Outubro 2005). *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. Consultado em

<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/diversity-of-cultural-expressions/the-convention/convention-text/>

United Cities and Local Governments. (8 Maio 2004). *Agenda 21 for Culture*.

Consultado em

http://www.agenda21culture.net/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=58&lang=es

University of Deusto. (Última atualização Setembro 2010). *Monitors of Culture*.

Consultado em (26 Fevereiro 2013),

<http://www.monitorsofculture.deusto.es/presentation/>

Cristina Ortega Nuere é a Diretora do Instituto de Estudos de Ócio, Universidade de Deusto, Espanha.

cristina.ortega@deusto.es

Isabel Verdet Peris é estudante do Euroculture Master of Arts.

NEW CHALLENGES IN RESEARCH ON CULTURE Research priorities in the cultural field of the EU

Cristina Ortega Nuere
University of Deusto, Spain

Isabel Verdet Peris
University of Deusto, Spain

Abstract: The aim of this article is to identify the priorities of research on culture in the early 21st century within the framework of the European Union (EU). In order to do so, we have extracted the priorities of European programmes and public policy from the main political documents dealing with culture. The EU's funding opportunities have then been identified by analysing the European programmes which provide funds for research on culture and some examples of projects which are already being funded by the EU are also provided. The analysis of both kinds of bibliographic sources makes it possible to deduce what challenges researchers face in the field of culture in the EU. The results of this compared analysis show that new thematic areas form fields of culture in which there are some *research niches*. Although this article will focus on these new thematic areas, the analysis shows that internalisation and networking, as well as knowledge transfer, are also among the main research priorities according to the main political documents. Consequently, research projects tackling these issues are expected to become of key importance for researchers and will be more likely to find funding through EU programmes in the coming years.

Palavras-chave: cultural policies; cultural research; funding; European Union.

Introduction

At a time when the whole continent is facing a serious economic crisis, Europe is undertaking the challenge of reinventing itself, and creativity seems to be a key factor in this process. José Manuel Durão Barroso, President of the European Commission, stated in the preface to the Europe 2020 Strategy that “the crisis is a wake-up call, the moment where we recognize that ‘business as usual’ would consign us to a gradual decline, to the second rank of the new global order. It is time to be ambitious.” (European Commission, 2010a, p.3). Cultural policies and programmes are essential in the shaping of those alternative ambitious businesses, as well as being important contributors to social development, inclusion and cohesion.

European institutions –along with other policy actors from the local to the global level– are becoming increasingly aware of the potential of culture, which explains the publication of a large number of documents on culture from 2001 onwards that aim to establish the priorities for cultural policies and programmes. In order to properly

develop strategies to achieve the main goals set by these documents, policy-makers need to work hand in hand with researchers so as to better identify needs, design and execute cultural programmes and, ultimately be able to assess their results.

In accordance with this, the research questions of this paper are follow: Is there an unequivocal connection between the main priorities guiding European cultural policies and the research lines funded by EU institutions in the field of culture? What are the *research niches*, in other words, the priorities which may obtain funding resources from European research programmes?

The methodology that has been followed to give an answer to these questions is an in-depth analysis of relevant documents on culture which have an impact on policy-making at the European level. The resulting priorities have then been cross-checked with the research lines funded by EU programmes. By way of conclusion, the *research niches* are identified and further recommendations for a more comprehensive strategy in the field of research on culture are provided.

1. Priorities for European cultural policies and programmes

In the early 21st century, the European cultural landscape is marked by the publication of many reference documents aimed at sparking debate on cultural policies from different perspectives. Some of the most relevant documents are reviewed in detail in the chronological order that they appeared: the Europe 2020 Strategy, UNESCO's Universal Declaration on Cultural Diversity, Agenda 21 for Culture, the Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions, and more specifically, the European Agenda for Culture, the Green Paper on Cultural and Creative Industries, and the Work Plan for Culture 2011-2014.

The first document to be presented is the Europe 2020 Strategy, which was issued in 2010. This is not the most recent document and it is not specifically about culture. However, it is presented first because it is a comprehensive strategy to face and overcome the crisis reinforcing three priorities: smart, sustainable and inclusive growth. Some of these issues are obviously linked to culture in its broadest dimension, as smart, sustainable and inclusive growth is linked to knowledge, innovation and social and territorial cohesion, among other aspects. More specifically, this strategy provides the targets –set by the European Commission (EC)– to be met in 2020. These headline targets are related to employment, investment in R&D, environmental issues, education and poverty. At the same time, they are representative of the three above-mentioned priorities.

It may be argued that the priorities to which culture can contribute the most are smart and inclusive growth. The flagship initiatives launched by the EC in this strategy concerning these priorities provide an overview of the role culture could play in achieving them. For smart growth, the EC recommends the promotion of: R&D innovation; education, training and lifelong learning, as well as development of the digital society. Concerning inclusive growth, proposed actions focus on employment, skills and the fight against poverty.

The first significant international official document that specifically deals with culture is the UNESCO's Universal Declaration on cultural diversity, adopted in 2001 by the UNESCO General Conference. This declaration was issued in the post-9/11 context, which explains its focus on the preservation of cultural diversity as a necessary element for humankind, and one which may "prevent segregation and fundamentalism in the name of cultural differences" (UNESCO, 2001). In order to promote cultural diversity, the Declaration provides 12 articles organised under the following four headings: identity, diversity and pluralism; cultural diversity and human rights; cultural diversity and creativity; and cultural diversity and international solidarity.

Along with the Declaration, an Action Plan for its implementation was provided, containing more explicit guidelines for the development of public policies in the field of culture. These priorities, as for every UN body declaration, are meant to be followed not only by UNESCO itself and its Member States, but also by other States' governments and by intergovernmental and non-governmental organizations in the design and execution of their cultural programmes. The main lines of the Action Plan, a total of 20, are related to: recognition of cultural rights as an integral part of human rights; preservation of cultural heritage in all its forms, with a special focus on linguistic heritage; encouraging "digital literacy" at a global level; fostering mobility in the cultural field; recognition of the rights of authors and artists; enhancing the establishment of cultural industries in all countries, including developing ones, through international cooperation; and building partnerships between the public sector, the private sector and civil society.

The Agenda 21 for Culture (2004) is the reference document on this topic for cities and local governments. It takes some ideas from the UNESCO Declaration –especially in the points regarding culture and human rights– and it develops other noteworthy ones which tackle the relationship between culture and governance, sustainability and territory, social inclusion and economy. The section titled "undertakings" in the document focuses on the priorities that should guide public cultural policies at the local level whereas the "recommendations" section is not only addressed to local

governments, but also to national ones and to international organizations (such as UNESCO or the European Union). In the case of continental organizations such as the EU, the Agenda 21 recommends developing a common “cultural policy based on the legitimacy principle of public intervention in culture, diversity, participation, democracy and networking” (UCLG, 2004).

The key concepts are the responsibilities to be undertaken by local governments, which, according to this document, are: cultural diversity; universal access to culture; audiences development; democratic participation in the development of cultural policies; public funding; inter-religious dialogue; freedom of expression; cultural impact assessment (cultural indicators); cultural heritage; public spaces; decentralization of cultural policies; intergovernmental coordination; cultural industries; access to the digital dimension of culture; rights of authors and artists; access to local public media; creators’ and artists’ self-commitment to the city; literary production and access to it; the collective nature of culture; education policies to foster creativity; popularization of scientific and technical culture; tourism respectful of local culture; and, finally, international cultural cooperation (ibid.).

Just a year after the publication of the Agenda 21 in 2005, UNESCO adopted the Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions as a result of its General Conference meeting in Paris. It is mainly focused on cultural interaction among peoples and cultures. The primary objective of this Convention is “to protect and promote the diversity of cultural expressions” (UNESCO, 2005). Another eight objectives stemming from this one are also stated: enable inter-cultural dialogue; foster culture as a crucial element for development; reaffirm national sovereignty in the field of culture; enhance international cooperation and solidarity; etc. The Convention follows the UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity; but goes a step farther because, unlike the latter, it is a legally binding international agreement for those states that have ratified it.

The European Agenda for Culture in a globalising world –published by the EC in 2007– is the first European document on this issue; so it might be considered the first attempt to launch a common cultural policy at the European level, as suggested by the Agenda 21 in 2004. It was the result of a process of online consultation in which over 200 organisations and individuals took part. Some of its most important proposals are to set up an “Open Method of Coordination in the field of Culture [OMC] (...) and to improve dialogue with European civil society” (European Commission, 2007). The Open Coordination Method would involve the European Commission, Member States and civil society. This co-operation is essential in fields of shared competences –by the

EU and MSs—, as it concerns culture, where the EU has very few legislative competences. These three actors should commit themselves to working together in order to reach the general objectives stated by the EC in its Communication: “promotion of cultural diversity and intercultural dialogue; promotion of culture as a catalyst for creativity (...); and promotion of culture as a vital element in the EU’s international relations” (ibid.).

The OMC is based on broad policy goals set by the Council of Ministers and then carried over into national and regional policies. The degree to which these goals are achieved is measured through specific indicators to identify best practices and results are monitored and assessed. Even though this method may be very useful to raise awareness among the States, its effectiveness is limited due to its non-binding nature.

That same year, in 2010, the EC’s “Green Paper, unlocking the potential of cultural and creative industries” was published. It “aims to spark a debate on the requirements of a truly stimulating creative environment for the EU’s Cultural and Creative Industries (CCIs). (...). It includes multiple perspectives, ranging from the business environment to the need to open up a common European space for culture, from capacity building to skills development and promotion of European creators on the world stage” (European Commission, 2010b). In agreement with this, it identifies the required conditions that should be provided by cultural policies in order to enable further development of CCIs: cultural diversity; digital shift; new spaces for experimentation, innovation and entrepreneurship; new skills; access to funding; and mobility of cultural works.

The last document analysed is the Work Plan for Culture 2011-2014 (2010). It is based on the European Agenda for Culture and on the Europe 2020 Strategy and has a more pragmatic approach than the previously mentioned ones since it proposes some concrete actions to achieve the priorities pointed out in all those documents. Thus, unlike the previous ones, this is a practical document providing concrete guidelines for action. The Work Plan for Culture identifies six priority areas: cultural diversity, intercultural dialogue and accessible and inclusive culture; cultural and creative industries; skills and mobility; cultural heritage, including mobility of collections; culture in external relations; and culture statistics (Council of the European Union, 2010).

The analysed documents are all different in nature; their approaches are diverse and their scopes range from the local and regional to the global level. Nevertheless, they all recognise the potential of culture, either as an element for social development, as an economic driver, or both. They also agree on many of the priorities that need to be

tackled by cultural policies to unlock this potential. For the purpose of this paper, the most widely agreed proposals have been classified into different thematic categories, as shown in Table 1 in the annex.

All the priorities are explicitly referred to somehow in at least one of the analysed documents. In order to make comparison between these priorities and the research areas easier, they have been classified into seven broad thematic areas: culture and development; cultural diversity and intercultural dialogue; culture as an economic driver; culture and public policies; culture and education and access to culture; culture monitoring and assessment; and culture at the regional or local level.

This classification is just one of the many that might have been made. Some of the categories are broad priorities which could include some of the others within them. However, they have been established according to the content of the documents; since some of them – such as the UNESCO Declaration- set broad goals, whereas others – like the Agenda 21 or the Europe 2020 Strategy– are much more specific. That explains why, for instance, the label “Local and regional cultural policies and markets” has not been included in “culture and public policies”. Because the Agenda 21 is greatly concerned with regional and local issues –since it is a document addressed to local governments–, we found it interesting to open a specific category in order to reflect its proposals in greater detail. Furthermore, not all the issues are assigned the same level of priority in a given document. As an example, the UNESCO documents focus more on cultural diversity and its relationship to development than other issues which may also be mentioned but are conceived as an instrument to grant this cultural diversity rather than a main priority.

Taking into account all these observations, several conclusions can be drawn from the previous examination of these policy documents. First of all, it is imperative to highlight how they generally coincide on the priorities they point out. Secondly, it may be inferred from the analysis that the path set by the UNESCO Declaration has been followed by the successive documents, which have included its main ideas and priorities. Nevertheless, EU documents have been very helpful in bringing UNESCO’s broad –and often utopic– priorities closer to practical reality through concrete proposals.

Having identified the priorities, the following section discusses the research projects funded by the European Union through different programmes and the main topics they tackle.

2. Funding programmes for research on culture in the EU

This paper analyses those EU programmes which –either focusing on culture or having culture as a cross-cutting aspect or as a specific field– may finance research projects on culture. More specifically, those programmes are: Horizon 2020, formerly known as the Seventh Framework Programme (FP7); Creative Europe, which corresponds to the old Culture Programme; the Lifelong Learning Programme; EuropeAid; the European Years; and European Capitals of Culture (ECoC). Being aware that there are other programmes and instruments providing budgetary allocations for research, the criteria for this choice were the significance of these programmes because of their connection either to culture, research or both.

Horizon 2020 does not specifically focus on culture but will be the main EU programme for research when it goes into effect in 2014– with a budget of 80 billion euros (European Commission, 2011b). It will replace the current Seventh Framework Programme. Horizon 2020 has been conceived as the financial instrument for the implementation of “Innovation Union”, one of the flagship initiatives of the Europe 2020 Strategy, aimed at refocusing Research and Development (R&D) and innovation policy, and whose three key objectives are: excellent science, competitive industries and better society. Figure 1 in the annex provides a general overview of Horizon 2020’s research areas.

Culture has a key role to play in some of these fields. Regarding “competitive industries”, it might help to boost job creation through research in the field of “new skills for new jobs”. In the same way, CCIs may be considered innovative SMEs (Small and Medium Enterprises), whose enhancement is another of the fields of interest in Horizon 2020 to promote competitive industries. Culture’s contribution might also be remarkable in the area of research under the heading of “better society”. This area includes energy security, transport, climate change and resource efficiency, health and ageing, environmentally-friendly production methods and land management, and joint programming with Member States and regions. Even if this last connection might not initially seem so obvious, there are some interesting possibilities regarding culture-health or culture-environment couplings, among others, which could be explored.

From Horizon 2020, which is a broad programme dealing with many different fields, we move on to Creative Europe, the biggest programme of those specifically about culture. Creative Europe is a programme devoted to the cultural and creative sectors in Europe, with a proposed budget of around 1.8 billion euros for the period 2014-2020, which represents an increase of 37% compared to the previous Culture Programme.

This new programme is aimed at facing four main challenges: a fragmented market/cultural space; the digital shift; access to finance; and lack of data (European Commission, 2012a). These four challenges are included in the priorities stated by the main documents on culture which have been previously analysed. When examining the objectives, priorities and specific instruments proposed by Creative Europe more closely, an even greater level of correspondence is detected between the priorities set by the political documents and this European programme.

For instance, Creative Europe's general objectives are: "fostering the safeguarding and promotion of European cultural and linguistic diversity and strengthening the competitiveness of the cultural and creative sectors with a view to promoting smart, sustainable and inclusive growth" (ibid.); objectives which are clearly aligned with the UNESCO Declaration and Convention and with the Europe 2020 Strategy, respectively. In general terms, Creative Europe is centred on the economic dimension of culture, embodied in the CCIs and a specific funding instrument through loans for the cultural sector; its international projection and transnational cooperation; as well as new audiences development.

Moving onto other programmes which are not specifically about culture but deal with it in any of its dimensions, the Lifelong Learning Programme (LLP), EuropeAid, and other initiatives such as the European Years and the European Capitals of Culture will be now described. The main interest of these programmes lies in identifying the potential connections between them and the field of culture; as well as providing examples of cultural programmes already funded by them.

Firstly, the general objective of the Lifelong Learning Programme (LLP) is "to foster interchange, cooperation and mobility between education and training systems within the EU so that they become a world quality reference" (European Commission, 2013). Among its specific objectives, we find aspects related to new skills, mobility, intercultural dialogue, employability, human rights and democracy, exchange of best practices, innovation and creativity, ICT-based contents, etc. The programme is divided into four sectorial programmes covering the entire range of educational possibilities. The sub-programmes are: Comenius, for schools; Erasmus, for higher education; Leonardo Da Vinci, for vocational training; and Grundtvig, focused on adult learning. In addition, within the transversal part of the LLP, there are:

other projects in areas that are relevant to all levels of education, such as language learning, information and communication technologies, policy co-operation and dissemination and exploitation of project results are funded (...). In addition, the

programme includes Jean Monnet actions which stimulate teaching, reflection and debate on European integration, involving higher education institutions worldwide.

(ibid.)

EuropeAid is the EC's DG in charge of development aid projects and programmes. The financial instruments it uses are thematically classified as: European Instrument for Democracy & Human Rights (EIDHR); nuclear Safety Co-operation Instrument (NSCI); environment and sustainable management of natural resources including energy; non-state actors and local authorities in development; food security; migration and asylum; investing in people; EU food facility; Instrument for Stability; and restructuring of sugar production (European Commission, 2012b). The programme "Investing in people" is the most directly related to culture, as it does not only support action in this specific field; but also in others linked to it such as health, education, knowledge and skills, gender equality, employment and social cohesion, or children and youth.

Other significant initiatives are the European Years and the European Capitals of Culture. The topic of the first programme changes every year and some of them are directly or indirectly connected to culture. 2008, for example, was the European Year of Intercultural Dialogue; 2009, the Year of Creativity and Innovation; and, last year, 2012, the Year for Active Ageing and Solidarity between Generations, which is also closely linked to lifelong learning and therefore to culture in general.

The European Capitals of Culture project, on the other hand, aims at "providing living proof of the richness and diversity of European cultures. Started in 1985, the initiative has become one of the most prestigious and high-profile cultural events in Europe" (European Commission, 2011a). Cultural diversity, new audience development, tourism respectful of local culture and many other cultural priorities are the pillars of this initiative, which was created for the first time in 1985 and named European Cities of Culture.

Some research projects have already been funded by these programmes (or by their predecessors) at the EU level. The 7th Framework Programme (the biggest EU research programme from 2007 to 2013, now replaced by Horizon 2020) has devoted many resources to research on culture. An example of this is the SmartCulture project, which started in late 2012 and will finish in 2015. This project is still ongoing and is being coordinated by the French company Euratechnologies, a specialist in Information and Communication Technologies (ICT), applied to excellence and innovation in the field of business.

The objective of SmartCulture is:

to provide a sustainable access to cultural heritage to a wider range of users by the use of digital technologies. Digital technologies will help to transform passive audiences into active practitioners of culture. The consortium will promote the creation of engaging digital experiences for access to cultural resources by the cross fertilization between ICT enterprises, Creative and Cultural Industries (especially SMEs) and research stakeholders across Europe. This cross fertilization will lead to new opportunities and good practices for innovative digital access to cultural resources and digital cultural mediation. (...)We have strong networks for ICT enterprises and CCI (especially SMEs), but we need to strengthen cross fertilization between technological and creative industries, by encouraging for example mobility for professionals and researchers, and the emergence of common data exchange formats for digital experiences.

(Euratechnologies, 2012)

According to this statement, it can be argued that SmartCulture connects digital literacy, access to culture, audience development, creative and cultural industries, and exchange of best practices, in addition to others. By doing this, the project combines the priorities agreed by most of the political documents on culture and, particularly at the EU level, the main priorities of the European Agenda for Culture, the Green Paper on Cultural and Creative Industries, and the Work Plan for Culture 2011-2014.

Even if SmartCulture is specifically about culture, it is inserted in a general funding programme which tackles many other issues, namely, the 7th Framework Programme. Obviously, a bigger number of research projects on culture are found within the framework of the culture programme (now called Creative Europe), which is specifically for culture. For instance, in 2010 it financed the Monitors of Culture project, which is “an initiative of the ENCATC (European Network of Cultural Administration and Training Centres) working group ‘Cultural Observatories and Information and Knowledge’ funded by the European Commission under the budget line Policy Grouping” (Monitors of Culture, 2010). The project leader was the Institute of Leisure Studies at the University of Deusto (ES) .

The aim of Monitors of Culture was:

To reflect on the role of Culture Observatories in the Future in Europe. (...) The group aims to set up a framework for a discussion-platform- and exchange best practices with the aim of improving the design and the evaluation of culture policies in Europe

(Monitors of Culture, 2010)

The outcomes of the project revealed the need for further development of cultural indicators, which is in line with the priorities under the heading “Culture monitoring and assessment”, established by the political documents described above. More specifically, Monitors of Culture concluded that “a common methodology and shared indicators will contribute to improving cultural policy not only at a regional and national level but also at a European level in order to foster and evaluate cultural programmes promoted by the EU” (ibid.)

As has been already mentioned, apart from these big programmes (the 7th Framework and Culture Programme) there are some smaller programmes which are also linked to culture in any of its dimensions. That is the case of the Lifelong Learning Programme (LLP). As an example of the kind of cultural research projects funded under the umbrella of this programme, the Artist moving & learning project may be mentioned. ENCATC (European Network of Cultural Administration and Training Centres) was the leader of the project and Mediana-sprl (Belgium) was its coordinator.

The research questions or main aims of the Artists moving & learning project are described as follow:

[it] analyses the impact of mobility of artists in Europe from an educational and Life Long Learning perspective. What are the effects of their cross-border movements –as bursaries in artists’ residencies or as guest artists in festivals, museums or galleries? Does mobility boost the creativity of artists? Can non-formal learning resulting from artistic mobility be formalised by integrating it into initial professional education for artists? How can instruments for life-long learning target better the needs of mobile artists?

(ENCATC, 2009)

“A comparative study on artistic mobility” was the main outcome of this project, which gave evidence of the connection between artists’ mobility and lifelong learning, as well as providing some recommendations to enhance this coupling. It must be mentioned that those two aspects (artists’ mobility and culture and learning) are considered top priorities for cultural policies at both international and European levels.

3. Challenges in research on culture

According to the analysis of both political documents on culture and EU programmes providing funds for research, some conclusions about the areas in which researchers currently have more opportunities will now be drawn. One of the areas in which there is the widest consensus is the one referring to culture as an economic driver. Within this area, political documents have a strong focus on the development of CCIs, the

connection between culture and employment (“new skills for new jobs”), creativity and innovation, and funding culture. Given that Creative Europe also centres on culture as an economic driver –and, more specifically, on CCIs as the embodiment of this economic dimension– and that Horizon 2020 also has a special focus on competitive industries, this is clearly one of the priority lines for researchers on culture. The broad priority designed as “culture as an economic driver” in Table 1 includes different aspects such as: CCIs, culture as a catalyst for innovation and creativity, export and internalisation of culture, new skills and new jobs, and funding culture. Although there are already some attempts to carry out research in the field of CCIs –such as the Green Paper–, all research initiatives aimed at proving the contribution of culture to the economy will predictably be very welcome in the coming years, in the framework of both Creative Europe and Horizon 2020.

Analysis of the culture-economy binary is closely related to another emerging issue: culture monitoring and assessment. In order to be able to assess the impact of culture on economy, it is obviously necessary to be able to measure the results of cultural programmes. Along these lines, documents such as the Agenda 21, the European Agenda for Culture and the Work Plan for Culture called for further development of cultural statistics and indicators. In other fields such as development aid, policy-making at the EU level has also shifted to focus on the results of delivering aid—as explained by the Accra Agenda for Action–, so research on the effects of culture in the field of development might also find funding in the EuropeAid programme.

Furthermore, most of the documents –all except those extracted from the Agenda 21 and the Europe 2020 Strategy– refer explicitly to the need for knowledge exchange and best practices, as well as promotion of networking. This has been included in the “cultural diversity and intercultural dialogue” category since sharing knowledge may certainly be considered a way of promoting dialogue between cultures. However, it could have also been included in “culture as an economic driver”, as networking is essential for CCIs. The cultural sector is used to making the most of few resources by taking advantage of the synergies between companies, artists, creators, institutions, etc. Regardless of the category this idea is placed in, it is clear that networking and knowledge exchange and best practices are considered to be very important in both political documents and funding programmes.

Creative Europe is the funding programme that most clearly points out this need. One of the challenges it aims to tackle is “a fragmented market/cultural space”. In order to overcome this fragmentation of the cultural market, it proposes enhancing mobility of both artists and cultural and creative works, as well as development of new cultural

audiences at the European level (the latter overlapping with the abovementioned priority labelled “culture, education and access to culture”). The Lifelong Learning Programme is obviously much more closely related to this idea of enabling mobility as a way of exchanging knowledge; being the Erasmus programme one of the most powerful instruments to enhance the sense of belonging to the EU among young people.

Exchange of knowledge – and, particularly, mobility now– also has a lot to do with the development of new skills for new jobs, a matter of concern for both Creative Europe and Horizon 2020 (for which “boosting job creation” is a priority within the area of “competitive industries” [European Commission, 2011b]). In short, research on areas related to knowledge exchange and best practices (including mobility, networking, intercultural dialogue, etc.) may find funding resources in a wide range of programmes at the EU level (Creative Europe, Horizon 2020 and the Lifelong Learning Programme).

Internationalisation of culture has also been introduced recently as a major issue in this field, especially by the European Agenda and the Work Plan for Culture 2011-2011, whose priority area is titled “Culture in External Relations” (Council of the European Union, 2010). Both instruments acknowledged the importance of the EU’s cultural dimension and initiated the development of projects and programmes contributing to intercultural dialogue, cultural exchanges and cultural cooperation. An emerging discipline, cultural diplomacy, is also calling for a space within European policy for external affairs. It is highly likely that the title “EU as a global player” in the EU’s budget for the period 2014-2020 –which is now being discussed– will increase the budgetary allocation for the Common Foreign and Security Policy (CFSP). That would be consistent with the provisions in the Lisbon Treaty, which highlight the new relevance given to this policy area with the creation of the figure of the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy.

Another interesting field to be explored by research –or rather, to keep on exploring– is the connection between culture and other areas that could seem *a priori* quite separate from it. That is the case of the culture-health, culture-environment or culture-development/international cooperation couplings. Research on these couplings may obtain funds from Horizon 2020 (within the chapter “Better Society”), from Europe Aid and, to some extent, also from Creative Europe, as they can be linked to smart, sustainable and inclusive growth.

As for the connection between health and culture, some scholars have already tackled the issue and discovered that the connection between both areas of study is greater

than was expected. Health professionals, for instance, should be aware of cultural diversity when providing their services because “although individuals are entitled to their own health psychology, how they construct such beliefs will be influenced by the cultural systems in which they live and how they enact such beliefs will be influenced by the constraints of the society in which they live” (MacLachlan, 2006, p. 36). In addition, education with a focus on promoting prevent and healthy lifestyles is a key factor for the development of a *health culture*. Finally, as an example of a more specific field of research, studying the cultural dimensions of illnesses such as malaria or AIDS might make a significant contribution to development aid and, therefore, might be funded by programmes such as Europe Aid.

The same analysis could be made for other areas such as culture-environment or culture-international cooperation. Research proving the connection between these policy areas could contribute to smart, sustainable and inclusive growth, the main objective of Creative Europe and Horizon 2020, the biggest EU research programmes in terms of budget.

Conclusions

According to the analyses presented in this paper, it may be stated that EU policy in the field of culture is now at a turning point. European culture was significantly boosted during the last decade thanks to the support provided by the Culture Programme, which is now about to end because it has been replaced by Creative Europe. It is time to move forward in order to show the usefulness of cultural projects, goods and services, especially from an economic perspective; to exchange knowledge and build networks and partnerships; to widen horizons in order to internationalise culture and to explore new areas of daily life and their connections with culture. All these new approaches will have economic support from the EU funding programmes in the next years.

Obviously, safeguarding and fostering cultural diversity and heritage will continue to be at the core of every cultural policy in the EU. The EU slogan: “Unity in Diversity” means diversity may be considered a distinctive feature of this international organisation. Therefore, researchers should consider cultural diversity as a cross-cutting issue to be included – in a more explicit or implicit manner – in all of their work.

Further research should be also carried out on priorities like the digital shift and the development of cultural policies at the local level, which were agreed in most of the political documents but not tackled in this article due to time and space limitations. The same is applicable to the European Years and European Capitals of Culture initiatives, which were not analysed in detail for the same reasons.

In addition, UNESCO recently declared its interest in cultural indicators to measure well-being, opening the door to new ways of measuring development that may go beyond the GDP and other purely economic indicators. In 1972, Jigme Singye Wangchuck, King of Bhutan, introduced the term “Gross National Happiness” (GNH). This indicator of well-being has four pillars: sustainable development, preservation and promotion of cultural values, conservation of the natural environment, and good governance. Considering well-being from this holistic approach, research aimed at showing the connection between culture and well-being are also likely to find financing in the next years.

To summarize, a wide range of opportunities is offered to universities, institutions and researchers specialising in culture. Their work could be crucial over the next few years to assess the results of public policies in the cultural field and to make recommendations in case refocusing is needed in any of the priority areas that have been established.

Annexes

Documents	UNESCO Declaration	Agenda 21	UNESCO Convention	European Agenda	Europe 2020	Green Paper	Work Plan
Priorities							
Access to culture.		X	X	X		X	X
Artists' rights (copyright, remuneration, etc.).	X	X		X		X	
Assessment mechanisms for culture (cultural statistics, indicators, etc.).		X		X			X
Audience development and cultural participation.		X		X		X	
Commitment of artists with cities.		X					
Cooperation between the public and private sectors and civil society/ Decentralization of cultural policies.	X	X	X	X	X	X	X
Creative Cultural Industries (CCIs).	X	X	X	X		X	X
Culture as a catalyst for creativity and innovation	X		X	X	X	X	X
Culture and education, training, lifelong learning and public awareness.	X	X	X	X	X	X	X
Culture as an economic driver.		X	X	X	X	X	X
Cultural diplomacy and international relations.				X			X
Cultural diversity and intercultural dialogue.	X	X	X	X		X	X
Cultural and (sustainable) development.	X	X	X	X		X	X
Cultural heritage.	X	X		X			X
Culture, international cooperation and solidarity.	X		X	X			X
Cultural rights as part of human rights.	X	X					
Databases on culture/ Mapping of the sector.			X	X			
Digital literacy/ shift.	X	X	X		X	X	X
European Capitals of Culture.				X			
Exchange of knowledge and best practices/ Networking.	X		X	X		X	X
Funding culture.		X	X	X	X	X	X
Interweaving of cultural policies and other public policies.		X		X		X	
Linguistic heritage and diversity.	X			X			X
Local and regional cultural policies and markets.	X	X	X			X	X
Media literacy and pluralism.	X	X	X	X			X
Mobility of creators, artists, researchers, scientists and intellectuals.	X		X	X		X	X
Mobility of collections.				X		X	X
New skills and jobs.					X	X	X
Popularization of scientific and technical culture.		X					

Public spaces as cultural spaces.		X					
Research on culture.				X	X	X	
State's sovereignty in the field of culture.			X	X			
Tourism respectful with local cultures.		X		X			X

Culture and development	Culture and education and access to culture
Cultural diversity and intercultural dialogue	Culture monitoring and assessment
Culture as an economic driver	Culture at the regional local level
Culture and public policies	

Figure 1. *Source : own elaboration*

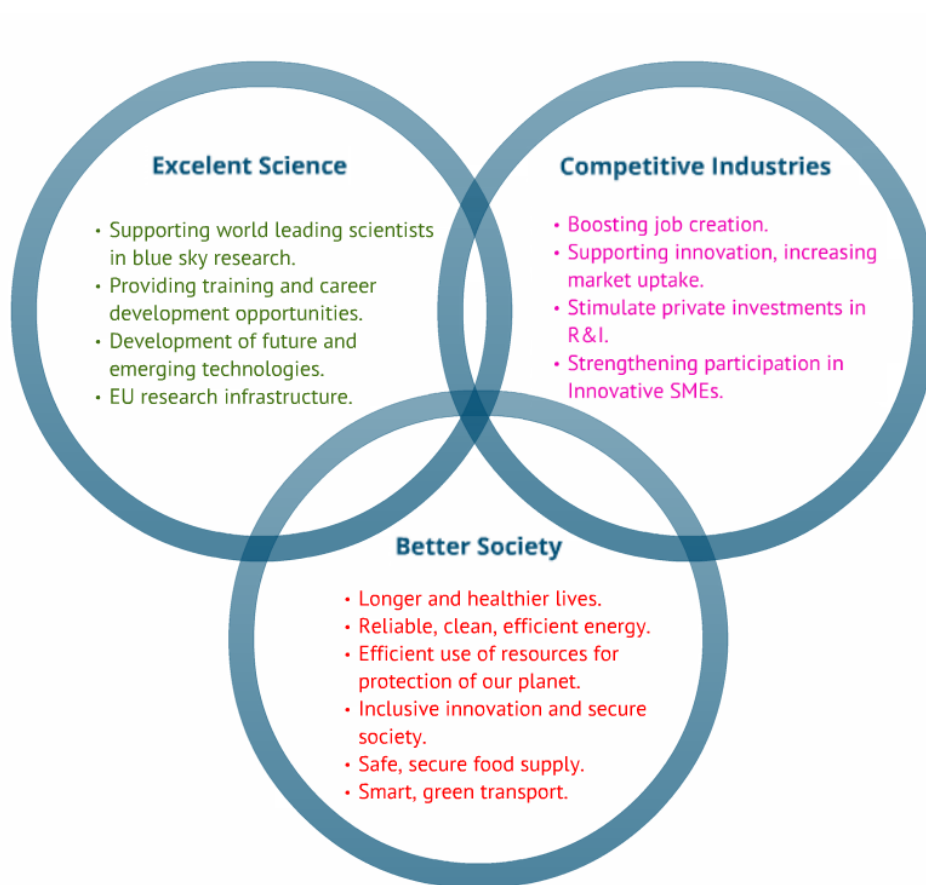


Figure 2. Source: own elaboration from http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index_en.cfm

References

Council of the European Union. (2 December 2010). *Work Plan for Culture 2011-2014*. Retrieved from

http://europa.eu/legislation_summaries/culture/cu0007_en.htm

ENCATC. (2009). *Artists moving & Learning*. Retrieved February 26, 2013, from

<http://www.encatc.org/moving-and-learning/index.lasso>

European Commission. (10 May 2007). *European Agenda for Culture*. Retrieved from

http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/european-agenda-for-culture_en.htm

– (3 March 2010a). *Europe 2020- A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Retrieved from [http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:EN:PDF)

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:EN:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:EN:PDF)

– (27 April 2010b). *Green Paper – Unlocking the potential of cultural and creative industries*. Retrieved from

http://europa.eu/legislation_summaries/culture/cu0006_en.htm

– (Last update January 2011a). *European Capitals of Culture*. Retrieved January 25,

2013, from http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/doc413_en.htm

– (Last update November 2011b). *Horizon 2020*. Retrieved January 25, 2013, from

http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index_en.cfm

– (Last update November 2012a). *Creative Europe*. Retrieved January 24, 2013, from

<http://ec.europa.eu/culture/creative-europe/>

– (Last update December 2012b). *Europe Aid*. Retrieved January 25, 2013, from

http://ec.europa.eu/europeaid/index_es.htm

European Parliament Information Office in the United Kingdom. *European Years*.

Retrieved January 25, 2013, from

http://www.europarl.org.uk/view/en/Events/special_events/European-Years.html;jsessionid=005970946462F044A2B9993965654292

Euratechnologies. (2012). *Smart Culture*. Retrieved February 26, 2013, from

<http://cordis.europa.eu/projects/index.cfm?fuseaction=app.details&TXT=smart+culture&FRM=1&STP=10&SIC=&PGA=&CCY=&PCY=&SRC=&LNG=en&REF=106233>

MacLachlan, M. (2006). *Culture and Health: A Critical Perspective Towards Global Health*. West Sussex: John Wiley and Sons, Ltd.

UNESCO. (2 November 2001). *Universal Declaration on Cultural Diversity*. Retrieved from [http://portal.unesco.org/en/ev.php-](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

[URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

– (20 October 2005). *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. Retrieved from

<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/diversity-of-cultural-expressions/the-convention/convention-text/>

UCLG/ United Cities and Local Governments. (8 May 2004). *Agenda 21 for Culture*.

Retrieved from

http://www.agenda21culture.net/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=58&lang=es

University of Deusto. (Last update September 2010). *Monitors of Culture*. Retrieved

February 26, 2013, from <http://www.monitorsofculture.deusto.es/presentation/>

Cristina Ortega Nuere, PhD. is the Director of the Institute of Leisure Studies, University of Deusto, Spain.

cristina.ortega@deusto.es

Isabel Verdet Peris is a student of the Euroculture Master of Arts, University of Deusto, Spain.

O LAZER E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS CONTEMPORÂNEAS

Maria Dilma Simões Brasileiro
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Resumo: Este ensaio tem como objetivo compreender as transformações socioculturais vividas na contemporaneidade, e como estas transformações influenciam e são influenciadas pelo trabalho, tempo livre e lazer. Remete para uma introdução na discussão sobre as mudanças de paradigma da modernidade para a pós-modernidade. Posteriormente, para situar esta análise no âmbito do lazer, realizamos um breve percurso na construção sociocultural do lazer, e como esses períodos históricos anteriores influenciam este conceito na contemporaneidade. Apontamos, portanto, para mudanças de paradigma da modernidade para a pós-modernidade, embora ainda não tenhamos condições de avaliar os caminhos que poderão ser trilhados por estas mudanças, já que ainda são imprecisas as categorias analíticas construídas para interpretá-las. Podemos sim afirmar que, as vivências humanas experimentadas a partir dos novos contornos socioculturais, favorecem o aparecimento de novos comunitarismos e individualismos, que estão redefinindo e sendo redefinidos, pelo que na contemporaneidade entendemos por trabalho, tempo livre e lazer.

Palavras-chave: Lazer; Trabalho; Tempo Livre; Modernidade; Pós-modernidade.

Introdução

Antes de iniciarmos uma aproximação ao conceito de lazer no contexto das transformações socioculturais, centramos nossas reflexões sobre o conceito de sociedade pós-moderna. Este conceito, na realidade, representa as transformações socioculturais vividas na contemporaneidade. É importante matizar que, dada a pluralidade de sentidos e definições usadas pelos autores para caracterizar estas transformações contemporâneas, neste ensaio não trataremos de aprofundá-las, senão refletir sobre a influência destas transformações no lazer e suas manifestações.

Ainda cabe destacar que analisaremos não só as influências destas transformações para o lazer, mas na reciprocidade e influência do lazer, na concretização destas transformações socioculturais. Portanto, para compreender esses processos vividos na contemporaneidade, convém iniciarmos analisando o significado e as transformações das sociedades modernas para as sociedades pós-modernas.

1. Dos valores Modernos aos valores Pós-modernos

Os valores da produtividade racionalista, a concepção positivista de mundo, as verdades estabelecidas que se inicia na Ilustração, nos séculos XVII e XVIII, começam a

entrar em crise, mais acentuadamente a partir da segunda metade do século XX. Como analisa Lash (1997, p. 143):

o avanço da individualização na segunda fase, reflexiva, da modernidade, também liberou os indivíduos das estruturas coletivas e abstratas, tais como a classe, a nação, a família nuclear e a crença incondicional à ciência.

A modernidade, definida pela destruição das estruturas antigas, pelo triunfo da racionalidade e pelo rompimento do mundo sagrado, que era tanto natural como divino, perde força e entra em declínio. Na contemporaneidade, estamos vivendo em uma sociedade industrial/moderna, centrada na produção em série de bens materiais, mas convivendo também com uma sociedade pós-industrial/pós-moderna, centrada na produção de meios não materiais (informações, símbolos, estética, valores etc.). Nas análises de De Masi (2000), as mudanças vividas nas sociedades, com o passar da história, estão cada vez mais curtas. Quinhentos anos foram necessários para a organização da sociedade moderna e industrial; apenas duzentos anos do processo de industrialização foram suficientes para provocar o advento da sociedade pós-industrial.

Depois do período rural e do período mais breve do maquinismo industrial, apresenta-se na atualidade um terceiro período, o pós-industrial, capaz de exaltar a dimensão criativa das atividades humanas, privilegiando mais a cultura que a estrutura. Se a modernidade, com base na razão, foi capaz de criar o Estado de direito e o mercado, o mesmo não podemos afirmar em relação à liberdade e à felicidade. Como analisa Touraine (2009), a ideia de que o progresso seria o caminho para o desenvolvimento, a liberdade e a felicidade, está cristalizada na figura do masculino ocidental, adulto e educado, que defende uma empresa, uma nação e/ou sociedade e que domina os trabalhadores, colonizados, as mulheres e crianças. Entretanto, os fatos históricos têm demonstrado que esta autoridade racional legal, centrada nesta concepção ocidental de mundo, do homem de Estado e do capitalista, não foi suficiente para o triunfo da modernidade.

Na verdade, analisar este processo da modernidade para a pós-modernidade é sugerir, como ressalta Featherstone (2000, p. 24), “uma mudança ou ruptura de época com a modernidade, que trás o aparecimento de uma nova totalidade social, com seus princípios distintos de organização”. Neste contexto, a ciência, a tecnologia, a globalização, o progresso organizativo, a escolarização e os meios de comunicação de massa, foram elementos determinantes para impulsionar a dinâmica da nova sociedade pós-moderna. Para Eagleton (1998, p. 11),

a pós-modernidade é um estilo de pensamento que desconfia das noções clássicas de verdade, razão, objetividade, da ideia de progresso universal ou da emancipação das estruturas isoladas, dos grandes relatos ou dos sistemas definitivos de explicação.

Nesta mesma linha de argumentação, Martín Horcajo (2003) entende a pós-modernidade como um estado de consciência que coloca limites aos sonhos de grandeza da modernidade, representados na razão científica. Aquela razão, que organiza nosso entendimento objetivo do mundo, que nos proporciona uma forma de vida desejada e que nos faz crê que sua evolução irá superar as injustiças sociais.

O próprio conceito de pós-modernidade, entretanto, não é unívoco, nem está salvo de orientações valorativas. Isto se comprova no extenso debate que existe sobre este conceito e as críticas que se fazem a ele. Assim, pois, desde o nosso ponto de vista, o que consideramos como pós-modernidade, muitos outros autores denominam como modernidade alta, modernidade tardia, hiper ou meta modernidade, modernidade reflexiva etc. Na realidade, uma gama de conceitos para interpretar as transformações sociais e culturais que se estão produzindo nas sociedades contemporâneas. Para Lyotard (1984), um dos percussores do conceito de pós-modernidade, as sociedades entram na idade chamada sociedade pós-industrial e as culturas entram na idade chamada pós-moderna. Este autor indica que a pós-modernidade se caracteriza por uma crise no conhecimento causada pelo ceticismo, relacionada às reivindicações das verdades estabelecidas na modernidade.

Produz-se, portanto, um sentimento de inquietação nas categorias estabelecidas e nas ações associadas à modernidade. Featherstone (2000) ressalta que ainda não se tem elaborada teoricamente, em forma detalhada, a correspondente delimitação dos processos socioculturais e transformações institucionais derivadas deste período, “só contamos com a possibilidade de entender o conceito de pós-modernidade, a uma nova ordem social e a uma mudança de época” (Featherstone, 2000, p.28). Deriva-se assim, um processo cujas bases apresentam-se com maiores contornos nos anos 50, que culmina com a globalização das economias mundiais (as grandes empresas transnacionais, a divisão internacional do trabalho etc.); com um maior número de postos de trabalho no setor serviços; com as novas tecnologias, principalmente da informação; com o declínio dos meta-relatos; com a extensão da democracia como forma de governo; com a revolução cultural do lazer, em que o conhecimento simbólico compartilha o cenário com a produção dos bens materiais. Na análise de De Masi (1999), as mudanças neste período ainda não estão difundidas e radicadas, mas já se sente sua presença no mercado de trabalho, quanto o setor terciário começa a

predominar em relação à agricultura e à indústria e na formação do produto interno dos países, em que prevalece os serviços sobre a produção dos bens materiais. Estas mudanças também estão presentes no sistema social, na produção do conhecimento teórico, da ciência e da informação, que agora ocupam papel central. Apontamos ainda para mudanças no sistema cultural, em que o individualismo e novos comunitarismos adquirem vigor crescente.

As transformações socioculturais se tornam ainda mais presentes no final da década de 60 e início dos anos 70. A instabilidade dos mercados, principalmente depois da crise de 1973, colabora para que o modelo de produção capitalista vigente entre em crise e “lança o mundo capitalista numa longa e profunda recessão, que muda a relação do Estado com as economias de mercado” (Brasileiro, 2012, p. 82), influenciando desta forma, nas relações socioeconômicas e culturais. Esta crise coloca em evidência as cargas tributárias para o setor social, produzindo uma reação liberal, privatizadora deste setor. Neste contexto, transformam-se as relações de trabalho, reforçando uma economia dominada pelo trabalho flexível e urbano. Como consequência, acontecem mudanças profundas e progressivas na Sociedade de Bem-estar. A sociedade civil organizada e os cidadãos individuais assumem cada vez mais protagonismo, e muitas das reivindicações e algumas funções que antes eram do Estado são assumidas e representadas por esses novos agentes sociais. Neste sentido, se algo se pode reconhecer na pós-modernidade, é uma mudança essencial na relação indivíduo/sociedade, já que nossa condição essencial de cidadãos, além de ativa, não mais somente representativa, agora é compaginada com nossa situação de consumidores, que exige novas posturas e organizações perante o Estado e o mercado. A descrença nos grandes projetos políticos e nas instituições, principalmente as públicas, conduz também os cidadãos à assumirem um novo protagonismo, tanto em relação a sua vida privada, aos problemas sociais, como na perspectiva e nos valores do mundo.

Na verdade, no mundo sociocultural, o ser humano que, no início da sociedade moderna ficava sem apoio diante da interpretação da Bíblia, fica agora, na sociedade pós-moderna, sem apoio da sociedade patriarcal e do Estado.

Depois de Deus *absconditus*, que desencadeou a confiança moderna nos poderes da espécie humana, chegou a *Societas absconditus*, que disparou a confiança pós-moderna nos poderes dos indivíduos. (Baumann e Tester, 2002, p. 123).

Neste sentido, a desintegração crescente do modelo social em sua forma clássica, tem provocado a busca de si mesmo e o sentido da vida. O indivíduo pós-moderno, que

assume protagonismo crescente e ativo nas questões socioeconômicas, políticas e culturais, o indivíduo/cidadão/consumidor, também é o mesmo indivíduo que se assume como um estranho no mundo. Nas palavras de Rago (2000, p. 09),

o homem público do passado agora se converte em espectador silencioso do presente, figura indiferente, sem expressão física, facial e emocional, exposto no mundo das aparências. (...) Nos parques e praças, os óculos de sol reafirmam a busca do anonimato, enquanto o walkman garante a certeza de não se ouvir nada, fora o escolhido.

O espaço e tempo pós-moderno podem ser construídos de acordo com nossa individualidade, na medida em que temos que escolher entre as múltiplas opções que nos oferece a vida, adaptando-a e vivenciando-a de acordo com nossa situação pessoal. Em outras palavras, a pós-modernidade se traduz em uma sociedade plural e individual, em que o absoluto passa a ser relativo. Encontramo-nos, pois, em uma realidade múltipla e interconectada, sendo muito difícil dar conta isolada de qualquer faceta desta realidade, sem uma referência entre o individual/social; o local/global; o moderno/pós-moderno. Não existe um quadro da vida social que escape a esta realidade. Pode variar a intensidade, mas as transformações vividas na contemporaneidade abarcam todas as sociedades, em diferentes contextos do mundo. Portanto, o incremento dos valores pós-modernos é um dos elementos mais destacados no cotidiano das pessoas, constituindo também um fator determinante para se compreender as transformações no mundo do lazer.

2. O lazer no contexto das transformações socioculturais

O conceito de lazer, tal como entendemos e vivenciamos na contemporaneidade, inicia-se com a sociedade moderna. Como analisa Elias (1992, p. 120), “de acordo com a estrutura diferente da sociedade grega, o conceito de lazer não possuía exatamente o mesmo sentido do nosso”. Entretanto, sempre nas sociedades antigas teve algo equivalente ao que hoje chamamos de lazer, pois, paralelamente as atividades de sobrevivência, os indivíduos sempre desenvolveram atividades de representação e de experiências de si mesmo e da própria vida (Gaya, 1997).

Para os gregos, o que na atualidade se aproxima ao que chamamos de lazer, estava relacionado com a instrução, e consistia em se dedicar às atividades intelectuais que enriqueciam o espírito. Baseava-se na idealização de se encontrar, não só pré-disposto, mas principalmente disposto, para a contemplação dos supremos valores deste mundo: a verdade, a bondade e a beleza, ou seja, a sabedoria frente às atividades manuais. Os gregos consideravam o *lazer* como uma via de saber não utilitária, mas contemplativa,

que se opunha à ocupação, em especial quando esta implicava em alguma atividade regida por objetivos concretos e utilitários. A finalidade do *lazer* residia em si mesmo, não podendo haver outra razão para realizar uma atividade de *lazer* que não fosse o mero fato de realizá-la. “Somente aquele que podia dispor de *lazer* era livre” (Mazón, 2001, p. 54). Evidentemente este *lazer* dos gregos, só era possível porque o trabalho estava assegurado pelos escravos (Russell, 2002). A estrutura democrática grega se encontrava delineada por uma sociedade de cidadãos livres, em que o *lazer* era para eles um espaço de desfrute, de aproveitamento da vida. Era um estado de paz interior e contemplação criadora. O *lazer* era para os homens instruídos na liberdade. Estes se distinguiam daqueles homens que eram educados na escravidão. Como explica López de la Vieja (1998), Aristóteles fazia elogio ao clássico *lazer*, firmemente assentado em condições desiguais. Para este filósofo, citado por López de la Vieja (1998, p. 18),

a ocupação da mente é superior às outras atividades, por encima da atividade militar ou da política. Entretanto, a contemplação não é produção, também não é ação, por isto só é possível, na ausência de cansaço. Viver desta maneira requer recursos dignos e também um uso moderado destes.

Aristóteles considerava que as atividades que cumpriam as características de *lazer*, ou seja, que implicavam uma formação humana não utilitária, era a contemplação e o ensino da música, por meio das habilidades de tocar, recitar e compor. Para este filósofo, isto tudo contribuía para formar a mente, possuir a cultura própria dos homens educados e aproximar-se das virtudes (Puig Rovira e Trilla, 1996). Encontra-se, pois, nesta cultura, uma valorização das vivências que hoje se aproximam ao *lazer* e um desprezo às atividades que se relacionavam ao trabalho. Analisando esta situação, Heródoto, citado por Lafargue (1991, 67), se questionava sobre a origem destes valores, mas Heródoto concluía que não ele podia afirmar “se os gregos herdaram dos egípcios o seu desprezo pelo trabalho, porque encontro o mesmo desprezo estabelecido entre os trácios, os citas, os persas e os lídios”. O próprio Lafargue (1991, 68) afirmava que “os filósofos gregos disputavam quanto à origem das ideias, mas estavam de acordo quando se tratava de odiar o trabalho”. Nesta mesma direção, Veblen (2004), ao analisar as classes ociosas ao longo da história da humanidade e ao referir-se às comunidades bárbaras, o autor analisava que

a distinção entre proeza e trabalho ordinário é uma distinção de desigualdade degradante que se estabelece entre ocupações. Aquelas ocupações que se classificam como proezas são dignas, honradas, notáveis; as outras ocupações que não contém este elemento de proeza, e especialmente aquelas que implicam servidão e submissão, são indignas, degradantes e não nobres (Veblen, 2004, 41).

A concepção grega do *lazer*, como contemplação e cultivo do espírito, não foi vivenciada em Roma, com a ascensão do Império Romano, pois esta sociedade apresentava novas conotações, que respondiam a outro contexto econômico e político, embora o valor ao *lazer* continuasse presente na classe dominante. Os clássicos autores gregos, como, por exemplo, Aristóteles, que inaugurou uma postura positiva ante o que hoje conhecemos como *lazer*, pode encontrar alguns seguidores como Séneca. Entretanto, tanto a organização da vida social, como a obra de outros autores contribuiu para cristalizar outra concepção de *lazer* neste período histórico.

Na cultura romana cabe distinguir, pois, entre o *lazer* da classe dominante, das elites, que se aproximava ao ideal do *lazer* grego, e o *lazer* do povo, associado ao divertimento. Roma introduziu o *lazer* das massas, por meio dos mimos e das comédias, que era organizado pelo próprio Estado. Este tipo de *lazer*, pensado para o povo, colaborava também para o domínio dos mesmos. Os dias de festa ocupavam quase a metade do calendário laboral e eram destinados, fundamentalmente, à diversão (Montaner, 1996; Puig Roviara e Trilla, 1996; Mazón, 2001). Desta forma, o *lazer* em Roma se realizava de acordo com os princípios gregos para a intelectualidade e as classes dominantes e o *lazer* como repouso e, sobretudo, como diversão, era para o povo, a massa. Como ressalta San Martín (1997), o conceito do *lazer* romano estava bem diferenciado entre a elite e o povo; para a elite, o *lazer* era recreio, meditação, descanso, vida social; por outro lado, o *lazer* do povo consistia num *lazer* das massas, *panis et circenses*, desprezado pela elite social. Neste caso, o *lazer* era fundamentalmente entretenimento e um instrumento político de dominação.

Com a queda do Império Romano, nasce uma nova organização social: a sociedade rural caracterizada pelo feudalismo, o local e o camponês. Desde o pensamento aristotélico, as atividades que promoviam o prazer já eram valorizadas. Entretanto, apesar do pensamento europeu ter absorvido, por meio da igreja cristã, o pensamento aristotélico, o prazer, promovido por elementos hedonistas do entusiasmo, da excitação produzida pela música, o drama, os jogos etc., foram suprimidos. O *lazer* do povo continua sendo basicamente um tempo de repouso e de festa, organizada e controlada pela Igreja Católica e os senhores feudais, que governavam a vida do povo e ditavam as concepções e valores da sociedade. O trabalho era compaginado com as atividades religiosas, e o *lazer* se misturava com as festividades religiosas, gerando, muitas vezes, festas pagãs e fora das normas da Igreja.

As festas e diversões eram momentos de ritos e convivência entre os membros da comunidade. Era um tipo de sociedade com um grande número de festas anuais. Como ressalva Ruiz Olabuénaga (1994, p. 1927), na Espanha medieval, “o Concílio de

Calahorra estabelecia 45 ‘festas de guardar’, as quais, somadas aos 53 domingos, completavam um calendário de celebrações cíclicas coletivas de quase cem dias atuais”. Lafargue (1991, p. 40) também faz referência aos feriados no Antigo Regime, em que “as leis da Igreja garantiam ao trabalhador 90 dias de descanso, 52 domingos e 38 dias feriados, durante os quais era estritamente proibido trabalhar”. Com o avanço da Idade Média, o tipo de lazer que se vai estruturando é totalmente da elite. Na verdade, os valores da elite neste período não consistiam somente na abstenção ao trabalho, mas também na dedicação às atividades de guerra e ao esporte e, em outro nível, à política, ciência e religião. Para a elite do período medieval, o *lazer* se exhibe como ostentação, pois desperta respeito social, já que demonstra riqueza e, por consequência, poder (Montaner, 1996). A ideia grega de contemplação, sem desaparecer totalmente, vai perdendo espaço durante a Idade Média, embora na Renascença, retorne uma valorização a um prazer mental e a liberdade na arte.

A mudança gradual em direção a um conhecimento mais utilitário e prático se inicia no século XVII e transcorre o século XVIII, acelerada pela Revolução Francesa e pela industrialização. Deste período em diante, encontramos em processo uma concepção quase que oposta aos valores antecedentes relacionados ao *lazer* e ao trabalho, que guiará o ser humano ocidental até aos nossos dias. Apresenta-se, portanto, uma nova ideia de trabalho como expressão máxima do ser humano, da confiança em si mesmo e sua exuberante onipotência (Puig Roviara e Trilla, 1996). O desenvolvimento da técnica e as mudanças na estrutura da sociedade feudal introduziram outros modos de produção. O trabalho gradativamente já não acontece no campo. As fábricas começam a ser o centro por excelência do trabalho e a dinâmica do cotidiano dos indivíduos se vê alterada, tanto espacial como temporalmente. A Reforma também traz consigo um novo significado para o que até então se aproximava ao lazer.

Com esta nova realidade, gera novos valores e assim reciprocamente. O lazer filosófico já não corresponde a uma forma de viver, assentada sobre a escravidão e oposta a desvalorização do trabalho. Desde então, cada um deverá procurar os meios para sobreviver por meio do trabalho, o qual se converte no caminho para a salvação. O puritanismo inglês do século XVI, amparado nas doutrinas calvinistas, confere um valor ético e, inclusive, religioso ao trabalho, defendendo o lazer como ausência deste. Neste período, com os valores da Reforma, o trabalho é sinônimo de dignidade. A vida fica submetida à racionalidade e a valores nos quais o lazer não estava incluído. O lazer era improdutivo e tinha efeitos perversos, já que estimulava valores que não eram compatíveis com o trabalho. Tudo que estava relacionado ao prazer era condenado. O imperativo desta sociedade era trabalhar. Neste contexto, a função principal e bem-

vinda do lazer era descansar, para repor as energias para voltar ao trabalho. Entramos na modernidade e nos valores modernos do lazer.

3. O lazer, a modernidade e seus valores

Na Inglaterra dos séculos XVI e XVII – e posteriormente nas colônias americanas – a inatividade era o pior dos vícios, pois significava a falta de esforço e, sem ele, não se podia conseguir a salvação na outra vida (Montaner, 1996). Como consequência dessas novas ideias e as novas condições sociais, o ritmo de trabalho dos indivíduos tendeu a ser cada vez mais duro. As horas de trabalho não baixavam nunca das 12 horas e, com frequência, chegavam a 16 horas. Os indivíduos já não associavam as horas de trabalho aos estritos horários solar da Idade Média. Até a revolução industrial, o sentido desta polarização entre o trabalho e as vivências do lazer não era evidente. Isto quer dizer que com anterioridade a revolução industrial, entre trabalho e tempo livre/lazer não havia uma enfrentamento explícito, senão uma relação de continuo e de equilíbrio mútuo. A vida das pessoas tinha um caráter unitário, embora nem por isto, era menos dura e penosa do que no início da modernidade e contemporaneidade, senão todo o contrário (Puig Rovira e Trilla, 1996). Esta mudança de paradigma do trabalho foi analisada por Lafargue (1991), no ano de 1883. Nas análises deste autor

A moral capitalista, lastimável paródia da moral cristã, lança um anátema sobre a carne do trabalhador: o seu ideal é reduzir o produtor ao mínimo de necessidades, suprimir as suas alegrias e paixões e condená-lo ao papel de máquina que produz trabalho sem trégua nem piedade (Lafargue, 1991, p. 09).

No início da revolução industrial, a realidade social era, portanto, o trabalho incessante do povo, compaginado com o lazer de uma classe ociosa (Veblen, 2004). Os burgueses, como máximos expoentes da moral do esforço, dedicavam sua vida aos negócios e aos lazeres instrutivos, que conservará as práticas do lazer ostentativo. Isto porque, a parte de possuir bens e poder, era necessária apresentar em público a distinção da classe social à qual pertencia. As atividades de lazer apresentam-se como um bom símbolo para esta distinção. A postura clássica do lazer filosófico já não estava tão em voga. Entretanto, o papel discriminador do lazer é mostrado pelos ricos, que tinham a exclusiva do lazer e o utilizava, já não para filosofar ou descobrir o sentido da vida, mas para distinguir-se dos demais, por meio de um estilo de vida específico. Portanto, assim como nos períodos anteriores, a classe ociosa, privilegiada, que cultivava os prazeres do lazer sempre existiu, porém assentada no trabalho dos escravos, camponês ou, na modernidade, dos operários.

A ideologia puritana, que havia penetrado profundamente na classe burguesa, se entendeu principalmente durante os séculos XVIII e XIX. É com a Revolução Francesa que se produz também as últimas transformações, configurando o trabalho e o lazer modernos. Mas é com a consolidação do capitalismo que se construirá na sua plenitude o sentido moderno do trabalho, tempo livre e lazer. Com esta consolidação do sistema econômico, se consolida também a sociedade moderna, com uma perspectiva de que o lazer já não é mais o ideal grego, mas também não possui o caráter gratuito. No mundo industrial e moderno, a utilidade e os valores morais instituídos ao conceito de lazer são sinônimos de improdutividade e vagabundagem. O trabalho, este sim, “seria um freio para as nobres paixões do homem” (Lafargue, 1991, p. 24).

Neste contexto, o modelo clássico de lazer, a serviço da liberdade e da busca de excelência por parte de uma minoria privilegiada, marcou a pauta do lazer na Antiguidade. Historicamente, podemos associar o que hoje entendemos como lazer, a *skolé* grega, que sempre existiu e de forma diversa, enquanto a concepção de tempo livre é consequência do desenvolvimento industrial (Cuenca Cabeza, 2000). A partir deste período se instala o lazer burguês, como um tempo ganho do trabalho realizado. Entretanto, como nos adverte Lafargue (1991, p. 39),

os lazeres que o poeta pagão anunciou nunca vieram: a paixão cega, perversa e homicida do trabalho transforma a máquina libertadora em instrumentos de servidão dos homens livres: a sua produtividade empobrece-os.

Para este autor, a cegueira do operário pelo trabalho, na segunda metade do século XIX, período em que Lafargue escreve “O Direito a Preguiça”, fortalece a fortuna social, mas aumenta as misérias individuais e, ficando mais pobres, os operários tinham mais razão para continuar trabalhando e ser miseráveis. Quanto aos burgueses, Lafargue ressalta que, para desempenhar a condição de não produtor e superconsumidor, o burguês teve de violentar seus gostos modestos, “perder os seus hábitos de trabalho de dois séculos e entregar-se ao luxo desenfreado, às indigestões recheadas e às orgias sifilíticas” (Lafargue, 1991, p.43). Na análise da burguesia do século XIX, Lafargue ainda acrescenta que prostrada na preguiça absoluta e desmoralizada pelo gozo forçado, a burguesia se acomodou ao seu novo gênero de vida.

Este modelo de sociedade se estende pelo ocidente, principalmente a partir do século XIX, quando o trabalho para os ocidentais se converte no centro da vida, assumindo as escolas, a massificação e socialização das pessoas para o trabalho. O sistema de crença religiosa também contribuiu, por meio da ética protestante, para uma ética do trabalho (Gil, 1998). Quando o trabalho se desliga do resto das atividades do cotidiano das

peças, e se assume a dicotomia entre o tempo de trabalho e o tempo livre, estamos ante, portanto, de um fenômeno exclusivo das sociedades modernas/industrializadas, que produzem assim a divisão temporal do cotidiano e a relação implícita entre trabalho, tempo livre e lazer. Neste contexto, uma das mais importantes transformações no início do período industrial até a atualidade têm sido a percepção e interpretação do tempo. Segundo Ruiz Olabuénaga (1994, p. 1921),

o tempo perdeu sua natureza sacra para se tornar profano. O tempo sacro é cíclico e transcorre em forma de círculos recorrente, em que o começo coincide com o fim e se apoia no mito do eterno retorno. (...) O tempo sacro não se vive sozinho, nem no privativo, mas em público e em comunidade.

Ainda com base em Ruiz Olabuénaga (1994), o tempo sacro é de todos e para todos, e é independente do sujeito individual. É um tempo para se viver em conjunto, não para ser fracionado nem privado. Já o tempo moderno, em palavras deste autor, é um tempo profano, que funciona pela soma de segmentos sucessivos, cuja principal característica é ser longitudinal. O tempo longitudinal é individual e privado, que passa a se constituir como um bem comercializável, variável, flexível e fracionado. A passagem do tempo cíclico ao linear implica, seguindo a Ruiz Olabuénaga (1994), uma troca do sol pelo relógio e das estações por um bloco de horários. O caráter longitudinal e privado do tempo na modernidade, entre outras causas, marcou as relações entre o tempo de trabalho, o tempo livre e o lazer. Se o importante no tempo moderno é a produção e o tempo livre não é produtivo, o mesmo só se justifica se está relacionado ao trabalho.

Cada sociedade tem sua construção do tempo. O tempo moderno é, antes de tudo, um tempo medido em horas, minutos e segundos. Dentro desta dinâmica do tempo, o tempo livre moderno é um tempo perdido e o trabalho é sinônimo de vida e fonte de riqueza. Como ressalta Russell (2002, 32), “o homem moderno acha que qualquer atividade deve ser exercida em prol de outras coisas, nunca da coisa mesma”. Para este autor, “não temos tempo mental para adquirir outros conhecimentos além daqueles que hão de nos ajudar pelas coisas que consideramos importantes” (Russell, 2002, 39). Com estes valores, não é de se estranhar que o protestantismo tenha suprimido os cultos aos santos, pois assim também suprimiria os dias de festas, que eram dedicados a eles, e que se converteriam em dias produtivos (Lafargue, 1991; Montaner, 1996; Russell, 2002). Neste sentido, o tempo da sociedade moderna/industrial, como tempo social, é considerado algo objetivo, medido e quantificado. O lazer, como perspectiva de vivência humana, nesta realidade, é acusado de não dar sentido à vida real, já que são práticas guiadas pelo princípio da natureza contra a cultura, de paixão contra a razão (Fortuna, 1995).

A ansiedade de produção dos novos industriais no princípio do modelo capitalista conduziu ainda, a aplicação de condições severas e de autêntica exploração laboral aos operários. Conforme a classe trabalhadora ia tomando consciência de sua situação social e se agrupando em organizações, fundamentalmente com a criação dos sindicatos, iniciam-se os movimentos reivindicativos por melhores condições de trabalho. Os objetivos das lutas operárias eram basicamente a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários, que se converteram nas premissas imprescindíveis para se gozar o tempo livre (Montaner, 1996). Desta conjuntura se deriva as condições atuais de regulamentação coletiva do trabalho e, com ela, do tempo livre do trabalhador. Mas ainda com estes ganhos de redução da jornada de trabalho, justamente por se associar com a parte do prazer da vida, o lazer ainda é desvalorizado, pois lhe é atribuído uma conotação negativa, na escala de valores da sociedade moderna. O fato de ter tempo livre, portanto, não implicou necessariamente em viver o lazer (Elias, 1992; Leif, 1992; Cuenca Cabeza, 2000).

O tempo de lazer, que o identificamos dentro do tempo livre, é uma parte do tempo que está destinada as atividades de livre escolha, porque é agradável para quem a vivencia e não envolve remuneração. A materialização do lazer só se efetiva em uma verdadeira disponibilidade para si mesmo, que está relacionada na realização de algo distinto das ocupações profissionais, com ou sem os outros, e que quem o pratica se sente ele mesmo e pessoalmente motivado (Leif, 1992). Nesta concepção moderna de lazer, o tempo de lazer é um conjunto de manifestações que cumprem uma função complementar ao trabalho, sendo, portanto, vivências marginais dentro do contexto social. Entretanto, nas palavras de Elias (1992, p. 149), “as características especiais das atividades de lazer só podem ser compreendidas se forem consideradas, não apenas em relação ao trabalho profissional, mas, também, em relação às várias atividades de não lazer, no quadro do tempo livre”. Isto porque o lazer, que em seu início foi entendido como um fenômeno social limitado, em quanto ao número de pessoas que podiam desfrutá-lo e quanto a sua importância social, passa a ser entendido, a partir da consolidação das sociedades modernas e industriais, como um fenômeno de massa. “O desenvolvimento das sociedades contemporâneas, industrializadas, urbanizadas, foi criando as condições estruturais que conduziram a uma explosão do lazer e das atividades que o sustentam” (Del Pino Artacho *et al.*, 2001, p.14).

Desde o desenvolvimento da Sociedade do Bem-estar, presenciemos mudanças em que a sociedade civil e outros vários setores organizados da sociedade, assumem cada vez mais protagonismo reivindicando o lazer, não mais só o tempo livre, como um direito de todos. O próprio Estado, na sua concretização de políticas públicas, tem reorientado

seus planos de governo e intervenções, e as práticas de lazer são introduzidas para a população em geral. Na contemporaneidade, como consequência destas mudanças, o lazer é plural e, diferentes práticas, que antes estavam separadas em tempo de trabalho, tempo livre e lazer, hoje se integram e se misturam, criando estruturas próprias, com diferentes valores e finalidades. As vivências de lazer ganham significado, importância e qualidade, na medida em que se separa do mero passatempo e se incorpora nas vidas das pessoas, como um valor pessoal e, ao mesmo tempo, social e econômico. Para Cuenca Cabeza (2000, p.30), “há quem diga que o lazer tem ocupado o lugar que a religião teve no passado e, se se analisa os dados referidos ao tempo, parece que se passa algo assim: o aumento do tempo de lazer vem unido com a diminuição geral do tempo dedicado às práticas religiosas”.

Analisando o lazer numa perspectiva mais conceitual, atualmente os estudiosos do tema não coincidem em dizer o que podemos considerar como lazer. De fato, para uma definição contemporânea de lazer, temos que incorporar aspectos complexos da dimensão humana e, por consequência, das sociedades contemporâneas. O atual período de crises de paradigma, de incertezas e de contradições da realidade social moderna/pós-moderna contribui para este contexto atual do lazer. Entretanto, na diversidade interpretativa do fenômeno do lazer, consideramos o lazer como experiências subjetivas, materializadas em práticas físico-esportivas, turísticas, artísticas e recreativas que formam parte de uma estrutura social, vivenciada por um período de tempo, sem caráter obrigatório. É um tempo para si mesmo, com um grau relativamente elevado de eleição individual, dentro de um contexto social. Os indivíduos que destas práticas participam, manifestam suas emoções mais latentes, como um modo de ser e perceber a vida, dentro de um descontrolo socialmente aprovado. Entretanto, pensar uma definição de lazer dentro do contexto contemporâneo, em que as sociedades se encontram num processo entre a modernidade e a pós-modernidade, é complexo e arriscado, já que sentimentos, vivências e realidades bem opostas estão presentes tanto nas práticas de lazer como de trabalho. Chegar ao cume de uma montanha, descer um rio com correnteza, assinar um novo contrato de trabalho, são vivências da vida cotidiana que estimulam sentimentos antagônicos como o medo, a insegurança, o prazer e a satisfação. São sentimentos inseparáveis, que geram um complexo processo no cotidiano das pessoas, envolvendo o mundo do lazer e do trabalho.

4. Em busca de um novo entendimento do lazer

O trabalho no contexto contemporâneo está relacionado não somente com o trabalho que se tem, mas, principalmente, com a qualidade do trabalho que se tem, dos

sentimentos que se experimentam e da percepção e valorização que lhe damos. O lazer dentro deste contexto, já não apresenta fronteiras tão delimitadas com o trabalho. Uma pessoa pode se realizar e se satisfazer tanto nas atividades de lazer, como nas de não lazer. Ganha a percepção individual, embora esta se encontre interconectada com as questões e vivências socioculturais. O lazer e o trabalho, neste sentido, são compreendidos como conceitos construídos a partir de significados e vivências individuais, gerados em contextos coletivos, dentro de uma lógica de prazer e de realização pessoal.

Analisando a relação atual entre o trabalho e o lazer, os mesmos se estruturam a partir de duas perspectivas: uma que diferencia claramente o trabalho do lazer, dentro de uma visão mais moderna de sociedade; a outra que estabelece relação de identidade e interconexão entre o lazer e o trabalho, a qual a situamos dentro dos valores pós-modernos. Nesta segunda perspectiva está uma revalorização das vivências de lazer. Neste entendimento, o trabalho não vai desaparecer e tampouco vamos viver a civilização do lazer – na realidade, o desenvolvimento do lazer está trazendo outras formas de trabalho – mas o lazer vem ocupando um espaço na vida das pessoas, que ao longo da história só era vivenciado pelas elites. Sem perder sua importância, o que sim está perdendo o trabalho é seu caráter de exclusividade (De Masi, 2000; Cuenca Cabeza, 1999).

O trabalho contemporâneo é complexo, multidimensional e multifatorial, assim como são as sociedades pós-modernas. Esta complexidade no trabalho e na vida cotidiana cria uma forte interconexão entre trabalho e lazer. Segundo Cuenca Cabeza (2000), pode se dizer que em muitos trabalhos está mesmo se perdendo o conceito de jornada laboral, devido à imprecisão de fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Neste contexto, o trabalho ganha não apenas novos contornos, mas, especialmente, começa a mudar o significado e o valor que tinha em outras épocas. Como ressalta Valls (2000), o tempo contemporâneo é um contínuo, repleto de atividades diversas de trabalho e de lazer, sem transição, de maneira semelhante a como o era antes do processo de industrialização, mas por motivos radicalmente distintos. Os novos formatos de trabalho não só modificam e é modificado pelo tempo livre e de lazer, mas também pela forma como o tempo é estruturado no cotidiano presente.

Na concepção pós-moderna de trabalho, já assistimos várias pessoas a se realizarem com plenitude e com prazer no seu trabalho. O trabalho que exige criatividade, observação, reflexão e comunicação são os que mais proporcionam prazer, assimilando-se as vivências de lazer. Com estas novas características do trabalho se analisam também novas relações entre o desenvolvimento humano e a técnica, que é o

mesmo que pensar na relação entre o lazer e o trabalho, pois “às formas de produção, distribuição e consumo de conteúdos criativos requer mudanças de modelos de negócios e formas de trabalhar, incluindo novas habilidades e infraestrutura” (Reis, 2012, p. 47). O lazer e o trabalho se apresentam assim, como dimensões criativas, com fortes influências nas dimensões da vida como um todo. Isto porque na perspectiva pós-moderna existe uma mútua influência entre o tempo profissional e o tempo que atualmente conceituamos como tempo livre e, por consequência, com o tempo de lazer. Como exemplifica De Masi (2000), um trabalhador da indústria preenchia seu tempo livre indo ao cinema, fazendo algo bem diferente do seu trabalho. Mas se um publicitário, um sociólogo, um psicólogo, um economista vai ao cinema, é difícil dizer onde começa a diversão e onde termina o trabalho, uma vez que sua atividade criativa dissipa qualquer barreira entre estudo, trabalho e tempo livre. Assim mesmo, esta inter-relação também deve ser compreendida no sentido inverso.

Nesta perspectiva, o tempo contemporâneo é um tempo de transição entre o trabalho material/mecânico, moderno e o trabalho/lazer imaterial, criativo, pós-moderno. O processo de trabalho/lazer criativo ainda encontra-se pouco disseminado na população, principalmente dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Uma das causas da falta da disseminação desses novos valores do trabalho/lazer se pode encontrar no processo educativo, visto que a educação é um dos fatores essenciais para a construção de novos valores. Como já analisamos em outro lugar (Brasileiro, 2012), a educação é condição fundamental para o desenvolvimento humano, principalmente quando relacionada à mudança de paradigma do moderno para o pós-moderno. Entretanto, é necessário matizar que quando fazemos referência à educação, não nos referimos à educação instrumental, que valoriza o ensino da técnica para a sua reprodução, mas a educação que tem nos valores humanos o seu eixo central.

Assim como foi necessário o processo socializador do trabalho por meio da educação, também será necessário para o lazer, para que as pessoas estimulem sua criatividade, que será vivenciada em seus momentos de lazer/trabalho. Russell (2002), em 1935, considerava que as vivências de lazer são produtos da civilização e educação. Segundo este autor, “um homem que toda sua vida trabalhou longas horas irá se sentir entediado se ficar ocioso de repente” (Russell, 2002, p. 30). Isto porque o processo educativo da modernidade, só preparou as pessoas, a exceção da elite, para o trabalho. Russell ainda argumenta que, apesar da classe ociosa desfrutar de vantagens que despossuíam de qualquer fundamento de justiça, não se pode negar a sua contribuição para o que hoje chamamos de civilização, pois foi esta classe que cultivou a arte, descobriu a ciência,

inventou a filosofia e aperfeiçoou as relações sociais. Para este autor, sem a classe ociosa, a humanidade nunca teria emergido da barbárie.

Entretanto, Russell ainda ressalta que estas pessoas que fizeram a diferença na classe ociosa eram minoria, pois a estas se opunham a milhares de proprietários rurais e comerciantes, que não pensavam além das suas vivências diárias. Na contemporaneidade, entretanto, é necessário pensar em processos educativos de qualidade para todos, que envolvam os valores criativos e de descoberta, com referência nos diversos coletivos. E é que as categorias tempo, espaço, competição, solidariedade, ecossistema, qualidade de trabalho, etc. estão se reestruturando e, neste contexto, as atividades com valores puramente econômicos estão cedendo espaço para valores mais hedonistas e de novos comunitarismos, e a educação tem muito a construir com estes novos valores.

O rompimento das fronteiras entre o lazer e o trabalho nos leva, portanto, a todas estas reflexões e nos faz pensar que as vivências e concepções do lazer estão gradativamente tornando-se um fator que tem mais em conta a qualidade da experiência para o indivíduo durante as atividades realizadas, que o tipo de atividade realizada. As vivências de lazer nas sociedades pós-modernas, assim mesmo, parecem estar mais determinadas por fatores subjetivos na realização das mesmas, que por fatores objetivos, que antes determinavam as vivências do lazer moderno. Isto não quer dizer que estamos em um processo de dissociação entre o sistema e as pessoas, uma dissociação do mundo coletivo para um mundo completamente da subjetividade. Trata-se de vivências humanas e sociais, experimentadas a partir de novos contornos, e que favorecem ao aparecimento de novos tipos de comunitarismos e de individualismo.

Os conceitos tempo livre e lazer trazem consigo, portanto, valores e condutas predominantemente de valores modernos. As relações de dependência do lazer ao trabalho, ou melhor, das dimensões da vida ao mundo do trabalho, ainda são fruto de uma leitura e valores do mundo da sociedade moderna, que em sua gênese está baseada nos valores e crenças aceitas pelo ideal burguês (Gaya, 1997). Como argumenta Lafargue (1991, 59), referindo-se ao século XIX, “é necessário defender o trabalho e não impô-lo”. Em pleno século XXI argumentamos que necessitamos defender o trabalho e o lazer, como dimensões da vida cotidiana, e não impô-los. Parafraseando Kumar (1997, p. 17), parece haver de fato alguma coisa nas experiências das sociedades modernas contemporâneas que, “de forma persistente, provoca não apenas ‘o senso do fim’, mas também de novos começos”. E são nestes novos começos que defendemos novas leituras para entender as relações entre lazer/tempo livre/trabalho.

Conclusão

Na contemporaneidade, é dentro da lógica do moderno e pós-moderno que o lazer se move, em uma escala de valores que vai desde o lazer para a recuperação do cansaço ocasionado pelo trabalho, passando pelas manifestações consumistas, pelas vivências desenfreadas, até as vivências de desenvolvimento humano, com relativa autonomia em relação às pressões laborais, de mercado e sociais. Afirmar, portanto, que o lazer é um conceito que se concretiza dentro de um conjunto de práticas que estão inseridas na lógica do prazer, da realização pessoal e/ou um tempo liberado para si mesmo, que são vivências opostas ao trabalho ou forma parte de práticas sociais associadas ao consumo alienado é simplificar um conceito complexo e amplo, que não pode ser entendido com uma leitura superficial, como muitas vezes se realiza na contemporaneidade.

Pelas transformações econômicas e socioculturais vividas na atualidade e refletidas nas vivências de lazer, talvez ainda não estejamos em condições de dar uma interpretação moderna, para nossa mentalidade moderna, sobre este fenômeno social. Ao trata-se de um tempo com novas configurações e realidades novas, sua interpretação requer novas categorias e uma linguagem também nova, para as quais, ainda não possuímos um arcabouço teórico bem desenvolvido. Entretanto, podemos afirmar que se está produzindo profundas mudanças no mundo do trabalho, do tempo livre e do lazer. Mudanças estas que nos limitamos a reconhecer que algo começa a se revelar, rompendo barreiras e criando novos paradigmas desta relação. O fato de refletirmos sobre questões pouco convencionais como o lazer e o tempo livre, por exemplo, na construção de um diálogo entre o indivíduo e a sociedade, interagindo mutuamente no tempo e espaço de lazer, já nos encaminha para o surgimento de novos valores. Assim mesmo, novas leituras e perspectivas de lazer não representa uma harmonia e um consenso em torno a este conceito, isto porque a superação de perspectivas, sempre nos conduz a novas perspectivas ambivalentes e multidirecionais.

Referências Bibliográficas

BAUMANN, Z. & TESTER, K. (2002): *La ambivalencia de la modernidad y otras conversaciones*. Original: *Conversations with Zygmunt Bauman* (2001). Tradução: Albert Roca Álvarez. Barcelona. Piadós.

BRASILEIRO, M. D. S. (2012): Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N.: *Turismo, cultura e desenvolvimento*. Campina Grande. EDUEPB, p. 75-98.

CUENCA CABEZA, M. (2000): *Ocio Humanista*. Bilbao. Universidad de Deusto.

DE MASI, D. (1999): *A emoção é a regra*. Original: *L'emozione e la regola* (1989). Tradução: Elia Ferreira Edel. 4ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio Editorial.

- DE MASI, D. (2000): *O futuro do trabalho*. Original: Il futuro del lavoro (1999). Tradução: Yadyr A. Figueiredo. 4ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio Editorial.
- DEL PINO ARTACHO, J.; DUASO AGUADO, A.; MARTÍNEZ, C. (2001): *Prácticas de ocio, cambio cultural y nuevas tecnologías en la juventud española de fin de siglo*. Madrid. Centro de Investigación Sociológica.
- EAGLETON, T. (1998): *As ilusões do pós-modernismo*. Original: The Ilusions of Postmodernism (1996). Tradução: Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (1992): *A busca da excitação*. Original: The Quest for Excitement (1985). Tradução: Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa. Difusão Editorial.
- FEATHERSTONE, M. (2000): *Cultura de consumo y posmodernismo*. Original: Consumer Culture and Postmodernism (1991). Tradução: Eduardo Sinnott. Buenos Aires. Amorrortu editores.
- FORTUNA, C. (1995): Sociologia e práticas de lazer. IN: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 43, p. 5-10.
- GAYA, A. (1997): Lazer e trabalho: os limites ideológicos de uma relação de subserviência. IN: COSTA, L. (editor): *Meio Ambiente e desporto: uma perspectiva internacional*. Porto. Universidade do Porto, p. 145-153.
- GIL, F. (1998): El papel del ocio: entre la discriminación y la liberación. IN: GIL, F. (coord.): *Para comprender el ocio*. Navarra. Ed. Verbo Divino, p. 33-51.
- LAFARQUE, P. (1991): *O direito a preguiça*. Original: Le Droit a la Paresse (1883). Tradução: Antônio José Massano. 3ª ed. Lisboa. Ed. Teorema.
- LASH, S. (1997): La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidad. IN: BECK, U., GIDDENS, A. e LASH, S.: *Modernización reflexiva – política, tradición y estética en el orden social moderno*. Original: Reflexive, Modernization, Politics, Tradition and Aesthetics (1994). Tradução: Jesus Alborés. Madrid. Alianza.
- LEIF; J. (1992): *Tiempo libre y tiempo para uno mismo*. Madrid. Narcea Ed.
- LÓPEZ DE LA VIEJA, M. T. (1998): Ocio y punto de vista moral. IN: GIL, Fernando (coord.): *Para comprender el ocio*. Navarra. Ed. Verbo Divino, p. 13-31.
- MARTÍN HORCAJO, M. (2003): El deporte en las sociedades postmodernas. IN: MOSQUERA, M. J. e GAMBAU, V.: *Deporte y Postmodernidad: VII Congreso de la AEISAD*. Madrid. Esteban Sanz, p. 25-45.
- MAZÓN, T. (2001): *Sociología del Turismo*. Madrid. Ed. Centro de Estudios Ramón Areces.
- MONTANER, J. (1996): *Psicosociología del turismo*. Madrid. Síntesis.
- PUIG ROVIRA, J. & TRILLA, J. (1996): *La pedagogía del ocio*. Barcelona. Editorial Laertes.
- RAGO, M. (2000): O cassino americano, ou reflexiones sobre o lazer em tempos pós-modernos. IN: BRUHNS, H. T. e GUTIERREZ, L. G. (orgs): *O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas. FEF- UNICAMP, p. 05-18.
- REIS, A. C. F. (2012): *Cidades Criativas*. São Paulo. SESI-SP Editora.

RUIZ OLABUENAGA, J. I. (1994): *Ocio y estilos de vida*. In: M. JUÁREZ (ed.): *V Informe sociológico sobre la situación social en España*. Madrid. Fundación Foessa.

RUSSELL, B. (2002): *O elogio ao ócio*. Original: *In Praise of Idleness* (1935). Tradução: Pedro Jorgensen Júnior. 4ª ed. Rio de Janeiro. Sextante.

SAN MARTÍN, J. E. (1997): *Psicosociología del ocio y el turismo*. Granada. ALJIBE.

TOURAINÉ, A. (2009): *Crítica da Modernidade*. Original: *Critique de la modernité* (1990). Tradução: Elia Ferreira Edel. 9ª ed. Petrópolis. Vozes.

VALLS, J-F. (2000): *Gestión de empresas de turismo y ocio*. Barcelona. ESADE.

VEBLEN, T. (2004): *Teoría de la clase ociosa*. Original: *The Theory of the Leisure Class* (1899). Tradução: Carlos Mellizo. Madrid. Alianza editorial.

Dilma Brasileiro tem uma Graduação em Educação Física pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. Tem um Mestrado em Ciências do Desporto de Recreação e Lazer pela Universidade do Porto/Portugal. Tem um Doutorado Europeu em Sociologia, pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia (Universidade de Granada/Espanha), com estágio na Universidade de Montpellier 1/França. Fez um Pós-doutorado pelo Departamento de Sociologia e Direito da Economia (Universidade de Bolonha/Itália). É professora titular da UFPB e atua nos cursos de Educação Física e Turismo e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (UEPB-UFCG). É líder do Laboratório de Estudos em Lazer, Esporte, Turismo e Sociedade (LAESTUS/UFPB/CNPQ).
dsbrasileiro@gmail.com

LEISURE AND SOCIAL TRANSFORMATIONS

From modern times to postmodernity

Maria Dilma Simões Brasileiro

Federal University of Paraíba, Brazil

Abstract: The present study aims to understand the sociocultural transformations experienced in contemporary life, and the way they influence and are influenced by work, free time and leisure. At first, it introduces a discussion about paradigm changes from modernity to postmodernity. Later on, to situate this analysis about leisure, performing a brief passage in the sociocultural construction of leisure, and how these earlier historical eras influence this concept nowadays. Therefore, we point to paradigm changes from modernity to postmodernity, although we are still not able to evaluate the paths that can be taken according to these changes, since the analytical categories built to interpret them are still quite inaccurate. It is possible to affirm that human experience through new sociocultural boundaries favor the creation of new communitarianism and individualism ideologies, redefining and being redefined by work, free time and leisure.

Keywords: Leisure; work; free time; modernity; postmodernity.

Introduction

Before beginning an approach to the concept of leisure in the context of socialcultural transformations, let us focus our thoughts on the concept of postmodern society. This concept actually represents the sociocultural transformations experienced in contemporary times. It is important to put that, given the plurality of meanings and definitions used by authors to characterize these contemporary changes, the present study will not try to focus on them, but to reflect on the influence of these transformations in leisure and its manifestations.

It is worth noting that the present study will analyze not only the influences of these transformations in leisure, but also the reciprocity and influence of leisure in achieving these sociocultural transformations. Therefore, in order to understand these processes experienced in contemporary times, it is necessary to analyze the meaning and the transformations from modern to postmodern societies.

1. From modern to postmodern values

The values of rationalist productivity, the positivist concept of the world, the established truths that begin in Illustration, in seventeenth and eighteenth centuries

started to collapse in the second half of the twentieth century. As explained by Lash (1994, p. 143):

the advance of individualization in the second phase of modernity also released the individuals from the collective and abstract structures such as class, nation, nuclear family and unconditional belief in science.

Modernity, defined by the destruction of old structures, by the success of rationality e by the rupture of the sacred world, that was both natural and divide, loses strength and starts to decline. In contemporary times, we are living in a modern/industrial society, focused on mass production of material goods, but also living in a post-industrial/postmodern society, centered on the production of nonmaterial resources (information, symbols, aesthetics, and values). De Masi (2000) presented that the changes experienced in societies over history is becoming shorter. Five hundred years were needed for the organization of modern society and industry; only two hundred years of industrialization were necessary to cause the advent of post-industrial society.

After the rural period and the industrial machinism, today a third period is presented: the post-industrial, able to exalt creative dimension of human activities, focusing more on culture than structure. If modernity, based in reason, was able to create the state of law and the markt, it was not able to do the same to liberty and happiness. As Touraine (2009) analyzes, the idea that progress leads to development, liberty and happiness is centered in the figure of a male western and well educated adult who defends a company, a nation and/or a society that dominates workers, women and children. However, historical facts have shown that this legal rational authority, focused on this western conception of the world and capitalism was not enough for the triumph of modernity.

In fact, to analyze this process from modernity to postmodernity is suggesting, as taught by Featherstone (2000, p.24), “a time change or rupture with modernity, which brings the appearance of a new social totality, with its distinct principles of organization”. In this context, science, technology, globalization, organizational progress, schooling and mass media were crucial elements to boost the dynamics of the new postmodern society. Eagleton (1998, p.11) explains that:

postmodernity is a way of thinking that is suspicious of classical notions of truth, reason, objectivity, the idea of universal progress, emancipation of isolated structures, major reports or definitive explanation systems.

In the same line of argument, Marín Horcajo (2003) sees postmodernity as a state of conscience that sets boundaries to dreams of greatness of modernity, represented in

scientific reason. The reason that organizes our objective understanding of the world, which gives us a desired way of life and makes us believe that its evolution will overcome social injustices.

The very concept of postmodernity, however, is not unequivocal nor is safe from valorative guidelines. This is demonstrated by the extensive debate that exists on this concept and the criticisms that are made. Thus, from our point of view, what is considered as postmodernity is also called high modernity, late modernity or hypermodernity by many authors. In fact, a range of concepts used to interpret sociocultural transformations in contemporary societies. Lyotard (1984), one of the precursors of the postmodernity concept, showed that societies enter the age of the post-industrial societies and cultures enter the postmodern age. The author points out that postmodernity is characterized by a knowledge crisis, caused by skepticism, which is related to claims of established truths in modernity.

Therefore, a sense of unease is produced in the established categories and in the actions related to modernity. Featherstone (2000) says that there is still no established theory about the delineation of the sociocultural processes and institutional transformations derived from this period, “we only have the possibility to understand the concept of post modernity in a new social order and change of times” (Feathersonte, 2000, p.28).

Sociocultural transformations become even more present in the late 60’s and early 70’s. The instability of the markets, mainly after the crisis of 1973, affects the capitalist production model, which begins to collapse and “launches the capitalist world in a long and deep recession that changes the relation between the State and market economies” (Brasileiro, 2012, p.82), thus influencing socioeconomic and cultural relations. This crisis puts in evidence the tax incidence on the social sector, producing a liberal reaction, privatizing the sector. In this context, they become labor relations, strengthening an economy dominated by flexible and urban labor. As a result, deep and progressive changes happen in the Welfare State. Organized civil society and individual citizens are increasingly taking center stage, and many of the claims and roles that were played by the State are taken and represented by these new social agents. In this sense, if something can be recognized in postmodernity is a fundamental change in the relationship between individual and society, since our essential condition as citizens now is compared with our situation as consumers, which demands new attitudes and organizations towards the State and market. The disbelief in major political projects and institutions also bring citizens to take a new role regarding their private life and social issues and also in their perspective and values of the world.

In fact, in the sociocultural world, the human being, which in the begging of modern society stood helpless before the interpretation of the Bible, now, in postmodern society, stands helpless before the patriarchal society and before the State.

After *Deus absconditus*, which sparked the modern belief in the power of the human species, now we have the *Societas absconditus*, which triggered the postmodern belief in the power of the individuals. (Baumann e Tester, 2002, p. 123).

In this context, the increasing disintegration of the social model in its classical form has led the search for the inner self and meaning of life. The postmodern individual, who takes leadership in socioeconomic, political and cultural matters, the individual/citizen/consumer, is also the same individual who stands out as a stranger in the world. In the words of Rago(2000, p.09):

the public man of the past now becomes a silent spectator of the present, indifferent figure, without physical, facial and emotional expression, exposed in the world of appearances. (...) In parks and squares, sunglasses reaffirm the quest for anonymity, whilst the walkman ensures not to hear anything other from the chosen sound.

Space and time in postmodernity can be built according to our individuality, to the extent that we have to choose between multiple options that life gives us, adapting and living it according to our personal situation. In other words, postmodernity is translated in a plural and individual society, in which the absolute becomes relative. Therefore, we are in a multiple and interconnected reality, and it is very difficult to account for any facet of this reality, without references between individual/social; local/global; modern/postmodern. There is no area of this social life that escapes from this reality. Intensity may vary, but the transformations observed in contemporary times cover every society, in different contexts of the world. That said, the increase of postmodern values is one of the most prominent elements of the daily life, and also a crucial factor to understand the transformations in the leisure area.

2. Leisure in the context of sociocultural transformations

The concept of leisure, as we understand and experience in contemporary times begins with modern society. As taught by Elias (1992, p.120), “according to the different structure of Greek society, the concept of leisure did not have exactly the same meaning as ours”. However, in ancient societies, it always had something equivalent to what is now called leisure, because individuals always developed parallel activities besides the survival duties, such as representation and experiencing life itself (Gaya, 1997).

For the Greeks, what currently approaches to what we call leisure was related with instruction and consisted in perform intellectual activities to enrich the spirit. It was based in the idealization of being willing and able to contemplate the supreme values of the world: truth, kindness and beauty, that meaning the wisdom above manual activities. The Greeks considered leisure not as a utilitarian way of knowledge, but a contemplative way, opposed to the occupation, especially when the latter involved any activity governed by concrete and utilitarian goals. The purpose of leisure resided in leisure itself, as there was no other reason to perform a leisure activity than the mere fact of doing it. “Only those who had leisure time were free” (Mazón, 2001, p. 54). Evidently, the leisure which the Greeks refer was only possible because the work was provided by the slaves (Russell, 2002). The democratic structure of the Greeks was delineated by a society of free citizens, in which leisure was a space for them to enjoy life. It was a state of inner peace and creative contemplation. Leisure was for free and well educated men. López de la Vieja (1998) explains that Aristotle complimented classic leisure, firmly seated in unequal conditions. To the philosopher, quoted by López de la Vieja (1998, p. 18),

the occupation of mind is superior to other activities, like military or politics. However, contemplation is not production, nor action, thus it is only possible in the absence of fatigue. Living this way requires dignified resources and also moderate use of them.

Aristotle believed that the activities that met the characteristics of leisure were contemplation and teaching of music, through the skills of playing, reciting and composing. To the philosopher, it all contributed to form the mind, to possess the unique culture of well-educated man and to approach the virtues (Puig Rovira e Trilla, 1996). In this culture, an appreciation of the experiences that today are close to leisure as we know it was clearly seen, as well as a disdain towards the activities related to work. Analyzing the situation, Herodotus, quoted by Lafargue (1991, 67), questioned himself about the origin of these values. But Herodotus concluded that he could not affirm “whether the Greeks inherited their disdain towards work from the Egyptians, because I find the same feeling established in the Thracians, Scythians, Persians and Lydians”. Lafargue (1991, 68) said that “Greek philosophers disputed as to the origin of the ideas, but agreed when it came to hating to work”. In the same direction, Veblen (2004), when analyzing the idle classes throughout humanity history and referring to barbarian communities explained that

The distinction between prowess and ordinary work is a distinction of degrading inequality that is established between occupations. Those qualified as achievements

are worthy, honorable; the ones without the element of prowess, and especially those involving submission and slavery are unworthy, degrading and not noble (Veblen, 2004, 41).

The Greek conception of leisure as contemplation and cultivation of the spirit was not experienced in Rome, with the rise of the Roman Empire, because Rome had new connotations, which responded to other economic and political context, even though the value of leisure remained present in the upper classes. Classical Greek authors, such as Aristotle, who inaugurated a positive stance about what is now called leisure, may find some followers, such as Seneca. However, both the organization of social life and the work of other authors contributed to create a new conception of leisure in this period.

In Roman culture it is wise to distinguish leisure in the upper classes, that approached the Greek leisure, and leisure in the lower classes, associated with fun. Rome introduced the entertainment of the masses by means of comedies and treats, which was organized by the State itself. This kind of leisure, for the masses, also collaborated for their submission towards government. The feast days took almost half of the labor calendar and were designated, essentially, for fun (Montaner, 1996; Puig Roviara e Trilla, 1996; Mazón, 2001). Thus, leisure in Rome was took place in accordance to Greek principles for intellectuality, for upper classes as a way of contemplation and resting, and fun and amusement for the lower classes. As San Martín (1997) explains, the concept of leisure in Rome was well differentiated between the elite and the lower classes: for the upper classes, leisure was meditation, rest, social life; on the other hand, for the lower classes, leisure consisted in the amusement of the masses, *panis et circenses*, despised by the social elite. In this sense, leisure was essentially entertainment and a political instrument of domination.

With the fall of the Roman Empire, a new social organization is born: a rural society characterized by feudalism, the location and the peasant. Since Aristotle, activities promoting pleasure were already valued. However, the pleasure obtained by hedonistic elements of enthusiasm, such as the excitement produced by music, the drama and the games were suppressed. Leisure continues to be basically a time of resting and celebration, controlled by the Catholic Church and the feudal lords, which ruled people's lives and dictated conceptions and values of society. Work was related to religious activities and leisure was mixed with the religious festivities, often generating pagan festivals outside the norms of the Church.

The festivities were moments of rites and coexistence among community members. It was a society with a large number of annual festivals, as pointed by Ruiz Olabuénaga (1994, p. 1927), in medieval Spain, “the council of Calahorra established 45 ‘save parties’, which, added to the 53 Sundays, completed a calendar of cyclical celebrations of almost a hundred days” Lafargue (1991, p. 40), also refers to the holidays in the ancient times, in which “the laws of the church guaranteed 90 days of rest to the worker, 52 Sundays and 38 holidays, during which it was strictly forbidden to work. With the advance of the Middle Ages, the kind of leisure that rises is the one experienced by the upper classes. In fact, the values in this period consisted not only in absence from work, but also in the activities of war and sports, and, on another level, politics, science and religion. Leisure becomes a form of ostentation, attracting social respect, since it demonstrates wealth and, as a consequence, power (Montaner, 1996). The Greek idea of contemplation loses space during Middle Ages, even though it returns as a mental pleasure and freedom in art during Renaissance.

The gradual shift towards a more utilitarian and practical knowledge begins in the seventeenth century and unfolds in the eighteenth century, accelerated by the French Revolution and industrialization. From this period on, almost opposite values of leisure are demonstrated, something that guides the western human until today. Therefore, it presents a new idea of work as the highest expression of the human being, the confidence in himself and his omnipotence (Puig Roviara e Trilla, 1996). The development of the technique and the changes in the structure of the feudal society introduced new ways of production. Work gradually moves from the countryside to the cities. Factories become the center of work and the dynamics of everyday life is changed, both spatially and temporally. The Reformation also brings a new meaning to what was so called leisure.

In this new reality, new values are created. Philosophical leisure is no longer a way of living, based on slavery and against devaluation of work. Since then, each individual must seek the ways of surviving through work. English Puritanism in the sixteenth century, supported by the Calvinist doctrines gives an ethical and religious value to work, defending leisure as a lack of work. In this period, with the Reformation values, work is synonymous with dignity. Life becomes submitted to rationality and to values in which leisure was not included. Leisure was unproductive and had perverse effects, since it stimulated values that were not compatible with the work. Everything related to leisure was condemned. The imperative was to work. In this context, the main role of leisure was to rest and restore the energy to work more. We entered modernity and modern values of leisure.

3. Leisure, modernity and its values

In England, during the sixteenth and seventeenth centuries – and later in the American colonies – inactivity was the worst of vices, meaning the lack of effort and, without it, one could not achieve salvation in the afterlife (Montaner, 1996). As a consequence of these new ideas and new social conditions, the pace of work of the individuals become harder and harder. The work journey was never less than 12 hours and it reached 16 hours often. Until the Industrial Revolution, the meaning of the relation between work and leisure was not evident. In other words, before Industrial Revolution there was no explicit confrontation between work hours and free time/leisure, but only a relation of continuous and mutual balance. People's lives had a unitary character, and were not less harsh and painful than the early modern times, but quite the opposite (Puig Rovira e Trilla, 1996). This labor paradigm shift was analyzed by Lafargue (1991), in the year of 1883. In the words of the author:

The capitalist moral, pitiful parody of Christian moral casts a curse on the worker's flesh: his ideal is to reduce the producer's needs to a minimum, suppress his joys and passions and condemn him to the role of a machine that works without a rest (Lafargue, 1991, p. 09).

At the beginning of the industrial revolution, social reality was the incessant work of the people, aligned with leisure of an idle class (Veblen, 2004). The bourgeoisie, as highest exponents of moral effort, dedicated their lives to business and instructive kinds of leisure, as a way of ostentation. The classical meaning of philosophical leisure was no longer so fashionable. Therefore, leisure was no longer used in a philosophical way to find the meaning of life, but to distinguish themselves from the others by means of a specific lifestyle. So, as in previous periods, the idle class, privileged, which cultivated the pleasures of leisure always existed, but based on slavery and peasants and, during modernity, the workers.

The puritan ideology that had been deeply incorporated by the bourgeoisie, was clearly understood during the eighteenth and nineteenth centuries. The French Revolution produced the last transformations, establishing work and modern leisure. But it is with the consolidation of capitalism that the modern sense of work, free time and leisure is built. With this consolidation, modern society itself is also established, with the idea that leisure is no longer the Greek ideal, but it also lacks the gratuitous character. In modern industrial world, moral values of the concept of leisure are synonymous with laziness and unproductive. Work “would be a brake to noble passions of men” (Lafargue, 1991, p. 24).

In this context, the classical concept of leisure, in service of freedom and pursuit of excellence by a privileged minority set the tone of leisure in antiquity. Historically, we associate what today we understand as leisure to Greek *skolé* that always existed in different forms, while the concept of free time is a consequence of industrial development (Cuenca Cabeza, 2000). Since then, bourgeois leisure is set as time earned from the work performed. However, as Lafargue (1991, p.39) warns,

the leisure announced by the pagan poet never came: blind, perverse and homicidal passion work transforms the liberating machine in instruments of slavery of free men: their productivity impoverishes them.

The author thinks that the blindness of the worker towards his work, in the second half of the nineteenth century, the period in which Lafargue writes “The Right To Be Lazy”, strengthens social wealth, but impoverishes the individuals, and by getting poorer, they had more reasons to keep working and be miserable. As for the bourgeois, Lafargue points that, in order to perform the condition of non-producer and overconsumer, the bourgeois had to violate his modern taste, “to lose his laborious habits of two centuries ago and to give himself up to unbounded luxury, spicy indigestibles and syphilitic debauches” (Lafargue, 1991, p.43). In the analysis of the bourgeoisie of the nineteenth century, Lafargue still adds that once settled down into absolute laziness and demoralized by enforced enjoyment, the capitalist class in spite of the injury involved in its new kind of life, adapted itself to it.

This model of society extends to the west, especially after the nineteenth century, when work becomes the center of life. The religious belief system also contributed, by means of the protestant ethic, to a work ethic (Gil, 1998). When work is separated from the rest of people’s activities, and the dichotomy between work time and free time is suggested, we are faced with an exclusive phenomenon of the modern/industrial societies, which produces the time division and the implicit relationship between work, free time and leisure. In this context, one of the most important changes in the beginning of the industrial period up the present has been perception and interpretation of time. According to Ruiz Olabuénaga (1994, p. 1921),

time lost its sacred nature to become profane. Sacred time is cyclical and recurrent, where the beginning coincides with the end and rests on the myth of the eternal return. Sacred time is not experienced alone or in private, but in public and community.

Still based in Ruiz Olabuénaga (1994), sacred time is from everyone to everyone and it is independent from the individual subject. It is a time to be lived together, not to be

fractionated or private. In the words of the author, modern times are profane times, which work by the sum successive segments, with the main characteristic of being longitudinal. Longitudinal time is individual and private, becoming a flexible, variable and fractionated time. The transition from cyclical to linear time implies, according to Ruiz Olabuénaga (1994), a change from the sun to the watch and from seasons to a schedule. The longitudinal and private character of time in modernity, among other reasons, marked the relationship between work hours, free time and leisure. If it is important in modern times to be productive and free time is unproductive, it is only justified if it is related to work.

Each society has its time construction. Modern time is, above all, a time measured in hours, minutes and seconds. Within this dynamic time, free time in modernity is a waste of time and work is synonymous with life and source of wealth. As pointed by Russell (2002, 32), “modern men thinks that any activity should be performed in favor of other things, never of the activity itself”. To the author, “we do not have time to acquire other mental skills other than the ones that help us in the things that are considered important” (Russell, 2002, 39). With these values, it is not surprising that Protestantism has suppressed the cults of saints, also suppressing feast days that were dedicated to them, thus converting in productive days (Lafargue, 1991; Montaner, 1996; Russell, 2002). In this sense, time in modern/industrial society, as social time, is considered as objective, measured and quantified. Leisure, as a perspective of human experience, in this reality, is accused of failing to give real meaning to life, since it is guided by the principle of nature against culture, passion against reason (Fortuna, 1995).

The anxiety of new production in the beginning of the capitalist model also led to the application of severe conditions of exploitation towards the workers. As the working class became aware of their social situation and gathering in organizations, creating trade unions, they start to claim for better work conditions. The objectives of the debates were basically reduction of the work journey and higher wages, which became the premises to enjoy the free time (Montaner, 1996). But even with the reduction of work hours, especially because it is associated with part of the pleasure in life, leisure is still devalorized because it is given a negative connotation, in the scale of values in modern society. The fact of having free time, however, did not imply in experiencing leisure (Elias, 1992; Leif, 1992; Cuenca Cabeza, 2000).

Leisure time, which we identified within the free time, is a part of time that is dedicated to activities of free choice, because of its pleasant feeling and does not involve remuneration. Leisure is only effective in a real willingness to oneself, related to

performing something other than the professional occupation, with or without others around you, and the one experiencing it is highly motivated by it (Leif, 1992). In this modern concept of leisure, leisure time is a set of events that fulfill a complementary function to work, thus being experiences inside the social context. However, in the words of Elias (1992, p. 149), “the special characteristics of the leisure activities can only be understood if considered not only in relation to employment, but also in relation to numerous non-leisure activities performed during free time”. This happens because leisure, which was previously seen as a limited social phenomenon, regarding the amount of people that could afford it and its social importance, becomes to be seen, after the consolidation of modern/industrial societies as a mass phenomenon. “The development of contemporary industrialized societies, created the structural conditions that led to an explosion of leisure and activities that support it” (Del Pino Artacho *et al.*, 2001, p.14).

Since the establishment of the Welfare State, civil society e other organized sectors of society gradually took center stage demanding leisure, not only free time, as a right for all. The State itself, while implementing public policies, has focused its plans and interventions in leisure activities for the population. As Cuenca Cabeza (2000, p.30), explains “some say that leisure has taken the place that religion once had in the past and, when we analyze data referred to time, it seems that the increase of leisure time is reducing the time dedicated to religious practices.”.

Analyzing leisure in a more conceptual perspective, nowadays the authors do not agree on the subject of what we can consider as leisure. In fact, for a contemporary definition of leisure, we have to incorporate complex aspects of human dimension and, as a consequence, of contemporary societies. The current period of paradigm crisis, uncertainty and contradictions of the modern/postmodern social reality contributes to this current context of leisure. We consider leisure as subjective experiences, materialized in physical and sports activities, tourism, arts and recreation. It is a time for oneself, with a relatively high degree of individual election, inside a social context. Individuals who participate in these practices show their emotions as a way of being and perceiving life, within socially approved disarray. However, to think of a definition of leisure within the contemporary context is complex and risky, since feelings, experiences and well opposed realities are present both in leisure and work activities. Reaching the summit of a mountain, signing a new contract are experiences that stimulate antagonistic feelings such as fear, insecurity, pleasure and satisfaction. These are inseparable feelings, which generate a complex process in daily life, involving the world of leisure and work.

4. In pursuit of a new understanding of leisure

Work in contemporary context is not only related to the job one has, but especially with the quality of it, the feelings that are experienced, and the perception that is given. Leisure no longer has boundaries as limited as work. An individual can be satisfied in leisure activities as well as in non-leisure activities. In this sense, leisure and work are comprehended as concepts built from individual experiences and meanings, generated in collective contexts, within a logic of pleasure and personal fulfillment.

Analyzing the current relation between work and leisure, both are structured from two perspectives: one that clearly differentiates work from leisure, within a modern vision of society and other establishing interconnection between leisure and work, which is situated in the postmodern values. In this second perspective is a reevaluation of leisure experiences. In this understanding, the work will not disappear, nor will we live the civilization of leisure - in fact, the development of leisure is bringing other forms of work - but leisure is occupying a space in people's lives, which throughout history was only experienced by the elites. Without losing its importance, work is losing its exclusive characteristic. (De Masi, 2000; Cuenca Cabeza, 1999).

The contemporary work is complex, multidimensional and multifactorial, as are the post-modern societies. This complexity at work and in daily life creates a strong interconnection between work and leisure. According to Cuenca Cabeza (2000), many jobs are losing the concept of work journey, due to the imprecision of boundaries between work hours and free time. In this context, the work not only wins new contours, but especially begins to change the meaning and the value it had at other times. As stressed Valls (2000), the contemporary time is a continuum, filled with various activities of work and leisure, without transition, similar to how it was before the industrialization process, but for radically different reasons. The new formats of work not only modify and are modified by free time and leisure, but also by the way time is structured in current routine.

In the postmodern concept of work, we have seen several people performing their tasks with passion and fulfillment. The jobs that require creativity, observation, reflection and communication are the ones that provide more pleasure. With these new features work also discuss new relations between human development and technique, which is the same as thinking about the relationship between leisure and work, because “the ways of production, distribution and consumption of creative content require changes of business models and forms of work, including new abilities and infrastructure” (Reis, 2012, p. 47). Leisure and work are presented as creative dimensions, with strong

influences on life dimensions as a whole. That happens because in the postmodern perspective there is a mutual influence between professional time and free time, and, as a consequence, leisure time. As pointed by De Masi (2000), a industry worker fills his free time by going to the movies, doing something different than his work activities. But an advertiser, a sociologist, a psychologist or an economist goes to the movies, it is hard to tell where the fun begins and work is done, since their creative activity dissipates any possible barrier between study, work and free time. Also, this relationship should also be understood in the reverse way.

In this perspective, contemporary time is a time of transition between material/mechanical/modern work and immaterial, creative, postmodern work/leisure. The process of creative work/leisure yet is little spread among the population, especially in developing countries or underdeveloped countries. One of the reasons for the lack of dissemination of these new work/leisure values can be found in the educational process, since education is one of the essential factors for building new values. As already discussed elsewhere (Brasileiro, 2012), education is a prerequisite for human development, especially when related to the paradigm shift from modern to postmodern. However, it is necessary to note that when we refer to education, we are not referring to the instrumental education, which values the teaching of technique for their reproduction, but education that has its central axis in human values.

Just like the work socializing process was made through education, it is will also be necessary regarding leisure, so people can stimulate their creativity, which will be experienced in their moments of leisure/time. Russell (2002), in 1935, considered that the leisure experiences are products of civilization and education. According to this author, "a man who throughout his life worked long hours will feel bored if he suddenly becomes idle" (Russell, 2002, p. 30). This happens because the educational process in modern times only prepared people, with the exception of the elite, for work. Russell also explains that, in spite of the idle class enjoy advantages that were not based on justice, it is impossible to deny its contribution for what is called civilization, because it was this class that cultivated art, discovered science, inventend philosophy and improved social relations. To the author, without the idle class, humanity never have emerged from barbarism.

However, Russellll also emphasizes that these people who have made a difference in the idle class were a minority, because they were different from thousands of landowners and merchants, who did not think beyond their daily experiences. Nowadays, however, it is necessary to think about quality educational processes for all, involving the discovery of creative values. The categories time, space, competition, solidarity,

ecosystem, quality of work, are restructuring and, in this context, the activities with purely economic values are giving way to more hedonistic values and new communitarianism, and education has a lot to build on these new values.

Breaking the boundaries between leisure and work takes us to all these reflections and makes us believe that the experiences and conceptions of leisure are gradually becoming a factor that emphasizes the quality of the experience instead of the type of activity performed. Leisure experiences in postmodern societies seem to be more determined by subjective than objective factors, that used to rule the experiences of leisure in modern times. This does not mean that we are in a process of dissociation between the system and the people, a dissociation of the collective world to a world full of subjectivity, but human and social experiences performed in new ways, which favor the emergence of new types of individualism and communitarianism.

The concepts of free time and leisure bring, therefore, values and behaviors of predominantly modern values. The dependence relationships of leisure over work, or the dimensions of life to the working world, are still the result of a perspective of values of modern society, which in its genesis is based on values and beliefs accepted by the bourgeois ideal (Gaya, 1997). As Lafargue (1991, 59) points, referring to the nineteenth century, “it is necessary do defend work and not impose it”. In the twenty-first century, we argue that it is necessary to defend work and leisure, as dimensions of daily life, and not impose them. Paraphrasing Kumar (1997, p. 17), there seems to be something in the experiences of contemporary modern societies that, “in a persistent way, causes not only the ‘sense of finish’, but also new beginnings”. And in these new beginnings we must defend our perspectives to understand the relations between leisure, free time and work hours.

Conclusion

In contemporary times, leisure moves within modern and postmodern logic, in a scale of values that goes from leisure to recover from the fatigue caused by work, passing through consumerist demonstrations, until experiences of human development, with relative autonomy in relation to labor, market and social pressures. Therefore, to say that leisure is a concept that is materialized within a set of practices that are inserted in the logic of pleasure, personal fulfillment, and/or free time for oneself, that are experiences opposed to work or part of social practices associated with consumption is to simplify a complex and broad concept, that cannot be understood with a superficial reading, as often happens nowadays.

By the economic and sociocultural transformations experienced in current time and reflected in leisure experiences, perhaps we are not yet able to give a modern interpretation, to our modern mentality, about this social phenomenon. It is a time with new realities and settings, its interpretation requires new categories and also new language, for which we have yet not developed a theoretical frame. However, we can affirm that profound changes are being made in the work environment, as well as in free time and leisure, changes that are beginning to unfold, breaking barriers, and creating new paradigms in this relationship. The fact that we reflect about unconventional issues such as leisure and free time, building a dialogue between individual and society, interacting with each other in leisure space and time, is leading us to the appearance of new values. In addition to that, new readings and perspectives of leisure do not represent harmony and consensus around this concept, because overcoming perspectives always leads to new ambivalent and multidirectional perspectives.

References

- BAUMANN, Z. & TESTER, K. (2002): *La ambivalencia de la modernidad y otras conversaciones*. Original: *Conversations with Zygmunt Bauman* (2001). Translation: Albert Roca Álvarez. Barcelona. Piados.
- BRASILEIRO, M. D. S. (2012): Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N.: *Turismo, cultura e desenvolvimento*. Campina Grande. EDUEPB, p. 75-98.
- CUENCA CABEZA, M. (2000): *Ocio Humanista*. Bilbao. Universidad de Deusto.
- DE MASI, D. (1999): *A emoção é a regra*. Original: *L'emozione e la regola* (1989). Tradução: Elia Ferreira Edel. 4ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio Editorial.
- DE MASI, D. (2000): *O futuro do trabalho*. Original: *Il futuro del lavoro* (1999). Tradução: Yadyr A. Figueiredo. 4ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio Editorial.
- DEL PINO ARTACHO, J.; DUASO AGUADO, A.; MARTÍNEZ, C. (2001): *Prácticas de ocio, cambio cultural y nuevas tecnologías en la juventud española de fin de siglo*. Madrid. Centro de Investigación Sociológica.
- EAGLETON, T. (1998): *As ilusões do pós-modernismo*. Original: *The Ilusions of Postmodernism* (1996). Translation: Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (1992): *A busca da excitação*. Original: *The Quest for Excitement* (1985). Translation: Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa. Difusão Editorial.
- FEATHERSTONE, M. (2000): *Cultura de consumo y posmodernismo*. Original: *Consumer Culture and Postmodernism* (1991). Translation: Eduardo Sinnott. Buenos Aires. Amorrortu editores.
- FORTUNA, C. (1995): Sociologia e práticas de lazer. IN: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 43, p. 5-10.

- GAYA, A. (1997): Lazer e trabalho: os limites ideológicos de uma relação de subserviência. IN: COSTA, L. (editor): *Meio Ambiente e desporto: uma perspectiva internacional*. Porto. Universidade do Porto, p. 145-153.
- GIL, F. (1998): El papel del ocio: entre la discriminación y la liberación. IN: GIL, F. (coord.): *Para comprender el ocio*. Navarra. Ed. Verbo Divino, p. 33-51.
- LAFARQUE, P. (1991): *O direito a preguiça*. Original: *Le Droit a la Paresse* (1883). Translation: Antônio José Massano. 3ª ed. Lisboa. Ed. Teorema.
- LASH, S. (1997): La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidad. IN: BECK, U., GIDDENS, A. e LASH, S.: *Modernización reflexiva – política, tradición y estética en el orden social moderno*. Original: *Reflexive, Modernization, Politics, Tradition and Aesthetics* (1994). Translation: Jesus Alborés. Madrid. Alianza.
- LEIF; J. (1992): *Tiempo libre y tiempo para uno mismo*. Madrid. Narcea Ed.
- LÓPEZ DE LA VIEJA, M. T. (1998): Ocio y punto de vista moral. IN: GIL, Fernando (coord.): *Para comprender el ocio*. Navarra. Ed. Verbo Divino, p. 13-31.
- MARTÍN HORCAJO, M. (2003): El deporte en las sociedades postmodernas. IN: MOSQUERA, M. J. e GAMBAU, V.: *Deporte y Postmodernidad: VII Congreso de la AEISAD*. Madrid. Esteban Sanz, p. 25-45.
- MAZÓN, T. (2001): *Sociología del Turismo*. Madrid. Ed. Centro de Estudios Ramón Areces.
- MONTANER, J. (1996): *Psicosociología del turismo*. Madrid. Síntesis.
- PUIG ROVIRA, J. & TRILLA, J. (1996): *La pedagogía del ocio*. Barcelona. Editorial Laertes.
- RAGO, M. (2000): O cassino americano, ou reflexiones sobre o lazer em tempos pós-modernos. IN: BRUHNS, H. T. e GUTIERREZ, L. G. (orgs): *O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas. FEF- UNICAMP, p. 05-18.
- REIS, A. C. F. (2012): *Cidades Criativas*. São Paulo. SESI-SP Editora.
- RUIZ OLABUENAGA, J. I. (1994): Ocio y estilos de vida. In: M. JUÁREZ (ed.): *V Informe sociológico sobre la situación social en España*. Madrid. Fundación Foessa.
- RUSSELL, B. (2002): *O elogio ao ócio*. Original: *In Praise of Idleness* (1935). Translation: Pedro Jorgensen Júnior. 4ª ed. Rio de Janeiro. Sextante.
- SAN MARTÍN, J. E. (1997): *Psicosociología del ocio y el turismo*. Granada. ALJIBE.
- TOURAINÉ, A. (2009): *Crítica da Modernidade*. Original: *Critique de la modernité* (1990). Translation: Elia Ferreira Edel. 9ª ed. Petrópolis. Vozes.
- VALLS, J-F. (2000): *Gestión de empresas de turismo y ocio*. Barcelona. ESADE.
- VEBLEN, T. (2004): *Teoría de la clase ociosa*. Original: *The Theory of the Leisure Class* (1899). Translation: Carlos Mellizo. Madrid. Alianza editorial.

Dilma Brasileiro has a degree in Physical Education from the Federal University of Paraíba (UFPB) / Brazil. She is a Master of Science in Sport Recreation and Leisure, University of Porto / Portugal. She has an European Doctorate in Sociology, Faculty of Political Sciences and Sociology (University of Granada / Spain), with internship at the University of Montpellier 1/França. She has done a Postdoc at the Department of Sociology and Business Law (University of Bologna / Italy). She is a full professor in UFPB and teaches in the Physical Education and Tourism courses (UEPB-UFCG), as well as in the Graduate Program in Regional Development. She leads the Laboratory for the Study of Leisure, Sport, Tourism and Society (LAESTUS / UFPB / CNPq).
dsbrasileiro@gmail.com

LAZER E TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO NA ESCALA HUMANA

Luzia Neide Coriolano

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Resumo: O lazer e o turismo assumem importância no mundo contemporâneo e estão relacionados ao desenvolvimento não apenas enquanto geradores de oportunidades no mundo do trabalho, mas também como dimensão indicativa da qualidade de vida das pessoas. A expansão dos serviços enseja a realização de estudos que promovam a teorização do setor o que leva ao debate sobre desenvolvimento. Nesta perspectiva, considerando que são atribuídos diferentes significados à palavra desenvolvimento apresenta-se breve revisão crítica sobre o tema, desde o entendimento como sinônimo de crescimento, às ideias a partir dos anos 1970 quando se avança na concepção de que desenvolvimento diz respeito às pessoas e não às coisas. Questionam-se concepções de desenvolvimento e o modelo de desenvolvimento hegemônico e, portanto o modelo de turismo hegemônico. Relaciona-se o turismo ao modelo de desenvolvimento no qual é projetado daí identifica-se a necessidade de se repensar o turismo gerando outras formas de desenvolvê-lo para além do modelo hegemônico. Enfatiza-se o desenvolvimento local e na escala humana. Com os resultados do estudo aprofunda-se a análise elencando possibilidades e iniciativas de desenvolvimento na escala humana por meio do turismo..

Palavras-chave: lazer; turismo; desenvolvimento local; desenvolvimento na escala humana.

Introdução

Este texto é um convite à revisão do modelo de desenvolvimento hegemônico, mais que isto, uma crítica, a fim de que se possa pensar uma revolução no modo de viver, de produzir e de fazer lazer e turismo. Pois o que se deseja é uma sociedade justa, sustentável, com o lazer contribuindo com a elevação da qualidade de vida dos residentes e a satisfação dos turistas, longe do puro consumismo. Isto requer pensar lazer e turismo como atividade solidária de aprendizagem entre povos e culturas, além da oportunidade de negócios, em municípios e comunidades, como uma atividade que promova o desenvolvimento local, mesmo realizando seu objetivo original, para o qual foi planejado, de promover acumulação de capital na esfera global.

O lazer, expressão e manifestação da sociedade contemporânea, em forma de turismo, esporte, arte, dança, folclore, festa e *show*, ocupa cada vez mais centralidade no mundo contemporâneo, contrapondo-se ao que movimenta a sociedade industrial - o trabalho. Mudanças de concepções, de visões de sociedade e mudanças no trabalho impõem transformações à sociedade e ao capitalismo, que se torna parasitário ao tempo de fazer

surgir contrapontos e esperanças de variações (BAUMAN, 2010). O trabalho é paradigma da sociedade industrial e seu oposto - o lazer - passa a ser protótipo da sociedade flexível. Na medida em que o trabalho faz-se precário e o desemprego aumenta, a economia hegemônica produz experiências comunitárias alternativas de economia solidária e de comunhão, em contrapontos. O lazer e o turismo globalizados, da sociedade industrial, transformados em mercadorias, são enfrentados com formas diferenciadas de ócio ou uso de tempo para entrega a si mesmo, recreação, sonho, criação de outros lazers e turismo, diferenciadamente, por ser de forma comunitária.

O lazer e o turismo enquadram-se no setor dos serviços modernos que representa forma de reestruturação da crise industrial. Os serviços são atividades funcionais às produções industriais e servem de suporte à recuperação do trabalho humano, ao progressivo crescimento das relações industriais, comerciais e financeiras dos diversos mercados internacionais. Hotéis, restaurantes, agências de viagens, comunicações, ambientes para lazer, equipamentos turísticos sustentam a mobilidade da mão de obra globalizada, ou seja, indiretamente, serve de estratégia à reprodução do capital. Tais serviços são muitas vezes subestimados e pouco explicados conforme afirma Chesnais (1996, p. 187):

Falta uma base teórica para explicar o lugar dos serviços e de seu modo de acumulação no capitalismo contemporâneo. O conceito de serviço é definido pelo mais pobre dos métodos: o residual, ou seja, toda atividade que não pode ser classificada no setor manufatureiro, nem no setor agrícola fica pertencendo ao terciário.

Os investimentos industriais em pesquisa e em desenvolvimento, (P&D), informática e tecnologias estão entre as despesas industriais mais concentradas do mundo. Torna-se importante explicar o atual lugar dos serviços na acumulação, assim como, a contribuição do comércio, da multimídia, das telecomunicações, do lazer e turismo, por exemplo. Estudar, portanto, o lazer e o turismo compreendendo a importância na acumulação e a vinculação às políticas imobiliária, financeira, de urbanização e comércio. Dentre outras relações é uma oportunidade para se entender o mundo e a sociedade contemporâneos e, sobretudo, para propor políticas de ócio e lazer. Grande parte dos serviços é oligopolista, com mercado em que a oferta é controlada por um pequeno grupo. A competição tem por base não somente os preços, mas a propaganda e qualidade do produto, contribuindo para alta concentração de capital. As multinacionais prestadoras de serviços encontram formas e combinações de investimentos nas modalidades de acordo, cooperação e parceria. A aquisição-fusão é o

processo mais comum dos serviços, sejam os do lazer, turismo, bancários, seguros, telecomunicação, transportes rodoviários e aéreos.

Em torno de algumas atividades industriais mais dinâmicas e geradoras de maior acumulação, organizam-se vários serviços e grupos empresariais. No turismo, organizam-se em formas de conglomerados entre grandes e pequenas empresas, por exemplo, as grandes cadeias de hotéis, restaurantes, e de transportes para as viagens disponibilizam franquias e contratos de gestão para aumentar sua acumulação com o trabalho de pequenas empresas na cadeia produtiva. Na locação de automóveis ocorrem franquias e acordos com transportadoras; no trabalho temporário, na consultoria financeira e fiscal, a modalidade mais evidente é a filiação de escritórios à rede de escritórios internacional. As multinacionais em serviços desenvolvem formas e combinações de investimentos inovadoras, mas às vezes resgatam modalidades passadas.

O setor de serviço emprega mais do que a indústria, embora com menor salário e o lazer é um dos que mais oferece oportunidade de trabalho. As corporações globais são capazes de produzir um volume de bens e serviços com uso de trabalho cada vez em menor quantidade. Esse é um fato incontestável, contudo tal tendência não acontece em todos os locais ou setores, pois são criadas formas alternativas de trabalhar e de produzir que absorvem mais trabalhadores. A cada dia há informações diversas sobre trabalhos alternativos em diferentes lugares do País.

O turismo de base local, por exemplo, é aquele realizado para atender as necessidades dos moradores de um lugar, sem visar apenas o lucro - faz contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico e contraditório. Esse modelo hegemônico de desenvolvimento se faz pela exploração dos territórios, sobretudo no turismo, pois é considerado um dos serviços especiais, ao se tornar eficiente, eficaz, e atender às necessidades do capital. O turismo passa a fazer parte da missão de várias empresas estatais e privadas.

Desenvolvimento é um conceito associado à ideia de fazer as nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobreza, o que tem levado todos a irem a essa busca, e às vezes, equivocadamente. O discurso do desenvolvimento compõe-se de uma rede de conceitos chave tais como riqueza-pobreza, produção-consumo, Estado-sociedade, igualdade-desigualdade, políticas público-privadas que precisam ser analisados para se compreender o modelo de sociedade atual e o que se pode fazer para transformá-la. Desenvolvimento é um conceito construído pelos países dominantes que desejavam “explicar as desigualdades” entre os países sem entrar no mérito da questão,

apenas responsabilizando-os por sua situação desvantajosa em relação aos países centrais do capitalismo. Isto é, foi um conceito associado à ideologia de que as nações pobres podem superar tais problemas, caso caminhem conforme as regras estabelecidas pelos países dominantes. Essa ideia permeia as políticas nacionais de quase todos os países, desde a Segunda Guerra Mundial, mesmo entre aqueles que iniciaram processo de descolonização.

Ao desenvolvimento atribui-se significados, valorações e direções, associado a algo positivo ou que conduz para melhor. Quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer (do devir) e não do mundo que se vive. Desenvolvimento é um processo multidimensional, territorial, ambiental, econômico, social e cultural. Uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões, violências, e políticas. Portanto, para tratar da realidade é preciso deixar explícitos os elementos e os nexos principais que conduzem a lógica do desenvolvimento hegemônico e qual desenvolvimento se pretende alcançar, desde que fuja do proposto pela economia clássica e reduzido ao crescimento econômico.

Durante muito tempo pensou-se que o crescimento econômico fosse o próprio desenvolvimento. Hoje, há consenso mundial da diferença entre crescimento e desenvolvimento, embora se possa admitir alguma relação entre eles. No Brasil, vários críticos (professores, pesquisadores, técnicos e políticos) admitem que, desde os anos 1970, houve crescimento econômico, mas não desenvolvimento, sobretudo em algumas regiões e lugares. Para alcançar o desenvolvimento faz-se necessário que o lugar passe por um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição social, considerando os princípios de equidade, as necessidades das pessoas, com justiça social ou direitos humanos.

Pensar o desenvolvimento exige outra lógica, que não a da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação, encerra uma revolução de ideias e práticas sociais, que oriente pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhado, respeitando os ciclos da natureza. Nesta perspectiva, praticamente inverte-se a ordem clássica, a economia colocando-se em função do desenvolvimento para que passe a estar centrado no ser humano, e não na acumulação do capital. Quando se diz que um país é desenvolvido, não significa dizer que concluiu o processo, ao contrário, continua desenvolvendo, não estacionou, nem deixou de crescer, de produzir e de distribuir. A ideia desenvolvimentista transmite a experiência dos países ricos com a intenção de universalizá-la, porém o discurso nem sempre se concretiza na prática.

O desenvolvimento orientado pelo modelo dos Estados Unidos, utilizando órgãos de desenvolvimento, foi alvo de diversas críticas, pois os resultados ficam limitados a poucos. O modo de produção capitalista reproduziu-se no mundo em termos da concentração e da centralização setorial, espacial e em classes sociais. Tal lógica concentradora e centralizadora provocou desgastes violentos ao planeta, não sendo, portanto “farol”, nem modelo que se preze. E finalmente quando o modelo de “desenvolvimento hegemônico” - qual seja o capitalismo agressivo - revelou sua face contraditória de crise permanente, inclusive no país líder, torna-se forçoso reconhecer os contrapontos desse desenvolvimento. Então, porque temos que copiar também o modelo de desenvolvimento e de turismo dos países ricos? Celso Furtado (1974, p. 75) criticava, desde a década de 1970, este modelo de desenvolvimento dizendo que: “O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial tem sido privilégio de uma minoria e a ideia de que os povos pobres possam algum dia desfrutar das formas de vida dos tais povos ricos é simplesmente irrealizável”. Para haver desenvolvimento não necessariamente se precisa seguir o modelo dos países ricos industrializados, consumistas.

As teorias conservadoras, da economia clássica de desenvolvimento, adotam a premissa do continuísmo histórico, acreditando que: o subdesenvolvimento é o estágio original ou o ponto de partida para se chegar ao desenvolvimento; é um processo direcional que obedece a fases e etapas; é sinônimo de crescimento econômico e resulta da implementação de tecnologias; que a modernização conduz à urbanização, industrialização e terceirização; os empresários são os agentes principais desse processo e devem ser inovadores e arrojados; as empresas são prioridades, especialmente multinacionais e transnacionais; os obstáculos podem ser diferentes de país a país, mas todos vencíveis; e o Estado não deve intervir no processo de desenvolvimento.

As teorias críticas do desenvolvimento adotam pressupostos do materialismo histórico e se contrapõem aos da teoria conservadora, da economia clássica. Seus fundamentos estão ancorados nas relações sociais de produção, tal como se pode constatar nas seguintes asserções: o desenvolvimento (ou o subdesenvolvimento) faz parte do processo determinado pela relação capital e trabalho, trabalho enquanto meio pelo qual o ser humano se relaciona com os outros seres humanos é produtor da riqueza, é a relação social que determina a relação com a natureza; logo, a relação se dá entre a sociedade-natureza, tanto quanto indivíduo-natureza, a classe dominante cerceia as ideias e falseia a consciência dos dominados e explorados, a exploração é a principal causa da pobreza, o desenvolvimento desigual entre e nações e regiões é a própria

essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração do trabalho pelo capital. Assim, a sociedade que inclui é a mesma que exclui, pois o modelo de desenvolvimento é essencialmente contraditório.

1. Porque se coloca adjetivos ao desenvolvimento

O modelo de desenvolvimento adotado no mundo, como no Brasil, foi copiado dos países ricos ocidentais, mas não produziu resultados esperados para toda a sociedade, provocou custos humanos e ambientais muito altos, e alguns, contraditoriamente, difíceis de serem mensurados. Priorizou-se somente a dimensão econômica, tornando-nos uma nação rica, mas socialmente uma vergonha nacional. Como avaliar índices de infelicidade, resistências e mesmo de pobreza e fome? Ocorreu um forte processo de crescimento econômico com poucos benefícios sociais, pois concentrou riqueza, desempregou, impactou a natureza, produziu uma modernização dita excludente.

Diagnósticos realizados por organismos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1996) revelam que o desenvolvimento apresenta ineficácia de muitas instituições políticas, internacionalização crescente de políticas e falta de controle dos cidadãos sobre estas ações. Tradicionalmente, o autoritarismo dos governos produziu uma sociedade civil frágil, com pouca competência técnica e política para negociar e influenciar políticas públicas.

A falta de ética e de cultura democráticas enfraqueceram os movimentos sociais, e, por outro lado, a excessiva tecnificação de controle da vida social conduziu a fragmentação das identidades socioculturais e menor participação popular, favorecendo inúmeras cooptações sociais e comunitárias. Tudo em favor de uma economia mundializada e da predominância do capital financeiro centralizador, objeto deste modelo desenvolvimentista segregador, consumista e injusto. A fragilidade da organização e mobilização das sociedades locais visando interesses locais, somando-se a incapacidade do poder público em defender os interesses nacionais frente ao fortalecimento dos detentores do capital, foi motivo de grandes questionamentos ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Tentativas de rompimento passam pela capacidade de produzir utopias, de superar os modelos ideológicos produzindo contrapropostas de desenvolvimento, qualificando-o por adjetivos que foram juntados ao substantivo, mas sem uma mudança substancial.

Se o desenvolvimento tivesse realizado o que está subjacente em seu conteúdo não haveria necessidade de se tentar qualificá-lo acrescentando adjetivos, tais como; endógeno, social, sustentável, para o trânsito, para o turismo, na escala humana, ecodesenvolvimento, dentre muitos outros, denotando uma forma de recuperar o

conceito, com poucos resultados, pois a questão é estrutural e não conjuntural. O adjetivo social acoplado ao desenvolvimento apareceu consecutivamente em relatórios oficiais como um “complemento meio vago às abordagens econômicas [...] depois como pré-condição ao crescimento econômico e parcialmente como uma justificativa moral para este crescimento e para os sacrifícios que ele pressupunha”, tal como foi criticado por Esteva (2000, p. 68).

Quando vários analistas criticam o desenvolvimento pode-se questionar o modelo hegemônico de desenvolvimento. Por exemplo, Esteva (op.cit.) mostrou como a imposição do modelo de desenvolvimento americano impediu que cada país pensasse um modelo endógeno de desenvolvimento, com objetivos diferenciados. E acrescenta que: Nyerere, ciente da loucura causada pela corrida no enalço de metas estabelecidas de fora da Tanzânia, recomendou mobilização política para atingir objetivos locais. Rodolfo Stavenhagen propôs o etnodesenvolvimento ou o desenvolvimento com autoconfiança, pois se deve “olhar para dentro” e “buscar nossa própria cultura” em detrimento das visões alheias ou emprestadas. Jimoh Omo-Fadaka sugeriu o desenvolvimento “de baixo para cima” e não estratégias “de cima para baixo” por não atingir os objetivos formulados. Orlando Fals-Borda e Anisur Rahman defenderam o desenvolvimento participativo e se fundamentaram nas exclusões feitas em nome do desenvolvimento. Jun Nishikawa indica um “outro” tipo de desenvolvimento para o Japão, ciente do fim da era presente (Esteva, 2000). E Manfred Max-Neff (2012) no Chile, propõe mais recentemente o desenvolvimento na escala humana.

A partir da década de 1970 passou-se a compreender que o desenvolvimento não diz respeito às coisas, mas às pessoas. Sabe-se que esses adjetivos muitas vezes são apenas estratégias políticas, propaganda e marketing da maquilagem verde ou social para vincular imagem positiva aos empreendimentos. Quando se investe nos lugares e nas técnicas, trata-se de progresso e modernização do espaço. Qualquer crescimento que não leve em consideração as necessidades das pessoas não pode ser considerado desenvolvimento. Para Boisier (2003), desenvolvimento se insere como obtenção de contextos, momentos, situações em âmbito que possibilite a potenciação humana para que se transforme em pessoa humana em todas as suas dimensões.

O desenvolvimento implica ainda organização territorial realizada por atores sociais, instituições, sociedades identificadas historicamente e territorialmente realizem ações econômicas, políticas, culturais em modelos de desenvolvimento que aproveite todas as potencialidades locais. É assim que Sachs (1974) concebe o desenvolvimento: equacionando necessidades básicas priorizando fundamentalmente a garantia de acesso à alimentação, vestuário, habitação, serviços públicos, como água potável,

saneamento, transporte, educação, saúde e lazer. Implica, assim, produção do espaço pelo ser humano, organizando atividades humanas em total respeito à conservação ambiental, para a realização da habitação, do trabalho e do lazer.

No limiar do século XXI emergem experiências em contraponto ao desenvolvimento globalizado, realçando o local, o conhecimento, as organizações cooperativas e participativas, como resistência ao global. Associações e empresas que se pautam em valores diferenciados para a promoção de outro desenvolvimento fundamentado na economia solidária, economia de comunhão e economia criativa, cooperativismo. Assim modelos alternativos de desenvolvimento minam o modelo hegemônico, buscando sustentabilidade econômica associada à socioambiental, com compromisso e postura ética. O desenvolvimento desejado valoriza as pessoas, as culturas, é, portanto na escala humana. O pensador chileno Max Neef (2012) propõe o desenvolvimento a partir da autoindependência das regiões, dos territórios e das pessoas.

2. Desenvolvimento local e voltado às pessoas

O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando às mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade.

Para pensar o desenvolvimento na escala humana, toma-se o pensamento de Max-Neef (2012) como referência para aprofundar e criticar as teorias de desenvolvimento. A escala humana se efetiva com as políticas públicas reorientando suas prioridades para o social e para o indivíduo como beneficiário quando se aprofunda na sociedade a consciência da dignidade do ser humano e quando se extingue a estrutura social que agride sistematicamente os direitos da pessoa humana.

Aprofunda-se a consciência da dignidade do ser humano extinguindo a estrutura social agressora dos direitos humanos. O desenvolvimento privilegiando o ser humano, no desabrochar de suas potencialidades, assegurando aos cidadãos subsistência, trabalho, educação e condições de vida digna. Ao contrário da economia do ter, baseia-se na sociedade do ser, cujo desenvolvimento é centrado no ser humano e na cultura de cooperação e solidariedade (MAX-NEEF, 2012). O respeito e a proteção aos direitos humanos são bases do desenvolvimento e da sociedade humanizada. Afinal, assegura o necessário à vida digna dos cidadãos, com tranquilidade no relacionamento social,

intercâmbios entre os povos e na construção de bases confiáveis para uma sociedade sustentável. Condições estas consideradas imprescindíveis para a preservação da dignidade humana e para instituir bases sólidas do desenvolvimento do turismo.

Em 1990, a UNESCO, por intermédio da Comissão Econômica para América Latina, sustentou proposta econômica especificando que a educação e o conhecimento conformam o eixo da transformação produtiva com equidade (CORAGGIO, 1996, p. 104), ou seja, um desenvolvimento voltado ao ser humano, que respeita valores, potencialidades e direitos humanos prescinde de investimento em educação. Portanto necessariamente, foge do crescimento econômico puro e simples, exigindo uma visão crítica de desenvolvimento e de sociedade. A sociedade é que precisa ser sustentável, antes de tudo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas, em 1948, que fez 64 anos em 2012 apontou rumos e diretrizes para a promoção do desenvolvimento na escala humana. Defende o direito ao trabalho, ao lazer, a um padrão de vida digno, à instrução, à liberdade e à participação, o direito de ser. Mostra normas jurídicas internacionais, exigências elementares de respeito à pessoa humana e aponta os Estados como responsáveis pela garantia das condições de sua efetivação histórica. A possibilidade de uma política econômica voltada para o desenvolvimento humano exige respeito aos direitos individuais e sociais dos indivíduos, e clareza na definição dos objetivos desse desenvolvimento. Desenvolvimento é um continuum que está sempre dando avanços. Ao voltar-se para a escala humana faz um desses progressos substanciais.

Estudiosos do desenvolvimento na escala humana não têm a pretensão de que esse seja o modelo único, mas têm a convicção de que o padrão consumista não satisfaz a todos e que modelos de desenvolvimento solidários e alternativos poderão servir de contraposição. O modelo hegemônico tem se mostrado incapaz de atingir setores marginalizados e de respeitar os direitos humanos, ou seja, atingir a escala humana. Milton Santos (2000, p.14) mostrou a tendência dessa mudança, dizendo:

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

Voltar o desenvolvimento para a escala humana e o turismo para benefício de comunidades, ou do desenvolvimento local, significa adotar políticas que criem

oportunidades de trabalho e renda para a maioria, sem deixar de dar a proteção social requerida, colocando o homem no centro do poder, promovendo sua realização. Concretamente, espera-se que sejam programadas atividades de revalorização do lugar e de crédito aos habitantes do lugar. Atividades planejadas localmente, partindo do social e cultural do grupo para as atividades econômicas, rompendo com a ordem e os valores da sociedade capitalista. As propostas de desenvolvimento na escala humana, para o desenvolvimento social e o turismo de base local mudam o eixo de interesse das ações. Dowbor (1998, p. 81) outro pensador do desenvolvimento social, lembra que:

Não há solução espontânea para esses problemas. Algum tipo de ‘mão invisível’ institucional capaz de assegurar os equilíbrios. Os atores econômicos e sociais são hoje tão desiguais, que a imagem da ‘livre concorrência’, capaz de equilibrar os processos de desenvolvimento econômico, é hoje utópica e antiquada... A liberdade sobrevive quando há um mínimo de equilíbrio de poder entre as partes, pois entre desiguais significa liberdade do mais forte e resulta na erosão das instituições. Quando se desarticulam os instrumentos institucionais de governo, ficam mais frágeis os instrumentos políticos de compensação, perdem-se de vista o longo prazo e os interesses humanos.

O desenvolvimento humano sustenta-se na satisfação das necessidades fundamentais, com níveis crescentes de independência dos indivíduos, em articulação orgânica com a natureza, servindo-se da tecnologia, para integrar-se aos processos globais, contudo respeitando os valores e os comportamentos locais.

Os modelos tradicionalmente utilizados para avaliar o desenvolvimento de um lugar baseiam-se em indicadores predominantemente econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), que não mensura o desenvolvimento. Necessita-se, com efeito, de indicadores do crescimento qualitativo e não apenas de indicadores econômicos, como os índices de realização dos desejos, de educação, de solidariedade, de realização humana, como sujeito/objeto de sua história. Certamente, esses são bastante difíceis de mensurar, até porque o método científico clássico não considera subjetividades. Quanto maior a qualidade de vida das pessoas, maior o processo de desenvolvimento, significando que atingiu a escala humana, satisfazendo necessidades amplas que se alargam pelos desejos, sonhos e utopias.

Mudar a visão do desenvolvimento significa substituir ideias, compromissos, significados assim como mudar indicadores por aqueles mais representativos dessa construção mental remetidos à sociedade e não apenas à economia. O desenvolvimento nacional não pode ser medido apenas pelo PIB (Produto Interno Bruto), que mensura

apenas a produção material. Deve ser avaliado também sobre a base humana, por isso se vêm procurando medidas socioeconômicas mais realistas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto ainda em 1990 pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, apresentava grande contribuição metodológica, por incluir outros componentes básicos do desenvolvimento humano, como longevidade, conhecimento ou índice de alfabetização e educação e o padrão de vida. Avaliar o desenvolvimento humano torna-se uma tarefa muito difícil por sua complexidade e dificuldade de mensuração. Para a definição do IDH, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/CE, 1996) define indicador de longevidade como esperança de vida ao nascer; indicador de nível educacional, a taxa de alfabetização dos adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior; indicador de acesso aos recursos, a renda *per capita*, o poder de compra, baseado no PIB *per capita*, ajustado ao custo de vida local, traduzida como paridade do poder de compra. A adoção do IDH é um indicador mais fiel, porque sai um pouco do percentual quantitativo, inserindo o qualitativo de uma forma mais abrangente, portanto mais próxima da realidade.

As necessidades humanas são finitas, poucas, classificáveis e as mesmas em toda e qualquer cultura, mudando apenas no tempo e nas culturas as formas e os meios para satisfazer tais necessidades. Essas formas é que determinam a qualidade de vida de um lugar e muitas vezes as formas tradicionais são abandonadas sem participação interna do lugar, por imposição de fora. Segundo Max-Neef (2012) as necessidades humanas são existenciais: ser, ter, fazer, estar; axiológicas: necessidade de subsistência, de proteção, de afeto, de entendimento, de participação, de ócio, de criação, de identidade, e de liberdade. O desenvolvimento pode ser definido conforme o modo como satisfaz tais necessidades. O que está culturalmente determinado não são as necessidades, mas as formas de satisfação dessas necessidades. A necessidade fundamental insatisfeita indica pobreza humana, podendo variar em graus, considerando a carência em afeto, entendimento, participação, ou em bens materiais. A pobreza produz e alimenta patologias individuais e coletivas como angústia, depressão, violência, marginalidade, medo e isolamento.

As pessoas apresentam especificidades por possuírem necessidades próprias que se atêm à própria raiz da natureza humana, por isso chamada necessidades existenciais. São, sobretudo, necessidades de introspecção, amizade, amor, diversão, ou necessidades qualitativas. Outras necessidades se constroem, por isso são necessidades induzidas ou alienadas. Essas são típicas de sociedades identificadas pelo modelo de desenvolvimento: sede de poder, posse, acúmulo quantitativo. Entre as necessidades

existenciais e as alienadas existe uma profunda diferença, e o modelo de desenvolvimento induz para as alienadas.

O modelo capitalista induz a tantas necessidades externas ao ser humano para que deseje as mercadorias e os serviços como objeto de prazer e de realização da sociedade consumista, com seus desperdícios, segregação e privações. As necessidades básicas diferem das necessidades criadas. Há grupos de populações que não satisfazem sequer o mínimo de suas necessidades básicas, ou se encontram “alienadas”, situações que mobilizam a crítica dos cientistas sociais.

Em se tratando do lazer e turismo, há lógicas de desenvolvimento de territorialidade e de promoção da atividade segundo paradigmas alternativos, tais como a lógica de Sachs (1986), Sampaio (2005), Coriolano (2003), Morin (1999), voltados aos grupos humanos. Nos quais possuem uma concepção comum de desenvolvimento, aquele voltado para a maioria dos lugares, pessoas, grupos sociais e culturais – o chamado eco-sociodesenvolvimento.

A qualidade da vida humana passa pelo trabalho, mas também pelo lazer e entretenimento. Assim, o lazer e o turismo são realizados para elevar o nível de bem estar de visitantes e visitados. Os países cujo desenvolvimento está voltado para a escala humana tornam-se mais preparados à promoção do turismo. Os lugares que não respeitam o direito humano, com desigualdades gritantes, onde há guerra, violência, fome e pobreza[,] inviabilizam o turismo. Nesses lugares, o turismo incomoda e é incomodado.

3. O significado do desenvolvimento na escala humana e do turismo sustentável

A ideia de sustentabilidade proposta pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento da CMMAD/ONU (1987) pauta-se nos princípios de equidade social - direito de cada um se inserir no processo de desenvolvimento -, eficiência econômica - gestão dos recursos econômicos e financeiros para garantir o funcionamento eficiente da sociedade - e prudência ecológica - a racionalização do consumo, usos de tecnologias limpas, definição de regras para a proteção ambiental.

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2009) define turismo sustentável aquele que na gestão dos recursos atende as necessidades econômicas e estéticas das paisagens, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade e o sistema de suporte a vida. O conceito de desenvolvimento sustentável

faz referencia à capacidade de satisfazer as necessidades atuais sem por em perigo a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades

Turismo sustentável é observado em núcleos receptores de turismo, considerando os principais promotores desses serviços, sobretudo na forma como organizam a produção, por exemplo, de forma associativa, em arranjos produtivos locais, controlando o uso efetivo das terras e das atividades econômicas associadas ao turismo. Realiza-se de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras atividades tradicionais.

Nessa linha do desenvolvimento sustentável, a prioridade é pela geração de trabalho para os residentes, focando os empreendimentos com maior poder de impulsionar a economia local, abrindo-se a participação comunitária. Participação assegurada desde o planejamento descentralizado e associativo e mantida com a regulamentação fundiária e a posse da terra de populações indígenas, pesqueiras, das chamadas comunidades nativas. Nos regulamentos das unidades de conservação, ou nos acordos dos comitês de gestão ambiental espera-se compatibilidade com a atividade turística.

A sustentabilidade turística requer planejamento dos usos para minimizar prejuízos ao ambiente e as populações visitadas. O desenvolvimento sendo pautado não apenas no mercado, mas nos valores humanitários, e ambientais. Ações que visam a continuidade da vida, da atividade humana, da capacidade dos animais e das plantas de se reproduzirem ao longo do tempo. Para comunidades de significativas manifestações culturais, o turismo precisa ser controlado para evitar descaracterizações ou impactos, deve ter menor envergadura e cuidados específicos no sentido de assegurar o bem-estar das comunidades (PORTUGUEZ, 2010). Portuguez analisa como o processo ocorre no ["agroturismo" da região serrana do Espírito Santo, e afirma desenvolvimento socioespacial é um processo de aprimoramento, gradativo de rupturas, bruscas, de melhores condições de vida. Lembra Rezende (2011) em estudos sobre o desenvolvimento pelo Turismo que a China desde o sétimo plano quinquenal (1985-1990) utiliza efetivamente o turismo como ferramenta para o desenvolvimento e que algumas regiões e províncias, que se decidiram pelo turismo como estratégia de combate a pobreza por serem regiões atrasadas ou comunidades de minorias étnicas, obtiveram sucesso. E que decidir pelo turismo para alavancar o desenvolvimento pode ocorrer de várias maneiras resultando em situações opostas, como se vê nos casos narrados. A experiência da utilização do turismo no enfrentamento da pobreza na China dá conta de que a maneira como a atividade é estruturada localmente teve efeitos diversos no crescimento econômico e no tratamento da pobreza. Diz Rezende que nas províncias chinesas de Yunnan e Guizhou estudadas por Donaldson (2007) aconteceu o

seguinte. Em ambas províncias pobres seus governantes optaram por desenvolver o turismo de forma diferenciada. Enquanto em Yunnan a opção foi pela “indústria” do turismo, ao contrário em Guizhou, a opção foi por um turismo em pequena escala, de base local. E que ironicamente, a indústria turística de base rural de Yunnan contribuiu para o rápido crescimento econômico da província, de forma concentrada, com pouca contribuição na redução das taxas de pobreza, que permanecem existindo na província. Ao contrário, a comunidade Guizhou que optou pelo turismo em pequena escala, centrada em áreas pobres, embora tenha pouco contribuído para o “desenvolvimento” como ele é comumente entendido, reduziu a pobreza encorajando a participação de pessoas pobres que passaram a empreender e transformar a província.

Sustentabilidade e capitalismo estão sempre em contradição, porém se tratados como pensamento complexo abrem-se caminhos para uma ação dinâmica entre as oposições. Agregar a dimensão planetária, partindo do princípio de que não adianta garantir os direitos humanos, se o planeta continuar em processo de devastação (a questão é que estes direitos humanos não foram garantidos a todos). O grande desafio é a defesa do ser humano, de seu trabalho, de sua dignidade, extinção das desigualdades sociais e a conservação do ambiente onde se vive.

As políticas econômicas passariam a protagonista de ações afirmativas, na proteção das cidades, paisagens, serras, litorais, sertões, enfim, da grande variedade de geossistemas ou espaços geográficos. Com programas que criem políticas voltadas à diminuição das desigualdades regionais, disparidades sociais, à conservação ambiental, à manutenção de lugares saudáveis. Um novo paradigma para o desenvolvimento que torne a sociedade mais justa e solidária; que repensem as práticas do consumo; aumente a consciência ecológica, a cidadania e a educação ambiental.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zigmunt (2010) *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOISIER, Sérgio (2003) *El desarrollo em sul lugar*. Série Geolibros. Inst, de Geografia. Cidade: Pontificia Universidad Catolica di Chile.
- CHESNAIS, François. (1996) *A Mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xanã.
- CMMAD/ONU (1987) *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press
- CORAGGIO, J. Luis (1996) *Desenvolvimento Humano e Educação*. São Paulo: Cortez
- CORIOLANO, Luzia Neide (2003) “Os limites do Desenvolvimento e do Turismo”. In: Luzia Neide Coriolano (ed.) *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*. Fortaleza: FUNECE.

DONALDSON, J (2007) Tourism, Development and Poverty Reduction in Guizhou and Yunnan. *The China Quarterly*, V. 190, June 2007, p 333-351.

DOWBOR, Ladislau (1998) *A Reprodução Social: Proposta para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes.

ESTEVA, Gustavo (2000) “Desenvolvimento”. In: W. Sachs (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FURTADO, Celso (1974) *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IPEA (1996) *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*. Rio de Janeiro: IPEA/CE.

MAX-NEEF, Manfred (2012) *Desenvolvimento à Escala Humana: Concepção-Aplicação- Reflexos Posteriores*. Blumenau: EDFURB

MORIN, Edgar (1999) *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT (2009) *Tendências do Turismo Internacional: O mundo e as Américas*. Madrid: Conselho Executivo da OMT

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996) *Human Development Report*. Chile: PNUD.

PORTUGUEZ, Anderson (2010) *Geografia humana del bajo rio Doce*. Uberlândia: Assis.

REZENDE, Ricardo (2011) *Turismo de Base Comunitária, Política Pública e Efeitos Sobre O Local: O caso do projeto “Um Vale Verde de Verdade”, Pirenópolis (GO)*. Dissertação. Escola Nacional De Ciências Estatísticas – ENCE.

SACHS, Ignacy (1986) *Ecodesenvolvimento, Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice .

SACHS, Ignacy (1974) Environnement et styles de développement. In *Economies, Sociétés, Civilizations n.º3*. Paris: Ehess.

SAMPAIO, Carlos (2005) *Turismo como fenômeno Humano: princípios para se pensar a sócio economia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

SANTOS, Milton (2000) *Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Luzia Neide Coriolano é Doutorada em Geografia, Professora do PROP GEO, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Turismo, Território e Cultura e Coordenadora Adjunta do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos / Universidade Estadual do Ceará (UECE/Brasil). É pesquisadora do CNPq..
luzianeidecoriolano@gmail.com

LEISURE AND TOURISM FOR DEVELOPMENT ON HUMAN SCALE*

Luzia Neide Coriolano
State University of Ceará, Brazil

Abstract: Leisure and tourism has important role in the contemporary world and are related to development as generators of opportunities in the professional world and as indicative dimension of people's living quality. The expansion of services is a good opportunity to accomplish studies focused on theorizing this sector, leading to valuable discussions about development. In that sense, considering that different means to the word development are attributed, a brief critical review is present since the understanding of the word as synonym of growing to the ideas from the 1970s when there is advance on the conception that development is related to people and not things. Conceptions of development and the model of hegemonic development, hence the model of hegemonic tourism, are questioned. Tourism is related to development model in which it is projected, hence the necessity of re-think tourism is identified generating other ways of developing it beyond hegemonic model. Local development in human scale is highlighted. Results allow further analysis, listing possibilities and development initiatives on human scale through tourism.

Keywords: leisure; tourism; local development; development on human scale.

Introduction

This text is an opportunity to re-examine the model of hegemonic development, and furthermore, to critique it, in order to invite thought of a revolution in the way of living, of producing and generating leisure and tourism. What is sought is a just, sustainable society, whereby leisure contributes to the ever-increasing quality of services for tourists, and an increased quality of life for their hosts. This requires a new interpretation of leisure and tourism as a learning process between peoples and cultures, which provides the business opportunities in municipalities and communities; as an activity which promotes local development, whilst at the same time realising the original planned objective – to promote global accumulation.

Leisure is part of the modern service sector which represents a means of restructuring the industrial recession. The services are functional activities of industrial productions which serve to support the recuperation of employment levels, through progressive growth of industrial relations and businesses from diverse international markets. Hotels, restaurants, travel agencies, communications and leisure facilities sustain the

* **Translation:** Aoife Hiney

mobility of the hand of globalised work, or indirectly, serve as a strategy of reproducing capital. Such services are often underestimated and barely explained according to Chesnais (1996:187):

There lacks a theoretical base to explain the place of services and their mode of accumulating contemporary capitalism. The concept of service is defined by the poorest of methods: the residual, or all the activity which cannot be classified as belonging to the manufacturing sector, nor the agricultural sector, is perceived as being in the tertiary sector.

The industrial investments in research and development (R & D), information technology and technology are amongst the most concentrated industrial expenses in the world. Thus, it is important to explain the current place of services in accumulation, such as the contribution of commerce, of multimedia, of telecommunications, of leisure and tourism, for example. To study leisure, however, an understanding of its importance in the accumulation, its link to immovable policies, finance and urbanisation - amongst others - is necessary in order to comprehend the world and contemporary society, and especially to be able to propose economic activities. A large portion of services is oligopolistic - a market which is controlled by a small group. Fundamentally, competition is not about prices, but propaganda and the quality of the service, contributing to a high concentration of capital. Multinational service providers find forms and combinations of investments, in their forms of agreement, co-operation and partnerships. The acquisition fusion is the most common process for services, whether they are leisure, tourism, banks, insurance, telecommunications, road or aerial transport.

In making some industrial activities more dynamic and generating a greater accumulation, various services and enterprise groups are organised. In tourism, conglomerates are formed between large and small companies, for example, the big hotels, restaurants and transport chains use/employ franchising and management contracts to augment their accumulation whilst working with smaller enterprises in a productive chain. In the motor industry, there also exist franchises and agreements with hauliers; in temporary employment, in the financial and fiscal consultants, the most evident manner is the affiliation of offices on the international office network. The multinationals in services develop innovative forms and combinations of investment, but at times resort/reinstate to past methods.

The service sector employs more than industry, apart from the lower salary and the leisure it is one which offers most the opportunity of work. Global corporations are capable of producing a volume of goods and services with a use for work each time in a

lower quantity. This is an incontestable fact, although it is not seen in all places or sections, as alternative forms of work and production are created with absorb more workers. Each day there is diverse information about alternative work in different places in the country.

Local tourism, for example, is that which sees to the necessities of the natives of the place, without just thinking of the profit – it makes counterpoint with the model of hegemonic and contradictory development. This hegemonic model of development is for exploring territories, especially in tourism, as it is considered one of the special services, as it becomes efficient, effective, and attends to the needs of capital. Tourism thus becomes a mission for various state and private companies.

Development is a concept associated with the idea of poor nations setting out to overcome their poverty, which has led to all undertaking this quest, and sometimes, mistakenly so. The development discourse is comprised of a network of key concepts such as wealth-poverty, production/consumption, State-society, equality-inequality, public-private policies which need to be analysed in order to understand the current model of society and what can be done to transform it. Development is a concept constructed by the dominant countries who wish to “explain the inequalities” between countries without comprehensively investigating the issue, rather blaming them for their disadvantageous situation in relation to core capitalist countries. That is, it was a concept associated with the ideology that the poor nations can overcome their problems, if they conform to the rules established by the dominant countries. This idea permeates national policies of almost all countries, since the Second World War, even amongst those who initiated the process of decolonisation.

Development is significantly attributed meanings, values and directions associated with something positive or which is for the best. Almost always to speak of development is to speak of the future, the world which is desired (that which we wish it to become), and not the world in which we live. Development is a multi-dimensional process, territorial, environmental, economic, social and cultural. One way in which to perceive reality is through producing myths, fantasies, passions, violence and politics. Thus, in order to address the reality, it is necessary to ensure that the elements and the connections which lead to the logic of hegemonic development and how development should be achieved are made explicit, as it offers an escape from the proposal of classic economics and reduced economic growth.

For a long time, economic growth was thought to be development itself. Today, there is worldwide consensus of the difference between growth and development, apart from

the fact that they are admittedly related. In Brazil, various critics (professors, researchers, technicians and politicians) admit that, since the 1970s, there has been economic growth, but not development, especially in some regions. In order to achieve development, it is necessary for the region to go through a process of wealth to share and socially distribute, according to the principles of equity, the needs of the people, social justice and human rights. To think that development requires logic, apart from productivity at any price, competitiveness and accumulation, ends a revolution of ideas and social practices, which guides people and organisations to shared production and consumption, respecting the cycles of nature. From this perspective, the classic order is practically inverted, as the economy is aligned with development, so that it is centred on the human, as opposed to the accumulation of capital. When it is said that a country is developed, it does not mean that they have finished the process, on the contrary, development continues, never stationary, and always continuing to grow, to produce and to distribute. The developmentalist idea transmits the experience of rich countries with the intention to universalise it, although in practice, this has a tendency not always to materialise.

Development based on the United States model, using development agencies, attracted some criticism, as the results limited to a few. The capitalist mode of production was reproduced in the world in terms of its concentration and centralisation on sectoral and social classes. This logic concentration and centralisation provoked violent consumption of the planet, and therefore, can neither be regarded as a 'guiding light' nor a model which can be considered 'worth its salt'. And finally, when the model of 'hegemonic development' – namely aggressive capitalism – showed itself to be contradictory to the permanent crisis, including the leader country, it becomes important to recognise the counterpoints of this development. So, why must we also copy the model of development and tourism of rich countries? Since the 1970s, Celso Furtado has criticised this model of development, saying that: "The lifestyle created by industrial capitalism has been the privilege of a minority and the idea that the poor can one day enjoy the lifestyles of the rich is simply unachievable" (1974, p. 75). It is not necessarily required to follow the model of rich, industrialised, consumerist countries in order to have development.

The conservative theories, of classical economics of development adopt the premise of continuous history, believing that: under-development is the original state or the point of departure necessary for development; it is a directional process which abides phases and stages; it is synonymous with economic growth and results in the implementation of technology; that modernisation drives urbanisation, industrialisation and out-

sourcing; the entrepreneurs are the principal agents in this process and must be innovative and daring; the enterprises are priorities, especially multinationals and transnationals; obstacles may differ from country to country, but they will exist ; the State must not intervene in the process of development.

The critical theories of development adopted assumptions of historical materialism and are opposed to the conservative theory of classical economics. Their fundamentals are anchored in the social relations of production, such as can be understood by the following assertions: development (or underdevelopment) is part of the process determined by the relationship between capital and work, work as a means by which humans can relate with other humans and produces wealth and the social relation which determines the relationships with nature, the dominant class restrict the ideas and distorts the consciousness of the dominant and the exploiters, the exploitation is the principal cause of poverty, the development is unequal between nations and regions and the essence itself of capitalism, in the same plan of exploration of work for capital. Thus, the society which includes is the same as which excludes, as the model of development is essentially contradictory.

1. Why adjectives are used in development

The model of development adopted in the world, as in Brazil, was copied from rich Western countries, but did not produce the expected results for all society, provoked very high human costs and environments, and some contradictorily, difficult to be measured. It is prioritised only the economic dimension, creating a rich nation, but one which is socially a national embarrassment. How to evaluate indices of unhappiness, resistances and also poverty and hunger? There occurred a strong process of economic growth with few social benefits, as it was concentrated on wealth, which displaced and impacted on nature, producing a modernisation said to be exclusive.

Diagnoses by bodies such as the United Nations Development Programme (UNDP, 1996), demonstrate that development shows many political institutions to be ineffective, increasing internationalisation policies e the lack of control which citizens have in these issues. Traditionally, the authoritarianism of governments produced a weak civil society, with little technical competence and policies to negotiate and to influence public policies. The lack of ethics and of democratic cultures weaken the social movements, and on the other hand, the excessive technification of control of social life driven by the fragmentation of the socio-cultural identities and less popular participation, favoured innumerable social and community cooperatives. Favouring a globalised economy and of the predominance of centrally financed capital, this

objective of development is segregationist, consumerist and unjust. The fragility of organisation and mobility of local societies seeking local interests adds to the incapacity of government to defend national interests against the strengthening of the shareholders caused for the hegemonic development model to be questioned. Attempts to rupture the ability to produce utopias, to overcome the ideological models promoting counter strategies for development, which qualified adjectives joined to the noun, but without enacting a substantial change.

If the development has taken into account the underlying context, it is unnecessary to try to qualify that by adding further adjectives, such as endogenous, social, sustainable, for traffic, for tourism, the human scale, eco-development – amongst many others, which denote a way of reinstating the concept, with few results, as the question is structural as opposed to conjectural. The social adjective coupled with development appeared consecutively in official documents as a ‘vague half-complement to economic approaches [...] as a precondition for economic growth and partly as a moral justification for the presupposed growth and sacrifices,’ according to Esteva (2000:68).

When various analysts criticise development, the hegemonic model of development may be questioned. For example, Esteva (2000) demonstrated that the imposition of the American model of development obstructed each country from considering an endogenous model of development, with various objectives. He adds that: Nyerere was aware of the madness caused by racing after targets from abroad, and advised that governments should be concentrated on achieving local objectives.

Rodolfo Stavenhagen proposed ethno-development or development with self-confidence, which requires “looking inside”, and “connecting with our own culture” in detriment to other or borrowed visions. Jimoh Omo-Fadaka suggested development “from bottom to top” as opposed to “top to bottom” strategies, which do not achieve the desired results. Orlando Fals-Borda and Anisur Rahman advocated for participatory development based on the exclusions made in the name of development. Jun Nishikawa defended ‘another’ type of development for Japan, aware of the purpose of the present era. More recently, Alfred Max-Neff (2012) proposed the development of the human scale.

From the 1970s, development became to be regarded in terms of people as opposed to things. These adjectives are often political strategies, propaganda and marketing, disguised as ‘green’ or ‘social’ in order to create a positive image for enterprises. When investments are made in places or technology, it is regarded as effecting progress and modernizing the space. Any growth which does not take into consideration the needs of

people cannot be considered development. For Boisier (2003), development is categorised by the acquisition of contexts, moments and situations, providing the scope for humans to fulfil their potential in all dimensions.

Development also infers territorial organisation realized by social figures, institutions, historically and territorially identified societies who effect economic, political and cultural actions in developmental models which consider all local potential. Thus, Sachs (1974) conceived development as: equating basic needs with fundamental priorities, such as guaranteed access to food, clothes, shelter, public services, clean water, sanitation, transport, education, health and leisure. This implies the production of space for man, organising human activities whilst completely respecting the conservation of the environment, in order to achieve living conditions, work and leisure.

At the threshold of the 21st century, experiences emerged which were counter to globalized development, which emphasised the local, knowledge, co-operative and participatory organisations, whilst resisting globalisation. Associations and companies which identify different values in order to promote another kind of development, based on economic solidarity, communal economics, creative economics and co-operation. Thus, alternative models of development mimic the hegemonic model, such as economic sustainability in conjunction with socio-environmental sustainability, whilst maintaining an ethical stance. The development aims to value people and cultures, and thus the human scale. The philosopher Marx Neef (1994) proposed that development arises from auto-independence of regions, territories and people.

2. Local development directed towards the people

Local development is that which takes place in small places, in a participatory manner, including structural change, of an endogenous character. In this way, the habitants can remain relatively autonomous, to explore the potential of the territory which benefits the majority, and to decide what innovation each one can contribute. The residents are the principal agents in enacting the development process and attend to the quality of inter-personal and inter-institutional relations, in addition to promoting synergies for the collective benefit.

With regard to the development of the human scale, it is worth considering Neef (2004), and his exploration and critique of development theories. The human scale promotes public policies in which priorities are re-orientated in order to benefit humanity and society, as society and the concept of human dignity are explored, and

how these are extinguished when the social structure serves to systematically endanger human rights.

This deepens the awareness that human dignity is endangered by a social structure which does not comply with human rights. Development prioritizes the human, allowing their potential to flourish, assuring citizen's survival, work, education and conditions for a life with dignity. Contrary to economy of having, this is based on the society of being, whereby development is centred on the person and a culture of co-operation and solidarity (Neef, 2012). The respect and protection of human rights is based on the development of a humane society. This assures the necessity of a life with dignity for citizens, with peace in social relations, exchanges between people and the construction of a solid foundation for a sustainable society. These conditions are considered indispensable for the preservation of human dignity and to establish firm base for the development of tourism.

In 1990, UNESCO, through the Latin American and Caribbean Economic Association (LACEA), sustained an economic proposal, which was specifically that education and knowledge should form the axis of productive and equitable productivity (CORRAGGION, 1996:104). Thus, development returned to the human being, in terms of values, potential and human rights and the subsequent investment in education. However, this is outside basic economic growth, and requires a critical view of development and of society. Society, above all, must be sustainable. The Universal Declaration of Human Rights, proclaimed by the United Nations in 1948 – over 64 years ago, indicated guidelines for development of the human scale. It defends the right to work, to leisure, dignity, education, freedom and participation – the right to be. It shows international legal standards, basic requirements of respect, and named states as responsible for guaranteeing conditions for their historic accomplishment. The possibility of an economic policy concentrated on human development is dependent on respecting the individual and social rights of each person, and clarifying the definition of the objectives of this development. Development is a continuum which is always giving advances. Its turn to the human scale is substantial progress.

Those who study the development of the human scale are not under the impression that this is a unique model, but are instead convinced that the consumerist pattern does not satisfy all and that solitary models of development and alternatives will be able to serve the counter-position. The hegemonic model has shown itself incapable of attracting marginalized sectors, of situating the human as the principal beneficiary of the process and respecting human right – or consequently, of complying with the human scale. Milton Santos (2000:14) showed the tendency for this change, saying:

We are convinced that the historical change in perspective provoked a movement from bottom to top, such as the principal actors of underdeveloped countries – and not the rich countries; the mistreated and the poor – and not the opulent and other rich classes; the free individual participates in the new masses and not the shackled human; thinking is free, not a sole discourse.

To return to development for a human scale and tourism as a benefit for communities, or local development, means adopting policies which create opportunities for work and income for the majority, without ceasing to give the required social protection, placing the human at the centre of power, furthering the fulfilment of human potential. It is hoped that there will be concrete activities planned to re-evaluate the space and the trust in the spaces inhabited - locally planned activities, from social and cultural group activities to economic activities, which break away from the norm and the values of capitalist societies. The proposals for development of the human scale, for social development and local tourism shift on their axes of interest regarding actions. Dowbar (1998:81) another social development philosopher remembers that:

There is no immediate solution to these problems. A type of “invisible” institutional hand could redress the balance. The economic and social actors are today so unequal, that the image of “free competition”, capable of balancing the processes of economic development are similarly utopic and antiquated...Liberty survives when there is the minimum balance of power between the components, between the unequal this means a greater liberty and results in the erosion of institutions. When these institutional instruments of government are dismantled, the political instruments are also weakened, and over time lose sight of human interest.

Human development sustains itself by satisfying fundamental needs, with growing levels of individual independence, in conjunction with a natural organicism and using technology, to integrate itself in global processes, whilst respecting local values and local customs.

The traditional models which are used to evaluate development in a locality are based on the predominant economic indicators, such as Gross Domestic Product (GDP), which does not measure development. Indicators of qualitative growth are therefore necessary, as opposed to economic indicators, as the indicators of the fulfilment of desires, of education, of solidarity, of human fulfilment, as the subject/object of its history. These are undoubtedly difficult to measure, not least because classical science does not consider subjectivities. The greater the quality of life of people, the greater the process of development, signifying that achieving the human scale, is satisfying ample needs, such as wishes, dreams and utopias.

To change the vision of development means to substitute ideas, commitments, meanings, thus changing the indicators for those which are more representative of this mental construction remitted to society and not just the economy. National development cannot be measure soled by GDP (Gross Domestic Product) which measures only material production. It must also be evaluated by a human perspective, in order to identify more realistic socio-economic measures.

In 1990, the Human Development Index (HDI), proposed the Human Development Report of UNDP, which was a huge methodological contribution, as it includes other basic components of human development, such as life expectancy, knowledge or the index of literacy and education and the pattern of life. Evaluating human development turned out to be a very difficult task, due to its complexity and difficulty of measurement. According the HDI's definition, the Institute for Applied Economic Research (IPEA/CE, 2006) defines the indicator of longevity as the life expectancy at birth; indicator of educational level – the adult literacy rate and the rate of enrolment in primary schools, medium or superior; indicator of access to resources, the income *per capita*, the purchasing power, based on GDP *per capita*, adjusted to the local cost of living, which translates as parity of purchasing power. The adoption of HDI is a more reliable indicator, as it strays from quantitative percentages, and includes the qualitative in a more comprehensive way, which is thus closer to reality.

Human needs are finite, few, classifiable and the same for all, regardless of culture, with the variances provided by time and culture and the ways in which these needs can be satisfied. These forms are what determine the quality of life in a region, and often, the traditional forms are abandoned without internal participation of the place, due to outside impositions. According to Neef (2012), human needs are existential: to be, to have, to do; axiological: the need to survive, for protection, for affection, for understanding, of participation, of leisure, of creation, of identity and of freedom. Development may be defined according to the mode which satisfies these necessities. These necessities are not culturally determined, whereas the ways of meeting these necessities are. The fundamental need which is not satisfied indicated human poverty, which can vary by degrees – for example, lack of affection, understanding, participation or material goods. Poverty produces and provokes individual and collective pathologies such as anxiety, depression, violence, marginalisation, fear and isolation.

People possess specific needs that cling to the root of human nature – existential needs. In particular, needs such as introspection, friendship, love, fun or qualitative needs. Other needs are constructed, which are induced or alien. These are typical of a developed society: a thirst for power, possession, and quantitative accumulation.

Between the existential necessities and the alien there is a profound difference, and the model of development leads to the alien.

The capitalist model leads to many external needs, such as the markets and services as an object of pleasure and of realising a consumerist society, with its waste and segregation. The basic needs differ from created needs. There are population groups who are not satisfied with meeting their basic needs, or who have alienated needs – which invite criticism from social scientists.

In terms of leisure and tourism, there are theories of territorial development and the promotion of activity according to alternative paradigms, such as the theories of Sachs (1986), Sampaio (2005), Coriolano (2003), Morin (1999), geared towards human groups. These have a common understanding of development, one which includes most places, people, social groups and cultures – which is called eco-socio-development.

The quality of human life is concerned with work, but also with leisure and entertainment. Thus, leisure and tourism are concerned with raising the level of well-being for both the tourists and the locals. The developed countries which are based on the human scale are more prepared to promote tourism. The places which do not respect human rights, with glaring inequalities, where there are wars, violence, hunger and poverty are not viable for tourism. In these places, tourism is not welcomed or invited.

In this line of sustainable development, the priority is that generation of employment for residents, focused on the companies with the greatest power to drive the local economy, and which are open to community participation. Participation assures decentralised planning and is associated with maintaining regularity in land ownership and tenure of indigenous people – the native communities. The regulations of protected areas or agreements with environmental management agencies are expected to be compatible with tourism activity.

Sustainability and capitalism are always contradictory, as there are treated as complex thoughts, which open ways for dynamic action between the oppositions. Adding in the planetary dimension, from the principle that nothing accelerated to guarantee the human rights, if the planet continues in the process of devastations (the question is whether these human rights were guaranteed for all). The great challenge is the defence of the dignity of human beings, obliterating the social inequalities and the conservation of the environment where he lives.

Economic policies have been the protagonists in affirmative actions, in the protection of cities, countryside, coasts –a wide variety of geosystems or geographical spaces. With programmes which create policies aimed at diminishing regional inequalities, social disparities, environmental conservation, and the maintenance of healthy places. A new paradigm for the development which makes society more just and united, which rethinks consumer practices; increasing ecological awareness, citizenship and environmental education.

References

- BAUMAN, Zigmunt (2010) *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOISIER, Sérgio (2003) *El desarrollo em sul lugar*. Série Geolibros. Inst, de Geografia. Cidade: Pontificia Universidad Catolica di Chile.
- CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xanã.
- CMMAD/ONU (1987) *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press
- CORAGGIO, J. Luis (1996) *Desenvolvimento Humano e Educação*. São Paulo: Cortez
- CORIOLANO, Luzia Neide (2003) “Os limites do Desenvolvimento e do Turismo”. In: Luzia Neide Coriolano (ed.) *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*. Fortaleza: FUNECE.
- DONALDSON, J (2007) Tourism, Development and Poverty Reduction in Guizhou and Yunnan. *The China Quarterly*, V. 190, June 2007, p 333-351.
- DOWBOR, Ladislau (1998) *A Reprodução Social: Proposta para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes.
- ESTEVA, Gustavo (2000) “Desenvolvimento”. In: W. Sachs (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FURTADO, Celso (1974) *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IPEA (1996) *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*. Rio de Janeiro: IPEA/CE.
- MAX-NEEF, Manfred (2012) *Desenvolvimento à Escala Humana: Concepção-Aplicação- Reflexos Posteriores*. Blumenau: EDFURB
- MORIN, Edgar (1999) *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT (2009) *Tendências do Turismo Internacional: O mundo e as Américas*. Madrid: Conselho Executivo da OMT

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996) *Human Development Report*. Chile: PNUD.

PORTUGUEZ, Anderson (2010) *Geografia humana del bajo rio Doce*. Uberlândia: Assis.

REZENDE, Ricardo (2011) *Turismo de Base Comunitária, Política Pública e Efeitos Sobre O Local: O caso do projeto “Um Vale Verde de Verdade”, Pirenópolis (GO)*. Dissertação. Escola Nacional De Ciências Estatísticas – ENCE.

SACHS, Ignacy (1986) *Ecodesenvolvimento, Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice .

SACHS, Ignacy (1974) Environnement et styles de développement. In *Economies, Sociétés, Civilizations n.º3*. Paris: Ehess.

SAMPAIO, Carlos (2005) *Turismo como fenômeno Humano: princípios para se pensar a sócio economia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

SANTOS, Milton (2000) *Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Luzia Neide Coriolano has a PhD in Geography and is a Lecturer at PROP GEO, Co-Coordinator of Tourism, Territory and Culture Research Group, Sub-Co-ordinator of the Professional Master in Tourism Management/State University of Ceara (UECE) and a researcher for CNPq.
luzianeidecoriolano@gmail.com

ÓCIO AO LONGO DA VIDA

As potencialidades dos itinerários de ócio para a promoção do desenvolvimento humano^{*6}

María Jesús Monteagudo

Universidade de Deusto, Espanha

Jaime Cuenca

Universidade de Deusto, Espanha

Fernando Bayón

Universidade de Deusto, Espanha

Douglas A. Kleiber

Universidade da Geórgia, Estados Unidos da América

Resumo: Atualmente, mais do que nunca, investir no futuro é investir nas pessoas. Num período de crise profunda, não só de economia mas também de valores, o ócio é descrito como uma das poucas áreas da vida em que as pessoas encontram um espaço para a expressão e para o crescimento pessoal através da escolha e do envolvimento livre nas coisas de que gostam e que os redefinem como indivíduos. No entanto, estes potenciais não surgem espontaneamente, senão como consequência de um processo vital, identificado como itinerário de ócio, através do qual as pessoas podem ir cultivando um horizonte cada vez mais complexo e cheio de necessidades, expectativas e benefícios que eles querem alcançar através do ócio. Com base nos resultados de um estudo de caso focado no grupo de idosos da Região Autónoma do País Basco (Espanha), este artigo afirma a importância do ócio nas sociedades contemporâneas e a necessidade de educar o público em e para o ócio, criando as condições de possibilidade adequadas para que o ócio se torne num verdadeiro instrumento impulsionador do desenvolvimento pessoal e social.

Palavras-chave: Ócio; itinerário de ócio; desenvolvimento humano; envelhecimento satisfatório; educação do ócio.

1. A experiência de ócio e os fatores que a compõem

Com o aprofundamento do estudo de ócio, torna-se claro que o seu valor não acaba com as noções do tempo e da atividade. Apesar da sua importância, as duas noções

* **Tradução:** Andrei Manoliu e Maria Elena Ortiz

Revisão: Silvana Costa

⁶ Este artigo foi desenvolvido no âmbito da investigação "Formação para um lazer experiencial valioso ao longo da vida: contribuição dos itinerários de ócio para um envelhecimento satisfatório" (ITINERE) financiada na última chamada do Programa Nacional de I+D+i (2012), pela Secretaria do Estado para Investigação, Desenvolvimento e Inovação no âmbito do Ministério da Economia e Competitividade, referindo EDU2012-38052.

omitem a influência decisiva que a pessoa exerce no processo de conversão de um determinado tempo livre concreto e de uma determinada atividade, numa experiência de ócio. Convencidos da parcialidade destas abordagens, a investigação do Instituto de Estudos de Ócio da Universidade de Deusto defendeu desde o seu início no final dos anos 80 que o ócio é, antes de tudo, uma experiência pessoal, ou seja, é uma experiência complexa (direcional e multidimensional), focada em atuações queridas (livres e satisfatórias), autotélicas (com um fim autónomo) e pessoais (com implicações individuais e sociais) (Cuenca, 2006:14). Assim entendido, o ócio entra profundamente no reino do subjetivo e adquire uma infinidade de expressões, intensidades e significados que tornam o ócio num fenómeno mais rico, mas, sem dúvida, aumentam os desafios do seu estudo.

A atitude, a perceção e a interpretação são, para muitos autores que compartilham essa definição do ócio como uma experiência subjetiva (Neulinger, 1980; Tinsley & Tinsley, 1986; Kleiber, Walker & Mannell, 2011), três aspetos fundamentais para compreender o significado da experiência. A atitude refere-se a uma disposição positiva para o ócio, que capta um certo espírito de curiosidade, inquietação e interesse que funciona como um motor de ligação entre o comportamento e a ação. Enquanto a atitude nos aproxima do ócio através de uma maneira concreta de ser e de estar de acordo com as circunstâncias, a perceção torna-nos mais conscientes das nossas ações e das suas consequências, ao serem entendidas como atos de livre-arbítrio. No ócio, a pessoa vê-se como a causa das suas ações, enquanto dota a experiência de sentido, garantindo assim o seu significado pessoal. Então entende-se que, deste ponto de vista, a atividade de ócio escolhida (a pintura, o canto, a corrida ou a natação) possui um valor secundário em relação ao significado que a pessoa lhes dá. Por sua vez, a interpretação é o exercício cognitivo através do qual uma pessoa dá sentido à sua experiência de ócio. Esta interpretação é a principal responsável por que, em duas situações idênticas, a pessoa experimente emoções e sensações radicalmente diferentes; apenas através de diferenças de interpretação que separam as experiências de ócio das que não são e, portanto, o significado atribuído a cada um deles, podemos entender que, numa situação de risco causada por um acidente de avião inesperado, o seu protagonista seja vítima de pânico, enquanto em outra, escolhida pelo próprio sujeito e enquadrada por exemplo numa situação de desporto de risco, saltar do mesmo avião gera sensações de prazer e de satisfação irrepetíveis.

O ócio não é um tempo, mas sim uma experiência propiciada por um estado mental que me permite desfrutar de algo que os outros, talvez, não desfrutam. É uma área

específica humana que faz com que nos sintamos livres, desprendidos e dispostos a atuar só pelo facto de que tal nos dá satisfação. (Cuenca, 1995: 55)

Os estudos realizados ao longo das últimas três décadas do século XX a partir da Psicologia do ócio focaram a atenção em três aspetos essenciais para explicar o ócio em termos de experiência: a percepção da liberdade e a motivação intrínseca, como fatores condicionais da experiência, que a podem favorecer ou dificultar; e a satisfação, como uma das principais consequências que podem derivar da experiência de ócio (Neulinger, 1980; Iso-Ahola, 1980, Kelly, 1990, Kleiber, 1999; Csizskentmihalyi, 2000; Montegudo, 2008, 2011; Cuenca Amigo, 2012a, 2012b; Kleiber, Walker & Mannell, 2011; Rubio, 2012).

1.1. Liberdade Percebida

A sensação de *liberdade percebida* ocorre quando a pessoa que vive a ação de ócio a interpreta como resultado do seu livre arbítrio. O ócio há de ser percebido como resultado de uma escolha livre, de modo que a pessoa se veja como responsável tanto pelo seu comportamento como pelas consequências que provoca. O significado dessa liberdade não consiste numa liberdade completa – além disso, impossível para os seres humanos –, mas para ser assim percebida, para que a pessoa tenha a sensação de escolha, entre as diferentes opções, aquela que se enquadra melhor aos seus desejos e preferências. Para estes autores, a sensação de liberdade é a pedra angular do ócio, uma vez que o torna num espaço ideal para experimentar a sensação de controlo e autodeterminação que é inerente ao ser humano. Considerando os pressupostos básicos da teoria de Atribuição, o ócio, através deste poder de escolha, incentiva um estilo de atribuição interno em que o locus de controlo recai sobre o indivíduo, que se percebe a si próprio como uma causa direta das suas decisões e ações em relação ao ócio. Ter a noção da importância dessa sensação de liberdade é crucial do ponto de vista do ciclo de vida, pois a vida de um indivíduo é marcada por circunstâncias pessoais e sociais que atuam em detrimento desta sensação de liberdade e que, como consequência, podem impedir que muitas ações ou situações potenciais de ócio não sejam sentidos como tal.

A liberdade percebida está intimamente relacionada com a motivação que incentiva o ócio, de modo que quanto maior seja a sensação de liberdade que uma pessoa tem, maior será a sua orientação intrínseca para o ócio.

1.2. *Motivação Intrínseca*

O ócio é um dos poucos comportamentos humanos que são caracterizados pela ausência de instrumentalização. O ócio tem um caráter não-utilitário, porque as suas ações não perseguem um fim externo, mas tornam-se num fim em si mesmas, e constituem o principal argumento da ação. Assim, o ócio também é uma das poucas áreas da vida nas quais não é necessário racionalizar o nosso comportamento. A busca de argumentos para justificar os comportamentos de ócio remete-nos de volta à ação, uma vez que esta não é um meio para atingir um fim, mas o próprio prémio. O autotelismo que caracteriza o ócio reside na orientação intrínseca da sua ação.

Deci é um dos autores que defende a importância da motivação intrínseca como motor do comportamento humano. Com base nos pressupostos da sua Teoria de Autodeterminação enfatiza a orientação intrínseca do ser humano para comportamentos que permitam responder a necessidades básicas, tais como a necessidade de competência, autonomia e relações interpessoais (Deci & Ryan, 2000). O ócio manifesta-se como um âmbito propício para responder a tais motivos internos, cuja consecução constitui uma grande parte da origem do comportamento de ócio. Para Deci, a orientação intrínseca do ócio contribui para o aumento da sensação de autodeterminação, não só pelos atributos pessoais da escolha de ócio, mas também através da perceção de si mesmo como um agente causal dos resultados de seus comportamentos de ócio. Assim, a satisfação que gera o sentimento de autodeterminação acrescenta-se ao causado pelo sentimento de competição que emana da maioria dos comportamentos de ócio: Subjacente a muitos dos comportamentos de ócio, um desafio de pesquisa – com outras pessoas ou por conta própria –, e de superação, que quando é satisfeito, promove uma sensação de competição que nos faz sentir competentes, conosco e com outras pessoas.

Os autores que se aprofundaram no estudo da motivação (Maslow, 1975; Beard & Raghed, 1983, Weissinger & Bandalos, 1995) destacam a importância de orientar a motivação contra motivos intrínsecos perante comportamentos de ócio incentivados por fatores externos. Os reforços externos, dirigidos inicialmente para fortalecer e continuar a participação podem ter efeitos contrários ao longo prazo, que acabam por prejudicar a motivação intrínseca (Lepper, 1973), enquanto os motivos intrínsecos, como a sensação de competição, mesmo depois de acabados, mantêm-se e aumentam a atração e o interesse que o ato de ócio desperta no indivíduo.

Como mencionado antes, conclui-se a existência de possibilidades reais de intervir para orientar os estilos motivacionais de pessoas para fins internos que garantam a

continuação da participação no ócio. Também não se pode esquecer que a motivação é uma construção dinâmica que, tal como o ócio, pode experimentar mudanças causadas por fatores externos e internos (Deci & Ryan, 2000). Especificamente, o envolvimento numa ação de ócio que é descoberta como fonte de satisfação e que inicialmente, não foi percebida como tal, pode fazer com que uma motivação inicial focada em motivos extrínsecos (restaurar a saúde, melhorar a imagem...) seja orientada por motivos intrínsecos mais ligados ao desfrute que vem da própria ação, e não aos resultados esperados dela.

1.3.Satisfação

O papel importante da liberdade percebida e a motivação intrínseca como fatores determinantes da experiência de ócio não devem esconder, no entanto, um elemento que dá sentido e atribui ao ócio a sua verdadeira razão de ser: a satisfação que promove. É o primeiro e mais básico dos benefícios que pode obter-se do ócio. Trata-se de uma sensação subjetiva de alegria, bem-estar e felicidade que é atribuída e entendida normalmente como resultado da ação de ócio realizada. Na literatura tradicional, estuda-se este constructo entendido de preferência como consequência dos comportamentos de ócio. Uma abordagem cronológica de experiência de ócio, dirigida a três momentos que parecem cruciais nela, – antes, durante e depois –, colocaria a satisfação ou o prazer no *durante* e no *depois*, como sentimento que acompanha a experiência e permanece associado a recordações alegres do mesmo. No entanto, esta abordagem habitual não substitui o papel potencial da satisfação antes de a experiência ocorrer. De facto, antes da ação – a sua preparação, a sua antecipação cognitiva, a configuração das expectativas em torno dela – são normalmente uma fonte de satisfação e de prazer que precede a ação (Cuenca, 2004).

O conceito de satisfação a que nos referimos aqui não deve ser confundido com a noção de prazer, a natureza homeostática ou com o senso de diversão. Ambos os aspetos são tão lícitos como importantes para o ser humano, no entanto, não são um reflexo autêntico do potencial do ócio nem das suas possíveis contribuições para a condição humana. A satisfação de que falamos é experimentada pela capacidade que o ócio tem em resposta a necessidades inatas que o ser humano tem, mudar, crescer, melhorar e superar. O ócio imprime sentido à vida através da sua capacidade de nos fazer sentir vivos, pessoas de valor, em estado de progresso permanente.

Estamos de acordo com Csikszentmihalyi (2000), quando afirma que admitir a liberdade percebida e a motivação intrínseca como elementos fundamentais da experiência subjetiva de ócio é insuficiente para lidar com o fenómeno em toda a sua

magnitude, pois evidencia um dos seus principais impactos; o que confere o seu valor final: ser uma fonte de satisfação e caminho para a felicidade através do desenvolvimento pessoal que deriva da sua experiência. Se não fosse assim, ações que reúnem, *a priori*, os fatores determinantes do ócio: a liberdade percebida e a motivação intrínseca, tais como os comportamentos aditivos de jogo ou de uso de drogas, poderiam ser consideradas como ócio. Autores como Tinsley & Tinsley (1986), Cuenca *et al.* (2010), Stebbins (2000, 2012) partilham esta opinião, e afirmam que para poder falar do ócio, é necessário que os comportamentos em causa envolvam experiências satisfatórias, culturalmente aceites e positivas para o sujeito, em termos de crescimento, maturidade e desenvolvimento pessoal.

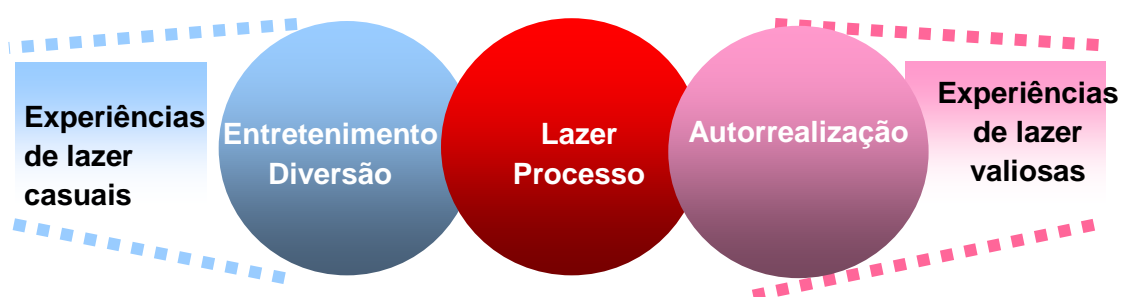
2. Diferentes formas de abordagem ao ócio

Neste ponto de reflexão, as contribuições dos diferentes autores sugerem que nem todas as práticas de ócio contribuem da mesma forma para o desenvolvimento pessoal. Para Csikszentmihalyi (2000), o problema do ócio é que "não temos as destrezas incorporadas para fazer uso do tempo livre de forma satisfatória " (Csikszentmihalyi, 2000:23). Entende que só o tempo livre não é agradável, de modo que a única possibilidade de transformá-lo em uma fonte de prazer e crescimento é aprender com as fases iniciais da vida e preencher esse tempo livre corretamente. As experiências de ócio não ocorrem espontaneamente, mas, "para beneficiar de um desenvolvimento ótimo, uma pessoa deve aprender a aumentar a sua complexidade psicológica no tempo livre..." (Csikszentmihalyi, 2000:29). Segundo este autor, "desperdiça-se o tempo livre a não ser que melhore a complexidade psíquica. E, já que o tempo é o meio através do qual a vida se desdobra diante de nós, desperdiçar o tempo significa desperdiçar a nossa própria vida. Em vez de criarmos um eu mais complexo, navegamos numa travessia de mínimo desenvolvimento que a biologia e a cultura têm programado para nós." (Csikszentmihalyi, 2000:25). Para este autor, as divergências do ócio, a partir do ponto de vista da sua contribuição para o desenvolvimento humano, reside no grau de complexidade psicológica dos mesmos. As experiências em que prevalece o entretenimento como simples forma de dar substância ao tempo livre, e em uma atitude de receção passiva ou uma mínima implicação intelectual, são, certamente, uma maneira de se aproximar ao ócio. Mas para Csikszentmihalyi, isso não é nem a única nem a melhor maneira de experimentar o ócio. É talvez a maneira mais fácil e mais conveniente, uma vez que o grau de envolvimento se correlaciona positivamente não só com a satisfação que promove, mas também com o esforço, empenho e a constância com que uma pessoa se envolve no seu ócio. Assim, um ócio que requer envolvimento e comprometimento, dedicação e superação tem mais potencial para ser um ócio mais

completo, mais maduro, a ser também um ócio psicologicamente mais complexo e mais satisfatório. O ócio que este autor afirma ser fator de desenvolvimento pessoal é um ócio que exige introspeção, reflexão, ação empenhada, consistência, formação em termos de aquisição de competências e habilidades.

Consequentemente, a aproximação ao ócio pode ocorrer de várias maneiras que variam de uma experiência focada no entretenimento ou diversão, até a experiência mais completa e satisfatória, perto do ócio entendido como um elemento de autorrealização e desenvolvimento pessoal. A procura do prazer é o denominador comum e o de ponto partida do ócio. Mas a origem e a complexidade das causas de diversão, assim como o seu impacto sobre a pessoa, é o que varia de uma experiência para outra. Com base no anterior, pode afirmar-se, que quanto maior a complexidade que podemos incorporar e atender com sucesso nas nossas práticas de ócio, maiores serão as probabilidades de ter experiências de ócio valiosas, capaz de transformar o ócio num fator de desenvolvimento pessoal e social.

Gráfico 1: Formas de aproximação ao ócio em função da experiência



Fonte: elaboração própria.

No entanto, a incorporação dessa complexidade com a finalidade de desenvolver um ócio além do mero entretenimento, não surge espontaneamente, mas como resultado de um processo que leva tempo e dedicação, no qual a pessoa se tem ido preparando, consciente ou inconscientemente, para experimentar o ócio de uma forma mais completa. Durante esse processo, a pessoa terá tido a oportunidade de adquirir certas habilidades, ampliar os seus conhecimentos, desfrutar de experiências agradáveis e de outras, menos agradáveis, para ultrapassar desafios, etc. Portanto, de um ponto de vista sincrónico que mantem a sua atenção no desenvolvimento de uma atividade específica, o ócio deve ser entendido como um processo que pode envolver uma evolução, uma maneira pela qual a pessoa terá a oportunidade de passar de um ócio casual, centrado na diversão a um mais valioso na medida em que o seu nível de proficiência da

atividade pode levar a sentimentos de autorrealização e crescimento pessoal. No entanto, o estudo científico do ócio não deve apoiar o seu discurso unicamente e de forma isolada num ponto de vista transversal focadas em cada uma das experiências de ócio do indivíduo, mas deve priorizar um ponto de vista longitudinal, que vê o ócio como um projeto inacabado que se manifesta ao longo da vida e que pode e deve acompanhar a pessoa durante as várias fases da vida.

Ao assumir o carácter processual do ócio a partir de uma abordagem do ciclo de vida, torna-se necessária a observação e a integração de diversos comportamentos de ócio de um indivíduo com uma abordagem holística, capaz de fornecer uma visão geral da trajetória do ócio de uma pessoa. A partir desta perspetiva, o conceito de itinerário de ócio é especialmente inovador e valioso ao permitir a explicação de como são construídas as histórias de ócio a partir das decisões que as pessoas tomam em cada momento do ciclo de vida e as experiências que estas promovem.

Aqueles que se dedicam ao estudo do ócio sabem que nem todos os itinerários de ócio são igualmente valiosos do ponto de vista da contribuição para o desenvolvimento humano. Assim, devem conhecer-se quais são os fatores especialmente envolvidos na configuração dessas histórias de ócio que fazem com que um ócio experiencial valioso se torne num objetivo principal para a comunidade científica. Tal conhecimento permitir-nos-ia intervir de forma adequada em cada momento do ciclo de vida para modelar as trajetórias de ócio, evitando em cada período os fatores que afastam a pessoa de processos de crescimento pessoal, incentivando aqueles que são instrumentos impulsionadores de crescimento através de um ócio experimental valioso.

Os parágrafos que se seguem permitem-nos aprofundar a construção itinerária do ócio e esclarecer as suas principais contribuições para o estudo do ócio como fator de desenvolvimento pessoal e social.

3. O conceito do itinerário de ócio e a sua contribuição para o estudo do ócio como fator de desenvolvimento humano

O conceito itinerário de ócio refere-se à trajetória de ócio que a pessoa desenvolveu ao longo de sua vida; recebe, portanto, o conjunto de experiências de ócio que foram desfrutadas ao longo da vida. De seguida encontra-se a definição de “itinerário” de Masnou e Puig, um itinerário de ócio "inicia-se no momento em que o sujeito entra em contacto com o ócio (cultura, turismo ou desporto), é desenvolvido durante um período mais ou menos prolongado que é dedicado à prática de uma ou de mais práticas de ócio e acaba quando se abandonam todas as relações com esta área como um participante” (adaptado de Masnou & Puig, 1995:371).

Este conceito, herdado da Sociologia do desporto, faz-nos pensar no ócio como um caminho que se vai completando à medida que avançamos, cada vez que escolhemos livremente, agimos, sentimos e voltamos a pensar qual será a nossa próxima participação no ócio. Cada uma das fases pelas quais este caminho decorre adquire um sentido, um significado e um valor diferente para o indivíduo, cumpre umas funções e deixa uma marca diferente na pessoa. Estas fases são normalmente representadas em três momentos distintos:

- o *início* (I), que tem lugar no momento em que a pessoa inicia a sua relação com o ócio;
- o *desenvolvimento*, no qual a interação da pessoa com o ócio pode tomar diferentes direções, optando pela *continuidade* (C) de todas ou de algumas das suas práticas, o *abandono temporário* de outras, de modo que não implica uma rutura definitiva visto que se recuperará novamente através de *reinícios* (R) ou a *substituição* (S) de umas atividades por outras;
- e, finalmente, a *resolução* do itinerário, com o que a pessoa põe fim à sua participação no ócio por meio de decisões de abandono definitivo (A).

Diferentes teorias, entre as quais se destacam as elaboradas a partir da abordagem do Ciclo Vital, procuram a existência de um padrão ou de uma tendência dominante na evolução do ócio ao longo da vida. Uma das teorias mais suportadas é a teoria do Desenvolvimento do Ócio (Iso-Ahola, 1980). O seu princípio central afirma que a configuração dos itinerários é fortemente marcada pela evolução dinâmica de ócio, na qual as pessoas procuram constantemente o equilíbrio entre a tendência face à comunidade e a procura de mudança, através das suas escolhas e comportamentos de ócio. Apesar dessa bipolaridade inerente à natureza do ócio, vários estudos apontam a importância da familiaridade e da satisfação obtida das experiências de ócio passadas como motores fundamentais na tomada de decisões do ócio (Agahi, Ahacic & Parker, 2006). Assim, confirma-se a tendência de continuidade que condiciona os itinerários do ócio; de tal maneira que a história do ócio já experimentada torna-se numa base sólida para delinear a trajetória futura do ócio de uma pessoa.

Existem vários estudos que sugerem que metade das atividades de ócio de uma pessoa adulta tem uma atividade ou expressão de ócio equivalente aos padrões de ócio que o indivíduo teve durante a infância (Iso-Ahola, Jackson & Dunn, 1994:229). Se de facto uma percentagem significativa das atividades que constroem os padrões de ócio de uma pessoa adulta tem a sua origem nas atividades, cujas preferências são desenvolvidas durante a infância, estamos perante uma informação com amplas implicações desde o

ponto de vista da política, gestão e intervenção educativa na matéria do ócio. Se o objetivo é aumentar o valor do ócio como fator de desenvolvimento pessoal e social ao longo da vida, não se pode ignorar a importância de expor às pessoas desde idades precoces para uma ampla gama de possibilidades de ócio que lhes permitam perceber as potencialidades de ócio, criando inquietação, expectativas e habilidades necessárias para perseguir e alcançar um ócio de qualidade nas etapas posteriores da vida.

Em síntese, o estudo dos itinerários de ócio abre o caminho para a educação do ócio ao ratificar que o processo através de qual o ócio de uma pessoa aproxima-se de um ócio experiencial valioso não é por acaso ou espontaneidade, mas é um processo formativo no qual se vão abrir novos horizontes, capazes de converter o ócio num fator de desenvolvimento humano. Consiste na preparação das pessoas para que não se adaptem a um ócio dirigido ao entretenimento, à diversão ou a trazer sentido ao passar dos dias, e que procurem o acesso a experiências de ócio que os imergem em processos de melhoria e de crescimento pessoal (Monteagudo & Cuenca, 2012).

O estudo dos itinerários de ócio podem desempenhar um papel fundamental para o alcance deste objetivo, ajudando a definir quais os padrões evolutivos mais favoráveis para o avanço a um ócio valioso, quais os fatores que preparam o caminho para o desenvolvimento pessoal através do ócio e, acima de tudo, quais as opções existentes para intervir para orientar e/ou reorientar as trajetórias do ócio para o caminho mais adequado para chegar ao objetivo proposto. O valor perspectivado baseado no conceito de itinerário torna-se a principal atração para investigadores e profissionais que percebem a partir deste conceito uma nova maneira de entender a evolução dinâmica de ócio, definindo fases, esclarecendo tendências e padrões de mudança no caso de investigadores; e numa estratégia adequada tanto para a melhor adaptação das preferências e possibilidades mutáveis como para otimizar os benefícios dos seus programas de ócio, no caso de profissionais. Compreender o conceito itinerário é assumir, *a priori*, três questões fundamentais:

- A compreensão das práticas culturais, desportos, etc. como experiências de ócio que ao fazerem parte de um processo vital inacabado, pode adaptar diferentes expressões e significados nas diferentes fases da vida.
- A importância de perceber a qualidade das experiências que favorece a oferta de ócio existente mais do que a quantidade de práticas que a constituem.
- A necessidade de substituir o ponto de vista síncrono e concreto planificado pela oferta do ócio, por outra, de natureza longitudinal, capaz de considerar e

formar a oferta presente e futura, atendendo a evolução das preferências, motivações, necessidades e possibilidades da cidadania nas diferentes fases da vida.

Qualquer política de ócio, modelo de gestão ou intervenção nesta área não pode ser realizada apenas a pensar em como é realmente a cidadania e quais serão as suas exigências de ócio, é necessário conseguir, que a médio e longo prazo, transformar o ócio num espaço de estímulos orientados para o desenvolvimento pessoal e social.

4. Contribuição dos itinerários de ócio para o desenvolvimento humano como chave do envelhecimento satisfatório: o caso dos idosos na comunidade autónoma do País Basco (Espanha)

Tendo em conta tudo o anterior, uma das últimas investigações a serem realizadas nos Estudos de Ócio da Universidade de Deusto, no amparo da última convocatória do Programa Nacional I+D+i (2012) do Ministério da Economia e Competitividade espanhol, tem como principal objetivo esclarecer as principais contribuições dos itinerários de ócio no desenvolvimento humano com base no conhecimento dessas histórias de ócio que torna mais viável um ócio experiencial valioso. Este estudo, focado num grupo de pessoas idosas com idades entre 61 e 75 anos⁷, analisa o impacto do ócio no envelhecimento satisfatório. À luz dos resultados preliminares que alimentam a primeira fase desta investigação, apresentamos de forma breve algumas conclusões relevantes relacionadas com o âmbito do País Basco, por suas implicações no estudo dos itinerários de ócio.

4.1. Significado do Ócio

O ócio mostra-se essencialmente valioso entre aquelas pessoas para quem constitui uma fonte inesgotável de sentido vital. A utilização de respostas fortemente ancoradas na esfera emocional mostra a afeição, a significação pessoal e a plenitude com que o ócio é experimentado por algumas pessoas. Este grupo mostra um forte interesse intrínseco pela ação que alimenta o seu interesse por ela e explica a sua consideração do ócio como um fim em si mesmo. Esta compreensão do ócio contrasta com a de outras pessoas para quem esta área não parece ter a transcendência de casos anteriores. Prevalece neles um interesse extrínseco para a ação que enfatiza o valor instrumental do ócio como um recurso eficaz para preencher o tempo livre, combater o

⁷ Vid. "ITINERE. Formação para um ócio experiencial ao longo da vida. Contribuição dos itinerários de lazer para o envelhecimento bem sucedido" (EDU2012-38052)

tédio ou a solidão. Os seus argumentos não apelam para o valor atribuído ao ócio, como tal, mas sim para as suas qualidades como impulsionador de outros objetivos aos quais orientam explicitamente a sua ação.

4.2. Repertório de Ócio

A população basca tem um repertório muito dinâmico e variado de práticas de ócio, não só em número de atividades, mas também numa variedade de domínios relacionados com as atividades realizadas (desporto, cultura, jogos, turismo, voluntariado, socialização, etc.). No entanto, comprova-se que uma elevada taxa de participação em atividades de ócio não é suficiente para alcançar um envelhecimento satisfatório. Ou seja, o mero ativismo não é o que afeta o envelhecimento satisfatório, mas sim a qualidade dessas práticas, e a capacidade do indivíduo para transformá-las em experiências valiosas, satisfatórias, duradouras e memoráveis. As atividades de ócio mais frequentemente praticadas não são aquelas que servem para definir a identidade dos seus protagonistas, ajudando-os nas suas realizações pessoais. Na verdade, há um défice revelador de envolvimento em atividades de ócio mais comuns. Isto sugere que o próprio conteúdo e natureza de certas atividades as torna mais prováveis, do que outras, de se tornarem "significativas", sendo específico delas que se lhes possa atribuir valores muito especiais à sua prática. Essas atividades são precisamente aquelas que permitem que o indivíduo marque desafios e avance na própria ação ao longo de um período de tempo prolongado, que exigirá do sujeito uma atitude criativa enquanto comprometida. Assim, parece claro que é a qualidade das práticas, e não a sua quantidade, que está no fator de promoção do envelhecimento satisfatório.

4.3. Benefícios do Ócio

Os benefícios que as pessoas percebem como resultado do ócio são diferentes dependendo se o ócio de que gostam é mais ou menos valioso do ponto de vista do desenvolvimento humano. As pessoas que desenvolveram formas valiosas de ócio percebem, melhor que os outros, os benefícios associados com a sensação de competência, o enriquecimento pessoal e o reconhecimento social. Para aqueles que não desenvolveram formas de ócio valiosas, os benefícios de ócio emergem do valor instrumental concedido à ação, de tal maneira que torna o ócio em instrumento para enfrentar ou ultrapassar os acontecimentos vitais de diferente índole (normativizados ou não) que podem desencadear situações de deterioração da saúde física e psicológica, especificamente relacionados a esses períodos do ciclo de vida (Hutchinson & Kleiber, 2005). Nestes casos, os benefícios percebidos que prevalecem são estar ativo perante o uso do tempo livre, relaxar, fugir dos problemas pessoais ou estados de saúde

delicados, entre outros. O sentimento de satisfação, o cultivo ou ampliação do círculo social ou o aumento da coesão familiar são também benefícios recebidos pelos idosos, mas que não discriminam entre formas de ócio mais ou menos valiosas.

4.4. Itinerários de Ócio

O estudo das pessoas idosas do País Basco permitiu a identificação de quatro itinerários, obtidos a partir da interseção de três critérios fundamentais: o período vital da gestão da(s) preferência(s), o período vital do início da(s) prática(s) de ócio e da presença ou ausência de inovação no processo evolutivo da(s) prática(s). A intersecção desses três critérios resultou em quatro vias principais:

- **Itinerário 1. Primeiros descobridores e seguidores (25%).**

Completam este itinerário as pessoas com atividades de ócio, cujos interesses surgiram durante a infância, começaram a sua prática durante esse mesmo período e continuaram a prática da atividade original sem incorporar mudanças até à terceira idade. Vale a pena destacar que a implementação dessas práticas remonta à infância e não deixaram de ser praticadas desde então.

- **Itinerário 2. Descobridores precoces procrastinadores (15%).**

Este itinerário acolhe pessoas cujo interesse pelas atividades de ócio começaram na infância, mas não iniciam a prática real até etapas posteriores; seja na juventude ou na terceira idade. No entanto, uma vez iniciada a prática, esta contínua na terceira idade.

- **Itinerário 3. Descobridores precoces inovadores (15%).**

Trata-se de pessoas idosas que também começam a mostrar interesse durante a infância por um campo concreto de ócio (cultura, desportos...); começam durante a infância uma ou mais atividades associadas a essa área de interesse, para posteriormente serem abandonadas e substituídas por outra atividade que persiste até a terceira idade e que é precisamente a atividade selecionada como mais significativa. Todas as práticas reunidas por este itinerário pertencem ao âmbito da cultura, com uma forte dimensão criativa, tal como a escrita de poesia ou cantar num coro. A inovação toma forma neste itinerário através da presença de alterações que vão modelando as atividades de ócio com os interesses, aptidões e possibilidades de mudanças de quem as protagonizam.

- **Itinerário 4. Descobridores tardios (45%).**

Trata-se de pessoas que começam a ter interesse na idade adulta ou na terceira idade por uma prática de ócio que acaba por ser para eles a mais significativa. Cozinhar, viajar, tirar fotografias, praticar tai chi, leitura e formação através de cursos de natureza cultural fazem parte das atividades que se qualificam para este padrão de desenvolvimento. A inovação, inerente a este itinerário, é evidente através da abertura de novas áreas de interesse demonstradas por pessoas designadas para este grupo. A importância deste itinerário não está apenas nos factos quantitativos (sendo o mais numeroso), senão também nos aspetos qualitativos que demonstram a relevância da pesquisa de mudanças entre as pessoas mais velhas e, acima de tudo, uma atitude de abertura para à experiência que é fundamental para continuar a crescer durante a fase tardia da vida.

Conclusões

Os resultados do estudo de caso apresentado permitiram tirar algumas conclusões importantes devido às suas implicações na hora de planificar, gerir, programar ou participar no ócio, com o propósito de otimizar as potencialidade deste fenómeno para o desenvolvimento pessoal e social.

1. Do ponto de vista do envelhecimento satisfatório, torna-se claro que não é o mesmo desfrutar de um ócio altamente valioso do que desfrutar de um ócio que não é concebido como tal. A diferença é que o primeiro se torna num inestimável gerador de sentido vital e canal de enriquecimento pessoal.
2. A possibilidade de atingir um ócio valioso entre as pessoas idosas não é estranho para a trajetória de ócio anterior visto que o seu repertório de ócio atual, o significado, a importância e os benefícios que lhes são atribuídos são o resultado de um processo vital de construção em que o ócio dialoga de maneira persistente com o resto das esferas da vida e avança tendo em conta as várias circunstâncias pessoais e sociais sobre as quais são sustentados os itinerários de ócio.
3. Segundo o anterior, investir no ócio a partir de idades precoces é investir nas pessoas e no desenvolvimento ideal das suas potencialidades, preparando as bases para tornar viável o acesso a um ócio de qualidade, para além do mero entretenimento ou diversão. A educação em geral e de ócio, em especial, são ferramentas inquestionáveis para equipar as pessoas com os recursos necessários para que possam transformar as suas práticas de ócio em experiências valiosas.

4. O ócio experiencial valioso foge do ativismo para realçar a qualidade e quantidade das práticas de ócio. Nem todas as práticas de ócio parecem oferecer o mesmo horizonte de possibilidades para o desenvolvimento pessoal. A partir de uma perspetiva diacrónica que vai além da aparência sincrónica habitual do ócio, tornam-se particularmente interessantes as atividades cuja natureza oferece, a quem as pratique, a possibilidade de marcar desafios a médio/longo prazo e melhorar no desenvolvimento progressivo da ação, e retroalimentando assim o interesse intrínseco pela ação desenvolvida e a sua adesão à mesma.
5. É necessário ter em conta a importância da *evolução dinâmica do ócio*, em que a tendência para a continuidade convive com a orientação para a mudança ao longo da vida. Esta dupla orientação na configuração de itinerários de ócio devem ser levados em conta em cada fase da vida, eliminando ideias preconcebidas que restringem a inovação e a orientação na fase infantil e juvenil. Em termos operacionais, deve-se realçar, portanto, a importância de promover ao longo da vida e também entre os idosos novos horizontes interessantes como potenciais geradores de significado e de crescimento pessoal (Cuenca, Aguilar e Ortega, 2010).
6. *A componente social do ócio* é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento de formas de ócio valiosas. A disponibilidade de um círculo de amigos é concebida em si mesmo como um dos benefícios mais importantes do ócio em resposta a uma das necessidades psicológicas básicas: o sentimento de pertença. O cuidado e a expansão das amizades é geralmente relacionada a um aumento na autoestima, porque a pessoa sente a apreciação e aceitação do seu círculo social. No entanto, desfrutar de um ócio com uma forte componente social não é suficiente para desenvolver formas valiosas de ócio. Embora a ausência desta componente social seja uma barreira importante para o ócio valioso, a sua presença não garante o seu desenvolvimento. Por isso não encontramos nenhuma manifestação de ócio valioso que careça de um círculo social nutrido, mas nem todas as pessoas que têm esse círculo avançaram para formas valiosas de ócio.
7. *Relevância da aprendizagem e a formação ao longo da vida.*
A aprendizagem, amparada no sentimento de competição, é um dos grandes motores do comportamento de ócio e, portanto, fundamental na construção dos itinerários de ócio, cuja direção varia de acordo com as decisões de ócio tomadas a cada momento. O ócio que envolve uma aprendizagem adequada às possibilidades de cada pessoa é sempre um desafio que, orientado adequadamente, proporciona uma grande gratificação. Da mesma forma, é fundamental a aproximação e a

promoção de formas de ócio valiosas ao amparo de figuras externas, responsáveis por espalhar o seu entusiasmo para o ócio e orientar o processo de aprendizagem dos outros, fornecendo-lhes recursos adequados que lhes permitam continuar a imersão em processos de crescimento pessoal por conta própria. Verifica-se, portanto, que no contexto de ócio, o binómio da aprendizagem-formação é, obviamente, uma das fontes de satisfação pessoal mais poderosas e que mais contribui para a imersão da pessoa em processos de mudança e crescimento pessoal. É, portanto, uma via de aproximação para um ócio valioso.

Definitivamente, o conceito do itinerário de ócio revela-se, à luz da investigação, como uma ferramenta válida para o estudo longitudinal do ócio ao longo da vida. Por um lado, pela sua adequação aos pressupostos teóricos em que se baseia esta pesquisa sobre o ócio: o valor experimental e o seu carácter processual. Mas também pela sua capacidade de identificar os fatores impulsionadores de um ócio experiencial valioso, estabelecendo assim as bases para futuras intervenções que ajudam a consolidar o papel do ócio como fator de desenvolvimento humano.

Referências Bibliográficas

AGAHI, N; AHACIC, K & PARKER, M. (2006). Continuity of participation from middle age to old age. *Journal of Gerontology*, 61, 340-346.

BEARD, J.G. & RAGHED, M.G. (1983). Measuring leisure motivation. *Journal of Leisure Research*, 15, 219-228.

CSIKSZENTMIHALYI, M. (2000). Ocio y creatividad en el desarrollo humano. Em M. CSIKSZENTMIHALYI; M. CUENCA; C. BUARQUE & C. TRIGO et al. *Ocio y Desarrollo. Potencialidades del ocio para el desarrollo humano* (pp. 17-32). Documentos de Estudios de Ocio, 16. Bilbao: Universidad de Deusto.

CUENCA AMIGO, M. (2012a) (ed.): "Reflexiones sobre el ocio en el siglo XXI- Reflections on leisure in the twenty-first century". Madrid: *ARBOR-CSIC*, Vol. 188, 754. Marzo-Abril 2012.

CUENCA AMIGO, J. (2012b). *El valor de la experiencia de ocio en la modernidad tardía*. Documentos de Estudios de Ocio, 48. Bilbao: Universidad de Deusto.

CUENCA, M. (2004). El ocio como experiencia humana. *ADOZ. Revista de Estudios de Ocio*, 28. 15-18.

CUENCA, M., (coord.) (2006). *Aproximación multidisciplinar a los Estudios de Ocio*. Documentos de Estudios de Ocio, 31. Bilbao: Universidad de Deusto.

CUENCA, M., AGUILAR, E. Y ORTEGA, C., (2010). *Ocio para innovar*. Documentos de Estudios de Ocio, 42. Bilbao: Universidad de Deusto.

- DECI, E.L. & RYAN, R.M. (2000). The “what” and “why” of goal pursuits: Human needs and self-determination of behaviour. *Psychological Inquiry*, 11, 227-268.
- HUTCHINSON, S. L. & KLEIBER, D. A. (2005). Leisure, constraints, and negative life events: Paradox and possibilities. Em: E. L. Jackson (ed.), *Constraints to leisure* (pp. 137–150). State College, PA: Venture.
- ISO-AHOLA, S. (1980). *The social psychology of leisure*. Dubuque: William Brown.
- ISO-AHOLA, S.; JACKSON, E. & DUNN, E. (1994). Starting, ceasing and replacing leisure activities over the lifespan. *Journal of Leisure Research*, 26, 227-249
- KLEIBER, D. A. (1999). *Leisure experience and human development. A dialectical interpretation*. New York: Basic Books.
- KLEIBER, D.A.; WALKER, G.J. & MANNELL, R.C. (2011). *A social psychology of leisure* (2^a ed.). State College: Venture Publishing.
- MASLOW, A. H. (1975). *Motivación y personalidad*. Barcelona: Sagitario
- MASNOU, M. & PUIG, N. (1995). El acceso al deporte: los itinerarios deportivos. Em D. Blázquez (ed.) *La iniciación deportiva y el deporte escolar* (pp. 371-394). Barcelona: Inde Publicaciones.
- MONTEAGUDO, M.J. (2008). Reconstruyendo la experiencia de ocio: características, condiciones de posibilidad y amenazas en la sociedad de consumo. Em M.J. Monteagudo (ed.) *La experiencia de ocio: una mirada científica desde los Estudios de Ocio* (pp. 81-110). Documentos de Estudios de Ocio, 35. Bilbao: Universidad de Deusto.
- MONTEAGUDO, M.J. (2011). *Los itinerarios de ocio deportivo. Estudio de los jóvenes de Bizkaia (1995-2005)*. Bilbao: Universidad de Deusto. Tesis Doctoral.
- MONTEAGUDO, M.J. & CUENCA, M. (2012). Los itinerarios de ocio desde la investigación: tendencias, retos y aportaciones. *Revista interuniversitaria de Pedagogía social, Tiempos educativos, tiempos de ocio*. núm. 20, Julio-septiembre 2012, pp. 103-136.
- NEULINGER, J. (1980). *The psychology of leisure*. Springfield: Charles C. Thomas.
- RUBIO FLORIDO, I. (2012). *El tiempo de ocio de los cuidadores familiares: Su relación con la salud y percepción de carga*. Tesis doctoral no publicada. Universidad de Deusto, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Bilbao.
- STEBBINS, R. A. (2000). Optimal leisure lifestyle: Combining serious and casual leisure for personal well-being. In M. Cuenca (Ed.), *Leisure and human development: Proposals for the 6th World Leisure Congress*. (pp. 101-107). Bilbao: University of Deusto.
- STEBBINS, R. A. (2012). Compromiso temporal discrecional: efectos sobre la elección y el estilo de ocio. *ARBOR-CSIC*, vol. 188, 754, 293-300.
- TINSLEY, H.E.A. & TINSLEY, D.J. (1986). A theory of attributes, benefits and causes of leisure experience. *Leisure Sciences*, vol. 8 (1), 1-45.

María Jesús Monteagudo é Licenciada em Psicologia e Doutorada em Ócio e Desenvolvimento Humano pela Universidade de Deusto (Bilbau, Espanha). É membro do Instituto de Estudos de Ócio desta Universidade desde de 1992 e faz parte da equipa de pesquisa interdisciplinar deste Instituto. Estuda o ócio de um ponto de vista psicossociológico e o fenómeno do desporto como experiência de ócio. É membro da Associação Espanhola de Investigação Social Aplicada ao Desporto (AEISAD), OcioGune, Rede Espanhola de Equipas de Investigação de Estudos de Ócio sobre Ócio e Desenvolvimento Humano e de OTIUM, Associação Latino-Americana de Estudos de Ócio.

mjmonte@deusto.es

Jaime Cuenca é licenciado em Filosofia e Doutorado em Ócio e Desenvolvimento Humano pela Universidade de Deusto. Atualmente, é professor na Universidade de Deusto, onde leciona no Mestrado em Gestão de Projetos de Ócio, Cultura, Turismo, Desporto e Recreação e no Mestrado em Organização de Congressos, Eventos e Exposições. Nos últimos anos tem trabalhado como assistente de pesquisa no Instituto de Estudos de Ócio. Pertence ao grupo de investigação sobre Ócio e Desenvolvimento humano, reconhecida pelo Governo Basco.

jaime.cuenca@deusto.es

Fernando Bayón é Doutorado em Filosofia pela Universidade de Deusto. Durante o Doutoramento frequentou a Universidade Eberhard Karls de Tübingen (Alemanha), onde estudou com Manfred Frank e ainda conseguiu ouvir Hans -Georg Gadamer. Fez estágios de investigação e pós-doutoramento em várias universidades internacionais. Atualmente, é pesquisador no Instituto de Estudos de Ócio da Universidade de Deusto e está ligado a vários projetos de investigação no âmbito do Plano Nacional de I+D+i no CSIC (com Juan Carlos Velasco e José M. González García). É autor de vários livros publicados.

fernandobayon@deusto.es

Douglas A. Kleiber é Doutorado pela Universidade do Texas, Estados Unidos da América. Foi professor em várias universidades mas atualmente desenvolve a sua atividade na Universidade da Geórgia (E.U.A.) como Professor e Investigador na área dos Estudos de Ócio e Recreação. É editor de várias revistas científicas, como a Leisure Studies, e faz parte da Academia das Ciências do Ócio. Entre os seus temas de investigação destacam-se: o Ócio ao longo da vida, Ócio na terceira idade, atividade de Ócio e desenvolvimento humano, o Ócio como recondutor da vida, a importância do Ócio na doença, Ócio e adolescência, os diferentes usos do Ócio segundo o género.

dkleiber@uga.edu

ÓCIO, TEMPORALIDADE E EXISTÊNCIA uma leitura à luz da fenomenologia e hermenêutica heideggereanas

Maria Manuel Baptista

Universidade de Aveiro, Portugal

Resumo: A presente reflexão procura articular as determinações centrais das atuais sociedades e culturas contemporâneas com uma conceção de tempo ocioso, indagando das suas potencialidades e constrangimentos. Para o efeito, é convocada a fenomenologia heideggereana que, em conjunto com as noções de temporalidade do *dasein* e obra-de-arte, nos permite fundamentar a necessidade incontornável de uma relação ociosa com a verdade, como algo se oculta e desvela, tanto na linguagem como nos modos (im)próprios de relação do *dasein* à temporalidade.

Palavras-chave: Ócio; Temporalidade; Obra de arte; Existência; Cultura.

Introdução

A confiscação do tempo a que no nosso quotidiano estamos sujeitos parece desmentir a possibilidade de juntar numa mesma expressão os termos ‘ócio’ e ‘quotidiano’. Se a este par acrescentarmos o termo ‘crise’ estamos, pelo menos na aparência, no reino do surreal.

Com efeito, os modos de emprego, uso, venda e aluguer do tempo de cada indivíduo nas sociedades contemporâneas parece relevar antes do domínio do ‘desemprego’ e consequente exasperação, pelo sem sentido dos dias que correm devagar e vazios. Ou, pelo contrário, da voragem e da aceleração do tempo, que lança os ainda ‘empregados’ num vórtice de tarefas e obrigações que se sucedem infinitamente, excedendo o tempo próprio e exaurindo a vida num nada repleto de pequenos nada, que deixam o indivíduo no deserto ou no desespero do ainda e nunca totalmente feito e concluído.

Paradoxo dos paradoxos, as atuais sociedades capitalistas globalizadas fazem prova de um uso extremo do tempo, quer exaurindo-o até à neurose e à histeria, quer desvalorizando-o infinitamente, tornando-o inútil (*sem emprego*) e com ele o próprio sujeito, que passa a ser um peso, uma dificuldade social, cuja origem é atribuída, em primeiro lugar, a um culpabilizante fracasso pessoal e individual

Porém, na senda do que afirma Agostinho de Silva (Mattos, 2004), a existência é gratuita e ninguém pode considerar-se desempregada dela. Ora, será precisamente partindo desta perspetiva que desenvolveremos a nossa reflexão sobre ócio, tempo,

temporalidade e existência, partindo da premissa heideggereana de que o ser humano nada mais é do que tempo, ou antes, temporalidade, e só nesse horizonte se pode auto e hetero compreender. Neste contexto, o tempo ocioso será considerado como a possibilidade de o ser humano, o *ser-aí* heideggereano, permanecer na escuta do ser e da verdade, logo, o mais próximo de si próprio que é possível. Assim, e ainda na senda de Heidegger, consideraremos a obra de arte na sua temporalidade como o modo existenciário por excelência de perscrutar o mistério do Homem, da Terra e do Mundo, produção que é autenticamente ociosa porque autotélica.

1. Ócio e Tempo (livre)

As atuais sociedades industriais, nas quais os cidadãos vendem, não apenas a sua força de trabalho, mas com ele o seu tempo, dedicaram-se precisamente a medi-lo e quantificá-lo. Tornando objetivo e transacionável, ele entra no mercado com uma mercadoria com a aparência de infinita reprodutibilidade e inesgotabilidade. O tempo vazio e não valorizado pelo mercado, que os desempregados representam pela sua própria existência, servem de contraprova a esta falsificação grosseira da experiência da temporalidade que cada um de nós vive.

Com efeito, se o mercado até pode rejeitar o tempo de alguns de nós é porque ele só se torna valioso em dadas circunstâncias e é absolutamente intermutável: se alguém torna o seu tempo indisponível para o mercado há sempre uma multidão de outros sujeitos dispostos a transacionarem o seu tempo e a sua força de trabalho.

O tempo, e mais concretamente a temporalidade que cada um propriamente vive, perde então a sua dimensão subjetiva e de experiência íntima, pois que ele passa a ser encarado apenas do ponto de vista objetivo e exterior, enquanto mercadoria.

Compreende-se também por que razão, nestas circunstâncias, não pode haver lugar a uma conceção de tempo próprio enquanto tempo de ócio, mas apenas enquanto tempo livre, livre do trabalho, entenda-se, e apenas valorizado enquanto aquele existe e de modo a que aquele possa existir ainda mais intensamente. Repare-se porém que o ‘tempo livre’ dos desempregados é imediatamente desvalorizado, quer socialmente quer pelo próprio, pois que ele não se encontra neste caso em relação direta com aquilo que o qualifica: o tempo do trabalho ou do emprego.

Deste modo, é bem evidente o quanto o ser humano se encontra desapossado de uma das suas dimensões fundamentais: a temporalidade. Com efeito, quando em raras ocasiões da vida os indivíduos se vêm confrontados com a escassez da sua própria temporalidade, quando momentaneamente se reconhecem como detentores de uma

temporalidade limitada, é todo este modo de organização do seu próprio tempo que lhes surge como problemático e sem sentido. Experiência fugaz essa, a do confronto do sujeito com a própria temporalidade, que o modo de organização económico e cultural das nossas sociedades procura de imediato velar, em primeiro lugar pelo oferecimento de uma sociedade que tudo espectaculariza, quer dizer que tudo torna mercadoria aí à-mão, até a própria morte (cf. entre outros, (Ariès, 1988) e (Vargas Llosa, 2012))

Não admira, pois, que a possibilidade de organização da temporalidade dos sujeitos em dimensões de uma maior profundidade e autenticidade caiba dificilmente nas nossas atuais sociedade ocidentalizadas.

O que aqui nos propomos fazer, no contexto da presente reflexão é pensar, no âmbito de uma analítica existencial do *dasein* heideggeriano, em que condições poderíamos deixar emergir uma temporalidade humana ociosa e de que modo ela poderia promover a existência para um outro nível de conhecimento, desenvolvimento e de aproximação do ser humano de si próprio, na escuta do que lhe é mais íntimo e próprio.

2. Ócio e Culturas Contemporâneas

2.1 As dimensões psicossociais e culturais

As atuais sociedades mediatizadas impõem uma lógica que é sobretudo a do consumo acrítico e passivo. A lógica da produção de bens simbólicos em massa deixa de estar necessariamente relacionada com a criação cultural individual e passa a obedecer também ela a uma lógica de mercado e de criação constante do novo.

A possibilidade de aprofundamento de alguma esfera criativa ou re-criativa individual não faz parte da lógica do sistema, a não ser para quem tem um enquadramento sócio-económico e académico muito favorecido (Vargas Llosa, 2012).

A profundidade do écran é a sua superfície (Martins, 2011). O sistema move-se de estrela em estrela num 'star system' (Barthes, 1957), que não só cria incessantemente novos produtos e formatos como requiere uma apropriação cultural epidérmica e hiper-consumista, fundando um novo tipo de desespero existencial de raiz hedonista (Lipovetsky, 1989).

A situação nem sequer é nova e foi já perfeitamente descrita no contexto das reflexões críticas da Escola de Frankfurt a propósito das indústrias culturais que o século XX viu nascer. Em textos como *A Dialética do Iluminismo* {PIRES, 2006 #141}, Adorno e Horkheimer chamavam a atenção para a dificuldade em manter ainda a possibilidade

de uma cultura de feição crítica no novo meio de difusão que constituiu o cinema e depois a televisão e finalmente todo um mundo informático e digital.

Com efeito, não só a teoria da alienação marxista (e já hegeliana (cf. (Hegel, s/d)) nos anunciava as consequências de um tal mundo em que tudo se houvesse transformado em mercadoria, como sinalizava a impossibilidade de um tempo não alienado numa sociedade alienada.

As diversas modalidades da cultura pós-moderna mais não tem feito do que confirmar aquilo que de Nietzsche (Nietzsche, 1996) a Heidegger (Heidegger, 1991) foi sinalizado como o advento de um tempo inautêntico e in-humano, fundado e fundador de um profundo desespero existencial do ser humano em face da voragem e da velocidade, na qual está mais perto do nada. E nem os apelos à ‘desaceleração’ (Heller, 2009) podem inverter este desconforto, esta sensação de crise constante que os media incensam de manhã à noite.

Com efeito, neste contexto não se trata mas de converter o ‘tempo livre’ em ‘tempo ocioso’, mas de tomar seriamente as possibilidades abertas pela temática do reinvestimento de um tempo ocioso na vida dos indivíduos, que altere radicalmente a sua relação com o tempo, a sua existência e o seu próprio mundo.

2.2 A dimensão ontológico-existencial

É a partir da dimensão ontológico-existencial, na linha da filosofia heideggereana, que em nosso entender a temática de um tempo de ócio pode ter um efeito profundamente revolucionário na vida dos sujeitos.

A categoria do tempo na cultura ocidental tem sido um articulador central do modo como o ser humano se compreende no mundo (Lourenço, 2004). Considerado na cultura clássica como um elemento onde a *physis* se inscreve, com os necessários movimentos cíclicos de geração e corrupção ele passa a ser visto, com o cristianismo, numa dupla dimensão: o tempo da queda e de corrupção dos mortais, por oposição ao tempo da eternidade que a possibilidade de salvação do Homem instaura. Com a emergência da ciência moderna uma outra conceção de tempo surge: o tempo é o que se pode medir e fragmentar até à exaustão, numa espécie de vertigem de domínio e controlo, que o próprio instrumento medidor aparentemente confere aos seres humanos. Mas será o século XIX, e mais conscientemente o século XX, que inaugura uma relação exasperada do Homem em face do tempo.

Destituídas do carácter sagrado e salvífico de um tempo eterno, as sociedades cada vez mais laicas e profanas confrontam-se com a sua própria temporalidade finita. Na senda de Kierkegaard (que ainda encontra uma saída religiosa para o desespero humano), o existencialismo sartriano dar-nos-á conta das muitas modalidades do nada em que a temporalidade finita do ser humano, inexoravelmente, o instala.

Finalmente, com Heidegger, qualquer possibilidade de equívoco dissipa-se: o ser humano não apenas está mergulhado numa temporalidade finita, mas ele nada mais é do que temporalidade, única determinação essencial a partir da qual se funda possibilidade de compreender ou aceder à verdade do mundo e da terra.

Quer dizer, compreender o mundo terá de necessariamente passar pela assunção de um tempo, de uma história (individual e coletiva), que nos constitui, espuma dos dias que nos consome e na qual consumimos a nossa vida. Mais do que um mergulho subjetivo num tempo ocioso e autenticamente humano e criativo é a assunção da vida, como apenas feita de temporalidades, que, para nos manter perto da possibilidade de aceder à nossa própria verdade humana, terá de ser necessariamente da ordem do ócio, quer dizer, um tempo de criação e recriação de um mundo de sentido em confronto com a terra que nos alberga.

No contexto do presente estudo, em que nos colocamos na linha de inspiração da analítica existencial aberta por Heidegger, pretendemos destacar a noção de ‘cuidado’ como forma essencial de conhecimento do *dasein*, para aí surpreendermos a presença de uma temporalidade ociosa. Utilizaremos neste ponto a interpretação que Steiner faz de *O Ser e o Tempo* de Heidegger:

O conhecimento é um modo de ser. Ele não é um qualquer salto misterioso do sujeito ao objeto e do objeto ao sujeito (...). É ao contrário uma forma de estar-com, um cuidado (...) pelo e no mundo. Aí onde não há nenhuma intenção de produção, de manipulação, de uso com fins de lucro, um tal cuidado significa «demorar-se-perto-de» (...) O desinteresse é portanto a modalidade superior do cuidado

(Steiner, 1981:114)

Assim, conhecer é abandonar a mera atitude ‘teórica’ e ‘instrumental’ face ao mundo, mas também face aos outros, pois que «compreender a presença dos outros é existir. O ser-no-mundo, diz Heidegger, é um ser-com» (Steiner, 1981:121), Recusando a pressão do social (do ‘se’, do ‘eles’) para recuperar o sentido de comunidade histórica, Heidegger considera que é o cuidado (*sorge*) do mundo, da terra, dos outros e da obra de arte, o que confere sentido à existência de um ser que se encontra desde o início lançado/projetado no mundo.

Ora um tal ‘cuidado’ ou ‘pré-ocupação’ radica a sua estrutura numa compreensão existenciária do tempo, tal como ela é proposta em *O Ser e o Tempo*, cujas modalidades passam, no seu modo próprio, por um futuro, enquanto atitude de estar abeto às suas próprias possibilidades de ser (preocupando-se e não ‘preocupando-se com...’), de um passado enquanto ‘ser sido’, reiteração ou recordação, e de um presente, como olhar projetante (Heidegger, 1991:37). Sublinhe-se, de novo, que apenas este modo próprio de relação ao tempo funda uma estrutura de compreensão do *dasein* no seu modo próprio.

Como facilmente se pode constatar estes modo próprios da relação ao tempo coincidem com as grandes linhas de desenvolvimento humano propostas pelo ócio humanista, a partir das investigações que têm sido desenvolvidas nas últimas décadas pelo Laboratório do Ócio (Cabeza, 2011).

Da mesma forma também a modalidade da vivência de um presente impróprio, diríamos nós, aquele que exclui precisamente qualquer possibilidade de vivência de um ócio humano e criativo, funda o que Heidegger designa por ‘queda’ (Heidegger, 1991:195), a qual pode surgir no presente nas modalidades de (Heidegger, 1991:196):

- a) falatório, que revela o ser-aí como ‘relativo ao seu mundo, aos outros e a si mesmo’, mas num modo de flutuação sem base;
- b) avidez de novidades, a qual abre todas as portas e cada uma, de tal forma que o ser está em todas as partes e nenhuma;
- c) ambiguidade, que nada esconde à compreensão do ser-aí, mas apenas para fundir falatório (ser-no-mundo) e avidez de novidades (desenraizamento do ‘em todas as partes e nenhuma’).

Não tendo em Heidegger nenhuma conotação metafísica de pecado (está mesmo antes dele), a ‘queda’ é um modo de ser impróprio do *dasein*, que constitui justamente a forma deste ser-no-mundo, plenamente possuído pelo mundo. E num tal modo de relação à temporalidade, a possibilidade de um ócio criativo dilui-se ou torna-se mesmo impossível uma vez que o *dasein* se encontra perdido nas coisas. Só a recuperação da linguagem própria e daquilo que ela oculta como o ainda não pensado, o ainda-a-vir, pode permitir a recuperação desse tempo que, ociosamente, deixa vir até si a verdade.

3. Ócio, arte e verdade – da representação à escuta

Em *A Origem da Obra de Arte* (Heidegger, 1992), Heidegger propõe-nos uma definição, aparentemente muito simples, de obra de arte: «A obra enquanto obra instala um mundo. A obra mantém aberto o aberto do mundo» (Heidegger, 1992:35). E é precisamente porque ela se oferece ao *dasein* como sentidos possíveis a desvelar, a requer disponibilidade e proximidade, que não são possíveis através quer do ‘falatório’, quer da avidez de novidades’ ou da ‘ambiguidade’. Mas, mais do que isto, a obra de arte é um *produzir* a partir da terra, embora não se trate, como se poderia imaginar, de um conceito de produção instrumental, que transforma e gasta aquilo sobre o que age. Pelo contrário, a obra de arte é de uma «plenitude inesgotável de modos e formas simples» (Heidegger, 1992:37), cuja descrição Heidegger nos apresenta nos seguintes termos:

Sem dúvida o escultor utiliza a pedra, tal como, à sua maneira, o pedreiro. Mas não gasta a pedra. Isso só acontece de uma certa maneira quando a obra é mal sucedida. Sem dúvida, o pintor utiliza a tinta, mas de tal modo que a cor não se gasta, mas passa sim a ganhar luz. Também o poeta utiliza a palavra, não porém como aqueles que habitualmente falam e escrevem têm de gastar as palavras, mas de forma tal que a palavra permanece verdadeiramente uma palavra

(*ibidem*)

Sem dúvida uma belíssima descrição daquilo a que se referem os estudiosos do Ócio (Csikszentmihalyi, 2001), quando tratam o que designam por ‘ócio criativo’ e que requiere, nos termos de Heidegger, a luta que na obra se dá entre ocultação e desocultação do sentido e da verdade, num combate de opostos íntimos, que ocorre na quietude da obra e que jamais se deverá dar como resolvido (Heidegger, 1992:50-51).

Do mesmo modo, também o ‘recriar’, cuidar, salvaguardar e fruir da obra necessita de uma relação ociosa, autotélica e desprevenida com a temporalidade e a existência onde ela se projeta, o que é descrito por Heidegger precisamente nos seguintes termos:

Quanto mais solitariamente a obra, fixada na forma, está em si, quanto mais parece dissolver todas as relações com os homens, tanto mais simplesmente irrompe no aberto o choque de tal obra ser, tanto mais essencialmente embate o abismo intranquilizante e se subverte o que anteriormente parecia tranquilizante. Todavia este múltiplo choque nada tem de violento; pois, quanto mais puramente a obra é arrebatada na abertura do ente por ele mesmo patenteada, tanto mais simplesmente nos empurra e nos lança nesta abertura, e ao mesmo tempo nos arranca ao habitual. (...) Deixar a obra ser uma obra eis o que denominamos salvaguarda da obra. (...) Assim como uma obra não pode ser obra sem ser criada,

assim como precisa essencialmente de criadores, assim também o próprio criado não pode tornar-se ser sem os que a salvaguardam

(Heidegger, 1992:53)

Com efeito, a arte possui o que Heidegger designa por um «projeto poemático da verdade» (Heidegger, 1992:60), que exige uma postura ociosa para que possa ser reconhecido, acolhido e mantido, numa relação desinteressada com ela e que exclui o ‘falatório’, a ‘avidez de novidades’ e ‘ambiguidade’, instaurando um ‘salto’ até às origens, pois «não é apenas a criação da obra que é poética, mas também é poética a salvaguarda da obra, só que à sua maneira própria; com efeito, uma obra só é real como obra na medida em que nos livramos do nosso próprio sistema de hábitos e entramos no que é aberto pela obra, para assim trazermos a nossa essência a persistir na verdade do ente» (op.cit. p.60).

Que melhor descrição para o ato ocioso de criação, re-criação e fruição da obra de arte?

4. Um ‘projeto poemático do ócio’?

Longe de o considerarmos um direito *tout court*, para nós o modo ocioso de viver é um desafio à nossa existência, que requer preparação, esforço e dedicação. Trata-se antes de mais de um repto a que modifiquemos a nossa relação com o tempo que nos é dado viver, com a nossa temporalidade. E assim o direito ao ócio deve tornar-se, em nosso entender, no nosso dever de promover um tempo ocioso e ainda no correlato direito que todos deveremos ter a condições educativas e culturais que nos aproxime mais da humanidade do ser humano, o que só é possível sob a condição de um tempo vivido em pleno ócio.

Resta-nos a interrogação sobre as condições de possibilidade nas nossas sociedades atuais de um ‘projeto poemático do ócio’. Mas este será um tema para uma outra reflexão.

Referências Bibliográficas

Adorno, Theodor W. e Horkheimer, Max (1972). *Dialectic of Enlightenment*, New York, Herder.

Ariès, Phillip, (1988). *Sobre a História Da Morte No Ocidente Desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema.

Barthes, Roland (1957). *Mythologies*, Paris, Seuil.

Cabeza, Manuel Cuenca (2011). “Aproximación a Las Experiencias Culturales Desde Los Planteamientos Del Ocio Humanista: Pautas Para Una Profundización Cualitativa” (2009), *Nuevos Desafíos De Los Observatorios Culturales*, Cristina Ortega Nuere (Ed.), Deusto, Universidad de Deusto. pp. 19-48

Csikszentmihalyi, Mihaly, “Ocio Y Desarrollo - Potencialidades Del Ocio Para El Desarrollo Humano” (2009), *Ocio Y Creatividad En El Desarrollo Humano*, Mihaly Csikszentmihalyi, Cristovam Buarque, Manuel Cuenca Cabeza (Eds), et al., Deusto, Universidad de Deusto, 2001: 17-39

Hegel, *La Phénoménologie De L'esprit*, (Trad. Jean Hyppolite), Paris, Aubier, Ed. Montaigne, s/d

Heidegger, Martin (1991). *El Ser Y El Tiempo*, (Trad. José Gaos), Madrid, Fondo de Cultura Económica. 8ª ed.

Heidegger, Martin. (1992) *A Origem Da Obra De Arte*, (Trad. Maria Da Conceição Costa), Lisboa, Edições 70.

Heller, Erwin (2009). “Hacia La Calidad Del Tiempo La 'Asociación Para Ralentizar El Tiempo' Y Otros Movimientos De La Soberanía Del Tiempo”. In: *El Tiempo Del Ocio: Transformaciones Y Riesgos En La Sociedad Apresurada*, Manuel Cuenca Cabeza e Eduardo Aguilar Gutiérrez (Eds), Deusto, Universidad de Deusto. pp. 75-103

Lipovetsky, Gilles (1989) *A Era Do Vazio - Ensaio Sobre O Individualismo Contemporâneo*, (Trad. Miguel Serras Pereira E Ana Luísa Faria), Lisbon, Relógio D'Água Editores.

Llosa, Mario Vargas, *A Civilização Do Espetáculo*, (Trad. Trad. Cristina Rodriguez E Artur Guerra), Lisbon, Quetzal, 2012

Lourenço, Eduardo (2004). “Sobre O Tempo”, *Cartografia Imaginária De Eduardo Lourenço - Dos Críticos*, Maria Manuel Baptista (Coord.), Maia, Ver o Verso. pp. 13-19

Martins, Moisés De Lemos (2011). *Crise No Castelo Da Cultura - Das Estrelas Para Os Ecrãs*, Coimbra, Grácio Editor e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade-Universidade do Minho.

Mattos, João Rodrigo, “Agostinho Da Silva: Um Pensamento Vivo”, Portugal, Alfândega Filmes 2004: 80 min.

Nietzsche, Friedrich “Acerca Da Verdade E Da Mentira No Sentido Extramoral” (1873), *Obras Escolhidas De Nietzsche*, António Marques (Ed.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996: pp. 213-232

Steiner, George (1981). *Martin Heidegger*, (Trad. Trad. Denys De Caprona), Paris, Flammarion.

Maria Manuel Baptista é Doutorada em Cultura pela Universidade de Aveiro, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra e Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e Diretora do Programa Doutoral em Estudos Culturais das Universidades de Aveiro e do Minho. Atualmente desenvolve investigações na área dos Estudos Culturais com interesse em projetos fortemente interdisciplinares, alguns em execução e outros em preparação, em Portugal e nos países Lusófonos, muito particularmente no Brasil.

mbaptista@ua.pt

LEISURE, TEMPORALITY AND EXISTENCE a reading in the light of Heideggerian phenomenology and hermeneutics*

Maria Manuel Baptista
University of Aveiro, Portugal

Abstract: The present reflection seeks to articulate the central determining factors in current societies and contemporary cultures using the concept of leisure time, investigating its potential and its constraints. The application of Heideggerian phenomenology, including the concepts of *dasein* and work-of-art, permits the unavoidable necessity of an idle relationship with truth, as something which is both concealed and revealed, both through language and through (im)proper ways of relating between *dasein* and temporality..

Keywords: Idleness; Temporality; Work of Art; Existence; Culture.

Introduction

We are subject to the confiscation of time in everydayness, which seems to deny us the possibility of linking the term 'leisure' with 'daily life'. If we add the term 'economic crisis' to these words, we appear to enter the realm of the surreal.

In effect, modes of employing, using, selling and renting the time of each individual in contemporary societies seem relevant before the dominance of 'unemployment' and the consequent exasperation, in terms of days that are empty and pass by slowly. Or, on the contrary, the vortex and acceleration of time, launching those who are still 'employees' into a maelstrom of tasks and obligations which are infinite, that exceed time itself and thus drain a life which is full of small nothings, leaving the individual deserted or in despair and yet with the feeling that these small nothings are never fully done and finished.

In an ultimate paradox, the current globalised capitalist societies are the evidence of an extreme use of time, whether through exhausting time to the extent of inducing neurosis and hysteria, or whether endlessly devaluing time, rendering it useless (unemployed) with the subject himself becoming a burden, a social difficulty, the origin of which is primarily attributed to a guilt-inducing personal and individual failure.

* Translation: Aoife Hiney

However, according to Agostinho de Silva (Mattos, 2004), existence is free and no-one can be considered to be unemployed from existence. It is precisely as a departure from this perspective that we develop our thinking about leisure, time, temporality and existence, starting with the heideggerian premise that the human being is nothing more than time, or before, temporality, and that only from this horizon can he understand himself or the others. In this context, the leisure time will be considered as the possibility of a human being- Heidegger's *da-sein* - remains in the listening of the being and of the truth and therefore the closest possible to itself. Thus, in keeping with Heidegger, we consider the work of art in its temporality as the quintessential mode of existence with which he may scrutinise the mystery of Human, the Earth and the World. Because it is an autotelic activity, this is a truly idle way of producing the World.

1. Leisure and (free) Time

Current industrial societies - in which citizens sell not only their labour power, but with that their own time - devote themselves to precisely measuring and quantifying time. Time becomes objective, something that can be traded, entering the market as a commodity which appears to be infinitely renewable and inexhaustible. The time which is empty and does not have market value is represented by the unemployed. They serve as a rebuttal to this gross falsification of the experience of temporality which each one of us lives.

Therefore, if the market can even reject the time belonging to some of us, it is because time only becomes valuable in certain circumstances and is absolutely interchangeable: if someone makes his own time unavailable to the market there is always a multitude of other subjects willing to make transactions for their time and their labour power.

Time, and more specifically the temporality that each of one of us lives, then loses its subjective dimension and its intimate experience dimension, as time becomes to be viewed only from an objective and exterior perspective – as merchandise.

We can also understand why, in these circumstances, there is no place for time itself to be perceived as leisure time, but only as free time, time which is free from work. Time is understood and valued only as long as free time exists, and by the ways in which it can be intensified. However, we must note that the 'free time' of the unemployed is immediately devalued, either socially or by itself, as it is not directly related with that which qualifies time as free: time at work or employment.

Thus, it is clear how the human being can be dispossessed of one of its fundamental dimensions: temporality. Indeed, on the rare occasions in life when individuals are confronted with the shortage of their own temporality, when they momentarily recognise that they have limited temporality, it is the entire method of organising their own time that appears problematic and nonsensical to themselves. It is precisely this fleeting experience - the confrontation with the temporality of the subject itself - that the mode of economic and cultural organization of our societies immediately hide, by offering a society in which everything becomes a spectacle, whereby everything becomes a commodity which is at hand - even death itself (cf. (Ariès, 1988) and (Llosa, 2012) amongst others).

It's no wonder, then, that the possibility of organising the temporal dimensions of the subjects in greater depth and authenticity does not comply with our current westernised society.

What we propose in the context of this reflection is to think — in the context of an existential analysis of Heidegger's *dasein* — under what conditions could we allow an idle human temporality to emerge and how this promote existence to another level of knowledge, development and proximity to the human being itself, in listening to what is more intimate and authentic in himself.

2. Leisure and Contemporary Cultures

2.1 The psycho-social and cultural dimensions

Nowadays, mediated societies impose a logic that promotes uncritical and passive consumption above all. The logic of mass production of symbolic goods is no longer necessarily related to individual cultural creation and has been turned into market logic and the need to constantly anew.

The possibility of deepening some individual creative or re-creative sphere does not form part of the system's logic, except for those who are part of a favoured socio-economic and academic framework (Llosa, 2012).

The depth of the screen is its surface (Martins, 2011). The system moves from star to star in a 'star system' (Barthes, 1957), which not only constantly creates new products and formats just as it requires a cultural, hyper-consumerist epidermic appropriation, but also founds a new kind of existential despair, rooted in hedonism (Lipovetsky, 1989).

The situation is nothing new and was already perfectly described in the context of critical reflections of the Frankfurt School on the subject of cultural industries, the emergence of which took place in the twentieth century. In texts such as *A Dialética do Iluminismo*, (Adorno e Horkheimer, 1972), Adorno and Horkheimer drew attention to the difficulty in even maintaining the possibility of a critical culture in the (then) new broadcast medium that was film, after the television, and finally in technology, in a digital world.

Indeed, the Marxist theory of alienation (which was already Hegelian (cf. (Hegel, s / d)) informed us about the consequences of a world in which everything would become a commodity, and also signalled the impossibility of a non-alienated time in an alienated society.

Different modalities of postmodern culture have done nothing more than confirm what from Nietzsche (Nietzsche, 1996) to Heidegger (Heidegger, 1991) has been identified as the advent of an inauthentic and in-human time, founded in and the founder of a deep existential despair of the human being facing a vortex and speed, which is closer to the nothingness. And not even the appeal to 'deceleration' (Heller, 2009), can reverse this discomfort, this sense of constant crisis that the media celebrate from morning to night.

Indeed, in this context it is not to convert 'free time' into 'leisure time', but to seriously consider the possibilities opened by the theme of reinvesting of the leisure time in the lives of individuals, that could allow a radical change in their relationship with time, their existence and with their own world.

2.2 The ontological-existential dimension

In our opinion, it is from the ontological-existential dimension, in line with heideggerian philosophy, that the theme of leisure time can have a profoundly revolutionary effect on subjects' lives.

Time as a category in Western culture has been a central point of articulation regarding the way in which the human being is understood in the world (Lourenço, 2004). In classical culture, time is considered as an element where the *physis* is inscribed, with the necessary cyclic movements of generation and corruption. Since Christianity, time has become to be seen in a double dimension: the time of the falling and corruption of mortals, as opposed to time of eternity that is established by the possibility of Man's salvation. With the emergence of modern science, another conception of time emerges: time is what can be measured and fragmented to its point of exhaustion, a kind of vertigo of domination and control, that which the measuring instrument itself

apparently endows human beings. But it was to be the nineteenth century, and more consciously the twentieth century, which inaugurated man's exasperated relationship with time.

Devoid of the sacred and salvific character of eternal time, our increasingly secular and profane societies are confronted with their own finite temporality. In the wake of Kierkegaard (who still encounters a religious way out of human despair), Sartrean existentialism makes us aware of the many modalities of the nothingness, where the finite temporality of being human is, inexorably, installed.

Finally, with Heidegger, any possibility of misunderstanding is dissipated: the human being is not only steeped in a finite temporality, but he is nothing more than temporality, the only essential determination on which the possibility of understanding or accessing the truth of the world and of earth can be founded.

Therefore, understanding the world obliges the assumption of a time, of a history (individual and collective), which creates us from the foam of the days, that consume us and in which we consume our lives. More than a subjective dip in an authentically human and creative leisure time, we envisage the assumption of life seen as just a sequences of temporalities that, to keep us close to the possibility of accessing our own human truth, must necessarily be of leisure, a time of creation and re-creation of a world of meaning in permanent opposition to the a land that shelters us.

In the context of this study, we follow the inspiring existential analysis which Heidegger established, in aiming to highlight the notion of 'care' as an essential form of dasein knowledge, in order to catch the presence of an idle temporality there. At this point, we refer to Steiner's interpretation of Heidegger's *Being and Time*:

Knowledge is a way of being. It is not a kind of mysterious jump from the subject to the object or from the object to the subject (...). On the contrary, it is a way of being-with; it is a care (...) for the world and in the world. Where there is no intention of production, manipulation or commercial use, such care means «loiter-near-by» (...). Disinterest is, though, the superior modality of care

(Steiner, 1981:114)

Thus, to know is to abandon the mere 'theoretical' attitude and 'instrumental' view of the world, but also our perspective of others, as to «understand the presence of the others is to exist. The heideggerian being-in-the-world, is being-with» (Steiner, 1981:121). In refusing to bow to social pressure (the 'if', the 'them'), in order to recover the sense of historical community, Heidegger considers that it is the world's care

(*sorge*) the earth's care, the others' and the works of art's care, that give meaning to the existence of a being that is since the beginning, projected into the world.

However such 'care' or 'pre-occupation' structures itself in an existential understanding of time, as is proposed in *Being and Time*. The temporal modalities are, in their authentic modes, the future, in terms of an attitude of openness to their own potential of being (and not worrying 'worrying about ...'), a past as an 'has been', reiterated or remembered, and a present, as a project (Heidegger, 1991:37). It should be noted; again, that only this particular way of conceiving time establishes a framework in which *dasein* can be understood in its authentic mode.

One can easily observe that these ways of regarding time coincide with the broad outlines of human development proposed by humanist leisure, according to the research developed in recent decades by the Laboratório do Ócio (Cabeza, 2011).

Similarly, the mode of living in an improper time — we could say, the one that specifically excludes any possibility of living leisure time as a humane and creative time — is the basis of which Heidegger means by the 'falling' (Heidegger, 1991:195), which may arise in the present through the following modalities (Heidegger, 1991:196):

a) jabber, which reveals *dasein* as 'relative to its world, the others and to itself', but in a form which fluctuates without a foundation;

b) gossip, which opens all and every thing, in a way which the being is everywhere and nowhere;

c) ambiguity, that does not hide anything to the understanding of *dasein*, but only merges talk (being-in-the-world) and gossip (uprooting the 'everywhere and nowhere')

Even if Heidegger does not have a metaphysical conception of 'fall' (this is even before sin), he considers it an improper mode of being of the *dasein*, which justly constitutes the way of 'being- in-the-world', fully possessed by the world. And, with such a relation to temporality, the possibility of a creative leisure is diluted or becomes impossible, once *dasein* is lost in things. Only the recovery of its own language and of that which it conceals as not yet been thought, the still-to-come, may allow the recovery of that time, which, idly lets the truth come to him.

3. Leisure, art and truth – from representation to listening

In 'The Origin of the Work of Art' (Heidegger, 1992), Heidegger proffers a seemingly simple definition of a work of art: «The artwork as work installs a world. The work keeps open the open of the world» (Heidegger, 1992:35). And it is precisely because the work of art offers to the *dasein* multiple possible meanings, under the conditions of availability and proximity, that it is not possible to achieve such richness through 'idle talk', 'gossip' or 'ambiguity'. Furthermore, artwork is *produced* from the earth, although it is not, as one might imagine, a concept of instrumental production which is transformation and spent on what it acts. On the contrary, the work of art is «(...) inexhaustible richness of simple modes and shapes» (Heidegger, 1992:37), according to Heidegger's description:

To be sure, the sculptor uses stone just as, in his own way, the mason uses it. But he does not use it up. That can be, in a certain sense, said of the work only when it fails. To be sure, the painter, too, makes use of pigment; he uses it, however, in such a way that the colours are not used up but begin, rather, for the first time, to shine. To be sure, the poet, too, uses words, not, however, like ordinary speakers and writers who must use them up, but rather in such a way that only now does the word become and remain truly a word

(*ibidem*)

Undoubtedly a beautiful description of what scholars refer to as Leisure (Csikszentmihalyi, 2001), when considering what they call 'creative leisure'. In Heidegger's terms, that implies that the work fights between concealment and exposition of meaning and truth, a battle of intimate opposites, which occurs in the stillness of the work and which shall never be resolved (Heidegger 1992:50-51).

Similarly, to 'recreate', to care for, to preserve, to protect and to enjoy the work requires an idle, autotelic and unanticipated relationship with temporality and existence where it is projected, which is precisely described by Heidegger as follows:

The more solitary the work, fixed in the figure, stands within itself, the more purely it seems to sever all ties to human beings, then the more simply does the thrust that such a work is step into the open, and the more essentially the extraordinary is thrust to the surface and the long-familiar thrust down. Yet there is nothing violent about this multidirectional thrust, for the more purely is the work itself transported into the openness of beings it itself opens up, then the more simply does it carry us into this openness and, at the same time, out of the realm of the usual. (...). This allowing the work to be a work is what we call its preservation. Just as a work

cannot be without being created, just as it stands in essential need of creators, so what is created cannot come into being without preservers

(Heidegger, 1992:53)

Indeed, art has what Heidegger describes as a «poeticizing projection of truth» (Heidegger, 1992:60), it requires an idle stance for it to be recognized, accepted and maintained in a disinterested relationship, which excludes 'idle talk', the 'gossip' and 'ambiguity', introducing a 'leap' to its origins, as:

It is not only the creation of the work that is poetic; equally poetic, though in its own way, is the preservation of the work. For a work only actually is as a work when we transport ourselves out of the habitual and into what is opened up by the work so as to bring our essence itself to take a stand within the truth of beings

(op.cit. p.60)

What better description for the leisure/idle acts of creation, of re-creation and of the fruition of a work of art?

4. A 'poetic project/projection of leisure?'

Far from considering a *tout court* right, for us the idle way of living challenges our existence, and requires preparation, effort and dedication. It is rather more of a challenge to change our relationship with the time that we are given to live, our temporality. And so the right to idleness must become, in our opinion, our duty to promote being idle, in addition to the correlating right that everybody should have educational and cultural conditions that bring us closer to the humanity of the human being, which only is possible under the condition of time lived in leisure.

The question about the conditions of possibility for a «poeticizing projection of truth» in our societies remains. But that is a story for another paper.

References

Adorno, Theodor W. e Horkheimer, Max (1972). *Dialectic of Enlightenment*, New York, Herder.

Ariès, Phillip, (1988). *Sobre a História Da Morte No Ocidente Desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema.

Barthes, Roland (1957). *Mythologies*, Paris, Seuil.

Cabeza, Manuel Cuenca (2011). "Aproximación a Las Experiencias Culturales Desde Los Planteamientos Del Ocio Humanista: Pautas Para Una Profundización Cualitativa"

(2009), *Nuevos Desafíos De Los Observatorios Culturales*, Cristina Ortega Nuere (Ed.), Deusto, Universidad de Deusto. pp. 19-48

Csikszentmihalyi, Mihaly, “Ocio Y Desarrollo - Potencialidades Del Ocio Para El Desarrollo Humano” (2009), *Ocio Y Creatividad En El Desarrollo Humano*, Mihaly Csikszentmihalyi, Cristovam Buarque, Manuel Cuenca Cabeza (Eds), et al., Deusto, Universidad de Deusto, 2001: 17-39

Hegel, *La Phénoménologie De L'esprit*, (Trad. Jean Hyppolite), Paris, Aubier, Ed. Montaigne, s/d

Heidegger, Martin (1991). *El Ser Y El Tiempo*, (Trad. José Gaos), Madrid, Fondo de Cultura Económica. 8ª ed.

Heidegger, Martin. (1992) *A Origem Da Obra De Arte*, (Trad. Maria Da Conceição Costa), Lisboa, Edições 70.

Heller, Erwin (2009). “Hacia La Calidad Del Tiempo La 'Asociación Para Ralentizar El Tiempo' Y Otros Movimientos De La Soberanía Del Tiempo”. In: *El Tiempo Del Ocio: Transformaciones Y Riesgos En La Sociedad Apresurada*, Manuel Cuenca Cabeza e Eduardo Aguilar Gutiérrez (Eds), Deusto, Universidad de Deusto. pp. 75-103

Lipovetsky, Gilles (1989) *A Era Do Vazio - Ensaio Sobre O Individualismo Contemporâneo*, (Trad. Miguel Serras Pereira E Ana Luísa Faria), Lisbon, Relógio D'Água Editores.

Llosa, Mario Vargas, *A Civilização Do Espetáculo*, (Trad. Trad. Cristina Rodriguez E Artur Guerra), Lisbon, Quetzal, 2012

Lourenço, Eduardo (2004). “Sobre O Tempo”, *Cartografia Imaginária De Eduardo Lourenço - Dos Críticos*, Maria Manuel Baptista (Coord.), Maia, Ver o Verso. pp. 13-19

Martins, Moisés De Lemos (2011). *Crise No Castelo Da Cultura - Das Estrelas Para Os Ecrãs*, Coimbra, Grácio Editor e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade-Universidade do Minho.

Mattos, João Rodrigo, “Agostinho Da Silva: Um Pensamento Vivo”, Portugal, Alfândega Filmes 2004: 80 min.

Nietzsche, Friedrich “Acerca Da Verdade E Da Mentira No Sentido Extramoral” (1873), *Obras Escolhidas De Nietzsche*, António Marques (Ed.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996: pp. 213-232

Steiner, George (1981). *Martin Heidegger*, (Trad. Trad. Denys De Caprona), Paris, Flammarion.

Maria Manuel Baptista is a PhD in Culture by the University of de Aveiro, has a Masters in Educational Sciences by the University of Coimbra and a degree in Philosophy by the Faculty of Letters of the University of Porto. She is an Assistant Professor with Aggregation in the Department of Languages and Cultures at the University of Aveiro and Director of the Doctoral Program in Cultural Studies of the Universities of Aveiro and Minho. She currently develops research in the area of Cultural Studies with an interest in strongly interdisciplinary projects, some running and others in preparation, in Portugal and in the Lusophone countries, most notably in Brazil.
mbaptista@ua.pt

A PASSAGEM DA TOCHA OLÍMPICA Ativação de Discursos Cidadãos-Consumidores*

David McGillivray
Universidade do Oeste da Escócia, Escócia

Matthew Frew
Universidade de Bournemouth, Reino Unido

Resumo: O artigo começa com uma discussão sobre a evolução da passagem da tocha Olímpica, que culminou com os Jogos Olímpicos de Londres em 2012. A isto segue-se uma análise do poder empresarial e político que envolve os Jogos Olímpicos. Aqui, os valores do movimento Olímpico são contrastados com os movimentos dirigidos ao *brandscaping* das cidades-anfitriãs e das nações obrigadas pelos acordos contratuais estabelecidos, assim que lhes são garantidos os direitos de serem anfitriãs dos Jogos Olímpicos. Empiricamente, o artigo centra-se na parte escocesa da passagem da tocha Olímpica, um "evento" móvel que viajou pelo Reino Unido no verão de 2012. Através das lentes do projeto de investigação-ação *#citizenrelay*, a passagem da tocha olímpica é aberta ao escrutínio como um veículo para a ativação de marca, garantida e protegida pelo estado local a um custo significativo para as comunidades pelo país. Antes de tirar conclusões, discute-se o papel dos média cidadãos, que permitem comentários lúdicos, irónicos e, às vezes, provocativos sobre a extravagância dos Jogos Olímpicos. O artigo conclui argumentando que a passagem da tocha Olímpica promove a manifestação do espírito dos Jogos Olímpicos (a paz, a harmonia e a amizade), ao mesmo tempo que usa o seu alcance e popularidade para estender os tentáculos do *brandscaping* para edifícios, paisagens e espaços anteriormente protegidos contra os caprichos da mercantilização. As experiências concebidas institucionalmente são coreografadas para o benefício dos média nacionais e internacionais, deixando os cidadãos como espectadores passivos, que desempenham os papéis pré-concebidos de abanadores de bandeiras e apoiantes roucos de patrocinadores corporativos. No entanto, também sublinhamos a incompletude do nexa média-corporativo e enfatizamos o potencial dos média cidadãos para subverter as representações estabelecidas, permitindo um espaço participativo onde os média podem ser criados e distribuídos amplamente, em vez de consumidos passivamente. A normalização das relações de poder existentes entre os megaeventos desportivos e o comércio poderá ser ameaçada pelo peso de histórias produzidas localmente, digitalmente conectadas e compartilháveis.

Palavras-chave: média cidadãos; passagem da tocha Olímpica; *brandscaping*; *#citizenrelay*; Olimpíadas; média social.

Introdução

Apesar de muitas cidades e Estados-nação terem um calendário de eventos anuais importantes e marcantes, são os megaeventos desportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, que representam o auge desses espetáculos mundiais. A importância destes eventos na produção do capital económico e político é acompanhada por uma mudança económica de experiência (Pine e Gilmore, 1999). Os megaeventos desportivos fornecem a plataforma definitiva para misturar as noções de cidadania e de coletivismo com o comércio e o consumismo. Este artigo foca-se na passagem da tocha Olímpica de Londres em 2012 e analisa criticamente como o discurso (Foucault, 1979)

* **Tradução:** Andrei Manoliu.
Revisão: Silvana Costa

de megaeventos desportivos navega um caminho entre o comércio, a cidadania e o consumismo convergente.

O artigo começa com uma discussão sobre a evolução da passagem da tocha olímpica, que culminou com os Jogos Olímpicos de Londres em 2012. Isto é seguido por uma análise do poder empresarial e político que envolve os Jogos Olímpicos. Aqui, os valores do movimento olímpico são contrastados com os movimentos direcionados ao *brandscaping* das cidades-anfitriãs e das nações obrigadas pelos acordos contratuais estabelecidos, assim que lhes são garantidos os direitos de serem anfitriões dos Jogos Olímpicos. Empiricamente, o artigo centra-se na parte escocesa da passagem da tocha Olímpica, um “evento” móvel que viajou por todo o Reino Unido no verão de 2012. Através das lentes do projeto de investigação-ação *#citizenrelay*, a passagem da tocha Olímpica é aberta ao escrutínio como um veículo para a ativação de marca, garantida e protegida pelo estado local a um custo significativo para as comunidades do país. Antes de serem tiradas conclusões, discute-se o papel dos média cidadãos, que permitem comentários lúdicos, irónicos e, às vezes, provocativos sobre a extravagância dos Jogos Olímpicos.

1. Paz, Amizade e Unidade encontram Política e Protesto

Este artigo baseia-se em entendimentos de discurso *Foucaultiano* para explorar as narrativas concorrentes presentes no movimento Olímpico moderno, trazidas na existência por meio da sua prova de passagem da tocha. Os escritos de Foucault sobre o discurso oferecem um meio útil para analisar criticamente as relações discursivas mais amplas (e poderosas) evidentes nas atividades do movimento Olímpico e na sua relação com uma série de atores políticos e económicos. Primeiro, é importante explorar o discurso de valores supranacionais consagrados dentro da filosofia da passagem da tocha.

Os Jogos Olímpicos modernos estão cheios de atos ritualísticos e simbólicos, considerados importantes pelo seu fundador Pierre De Coubertin, para estabelecer o significado político e cultural deste evento multi-desportivo e na diferenciação dos Jogos Olímpicos de outros eventos desportivos (Toohey & Veal; Roche, 2000; Miah & Garcia, 2012). Os rituais, os símbolos, e os atos cerimoniais mais conhecidos são aqueles incluídos na abertura e no encerramento das cerimónias, incluindo o desfile dos atletas, o Comité Olímpico Internacional (COI), o discurso dos presidentes, a *performance* do hino olímpico, o hastear da bandeira olímpica, a última parte da passagem da tocha e o acendimento da pira olímpica. Apesar de cada elemento ser agora estabelecido como parte dos protocolos transmitidos para cada cidade-anfitriã

para preservar o significado espiritual das Olimpíadas, estas formas modernas de cerimónia têm uma relação incerta com as tradições dos antigos Jogos.

Por outro lado (Foley, McGillivray & McPherson, 2011), tem sido argumentado que muitos dos símbolos olímpicos são totalmente modernos, representando as tradições inventadas (Hobsbawm, 1983) do final do século XIX - um período crucial para o desenvolvimento do desporto moderno atual. Os próprios Jogos Olímpicos modernos foram um produto da modernidade (Roche, 2000) na sua associação com o progresso, a descoberta científica, a cidadania cultural e a necessidade de uma alternativa secular para captar a atenção das populações. Enquanto o acendimento da chama olímpica pode ser rastreado até à década de 1920, o primeiro exemplo documentado de transporte da chama à volta de um país anfitrião como parte da passagem da tocha foi nos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936 (Eitzen, 2000). A própria ficha de informação do COI sobre a passagem da tocha Olímpica confirma que "a história moderna da chama Olímpica começou com uma proposta de Carl Diem, Secretário-geral do Comité Organizador dos Jogos da XI Olimpíada... Diem sugeriu que para os Jogos do Verão de 1936 fosse acesa uma Chama em Olímpia e transportada para Berlim, o que se tornou na primeira passagem da tocha Olímpica" (COI, 2011). Assim, apesar da passagem da tocha olímpica ser uma tradição relativamente recente, é agora reconhecida como uma das plataformas simbólicas (e comerciais) mais visíveis associadas aos Jogos.

Em conformidade com muitos outros bens olímpicos, a passagem da tocha é regulada pela Carta Olímpica e é acompanhada por uma série de protocolos que detalham o que cada Comité Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO) deve proporcionar. No entanto, as formas criativas que os anfitriões procuraram para interpretar esses valores para alavancar as ambições locais, nacionais e internacionais, tornam este evento Olímpico bastante único. Existem ligeiramente menos elementos prescritos de protocolo na passagem da tocha, ou, pelo menos, os limites parecem ser mais fluentes e maleáveis quando comparados com outros eventos Olímpicos (por exemplo, o acendimento da chama). O escopo criativo oferecido aos anfitriões, depois da tocha ter sido transportada de Olímpia a Atenas (isto é muito bem controlado), levou a algumas passagens da tocha memoráveis no período pós-guerra. Em 1948, a passagem da tocha para os XIV Jogos Olímpicos foi batizada como a passagem da paz, marcando o fim da guerra e comemorando a trégua sagrada observada na Grécia Antiga (COI, 2011). A passagem coreana de 1988 comemorou a harmonia e o progresso da nação dividida e mostrou as tradições da Coreia. Os valores da paz, da amizade e da unidade estão no centro da passagem da tocha olímpica, reforçados pela declaração do COI de que "os

atletas que transportam a chama olímpica transmitem uma mensagem de paz nas suas jornadas" (COI, p.1).

Apesar da retórica quase espiritual e do compromisso com valores universais, a passagem da tocha olímpica não ocorreu sem as suas controvérsias políticas, em parte por causa do seu extenso alcance nacional e internacional e pela sua atratividade para a *narrativização* dos média. Tal como acontece com a maioria dos elementos das Olimpíadas, o anfitrião quer sempre associá-los a valores positivos sociais, políticos, culturais e (cada vez mais importantes) ambientais. Contudo, nos 75 anos de história da passagem da tocha, houve uma série de embaraços de alto perfil sociopolítico para a Família Olímpica e para as nações anfitriãs. Desde o início, a passagem foi acompanhada por uma controvérsia por causa da sua associação original com a Olimpíada de Berlim de 1936 e do regime Nazista de Hitler. Recentemente, a passagem da tocha Olímpica para os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008 gerou uma atenção significativa (negativa) dos média devido às preocupações internacionais sobre os direitos humanos, aos abusos ambientais na China e dúvidas no que diz respeito à adequação da China para ser anfitriã do evento de mais alto nível do mundo. Embora os organizadores chineses ansiassem promover a visão das Olimpíadas do seu povo, os protestos de direitos humanos que acompanharam a passagem da tocha enquanto passava pelas cidades ao redor do mundo fez escárnio dessas reivindicações. O intenso escrutínio que esta abundância dos média criou para o COI e BOCOG contribuiu para a passagem da tocha Olímpica de Londres em 2012, eliminando a passagem internacional dando lugar a um evento exclusivamente nacional.

Apesar da conversão da passagem da tocha num local de manifestações de resistência, protesto e dissidência, muitas vezes relacionados com preocupações globais anticapitalistas e preocupações ambientais nos últimos anos, também desempenhou um papel importante, historicamente, na superação da negatividade antes do início dos Jogos, juntando a nação numa celebração única. Em Sydney 2000, Haynes (2001) argumentou que apenas com o início da passagem da tocha é que as dúvidas das populações anfitriãs sobre os bilhetes para os ricos, os escândalos de subornos internacionais e nacionais, a superação dos limites orçamentais, a segurança e o transporte acabaram. Ela sugere que a passagem da tocha desempenhou um papel crucial para os australianos, incentivando-os a seguir os Jogos ao longo da sua jornada de 100 dias à volta do país. Levar as Olimpíadas para fora da cidade anfitriã nas partes do país geograficamente (e psicologicamente) longínquos do epicentro em Sydney, uniu a nação e dissipou muitas preocupações anteriores sobre a concentração de benefícios para poucos em vez de muitos.

Em 2012, o próprio Comitê Organizador de Londres (LOCOG) reconheceu a importância da passagem da tocha Olímpica na reunião das pessoas que celebram o espírito dos Jogos, afirmando que "pode ser considerada a segunda ferramenta de comunicação mais importante depois dos próprios Jogos" (LOCOG, 2011, p.3). O termo comunicação é usado como referência à passagem da tocha Olímpica, proporcionando um ponto de vista interno para o segundo discurso principal evidente – a do mercado e a presença inevitável do *brandscaping*.

2. A Paz, a Unidade e a Amizade encontram a Ativação de Marcas

Embora o discurso de paz, de unidade e de amizade tenha um grande valor simbólico para o COI, os seus parceiros da cidade anfitriã e os média internacionais, existe também um outro discurso importante que modela a política e a prática da passagem da tocha olímpica. Baseando-se na língua de comércio, como a maioria dos elementos olímpicos, o motivo do lucro nunca esteve longe da vista nas últimas passagens da tocha olímpica. É importante ter em conta o conceito de *brandscaping* de Klingmann (2007) para demonstrar como a passagem da tocha Olímpica facilita a entrada da linguagem comercial e de atividades em áreas da vida pública previamente livre de mercantilização. Como o autor sugere, os atos de *brandscaping* para congelar o espaço, para capturar e domesticar a multiplicidade, para torná-la estática, organizada, previsível... através de estratégias afetivas, através da produção, gestão e consolidação de "experiências atmosféricamente enriquecidas" (Klingmann, 2007, p.6). Pavoni (2010, p.9) desenvolve essa definição para incluir a "engenharia institucional de espaços visíveis, materiais e imateriais". Em ambas as perspetivas, a gestão ou engenharia de um cenário é o que define o *brandscaping*, especialmente quando envolve atores institucionais. Para este artigo, consideramos os corpos (ou representantes) sancionais do evento Olímpico, governos anfitriões, parceiros e patrocinadores corporativos (nacionais e locais) como atores institucionais que atuam para congelar espaços previamente livres (ou quase livres) de experiências produzidas. Também afirmamos que a engenharia institucional que falamos se refere à introdução e extensão dos objetivos corporativos e ambições como parte de um enquadramento neoliberal mais generalizado de alternativas orientadas para o mercado. Há uma crescente literatura referente à comercialização dos Jogos Olímpicos e do papel dos megaeventos desportivos, geralmente na abertura de novas oportunidades de exploração de direitos comerciais para as empresas. Como afirma Cornellisen (2011, p.3223), "uma característica de todos os megaeventos atuais de desporto – explica-se na maior parte em termos do aumento da estruturação corporativa desses eventos e o imperativo de produzir lucro". As estratégias e as táticas de Brandscaping apoiam

certamente uma maior estruturação corporativa e uma gestão atmosférica uma vez que atualmente as experiências são frequentemente agrupadas em “recintos espaço-temporais” (Pavoni, 2010, p.10). As cidades criam zonas de entretenimento, permanentes e temporárias, e contêm audiências em locais onde possam ser encorajados a participar em práticas de consumo experienciais.

Começando a partir dos Jogos Olímpicos de 1984 em Los Angeles, o COI tem compreendido e explorado o facto de que as economias do mundo têm avançado e os consumidores tornaram-se mais exigentes e sofisticados. O consumismo converteu-se em ofertas que originam desejo de experiências memoráveis e fantasia (Pine & Gilmore, 1999; Jensen, 1999). Os megaeventos desportivos são reconhecidos como um dos espetáculos modernos dos média mais potentes nas quais as funções de consumo experienciais como uma plataforma promocional de marcas e do avanço mais generalizado do discurso do consumismo. De facto, o crescimento das Olimpíadas modernas é simbioticamente ligada ao consumismo. O entusiasmo e a emoção do esforço atlético é facilmente mediada para entreter um público global. O alcance das Olimpíadas também estendeu-se para além dos locais tradicionais e da televisão. Desde 2000, os Jogos Olímpicos encorajaram de forma ativa a expansão das suas atividades para o espaço cívico via *Live Sites* e outras formas de exibição (Frew & McGillivray, 2008). Curiosamente, estes são apresentados como adições gratuitas, abertas para a oferta Olímpica, pretendendo sublinhar o vasto manifesto dos Jogos. A passagem da tocha Olímpica é um espetáculo móvel que pode, da mesma forma, ser associado com uma extensão de Marca Olímpica para lugares e espaços (edifício, pontos de referências e paisagens) anteriormente fora do alcance dos tentáculos do *brandscaping*.

As cidades e nações anfitriãs das Olimpíadas têm pouca escolha e têm de aceitar todas as condições das marcas, interesses de comercialização e as exigências de segurança, mesmo antes de lhes ter sido atribuído o evento (Eick, 2010). O COI, através dos seus contratos nas cidades anfitriãs e da expansão dos requisitos técnicos (muitos envolvem os direitos dos parceiros corporativos) que os obriga a regular "o espaço urbano como um mercado e mercadoria" (Eick, 2010, p.293) e isso estende-se à exigência do estado local para controlar o tráfego, reduzir as práticas de comércio normais e facilitar os meios de consumo (muitas vezes) das marcas globais e o acesso das mesmas aos seus mercados-alvo. Continuando com o tema da coreografia e da gestão, outros sugeriram que os megaeventos desportivos (dos quais faz parte a passagem da tocha Olímpica) também necessitam de segurança adequada para garantir ao estado (que trata dos custos) que proporcionam os retornos esperados para os corpos de sanções. Enquanto é difícil argumentar contra a segurança, em tempos de aumento (aparente) de ameaças

terroristas em todo o mundo, é mais problemático quando usada para justificar a securitização desnecessária do espaço ou para reduzir as liberdades cívicas, normalmente disponíveis para os cidadãos dos países democráticos liberais. Como sugere Cornelissen (2011, p.3225), "etiquetar os megaeventos como riscos de segurança fornece a legitimação discursiva para os governos e entidades extranacionais ou supranacionais para atribuir certos direitos extraordinários para garantir a segurança das pessoas". Eick (2010, p.285) concorda, argumentando que no caso da FIFA (mas também relevante para o COI), uma organização sem fins lucrativos orientada para o negócio, se "assume os direitos de controlo do espaço público dos respetivos governos locais durante o evento". Ao longo da passagem da tocha olímpica, são postas em prática disposições especiais para proteger a chama olímpica assim como garantir (pelo Estado e segurança privada) os direitos dos parceiros corporativos e dos patrocinadores ao assegurar a máxima cobertura e exposição irrestrita.

A passagem da tocha Olímpica, como motor para ativação de marca, parece ser mais do que simplesmente um elemento simbólico importante do Olimpismo. O resto do artigo centra a sua atenção num caso ilustrativo, a passagem da tocha Olímpica de Londres 2012, para investigar a legitimidade das reivindicações *brandscaping* postuladas na discussão de abertura.

3. Metodologia

A noção Foucaultiana do discurso (Foucault, 1979) fornece um meio para ler criticamente as vozes competitivas, múltiplas e ricas. O discurso centra-se sobre a descoberta de tais eventos ou relações que revelam os polos duplos de conhecimento, ou o que pode ser dito e visto, e por isso são feitas reivindicações de verdade, sobre qualquer processo sociocultural (Danaher, Schirato & Webb, 2000). Para Foucault, o discurso é como funciona o poder moderno ou as "redes de poder" (McGuigan, 1999, p.41). Através de mecanismos para articular repetidamente o que pode ser dito e visto sobre um determinado processo sociocultural, como o nexo média-corporativo da passagem da tocha Olímpica, são feitas reivindicações de verdade e reforçadas num ciclo de condicionamento mútuo que produz a dominação do discurso (Kendall & Wickham, 1999).

Em resposta às críticas de que resolveram as posições teóricas que tendem "formalizar as propriedades dos eventos e roubá-los de conteúdo específico" (Horne & Whannel, 2010), é importante investigar a verdadeira realidade da passagem da tocha olímpica. O estudo empírico que informa este artigo foi desenvolvido para aceder a passagem da tocha olímpica a partir da perspetiva tanto do produtor como do consumidor. Por outro

lado, McGillivray (2013) explica as artes participativas e a iniciativa dos média *#citizenrelay* (www.citizenrelay.net), que fornece o foco empírico deste artigo. Esta iniciativa usou as ferramentas dos média cidadãos (áudio, vídeo, *sites* de compartilhamento de fotos e média sociais), como meio de abertura de canais de debate e discussão oferecendo um espaço para a crítica em torno dos principais eventos desportivos e culturais. A iniciativa *#citizenrelay* foi focada na ação (Razão & Bradbury 2001, p.1), reunindo a teoria e a prática com um carácter participativo colaborativo que possibilitaram aos seus participantes a opção de se tornarem cocriadores de pesquisa. O *#citizenrelay* também envolveu uma equipa interdisciplinar de investigadores-praticantes, incluindo académicos, ativistas comunitários, artistas, especialistas em média da comunidades e, sobretudo, o público em geral. Praticantes dos média amadores (ou não-especialistas) – também conhecido como jornalistas cidadãos – participaram no treino com a equipa do projeto para aprender técnicas para contar histórias digitalmente e de terem estes agregados num ambiente *on-line* com outras pessoas da Escócia para produzir uma representação rica, diversa, irónica, provocativa e divertida do evento da passagem da tocha Olímpica ao longo de sete dias, no verão de 2012. No total, foram recrutados e treinados 60 “jornalistas” para apoiar a produção do conteúdo, antes e durante a visita da passagem da tocha olímpica na Escócia. Estes jornalistas foram recrutados pelos líderes regionais para garantir uma cobertura geográfica ampla. O treino focou-se na captação e circulação de conteúdo áudio e vídeo, assim como, em poderosos processos de amplificação de rede, através de canais de média sociais, que incluíram o Twitter, a Facebook, o Instagram, o Flickr e um projecto de blogue especialmente concebido. Como destacado pelo McGillivray (2013, p.9):

Durante oito dias, em junho de 2012, foram registadas 20.000 visualizações na página Web da *#citizenrelay* (www.citizenrelay.net), registando um total de mais de 25.000 desde janeiro de 2012...e mais de 110 vídeos no YouTube, 215 *podcast* curtos no audioboo, 1.009 imagens no Flickr e mais de 300 imagens filtrados no Instagram.

O projeto *#citizenrelay* foi desenvolvido para promover uma maior participação pública no cenário dos média. Os média sociais em rede “reduzem os custos da formação de oradores, ou seja, podem haver mais oradores facilitando a ideia da possibilidade de se tornar num” (Baym & boyd, 2012, p.326). Embora reconhecendo a existência de uma distribuição desigual de poder existente nos média e, especialmente, com o local de interação dos universitários com um público não-académico, durante o *#citizenrelay* houve uma tentativa deliberada de permitir o livre desenvolvimento da narrativa sem imposições rigorosas da direção editorial.

Visto que outras publicações se focaram no processo de produção dos média cidadãos e a sua influência na mudança da narrativa dos média tradicional (ver McGillivray, 2013), os próximos resultados e discussões referem-se principalmente aos dados observacionais recolhidos como resultado da iniciativa *#citizenrelay*. Estas observações focaram-se na produção do evento da passagem da tocha, na extensão da estruturação corporativa evidente e nas expressões criativas das comunidades de resistência. Também se inspira no áudio, no vídeo e nos dados dos média sociais produzidos para ilustrar e apoiar os dados observacionais. Os entrevistados são identificados pelos seus primeiros nomes e pelo nome do lugar da produção (por exemplo, Stuart, *#citizenrelay*, Glasgow) dos seus conteúdos. Em resumo, uma lente Foucaultiana abre a dinâmica do discurso, possibilitando a visualização através das ricas costuras dos dados digitais capturadas pelo *#citizensrelay*.

4. Discussão

4.1 A Ativação das Vantagens Olímpicas

Do ponto de vista dos organizadores dos Jogos Olímpicos de Londres de 2012, a passagem da tocha foi sem dúvida um sucesso, medido nos termos dos números dos espectadores abanadores de bandeiras e das coberturas dos média positivos para este evento prévio aos Jogos. Os dados oficiais estimam que 14,9 milhões de pessoas viram a jornada da chama a volta do Reino Unido e houve poucos casos de protesto ou dissidência, pelo menos não ao nível da passagem da tocha internacional nos Jogos Olímpicos de Pequim de 2008. Os dados produzidos através de entrevistas de áudio e vídeo e da etnografia visual durante o *#citizenrelay* também demonstra um quadro com a verdadeira emoção do público à volta da passagem da tocha na Escócia, no entanto, os residentes distantes desse país sentiam que se tratava de um evento organizado principalmente em Londres, no Sudeste da Inglaterra. Juntaram-se grandes multidões à volta do país, enquanto a passagem da tocha percorreu as aldeias, as vilas e as cidades da Escócia durante uma semana no verão de 2012. A mobilidade da passagem da tocha atribuiu-lhe uma sensação de "comunidade" que engendrou uma constante "delícia" e uma "gratidão" por esta "grande oportunidade... de se sentir parte dos Jogos Olímpicos" (Scott, *#citizenrelay*, Glasgow). Vários entrevistados falaram sobre a "oportunidade única na vida" possibilitada pela chegada da passagem da tocha à sua comunidade e a importância de serem incluídos na rota para o evento:

Nunca a vamos voltar a ver, é uma oportunidade única na vida, uma vez que não voltará ao Reino Unido durante as nossas vidas, então temos que a ver enquanto podemos (James and Sharon, *#citizenrelay* Ayr).

Ver a tocha é uma oportunidade única na vida, uma vez que não vai voltar novamente a esta área, ou para a Grã-Bretanha por um muito longo tempo (Gayle, #citizenrelay, Largs).

É bom sermos incluídos nestas coisas. Ayrshire tende a ser ignorada, uma vez que tudo vai diretamente para Glasgow. Então é inclusiva. Acho que é o tipo de coisa a que podemos voltar a olhar dentro de poucos anos e dizer aos nossos filhos e netos: “eu estive lá” (Liz, # citizenrelay, Kilmarnock).

A aura da chama olímpica a chegar às pequenas comunidades gerou respostas emocionais de alguns espectadores. Euna (#*citizenrelay*, Luss) sugere que “foi ótimo... poderias ficar muito próximo dela. Foi muito emocionante vê-la”. No entanto, apesar da ênfase nas narrativas dos média estabelecidos na inclusão, na benevolência (de trazer-vos os Jogos Olímpicos) e na unidade nacional alegre, o projeto #*citizenrelay* demonstrou que a passagem da tocha também foi inseparável do discurso global de consumismo e *brandscaping*. O espetáculo da passagem da tocha viajou da cidade para a comunidade, articulando repetidamente um discurso de autossustentação, cuidadosamente tecido e orquestrado (Klingmann, 2007). Embora a estruturação e o funcionamento de cada passagem da tocha tenha seguido um formato prescritivo (LOGOG, 2011) e um método racionalizado correspondente a qualquer evento bem elaborado (Bladen, Kennell, Abson & Wilde, 2012), as estratégias das marcas foram subtis. O projeto #*citizenrelay* chamou a atenção para a forma como os “Apresentadores Parceiros” (p. ex. Coca Cola, Lloyds TSB, Samsung) continuaram a oferecer promoções, mercadoria e lembranças para um público disposto para um carnaval. Os presentes das marcas foram personalizados como sob forma de “lembranças em vez de descartáveis” (LOCOG, 2011). Enquanto as narrativas locais estavam bombardeadas com elogios, gratidão e gozo por esta “experiência única na vida” para muitos, a passagem da tocha representou um comércio bem elaborado e uma ilustração do poder do nexo dos média corporativos:

Tenho algumas reservas sobre a forma como a passagem da tocha foi guiada em termos de comercialização do evento...Sendo assim, o que entendo é que na verdade se trata de uma viagem comercial para os patrocinadores (Ollie, #*citizenrelay*, Glasgow).

Acho tudo um pouco estranho... Aprecio o significado simbólico desta, mas é tudo um pouco como o Big Brother. Entendo o significado cultural. Acho que os símbolos são coisas poderosas e alguém utilizou 9,5 mil milhões para criá-lo (Stuart, #*citizenrelay*, Ayr).

Acredito que tudo pareceu-se um bocado como um circo e agora entendo que não é uma passagem o que está a ser transportado à volta e que apenas se parecia a uma coisa horrivelmente encenada. (Jim, *#citizenrelay*, Tomintoul).

Um dos sentimentos mais fortes que os participantes do *#citizenrelay* experienciaram, ao viajarem ao longo do comprimento e a largura da Escócia após a passagem da tocha foi o da grande atmosfera produzida (em demasia) pelo evento. Apesar de viajarem centenas de quilómetros do Sudoeste para o Noroeste e além, através de diversos terrenos em áreas urbanas e rurais, a passagem pelo "evento" foi invariavelmente contida, dirigida e mediada de forma relativamente consistente. Seguiu o mesmo formato, a rota estava equipada com as mesmas (corporativamente fornecidas) decorações (chamadas "*bunting*") e, apesar de "únicas" em termos de capacidade de extrair histórias locais, na verdade, refletia uma similaridade generalizada. Este sentimento foi expresso de forma eficaz por dois entrevistados:

Em alguns aspetos, é fantástico ver tantas pessoas reunidas para um evento público – que é uma coisa verdadeira da comunidade. Mas por outro lado há crianças com bandeiras que têm escrito nelas Samsung – o que tem a Samsung a ver com as Olimpíadas? Tens de ficar um pouco desanimado devido a esta coisa corporativa. Toda a procissão é dirigida por um enorme autocarro da Coca-Cola e crianças em cima dele atraindo a multidão – basicamente criando apoio para a Coca-Cola, na minha opinião. É difícil concentrar no ideal Olímpico quando se assiste a isso (Bill, *#citizenrelay*, Ayr).

Vi um monte de anúncios da Coca-Cola, até mesmo os cabeços têm essas coisas triangulares Coca-Cola em cima deles (Jo, *#citizenrelay*, Aberdeen).

Apesar da integração de uma série de celebrações culturais no evento da passagem da tocha, como parte da Olimpíada Cultural de Londres 2012 (a agência cultural nacional da Escócia apoiou uma iniciativa de Verão da Canção), estas eram muitas vezes periféricas ao foco evidentemente corporativo do comboio da passagem da tocha olímpica. Os cantores e as atuações locais foram abafados pelo entretenimento cultural da *pop* fornecidos pelos Parceiros Apresentadores.

Com certeza, os Parceiros Apresentadores pagaram generosamente pelos direitos de terem garantidos os acessos irrestritos aos imóveis, locais privilegiados e espaços (edifícios, *online*, espaços) a partir dos quais podem derivar os valores excedentes dos seus investimentos olímpicos. Na linguagem oficial, foi dada uma posição privilegiada "ao transporte de ativação" (p. ex. a ativação de marca), relegando a simbolicamente importante "escolta da chama". Distribuir mercadorias no caminho da escolta de

ativação funcionou como um cortejo ruidoso e colorido de promoção de produtos, uma encapsulação vivida dos Jogos Olímpicos Corporativos durante este “evento de comunidade” habitualmente citado.

Os organizadores replicaram que as Olimpíadas não estariam no Reino Unido sem o investimento feito pelos patrocinadores corporativos e outros meios de capitais privados, mas a passagem da tocha é promovida com base nos valores supranacionais e pretende preservar os mais importantes princípios do Olimpismo – contudo, o sentimento primordial ao observar o evento foi o dos patrocinadores a segurarem o acesso privilegiado ao mundo público (e espaços públicos) para vender os seus itens enquanto se explora a moeda emocional associada aos valores universais da paz, da unidade e da amizade.

Resumindo, é importante reafirmar que a passagem da tocha Olímpica tem claramente uma ambição supranatural, um entendimento extenso dos valores Olímpicos além dos limites da nação anfitriã, mas também oferecendo oportunidades para possibilitar que as práticas culturais nacionais e locais tivessem lugar e fossem apresentadas para uma audiência nacional. Contudo, a dinâmica da produção da passagem da tocha olímpica como evento e a sua gestão aumentada assim como a sua forma corporalmente controlada atrai a atenção para a distribuição desigual do poder entre os interesses corporativos e cívicos. Tal é evidente na prática, na requisição do estado local para proteger e segurar as vantagens Olímpicas, tema que será o foco da próxima secção.

4.2 Segurando e Protegendo as Vantagens Olímpicas

Em discussões prévias, Cornelissen (2011) e Eick (2010) chamaram a atenção para a sociedade e ariscaram discussões que agora se infiltram em megaeventos desportivos. Ambos argumentam que ao forjarem estes eventos como riscos de segurança governamental (local e nacional) são oferecidos “direitos extraordinários” às entidades extranacionais (Cornelissen, 2011, p. 3225) para proteger os interesses corporativos. O projeto *#citizenrelay* chamou a atenção para o policiamento extensivo como parte da passagem da tocha olímpica, legitimado em termos de risco e segurança pública, mas também claros em proteger os interesses dos parceiros corporativos. Por exemplo, forjado através de discursos de risco e segurança, LOCOG forneceu a cada autoridade local do Reino Unido, com orientações claras sobre técnicas que ajudam para evitar o aparente “flagelo” de emboscadas e marketing de guerrilha, afirmando que “não poderíamos ter feito isso sem eles” (LOCOG, 2011, p.6). Isto levou a um formato adotado pelo Reino Unido enquanto os intitulados Parceiros de Apresentação seguraram o espaço exclusivo da escolta da passagem da tocha (protegida pelas

autoridades policiais e outros) para promover os seus interesses comerciais enquanto a passagem atravessava o país.

A preservação dos direitos comerciais foram salvaguardados contratualmente para cada autoridade quando o Reino Unido assegurou os direitos de receber as Olimpíadas de Londres em 2012. As autoridades locais inscreveram-se num acordo de celebração local (LOCOG, 2011), comprometendo-se com o fornecimento da “coordenação geral do evento, que iram incluir o aprovisionamento de hospedeiros e os acordos de implementação da segurança” (p.9). Como foi enfatizado por LOGOC:

Uma parte importante da parceria da Passagem é a de respeitar os seus (Parceiros Representativos) direitos comerciais e marcas. É a nossa responsabilidade de salvaguardar os seus investimentos de entregar a Passagem e de protegê-los contra as emboscadas de marketing (LOGOC, 2011, p.6).

Ao participarem no projeto *#citizenrelay*, a extensão da segurança evidente durante a passagem da tocha através de grandes e pequenas comunidades foi significativa e o grau de policiamento visível foi notado por um entrevistado numa pequena aldeia rural:

Obviamente gastou-se muito dinheiro nisto, com o policiamento e o resto. Normalmente não se vê tanta polícia aqui – terias tido sorte se vias um (Jim, *#citizenrelay*, Tomintoul).

Na mesma aldeia, a equipa *#citizenrelay* observaram pessoas a aperceberem-se de que os seus direitos de protestar (ao abanarem as bandeiras Escocesas de Saltire) tinham sido movidos pelas forças policiais temerosas de referências negativas nos média de um evento que representa a paz, a harmonia e a amizade. Durante a passagem da tocha de Londres de 2012, a proteção dos parceiros corporativos, patrocinadores e direitos comerciais do COI também foram salvaguardados por leis e outras medidas temporárias para regularizar as atividades comerciais como por exemplo vendas, entretenimento e o fluxo do tráfego. As celebrações da passagem da tocha, promovidas para os atores locais e os seus círculos internos uma vez que as oportunidades para o envolvimento local e comunitário nos megaeventos desportivos que se assemelhavam a uma zona de segurança e policiamento controlado desenvolvida para produzir uma experiência de vista coletiva e abrir caminhos para a proteção dos direitos dos vendedores aprovados para extrair do evento os máximos lucros para as suas associações. Um bom exemplo de como funcionam na prática foram as Celebrações da Noite diárias realizadas para exibir a chegada da chama nas suas destinações noturnas. Cada autoridade local no Reino Unido foi controlada pela LOCOG para assegurar que o seu apoio para a passagem da tocha era garantido e que seguia os requerimentos

técnicos prescritivos e a grandes custos para o estado local, que era suposto absorver os custos relacionados com a gestão do evento. Como sugerido pelo Gerry (*#citizenrelay*, Inverness):

Eles (LOCOG) deram-nos a oportunidade de comprá-las (as decorações das cidades). Os lugares que decoraram as cidades gastaram uma fortuna. Os preços das coisas foram exorbitantes... não podíamos pagá-los e é um processo muito caro para ser executado pelos concelhos... é muito desapontante quanto teve que ser assumido pelos concelhos. Do meu ponto de vista teria gostado que LOCOG pagasse os custos da passagem, para que o dinheiro ficasse na nossa comunidade.

A informação produzida pela Associação de Imprensa sob a Ata de Informação de Liberdade (London Evening Standard, 2013) concluiu que uma dúzia de autoridades gastou 100.000£ em excesso nas celebrações da passagem da tocha Olímpica, incluindo o encerramento de estradas, a triagem e a preservação, o estabelecimento de barreiras de segurança e a gestão das multidões.

Para além de que os custos foram suportados pelas autoridades locais do Reino Unido para a gestão da passagem da tocha Olímpica, o projeto *#citizenrelay* também divulgou provas de atividades de que denominamos como “polícia de marcas” durante o evento. Por exemplo, LOCOG teve sucesso em fechar a conta de Twitter de *Space Hijackers*, um grupo de protestantes que parodiam os imperativos comerciais de LOCOG. Mesmo na pequena aldeia de Tomintoul no Norte-Leste da Escócia, os aldeões foram avisados pelas autoridades locais que ao usarem logótipos de patrocinadores não oficiais durante a passagem da tocha poderia levar a sanções, incluindo o uso de camisolas brancas para esconder a peça de vestuário ofensiva. Patricia (*#citizenrelay*, Tomintoul) desenvolveu esta ênfase comercial e questiona implicitamente a relação da gestão entre LOGOC e as autoridades locais:

Se anuncias algo que não tem a ver com os patrocinadores oficiais, é-te pedido, pelas autoridades locais, para vestir uma camisola branca para o cobrir! Acredito que é bom pois passa pela nossa comunidade, mas não acredito que deveríamos ser regulados tanto dessa forma. Claro se queres anunciar, se é algo local, então porque não. Se é para a caridade então porque não?

A proteção e o mantimento das vantagens Olímpicas também estendem-se além dos direitos dos Parceiros Apresentadores de incluir outros símbolos Olímpicos. Talvez o elemento mais valioso dos bens Olímpicos são os cinco anéis reconhecidos internacionalmente. Em preparação da vinda das Olimpíadas para o Reino Unido, a instalação de um número de cinco anéis foram erigidos nas cidades do mesmo. Na capital da Escócia, Edimburgo, os cinco anéis foram “guardados” (Batansova,

#citizenrelay, Edimburgo) para garantir que ficassem em estado perfeito para a transmissão fácil para uma audiência internacional. Além disso, o Evento da Celebração da Passagem da Tocha de Edimburgo teve como anfitriã esplanada emblemática do Castelo da cidade, enfatizando mais a extensão do *brandscaping* pelas quais as paisagens naturais ou construídas foram organizadas e disponibilizadas e equipadas com a parafernália corporativa.

Resumindo, tendo em conta a pureza simbólica, a paz, o coletivismo e a continuidade da vida representadas nos “valores positivos” da chama olímpica (Centro de Estudos Olímpicos, 2007), a proteção e o desenvolvimento da exclusividade e individualismo do interesse de marcas e consumismo é irónico.

4.3 Fazer Frente aos Rituais através do Discurso Digital

Durante o período em que a passagem da tocha esteve no Reino Unido houve pouca evidência de resistência expressa, violência ou antagonismo óbvio enquanto a chama passou de Transportador da chama para Transportador da chama e de comunidade para comunidade. Dada a discussão anterior sobre a segurança e proteção das vantagens Olímpicas, as cenas pacíficas eram esperadas, já que a LOCOG e a sua autoridade local associada geriram cuidadosamente o evento da passagem da tocha. A narrativa dominante dos média oficiais foi que a nação estava a unir-se cada dia a medida que a passagem da tocha avançava e que esse era o evento mais inclusivo que o país tinha visto em muito tempo. O nome do jogo era unidade e dizia-se que a tocha estava a cumprir o seu propósito de incentivar a paz, a unidade e a amizade.

No entanto, de acordo com Foucault, um discurso nunca está completo. Em vez de subsumir e sufocar discursos concorrentes, outros são produzidos, construindo a sua própria resistência. O discurso Foucaultiano permite-nos analisar as componentes, ou relações discursivas, entre a passagem da tocha Olímpica oficialmente sancionada, as suas verdadeiras reivindicações, o conhecimento e o poder para produzir e impor uma leitura particular, a qual pode ser retida contra a sua receção, a leitura e a resistência a nível local. O projeto *#citizenrelay* descobriu numerosos exemplos que desafiam o espetáculo oficialmente sancionado à volta da passagem da tocha Olímpica e nesta discussão final usaremos alguns exemplos para ilustrar a incompletude inerente dos discursos corporativos dominantes.

Os cidadãos na Escócia, uma das quatro nações do Reino Unido, sentiram níveis significantes de indiferença e afastamento dos principais eventos Olímpicos que tiveram lugar em Londres e no Sudeste da Inglaterra. O *#citizenrelay* foi um projeto baseado no desafeto e na necessidade de representação e o desejo de um espaço onde

narrativas alternativas eram bem-vindas contra os discursos dominantes propagados pelos nexos dos média corporativos. Como parte do projeto, desde Aberdeen até Ayrshire e desde Girvan até Giffnock, a população local criou as suas próprias histórias digitais sobre um evento oferecido para e entregue no seu nome. A passagem da tocha Olímpica, independentemente da sua retórica inclusiva e participativa de “um acontecimento único na vida”, ironicamente, desencadeou a reflexão local sobre os Jogos, acentuando a sua distância das preocupações da sua realidade quotidiana.

O tema da identidade nacional contestada forneceu um subtexto fascinante para a passagem da tocha Olímpica. Promovendo as Olimpíadas como se fossem do Reino Unido, a LOCOG forneceu bandeiras da Union Jack aos parceiros para que as abanassem quando o cortejo da tocha passasse por ali. Menos de um mês depois das únicas celebrações do Jubileu de Diamante da Rainha de Inglaterra em inícios de junho de 2012, a *#citizenrelay* chamou a atenção para a promoção das mensagens sancionadas com a colocação de “Union Jacks” que foram vistas a substituir ou “rejeitar a Bandeira Escocesa” (Claire, *#citizenrelay*, Glasgow). Este tema não foi único para a passagem da tocha Olímpica já que também houve um protesto porque a bandeira de Saltire foi banida do Estádio Nacional de Futebol da Escócia, Hampden Park, durante as Olimpíadas. Mais uma vez esta tentativa de diluir a identidade escocesa não foi a primeira vez que os organizadores Olímpicos se pronunciaram contra importantes assuntos simbólicos. Quando começou a passagem da tocha Olímpica em Cornualha, no Sul-Leste da Inglaterra, as expressões da identidade nacional cónica foram restringidas, mais publicamente quando tiraram a bandeira cónica de um Transportador da tocha em plena vista dos média. Este incidente ilustrou como a desunião, divisão e narrativas alternativas tinham que ser sufocadas a favor de um discurso dominante de paz, harmonia e amizade. Claro que isto vai contra o *ethos* dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, os quais foram vendidos às nações e regiões do Reino Unido num mantra promocional utilitário “os nossos Jogos, os teus Jogos”.

No entanto, enquanto os dois exemplos anteriores evidenciam um sentimento da intensidade da cultura nacional, outros viam a passagem da tocha Olímpica e a comitiva dos média como uma oportunidade para avançar nas suas próprias causas políticas:

Esta é uma oportunidade para elevar a bandeira da libertação de Síria e porque a Tocha é liberdade e esperança queremos dizer que a Síria tem que ter esperanças em viver um melhor futuro... a decisão mais importante foi tomada ontem quando o Comité Olímpico proibiu um General Sírio de entrar no Reino Unido (Atanasova, *#citizenrelay*, Edinburgh)

Não obstante, apesar de ter sido aberto um caminho para aumentar a consciencialização sobre crises internacionais, a passagem da tocha também levantou ressentimentos, num tempo de austeridade económica, da luta diária de vidas locais. Como as Olimpíadas em si, a passagem da tocha foi vista como um evento ostentoso “um coro... eles tão a gastar 10.000£ naquilo – Pensei que o poderiam ter gastado em outra coisa. A comitiva é de 3 milhas de longitude” (Patricia, *#citizenrelay*, Tormintoul). Outra vez, Chris (*#citizenrelay*, Ayr) sublinhou como o uso de dinheiros públicos desviados de assuntos locais mais profundos, “Penso que hoje há assuntos maiores na Escócia do que este circo sobre um evento desportivo. É só uma distração de problemas maiores que há no país”.

O modo de operação do projeto *#citizenrelay*, em rede através do uso dos média sociais e da adição de conteúdos num ambiente *online*, permitiu que as dinâmicas do discurso fossem abertas. Deu uma oportunidade às pessoas de toda Escócia de expressarem os seus sentimentos sobre as Olimpíadas sem que fossem ajustados pelo interesse de um conglomerado de médias contratualmente atado (como parceiros oficiais mediáticos) a LOCOG. Uma das expressões mais poderosas do poder dos média gerado pelo utilizador conectado para afetar a mudança e fazer luz sobre o mau uso do poder foi a página Web Help Me Investigate (<http://helpmeinstitute.com/olympics/>, acessido em 20/11/2013), uma fonte baseada em multidões para aqueles que têm interesse em investigar questões relativas às Olimpíadas. Os cidadãos sentiram a necessidade de investigar a presença de um número significativo de Transportadores da tocha Corporativos entre os 8.000 do grupo e perguntar sobre os custos às autoridades locais enquanto anfitriões da passagem da tocha Olímpica. O *#citizenrelay* ajudou a chamar a atenção para o número de executivos corporativos que estavam a participar na passagem da tocha e para a extensão do que a autoridade local estava a gastar em decorar as suas comunidades para a chegada da Chama Olímpica. Em ambos casos, o uso de uma *hashtag* (*#citizenrelay*) permitiu ao projeto alcançar maiores audiências, incluindo os média consagrados, que publicaram histórias originalmente produzidas por jornalistas do *#citizenrelay*.

Assim, *#citizenrelay* forneceu uma leitura de como os discursos dominantes funcionam através da assimilação e resistência com narrativas alternativas. Também demonstrou o poder das plataformas digitais, rapidamente disponíveis para um público mais amplo, para contestar discursos dominantes. Hoje o cidadão-consumidor está armado com tecnologias inteligentes. O poder está agora nos seus bolsos e, como mostrado em *#citizenrelay*, uma voz solitária, pode rapidamente tornar-se uma cacofonia de vozes em voga no Twitter ou em convergência no Facebook, no Instagram ou em blogues

personais. O projeto #citizenrelay e as artes participativas e os média culturais que promoveu, e aos que respondeu, deram respostas criativas ao *brandscape* da passagem da tocha, excessivamente determinado, corporativamente estruturado e institucionalmente criado. É interessante que, através de um simples instrumento como uma hashtag, qualquer um com acesso a uma conta (grátis) do Twitter possa usar e seguir, incentivar o desafio, a ironia e uma brincadeira à volta dos chamados motivos sagrados e símbolos Olímpicos. Esta é a era da aceleração, em que os grandes eventos desportivos, como as Olimpíadas, são vistos sob o olhar de um discurso digital. Sob o peso de um olhar digital tão focado e afunilado, como o de #citizenrelay, até estes discursos Leviatões, com todo o seu poder institucional e os seus nexos dos média corporativos, são des-territorializados, des-estabelecidos, e responsabilizados (Pavoni, 2010).

Conclusão

Este artigo tem-se focado na passagem da tocha Olímpica como um evento mediático que proporciona um espaço para que a representação tome um lugar — frequentemente contestado — entre o remetente e o recetor. Os organizadores olímpicos descrevem a passagem da tocha como a segunda ferramenta de comunicação mais importante depois dos próprios Jogos e temos mostrado como este evento móvel promove manifestamente o espírito das olimpíadas (paz, harmonia e amizade) ao mesmo tempo que, fazendo uso do seu alcance e popularidade, estende os tentáculos do *brandscaping* aos edifícios, às paisagens e aos espaços anteriormente protegidos pelos caprichos de mercantilização. Os direitos corporativos para a exploração do espaço público são protegidos e assegurados pelo estado local que absorve os custos para a recompensa da realização dos eventos locais que têm que aderir ao modelo designado e policiado pelo Comité Organizador. As experiências concebidas institucionalmente são coreografadas para o benefício dos média nacionais e internacionais, deixando os cidadãos como espectadores passivos, que desempenham os papéis pré-concebidos de abanadores de bandeiras e apoiantes roucos para patrocinadores corporativos. As celebrações elaboradas que acompanham o espetáculo da Chama Olímpica, quando mediadas, se convertem numa poderosa chama simbólica e portadora de um discurso que transforma os cidadãos em consumidores.

Porém, também temos mostrado como o poder e a dominação do discurso dos média corporativos está longe de estar completo. Antes, as dinâmicas e a resistência inerente ao discurso da passagem da tocha olímpica são reveladas nas ações corporizadas, descobertas e capturadas através do projeto #citizenrelay. Os média cidadãos, usando dispositivos móveis ubíquos, plataformas Web disponíveis gratuitamente e partilháveis

e um *ethos* fá-lo tu mesmo, que oferecem o potencial de subverter representações estabelecidas, habilitando um espaço onde os média podem ser criados e distribuídos amplamente em vez de consumidos passivamente. Em vez de assegurarem e protegerem o discurso corporativo olímpico dominante tal como a leitura, a receção e a resistência, abre o maior evento do mundo para um maior desafio. A normalização das relações de poder existentes entre os megaeventos desportivos e o comércio pode vir sob a ameaça do peso da produção local, histórias digitalmente conectadas e partilháveis. Contudo, enquanto as novas tecnologias possibilitam e melhoram a conectividade digital, a menos que a cacofonia de vozes seja afunilada e focada as leituras alternativas vão perder-se no pó digital e os nexos dos média corporativos irão mobilizar os seus vastos recursos financeiros e de marketing para tornar invisíveis vozes contrárias.

Referências bibliográficas

Baym, N.K. and Boyd, D. (2012). Socially Mediated Publicness: An Introduction, *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 56, 3, pp320-329.

Bladen, C., Kennell, J., Abson, E. and Wilde, N. (2012). *Events Management: an introduction*, London: Routledge.

Cornelissen, S. (2011). Mega event securitisation in a third world setting: Glocal processes and ramifications during the 2010 FIFA World Cup, *Urban Studies*, 48, 15, pp3221-3240.

Danaher, G., Schirato, T. and Webb, J. (2000). *Understanding Foucault*, London: Sage.

Eick, V. (2010). A neo-liberal sports event? FIFA from the *Estadio Nacional* to the fan mile, *City*, 14, 3, pp278-297.

Eitzen, S. (2000). Social Control and Sport. In J. Coakley and E. Dunning (Eds.). *Handbook of Sports Studies* (pp370-407) London: Sage.

Foley, M., McGillivray, D. and McPherson, G. (2011). *Event Policy: From Theory to Strategy*, London: Routledge.

Foucault, M. (1979). *The History of Sexuality, Volume 1: An Introduction*, London: Allen Lane.

Frew, M. and McGillivray, D. (2005). Health and Fitness Clubs and Body Politics: Aesthetics and the Promotion of Physical Capital, *Leisure Studies*, 24, 2, pp161-175

Frew, M. and McGillivray, D. (2008). Exploring hyper-experiences: Performing the fan at Germany 2006, *Journal of Sport & Tourism*, 13, 3, pp1-18.

Haynes, J. (2001). Socio-economic impact of the Sydney 2000 Olympic Games [online article]. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB. [accessed: 14/09/2012] http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp094_eng.pdf

Hobsbawn, E. (1983). Introduction: inventing traditions. In E. Hobsbawn and T. Ranger (Eds.), *The Invention of Tradition* (pp1-14) Cambridge: Cambridge University Press.

Horne, J. and Whannel, G. (2010). The 'caged torch procession': celebrities, protesters and the 2008 Olympic torch relay in London, Paris and San Francisco, *Sport in Society*, 13, 5, pp760-770.

IOC (2011). *Factsheet: The Olympic torch relay - update October 2011*, Château de Vidy, 1007 Lausanne, Switzerland

Jensen, R. (1999). *The Dream Society: How the coming shift from information to imagination will transform your business*, London: McGraw-Hill.

Kendall, G. and Wickham, G. (1999). *Using Foucault's methods*, London: Sage.

Klingmann A. (2007). *Brandscapes: Architecture in the Experience Economy*, London: MIT Press.

LOCOG (2011). *Olympic Torch Relay Evening Celebration: Host Community Guide*. London: London Organizing Committee of the Olympic Games and Paralympic Games.

London Evening Standard (2013). <http://www.standard.co.uk/news/uk/new-figures-reveal-6m-cost-of-olympic-torch-relay-8622587.html> (accessed 20/11/2013), May 19th.

McGillivray, D. (2013). Digital Cultures, acceleration and mega event narratives, *Leisure Studies*, DOI: 10.1080/02614367.2013.841747, pp1-14

McGuigan, J. (1999). *Modernity and Postmodern Culture*, Buckingham: Open University Press.

Miah, A. and Garcia, B. (2012). *The Olympics: The Basics*, London: Routledge.

Olympic Studies Centre. (2007). *The Olympic Flame and Torch Relay*, Lausanne: Olympic Studies Centre.

Pavoni, A. (2010). Erasing Space from Places: Brandscapes, Art and the (de)valorisation of the Olympic Space, *Explorations in Space and Society*, 18-December 2010.

Pine, J. and Gilmore, J. (1999). *The Experience Economy: Work is Theatre & Every Business is a Stage*, New York: Harvard Business Press.

Reason, P. and Bradbury, H. (2001). Introduction: Inquiry and Participation in Search of a World Worthy of Human Aspiration. In P. Reason and H. Bradbury (Eds.) *Handbook of Action Research: Participative Inquiry and Practice* (pp1-14) London: Sage.

Roche, M. (2000). *Mega-events and modernity: Olympics and Expos in the growth of global culture*, London: Routledge.

Solis, B. (2013). *What's the Future of Business? Changing the Way Businesses Create Experiences*, New Jersey: John Wiley & Sons Inc.

Toohey, K. and Veal, A. (2000). *The Olympic Games: A Social Science Perspective*, Oxford: CABI.

O professor David McGillivray é titular da cadeira de Eventos e Culturas Digitais na Universidade do Oeste da Escócia (UWS). Os seus interesses de investigação focam-se na significância contemporânea dos eventos e festividades (de desporto e culturais) como marcos de identidade e mecanismos para a realização de externalidades económicas, sociais e culturais mais amplas. A sua investigação atual foca-se no valor dos média digitais que possibilitam leituras alternativas de grandes eventos desportivos para encontrar o lucro dentro da paisagem saturada dos média. É o coeditor da *Política do Evento: De Teoria a Estratégia* (2011) e coeditor dos *Temas de Investigações para Eventos* (2013) e tem lugar no Comité Executivo da Associação dos Estudos de Ócio. david.mcgillivray@uws.ac.uk

O Dr. Matthew Frew é Professor na Universidade de Bournemouth, trazendo para a academia uma vasta experiência de trabalho que abrange a gestão desportiva, *fitness* pessoal, educação, aventura ao ar livre e consultoria de desenvolvimento organizacional e pessoal. A sua experiência académica eclética e o seu portfolio demonstram a sua paixão pela aplicação de uma análise sociocultural às tecnologias digitais, sociais e de transformação para inspirar e desenvolver produtos e práticas inovadoras através das indústrias criativas e culturais.

THE OLYMPIC TORCH RELAY Activating Citizen-Consumer Discourses

David McGillivray

University of the West of Scotland, Scotland

Matthew Frew

Bournemouth University, United Kingdom

Abstract: The article opens with a discussion of the evolution of the Olympic torch relay, culminating in the London 2012 Olympics. This is followed by an examination of the corporate power and politics that surrounds the Olympics. Here, the values of the Olympic movement are contrasted with moves toward the brandscaping of host cities and nations compelled by the contractual agreements that are put in place once the rights to host the Olympics are secured. Empirically, the article focuses on the Scottish leg of the Olympic torch relay, a mobile 'event' that travelled across the UK in the summer of 2012. Through the lens of the #citizenrelay action research project, the Olympic torch relay is opened to scrutiny as a vehicle for brand activation, secured and protected by the local state at significant cost to communities across the country. The role of citizen media in enabling playful, ironic and, at times, provocative comment on the extravagance of the Olympic is then discussed before conclusions are drawn. The article concludes by arguing that the Olympic torch relay overtly promotes the spirit of the Olympics (peace, harmony and friendship) whilst at one and the same time, using its reach and popularity to extend the tentacles of brandscaping to buildings, landscapes and spaces previously protected from the vagaries of commodification. Institutionally engineered experiences are choreographed for the benefit of national and international media, leaving citizens as passive bystanders, performing their pre-conceived role as flag wavers and raucous cheerleaders for corporate sponsors. However, we also stress the incompleteness of the corporate-media nexus and emphasise the potential of citizen media to subvert established representations enabling a participatory space where media can be created and distributed widely rather than passively consumed. The normalisation of existing power relations between mega sports events and commerce may come under threat from the weight of locally produced, digitally connected and shareable stories.

Keywords: citizen media; Olympic torch relay; brandscaping; #citizenrelay; Olympics; social media.

Introduction

Although many cities and nation states now host a year-long calendar of major and hallmark events, it is mega sports events, such as the Olympics and World Cup, that represent the zenith of these global spectacles. The importance of these events in producing economic and political capital is accompanied by a shifting economics of experience (Pine and Gilmore, 1999). Mega sports events provide the ultimate platform to blend notions of citizenship and collectivism with commerce and consumerism. This article focuses on the London 2012 Olympic torch relay and critically unpacks how the

discourse (Foucault, 1979) of mega sports events navigates a path between commerce, citizenship and convergent consumerism.

The article opens with a discussion of the evolution of the Olympic torch relay, culminating in the London 2012 Olympics. This is followed by an examination of the corporate power and politics that surrounds the Olympics. Here, the values of the Olympic movement are contrasted with moves toward the brandscaping of host cities and nations compelled by the contractual agreements that are put in place once the rights to host the Olympics are secured. Empirically, the article focuses on the Scottish leg of the Olympic torch relay, a mobile ‘event’ that travelled across the UK in the summer of 2012. Through the lens of the #citizenrelay action research project, the Olympic torch relay is opened to scrutiny as a vehicle for brand activation, secured and protected by the local state at significant cost to communities across the country. The role of citizen media in enabling playful, ironic and, at times, provocative comment on the extravagance of the Olympic is then discussed before conclusions are drawn.

1. Peace, Friendship and Unity meets Politics and Protest

This article draws on understandings of Foucauldian discourse to explore the competing narratives present in the modern Olympic movement, brought into being through its torch relay event. Foucault’s writings on discourse offer a useful means to critically unpack the wider discursive (and power) relations evident in the activities of the Olympic movement and in its relationship with a series of political and economic actors. First, it is important to explore the discourse of supranational values enshrined within the philosophy of the torch relay.

The modern Olympics are full of ritualistic and symbolic acts which their founder Pierre De Coubertin felt important in establishing the political and cultural significance of this multi-sport event and in differentiating the Olympics from other sporting events (Toohey & Veal; Roche, 2000; Miah & Garcia, 2012). The most well known rituals, symbols and ceremonial acts are those included within the opening and closing ceremonies, including the parade of athletes, the International Olympic Committee (IOC) presidents’ speech, the playing of the Olympic anthem, the raising of the Olympic flag, the last leg of the torch relay and the lighting of the Olympic cauldron. Although each element is now established as part of the protocols handed down to each host city to preserve the spiritual significance of the Olympics, these modern forms of ceremony have an uncertain relationship with the traditions of the ancient Games.

Elsewhere (Foley, McGillivray & McPherson, 2011) it has been argued that many of the Olympic symbols are thoroughly modern, representing the invented traditions

(Hobsbawn, 1983) of the late 19th century - a pivotal period in the development of modern sport as we know it. The modern Olympics were themselves a product of modernity (Roche, 2000) in their association with progress, scientific discovery, cultural citizenship and the need for a secular alternative to capture the attention of populations. While the lighting of the Olympic flame can be traced back to the 1920s, the first documented example of the flame being transported around a host nation as part of a torch relay was for the Berlin Olympics of 1936 (Eitzen, 2000). In the IOCs own Olympic torch relay fact sheet, they confirm that 'the Olympic flame's modern history begins with a proposal by Carl Diem, Secretary General of the Organising Committee of the Games of the XI Olympiad... Diem suggested that for the 1936 Summer Games a Flame be lit in Olympia and transported to Berlin for what would be the first Olympic torch relay' (IOC, 2011). So, although the Olympic torch relay is a relatively recent tradition, it is now recognised as one of the most visible symbolic (and commercial) platforms associated with the Games.

In line with many other Olympic assets, the torch relay is governed by the Olympic Charter and is accompanied by a series of protocols that detail what each Organising Committee of the Olympic Games (OCOG) must deliver. However, the creative ways that hosts have sought to interpret these values to lever local, national and international ambitions makes this particular Olympic event quite unique. There are slightly less prescribed elements of protocol within the torch relay or, at least, the boundaries appear to be more fluid and malleable than found in some other Olympic events (e.g. the flame lighting). The creative scope offered to hosts once the flame has been transported from Olympia to Athens (this is very tightly controlled) has led to some memorable torch relays in the post-war period. In 1948, the torch relay for the XIV Olympiad was dubbed the relay of peace, marking the end of warfare and commemorating the sacred truce observed in Ancient Greece (IOC, 2011). The Korean relay of 1988 celebrated harmony and progress across the divided nation and showcased the traditions of Korea. The values of peace, friendship and unity are at the heart of the Olympic torch relay reinforced by the IOCs statement that 'runners who carry the Olympic flame carry a message of peace on their journey' (IOC, p.1).

Despite the almost spiritual rhetoric and commitment to universal values, the Olympic torch relay has not been without its political controversies, in part because of its extensive reach nationally and internationally and its attractiveness to media narrativisation. As with most elements of the Olympics, the host invariably wants it to be associated with positive social, political, cultural and (increasingly important) environmental values. However, in the 75-year history of the torch relay there have

been a number of high profile socio-political embarrassments for the Olympic Family and for host nations. Controversy accompanied the relay from the start because of its original association with the 1936 Berlin Olympiad and Hitler's Nazi regime. More recently, the Olympic torch relay for the 2008 Beijing Olympic Games generated significant (negative) media attention because of international concerns over human rights and environmental abuses in China and ongoing doubts about China's suitability to host the world's most high profile event. Whilst the Chinese organisers were eager to promote their People's Olympics vision, human rights protests accompanying the torch relay as it visited cities around the world made a mockery of these claims. The intense scrutiny that this media scrum created for the IOC and BOCOG contributed to the London 2012 Olympic torch relay eliminating the international relay in favour of a solely national event.

Despite the torch relay becoming a site for expressions of resistance, protest and dissent, often related to wider global anti-capitalism and environmental concerns in recent years, it has also played an important role, historically, in overcoming pre-Games negativity by bringing the nation together in a unique celebration. In Sydney 2000, Haynes (2001) has argued that it was only with the start of the torch relay that the host populations' doubts about the tickets for the rich, international and national bribery scandals, budget overruns, security and transport were silenced. She suggests that the torch relay played a crucial role in encouraging Australians to embrace the Games over its 100-day journey across the country. Taking the Olympics outside the host city to parts of the country geographically (and psychologically) remote from the epicentre in Sydney united the nation and dissipated many earlier concerns about the concentration of benefits to the few rather than many.

In 2012, London's Organising Committee (LOCOG) itself recognised the importance of the Olympic torch relay for bringing people together to celebrate the spirit of the Games, stating that it 'may be considered the second most important communications tool after the Games themselves' (LOCOG, 2011, p.3). That the term communications is used with reference to the Olympic torch relay provides an insight into the second main discourse evident – that of the market and the inescapable presence of brandscaping.

2. Peace, Unity and Friendship meets Brand Activation

While the discourse of peace, unity and friendship has great symbolic value to the IOC, its host city partners and the international media, there also exists another important discourse shaping the policy and practice of the Olympic torch relay. Drawing on the language of commerce, like most Olympic assets, the profit motive has never been far from view in recent Olympic torch relays. It is worth drawing on Klingmann's (2007) concept of brandscaping to frame how the Olympic torch relay facilitates the entry of commercial language and activities into areas of public life previously free of commodification. As the author suggests, brandscaping acts to freeze space, to capture and tame its multiplicity, to make it static, organised, predictable...through affective strategies, by producing, managing and securing 'atmospherically enriched experiences' (Klingmann, 2007, p.6). Pavoni (2010, p.9) extends this definition to include the 'institutional engineering of material and immaterial, visible spaces'. In both perspectives, the management or engineering of a scenario is what defines brandscaping, especially when it involves institutional actors. For this article, we consider the Olympics event sanctioning bodies (or representative), host governments (national and local), corporate partners and sponsors to be the institutional actors who act to freeze space previously free (or relatively so) of produced experiences. It is also our contention that the institutional engineering we talk of refers to the introduction and extension of corporate aims and ambitions as part of a more generalised neo-liberal narrow framing of alternatives towards a market orientation. There is a growing literature pertaining to the commercialisation of the Olympics and the role of mega sports events more generally in opening up opportunities for companies to exploit commercial rights. As Cornellsen (2011, p.3223) argues, 'a feature of all present-day sport mega events – is largely explained in terms of the increased corporate structuring of these events and the imperative to generate profit'. Brandscaping strategies and tactics certainly support increased corporate structuring and atmospheric management as experiences are now frequently clustered into 'spatio-temporal enclosures' (Pavoni, 2010, p.10). Cities create entertainment zones, permanent and temporary, and contain audiences in venues where they can be encouraged to participate in experiential consumption practices.

Starting in earnest from the 1984 Los Angeles Olympics, the IOC has understood and exploited the fact that economies across the world have advanced and consumers have become more demanding and sophisticated. Consumerism has shifted towards offerings that tap desire for memorable experiences and fantasy (Pine & Gilmore, 1999; Jensen, 1999). Mega sports events are recognised as one of the most potent modern

mass spectacles where experiential consumption functions as a platform for brand promotion and the more generalised advancement of the discourse of consumerism. In fact, the growth of the modern Olympics is symbiotically bound to consumerism. The excitement and emotion of athletic endeavour is easily mediated to entertain a global audience. The reach of the Olympics also now extends beyond traditional venues and television viewing. Since 2000, the Olympics have actively encouraged the wider expansion of its activities into civic space via Live Sites and other forms of public viewing (Frew & McGillivray, 2008). Interestingly, these are presented as free, open additions to the Olympic offer, intending to underline the avowed inclusivity of the Games. The Olympic torch relay is a mobile spectacle that can, similarly, be associated with an extension of Brand Olympic to places and spaces (buildings, landmarks and landscapes) previously out of reach of the tentacles of brandscaping.

Olympic host cities and host nations have little choice but to accept all branding conditions, commercialisation interests and security demands even before they have been awarded the event (Eick, 2010). The IOC, through its host city contracts and stretching technical requirements (many involving the rights of corporate partners) compels them to regulate 'urban space as a market and commodity' (Eick, 2010, p.293) and this extends to the requirement for the local state to control traffic, curtail normal trading practices and ease the means of consumption for (often) global brands to access their much valued target markets. Continuing with the thread of choreography and management, others have suggested that mega sports events (of which the Olympic torch relay is a part) also require adequate security to ensure the state (who picks up the cost) delivers the expected returns to the sanctioning bodies. While security is difficult to argue against in times of increased (apparent) terrorism threats around the world, it is more problematic when used to justify the unnecessary securitisation of space or to curtail civic freedoms normally available to citizens of liberal democratic countries. As Cornelissen (2011, p.3225) suggests, 'labelling mega events as security risks provides the discursive legitimisation for governments and extra-national or supranational entities to assert certain extraordinary rights in the name of ensuring people's safety'. Eick (2010, p.285) agrees, arguing that in the case of FIFA (but also relevant to the IOC) that a business-oriented non-profit 'takes over the control rights of public space from the respective local governments during the event'. Around the Olympic torch relay, special provisions are put in place to protect the Olympic flame so that corporate partners and sponsors' rights are policed (by the state and private security) to ensure maximum coverage and unfettered exposure.

The Olympic torch relay, as a vehicle for brand activation, then appears to be more than simply an important symbolic element of Olympism. The remainder of the article focuses its attention on one illustrative case, the London 2012 Olympic torch relay, to investigate the legitimacy of the brandscaping claims posited in the opening discussion.

3. Methodology

The Foucauldian notion of discourse (Foucault, 1979) provides a means to critically read multiple, rich and competing voices. Discourse centres on uncovering those events or relations that reveal the dual poles of knowledge, or what can be said and seen and so truth claims made, about any socio-cultural process (Danaher, Schirato & Webb, 2000). For Foucault, discourse is how modern power or ‘networks of power’ work (McGuigan, 1999, p.41). Through mechanisms to repetitively articulate what can be said and seen about a given socio-cultural process, such as the corporate-media nexus of the Olympic torch relay, truth claims are made and reinforced in a mutual conditioning cycle that produces the domination of discourse (Kendall & Wickham, 1999).

In response to criticism that fixed theoretical positions tend to ‘formalize the properties of the events and rob them of specific content’ (Horne & Whannel, 2010), it is important to investigate the lived reality of the Olympic torch relay. The empirical study that informs this article was designed to access the Olympic torch relay from the perspective of both producer and consumer. Elsewhere, McGillivray (2013) explains the participatory arts and media initiative #citizenrelay (www.citizenrelay.net) that provides the empirical focus of this article. This initiative used the tools of citizen media (audio, video, photosharing sites and social media) as a means of opening up channels of debate and discussion and offering a space for critique around major sporting and cultural events. The #citizenrelay initiative was action focused (Reason & Bradbury 2001, p.1), bringing together theory and practice with a collaborative, participatory ethos that empowered its participants to become research co-creators. #citizenrelay also involved an interdisciplinary team of researcher-practitioners including academics, community activists, artists, community media specialists and, crucially, the wider public. Amateur (or non-specialists) media practitioners – also known as citizen journalists – participated in training with the project team to learn techniques for telling stories digitally and having these aggregated in an online environment with others across Scotland to produce a rich, diverse, ironic, provocative and playful representation of the Olympic torch relay event over the course of seven days in the summer of 2012. In total, 60 ‘reporters’ were recruited and trained to support content generation before and during the visit of the Olympic torch relay to Scotland. These

reporters were recruited by regional leaders to ensure extensive geographical coverage. The training focused on the instant capture and circulation of audio and video content and powerful network amplification processes through social media channels, including Twitter, Facebook, Instagram, Flickr and a specially designed project blog. As McGillivray (2013, p.9) highlights:

Over the course of eight days in June, 2012, 20,000 web hits were secured on the #citizenrelay website (www.citizenrelay.net), with a total in excess of 25,000 recorded since January 2012...and in excess of 110 You Tube videos, 215 audiobook short podcasts, 1009 Flickr images and over 300 Instagram filtered images

The #citizenrelay project was designed to encourage wider public participation in the media landscape. Networked social media 'lowers the cost of becoming a speaker, meaning there can be more speakers and it's easier to perceive oneself as a possible speaker' (Baym & boyd, 2012, p.326). Although recognising that an unequal distribution of power exists in the media and especially with where academics interact with a non-academic public, during #citizenrelay there was a deliberate attempt to allow the narrative to develop without the imposition of strict editorial direction.

Whereas other publications have focused on the process of producing citizen media and its influence in shifting the mainstream media narrative (see McGillivray, 2013) the forthcoming findings and discussions relate primarily to observational data garnered as an outcome of the #citizenrelay initiative. These observations focused on the production of the torch relay event itself, the extent of corporate structuring evident and expressions of creative communities of resistance. It also draws on the audio, video and social media data produced to illustrate and support the observational data. Interviewees are identified by their first names and the place name where their content was produced (e.g. Stuart, #citizenrelay, Glasgow). In summary, a Foucauldian lens opens up the dynamics of discourse made visible through the rich seams of digital data captured by #citizensrelay.

4. Discussion

4.1 Activating Olympic Assets

From the perspective of organisers of the London 2012 Olympics the torch relay was undoubtedly a success, measured in terms of the number of flag waving spectators and positive media coverage for this pre-Games event. Official figures estimate that 14.9 million people saw the flame on its journey around the UK and there were few instances of protest or dissent, at least not on the level of the international torch relay

for the Beijing 2008 Olympics. The data generated via audio and video interviews and through visual ethnography during the #citizenrelay also paints a picture of genuine public excitement around the torch relay in Scotland, however distant residents of that country felt about an event primarily hosted in London, in the South East of England. Large crowds amassed around the country as the torch relay travelled through Scotland's villages, towns and cities for a week in the summer of 2012. The mobility of the torch relay gave it a 'community' feel that engendered a constant 'delight' and 'gratitude' for this 'great opportunity... to feel part of the Olympics' (Scott, #citizenrelay, Glasgow). Numerous interviewees spoke of the 'once in a lifetime opportunity' afforded by the torch relay coming to their community and the importance of being included in the route for the event:

We'll never get to see it again, it is a once in a lifetime opportunity because it will never come back to the UK again in our lifetime so we've really got to see it while we can (James and Sharon, #citizenrelay Ayr)

It's a once in a lifetime opportunity to see the torch because it's not going to be in this area, or in Britain again for a very long time (Gayle, #citizenrelay, Largs)

It's nice to be included in these things. Ayrshire tends to be bypassed as everything goes straight up to Glasgow. So it's inclusive. I think it's the sort of thing we'll be able to look back at in a few years time and say, 'I was there' to say to your children and grandchildren (Liz, #citizenrelay, Kilmarnock)

The aura of the Olympic Flame arriving in small communities engendered emotional responses from some spectators. Euna (#citizenrelay, Luss) suggests that 'it was great...you could get really close to it. It was very emotional to see it'. However, despite the emphasis in established media narratives of inclusion, benevolence (bringing the Olympics to you) and joyous national unity, the #citizenrelay project produced ample evidence that the torch relay was also inseparable from the overarching discourse of consumerism and brandscaping. The spectacle of the torch relay travelled from city to community repetitively articulating a self-sustaining discourse, carefully woven and orchestrated (Klingmann, 2007). While the structuring and operation of each torch relay leg followed a prescriptive format (LOGOG, 2011) and rationalised method befitting any well-oiled event (Bladen, Kennell, Abson & Wilde, 2012), the branding strategies were subtle. The #citizenrelay project drew attention to the way 'Presenting Partners' (i.e. Coca Cola, Lloyds TSB, Samsung) seamlessly offered promotions, merchandise and mementoes for a willing carnival audience. Brand gifts were personalised as 'keepsakes rather than throwaways' (LOCOG, 2011). While local narratives were peppered with praise, thankfulness and enjoyment over this 'once in a

lifetime experience' for many the torch relay represented a manicured commerce and an illustration of the power of the corporate media nexus:

I have some reservations about how the torch relay has been conducted in terms of the commercialisation of the event...My own take on it is that it's a commercial venture for sponsors really (Ollie, #citizenrelay, Glasgow)

I think it's all a bit odd...I appreciate the symbolic significance of this but it's all a bit Big Brother. I do understand the cultural significance. I think symbols are powerful things and somebody has thrown 9.5 billion at making this very significant (Stuart, #citizenrelay, Ayr)

I think it all seemed like a bit of a circus and I realise now that it's not a relay being run around but just looked like a horribly stage managed thing (Jim, #citizenrelay, Tomintoul)

One of the most overwhelming feelings that #citizenrelay participants experienced in travelling the length and breadth of Scotland following the torch relay was the sheer (over) produced nature of the event. Although travelling hundreds of miles from the South West to the North West and beyond, across diverse terrain in urban and rural settings, the actual relay 'event' itself was invariably contained, managed, and mediated in a relatively consistent manner. It followed the same format, the route was dressed with the same (corporately provided) decorations (called 'bunting') and though 'unique' in terms of its ability to extract local stories, actually reflected a generalised sameness. This sentiment was expressed effectively by two interviewees:

In some respects it's terrific to see so many people congregated for a public event – it's a real community thing. But on the other hand you've got bunches of kids wearing flags with Samsung written on them – what does Samsung have to do with the Olympics? You have to become a bit dispirited about the whole corporate thing. The whole procession is headed by a massive Coca Cola bus and kids on top of it drumming up the crowd – basically drumming up support for Coca Cola I suppose. It's hard to keep in mind the Olympic ideal when you're watching that (Bill, #citizenrelay, Ayr)

I have seen a lot of adverts for Coca Cola, even the bollards have these triangular Coca Cola things on them (Jo, #citizenrelay, Aberdeen)

Though a number of cultural celebrations were integrated to the torch relay event as part of the London 2012 Cultural Olympiad (Scotland's national cultural agency supported a Summer of Song initiative) these were often peripheral to the overtly corporate focus of the Olympic torch relay convoy. Local singers and performances

were drowned out by the pop culture entertainment provided by the Presenting Partners.

Of course, the titled Presenting Partners pay handsomely for the right to secure unfettered access to Olympic real estate, prime sites and spaces (buildings, online, venues) from which they can derive surplus value from their Olympic investments. In official parlance, the 'activation convey' (i.e. brand activation) was given a prime position, relegating the symbolically important 'flame convey' to the background. Handing out merchandise on the way the activation convoy operated as a noisy, colourful procession of product promotion, a vivid encapsulation of the Corporate Olympic Games during this oft-cited 'community event'. Organisers retort that the Olympics would not be in the UK without the investment made by corporate sponsors and other forms of private capital but the torch relay is promoted as being about supranational values in keeping with the main tenets of Olympism – yet the overriding feeling when observing the event was of corporate sponsors securing privileged access to the public realm (and public spaces) to sell their wares whilst exploiting the emotional currency associated with universal values of peace, unity and friendship.

In sum, it is worth restating that the Olympic torch relay clearly has supranational ambition, extending understanding of Olympic values beyond the confines of the host nation but also offering up opportunities for national and local cultural practices to be given space and showcased to a national audience. However, the dynamics of how the Olympic torch relay is produced as an event and its increasingly managed and corporately controlled format draws attention to the unequal distribution of power between corporate and civic interests. One way in which this is evident in practice is in the requirement for the local state to protect and secure Olympic assets, the focus of the next section.

4.2 Securing and Protecting Olympic Assets

In earlier discussions, Cornelissen (2011) and Eick (2010) drew attention to the security and risk discourses that now permeate mega sports events. They both argue that by framing these events as a security risk governments (local and national) and extra-national entities are afforded 'extraordinary rights' (Cornelissen, 2011, p. 3225) to protect corporate interests. The #citizenrelay project drew attention to the extensive policing as part of the Olympic torch relay, legitimated on grounds of risk and public safety but also clearly to protect the interests of corporate partners. For example, framed through discourses of risk and security, LOCOG provided each local authority in the UK with clear guidelines on techniques to avoid the apparent 'scourge' of ambush

and guerrilla marketing, stating that ‘we could not do this without them’ (LOCOG, 2011, p.6). This led to a format adopted across the UK whereby the titled Presenting Partners secured exclusive space on the torch relay convoy (protected and enabled by the police authorities and others) to promote their commercial interests as the relay traversed the country.

The preservation of commercial rights was enshrined contractually for each local authority when the UK secured the right to host the London 2012 Olympics. Local authorities signed up to a local celebration agreement (LOCOG, 2011), committing them to providing ‘overall event coordination, which will include the provision of stewards, implementation of security arrangements’ (p.9). As LOCOG goes on to stress:

An important part of the Relay partnership is respecting their (Presenting Partners) commercial rights and brand. Together it is our responsibility to safeguard their investment to deliver the Relay and to protect them against ambush marketing (LOCOG, 2011, p.6)

Participating in the #citizenrelay project, the extent of securitisation evident as the torch relay passed through large and small communities was significant and the extent of visible policing was noted by one interviewee in a small rural village:

There’s a lot of money been spent on this obviously, with the policing and everything else. You don’t see as many police around here normally – you’ll be lucky if you see one (Jim, #citizenrelay, Tomintoul)

In this same village, the #citizenrelay team observed people realising their right to protest (by waving Scottish Saltire flags) being moved on by police forces fearful of negative media coverage for the event that represents peace, harmony and friendship. During the London 2012 torch relay, the protection of corporate partner, sponsors and IOC commercial rights was also enshrined in by-laws and other temporary measures to regulate trading activities such as retail, entertainment, and traffic flow. The torch relay celebrations, promoted to local state actors and their constituencies as the opportunity for local and community involvement in a mega sports event actually resembled a controlled zone of security and policing designed to produce a collective viewing experience and open up avenues to protect the rights of approved vendors to extract maximum profit from their association with the event. A good example of how this operated in practice was the daily Evening Celebration Events held to showcase the arrival of the flame in its overnight destinations. Each local authority in the UK was contracted to LOCOG to ensure their support for the torch relay was guaranteed following prescriptive technical requirements and at great expense to the local state,

that was expected to absorb the costs associated with event management As Gerry (#citizenrelay, Inverness) suggested:

They (LOCOG) gave us the opportunity to buy it (city decorations). Places that decorated the city have spent a fortune. It was extortionate the price of stuff... we couldn't afford it and it's a very expensive operation for councils to run...it's very disappointing at how much councils had to absorb. From my perspective I would have liked LOCOG to actually pay for the relay, for money to have stayed in our community

Information produced by the Press Association under the Freedom of Information Act (London Evening Standard, 2013) found that a dozen local authorities spent in excess of £100,000 on Olympic torch relay celebrations, including road closures, marshalling and stewarding, setting up safety barriers and managing crowds.

Beyond the cost burden falling on local authorities in the UK to managing the Olympic torch relay, the #citizenrelay project also uncovered evidence of the activities of what we term the 'branding police' during the event. For example, LOCOG were successful in closing down the Twitter account of Space Hijackers, a protest group which parodies the commercial imperatives of LOCOG. Even in the small village of Tomintoul in the North East of Scotland, villagers were warned by their local authority that wearing unofficial sponsors logos as the torch relay passed through could lead to sanctions including the wearing of a white t-shirt to hide the offending garment. Patricia (#citizenrelay, Tomintoul) picked up on this commercial emphasis and implicitly questions the managerial relation between LOGOC and local authorities:

if you are advertising something that is not to do with the official sponsors, you are going to be asked by the local authority to wear a white T-shirt to cover it up! I think it's good that it's coming through our community but I don't think it should be regulated as much as we are. Surely if you want to advertise, if it's something local, then why not. If it's a charity then why not

Protecting and securing Olympic assets also extended beyond the rights of Presenting Partners to include other Olympic symbols. Perhaps the most precious element of Olympic real estate is the internationally recognised five rings. In preparation for the Olympics coming to the UK, a number of five ring installations were erected in UK cities. In Scotland's capital city, Edinburgh, the five rings were 'guarded' (Batansova, #citizenrelay, Edinburgh) to ensure they remained in pristine condition for easy broadcast to an international audience. Moreover, the Edinburgh Torch Relay Evening Celebration Event was hosted in the grounds of the city's iconic Castle esplanade, further emphasising the extension of brandscaping whereby natural and built

landscapes were organised and made available for dressing with corporate paraphernalia.

In sum, given the symbolic purity, peace, collectivism and continuity of life represented in the 'positive values' of the Olympic Flame (Olympic Studies Centre, 2007), the protection and promotion of the exclusivity and individualism of brand interest and consumption is ironic.

4.3 Resisting Rituals through Digital Discourse

Across the period of the torch relay being in the UK there was little evidence of expressed resistance, violence or obvious antagonism as the flame passed from Torchbearer to Torchbearer and community to community. Given the preceding discussion of security and protection of Olympic assets, peaceful scenes were to be expected as LOCOG and its local authority partners carefully managed the torch relay event. The dominant official media narrative was that the nation was being united each day as the torch relay passed through and it was the most inclusive event the country had seen for some time. Unity was the name of the game and the torch was said to be serving its purpose to encourage peace, unity and friendship.

However, drawing on Foucault, one discourse is never complete. Instead in subsuming and suffocating competing discourses, others are produced, constructing their own resistance. Foucauldian discourse allows us to unpack the components, or discursive relations, between the officially sanctioned Olympic torch relay, its truth claims, knowledge and power to produce and impose a particular reading, which can be held against its reception, reading and resistance at the local level. The #citizenrelay project uncovered numerous examples that challenged the officially sanctioned spectacle around the Olympic torch relay and in this final discussion a number of examples will be used to illustrate the inherent incompleteness of dominant corporate discourses.

Citizens in Scotland, one of four nations of the UK, felt significant levels of detachment and distance from the main Olympic events being hosted in London and the South East of England. #citizenrelay was a project borne out of disaffection and the need for representation and desire for a space where alternative narratives were welcomed against the dominant discourse propagated by the corporate media-nexus. As part of the project, from Aberdeen to Ayrshire and Girvan to Giffnock, local people authored their own digital stories about an event bid for and delivered in their name. The Olympic torch relay, regardless of its inclusive, participatory 'once in a lifetime' rhetoric, ironically, triggered local reflexivity on the Games, that accentuated its distance from the concerns of their everyday reality.

The theme of contested national identity provided a fascinating subtext to the Olympic torch relay. Promoted as a UK Olympics, LOCOG provided partners with Union Jack flags to wave as the torch procession passed through. Following less than a month after the uniquely British Queen's Diamond Jubilee celebrations in early June 2012, #citizenrelay drew attention to the promotion of sanctioned messages with the placement of 'English Union Jacks' that were openly seen to replace or 'overruling the Scottish Flag' (Claire, #citizenrelay, Glasgow). This theme was not unique to the Olympic torch relay as there was also an outcry at the Saltire flag being banned from Hampden Park, Scotland's National Football Stadium, during the Olympics. Again this attempted dilution of Scottish identity was not the first time Olympic organisers had come up against important symbolic issues. When the Olympic torch relay began in Cornwall, in the South West of England, expressions of Cornish national identity were curtailed, most publicly when a Cornish flag was removed from a Torchbearer in full glare of the media. This flag grabbing incident illustrated how disunity, division and alternative narratives had to be suffocated in favour a dominant discourse of peace, harmony and friendship. Of course, this runs counter to the ethos of the London 2012 Olympic Games which were sold to the nations and regions of the UK on a utilitarian 'our Games, your Games' promotional mantra.

However, while the two preceding examples evidence a feeling of national cultural insensitivity, others saw the Olympic torch relay and its media entourage as an opportunity to advance their own political causes:

this is a chance to raise the Syrian liberation flag and because the Torch is freedom and hope we wanted to say that Syria has hope to live a better future...the most important decision was made yesterday when the Olympic Committee banned a Syrian General from entering the UK (Atanasova, #citizenrelay, Edinburgh)

Nevertheless, even though an avenue to raise awareness of international crises, the torch relay also opened up resentment, in a time of economic austerity, of the daily struggle of local lives. Like the Olympics itself, the torch relay was seen as an ostentatious event 'a choir...they're spending £10000 on that – I thought they could have spent it on something else. The entourage is 3 miles long' (Patricia, #citizenrelay, Tomintoul). Again, Chris (#citizenrelay, Ayr) highlighted how the use of public monies deflected from deeper local issues, 'I think there are bigger issues in Scotland today than this circus over a sporting event. It's just a distraction from the bigger issues that there are in the country.'

The mode of operation of the #citizenrelay project, networked through the use of social media and aggregating content on one online environment, enabled the dynamics of discourse to be opened up. It provided people from across Scotland with an opportunity to express sentiments about the Olympics without having this shaped by the interests of a media conglomerate contractually tied (as official media partners) to LOCOG. One of the most powerful expressions of the power of connected user generated media to affect change and shine a light on the misuse of power was the Help Me Investigate website (<http://helpmeininvestigate.com/olympics/>, accessed 20/11/2013), a crowdsourced resource for those interested in investigating questions relating to the Olympics. Citizens were urged to investigate the presence of significant numbers of Corporate Torchbearers amongst the 8000-strong cohort and to ask questions about the costs to local authorities in hosting their leg of the Olympic torch relay. #citizenrelay helped draw attention to the number of corporate executives participating in the torch relay and to the extent of local authority spending on dressing their communities for the arrival of the Olympic Flame. In both cases, the use of a hashtag (#citizenrelay) enabled the project to reach out to larger audiences, including the established media, who ran stories originally produced by #citizenrelay reporters.

#citizenrelay then provided a reading of how dominant discourses work in and through assimilation and resistance with alternative narratives. It also demonstrated the power of the digital platforms readily available to a wider public to contest dominant discourses. Today the citizen-consumer is armed with smart technologies. The power is now in their pockets and, as show in #citizenrelay, a lone voice can rapidly build into a cacophony of voices trending on Twitter or converging on Facebook, Instagram or personal blogs. The #citizenrelay project and the participative arts and media culture it promoted, and responded to, provided a creative response to the overly determined, corporately structured and institutionally engineered torch relay brandscape. It is interesting that through the simple device of a hashtag, that anyone with access to a (free) Twitter account could use and follow, encouraged challenge, irony and a playfulness around so-called sacred Olympic motifs and symbolism. This is the age of acceleration where mega sporting events, such as the Olympics, are now brought under the gaze of a digital discourse. Under the weight of such a focused and funnelled digital gaze, such as #citizenrelay, even these Leviathan discourses, with all their institutional power and corporate-media nexus, are de-territorialised, de-stabilised and held to account (Pavoni, 2010).

Conclusion

This article has focused on the Olympic torch relay as a media event that provides space for representation to take place - often contested - between sender and receiver. Olympic organisers describe the torch relay as the second most important communications tool after the Games themselves and we have shown how this mobile event overtly promotes the spirit of the Olympics (peace, harmony and friendship) whilst at one and the same time, using its reach and popularity to extend the tentacles of brandscaping to buildings, landscapes and spaces previously protected from the vagaries of commodification. Corporate rights to exploit public space are protected and secured by the local state that absorbs the cost burden for the reward of hosting local events that have to adhere to a template designed and policed by the Local Organising Committee. Institutionally engineered experiences are choreographed for the benefit of national and international media, leaving citizens as passive bystanders, performing their pre-conceived role as flag wavers and raucous cheerleaders for corporate sponsors. The manufactured celebrations that accompany the spectacle of the Olympic Flame itself, when mediated, become a powerful symbolic flame and carrier of a discourse that transforms citizens into consumers.

However, we have also shown how the power and domination of the corporate-media discourse is far from complete. Rather, the dynamics and inherent resistance to the discourse of the Olympic torch relay is revealed in the embodied actions, uncovered and captured through the #citizenrelay project. Citizen media, using ubiquitous mobile devices, freely available and shareable web platforms and a do-it-yourself ethos, offer the potential to subvert established representations enabling a participatory space where media can be created and distributed widely rather than passively consumed. Rather than securing and protecting the dominant corporate Olympic discourse such a reading, reception and resistance opens the biggest event in the world up to greater challenge. It is here that the normalisation of existing power relations between mega sports events and commerce may come under threat from the weight of locally produced, digitally connected and shareable stories. However, while new technologies enable and empower digital connectivity, unless the cacophony of voices is funnelled and focused alternative readings will be lost in the digital dust and the corporate media nexus will mobilise its vast financial and marketing resources to render contrary voices invisible.

References

Baym, N.K. and boyd, D. (2012). Socially Mediated Publicness: An Introduction, *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 56, 3, pp320-329.

Bladen, C., Kennell, J., Abson, E. and Wilde, N. (2012). *Events Management: an introduction*, London: Routledge.

Cornelissen, S. (2011). Mega event securitisation in a third world setting: Glocal processes and ramifications during the 2010 FIFA World Cup, *Urban Studies*, 48, 15, pp3221-3240.

Danaher, G., Schirato, T. and Webb, J. (2000). *Understanding Foucault*, London: Sage.

Eick, V. (2010). A neo-liberal sports event? FIFA from the *Estadio Nacional* to the fan mile, *City*, 14, 3, pp278-297.

Eitzen, S. (2000). Social Control and Sport. In J. Coakley and E. Dunning (Eds.). *Handbook of Sports Studies* (pp370-407) London: Sage.

Foley, M., McGillivray, D. and McPherson, G. (2011). *Event Policy: From Theory to Strategy*, London: Routledge.

Foucault, M. (1979). *The History of Sexuality, Volume 1: An Introduction*, London: Allen Lane.

Frew, M. and McGillivray, D. (2005). Health and Fitness Clubs and Body Politics: Aesthetics and the Promotion of Physical Capital, *Leisure Studies*, 24, 2, pp161-175

Frew, M. and McGillivray, D. (2008). Exploring hyper-experiences: Performing the fan at Germany 2006, *Journal of Sport & Tourism*, 13, 3, pp1-18.

Haynes, J. (2001). Socio-economic impact of the Sydney 2000 Olympic Games [online article]. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB. [accessed: 14/09/2012] http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp094_eng.pdf

Hobsbawn, E. (1983). Introduction: inventing traditions. In E. Hobsbawn and T. Ranger (Eds.), *The Invention of Tradition* (pp1-14) Cambridge: Cambridge University Press.

Horne, J. and Whannel, G. (2010). The 'caged torch procession': celebrities, protesters and the 2008 Olympic torch relay in London, Paris and San Francisco, *Sport in Society*, 13, 5, pp760–770.

IOC (2011). *Factsheet: The Olympic torch relay - update October 2011*, Château de Vidy, 1007 Lausanne, Switzerland

Jensen, R. (1999). *The Dream Society: How the coming shift form information to imagination will transform your business*, London: McGraw-Hill.

Kendall, G. and Wickham, G. (1999). *Using Foucault's methods*, London: Sage.

Klingmann A. (2007). *Brandscapes: Architecture in the Experience Economy*, London: MIT Press.

LOCOG (2011). *Olympic Torch Relay Evening Celebration: Host Community Guide*. London: London Organizing Committee of the Olympic Games and Paralympic Games.

London Evening Standard (2013). <http://www.standard.co.uk/news/uk/new-figures-reveal-6m-cost-of-olympic-torch-relay-8622587.html> (accessed 20/11/2013), May 19th.

McGillivray, D. (2013). Digital Cultures, acceleration and mega event narratives, *Leisure Studies*, DOI: 10.1080/02614367.2013.841747, pp1-14

McGuigan, J. (1999). *Modernity and Postmodern Culture*, Buckingham: Open University Press.

Miah, A. and Garcia, B. (2012). *The Olympics: The Basics*, London: Routledge.

Olympic Studies Centre. (2007). *The Olympic Flame and Torch Relay*, Lausanne: Olympic Studies Centre.

Pavoni, A. (2010). Erasing Space from Places: Brandscapes, Art and the (de)valorisation of the Olympic Space, *Explorations in Space and Society*, 18-December 2010.

Pine, J. and Gilmore, J. (1999). *The Experience Economy: Work is Theatre & Every Business is a Stage*, New York: Harvard Business Press.

Reason, P. and Bradbury, H. (2001). Introduction: Inquiry and Participation in Search of a World Worthy of Human Aspiration. In P. Reason and H. Bradbury (Eds.)

Handbook of Action Research: Participative Inquiry and Practice (pp1-14) London: Sage.

Roche, M. (2000). *Mega-events and modernity: Olympics and Expos in the growth of global culture*, London: Routledge.

Solis, B. (2013). *What's the Future of Business? Changing the Way Businesses Create Experiences*, New Jersey: John Wiley & Sons Inc.

Toohey, K. and Veal, A. (2000). *The Olympic Games: A Social Science Perspective*, Oxford: CABI.

Professor David McGillivray holds a Chair in Event and Digital Cultures at University of the West of Scotland (UWS). His research interests focus on the contemporary significance of events and festivals (sporting and cultural) as markers of identity and mechanisms for the achievements of wider economic, social and cultural externalities. His current research focuses on the value of digital media in enabling alternative readings of major sport events to find currency within the saturated media landscape. He is co-author of *Event Policy: From Theory to Strategy* (2011) and co-editor of *Research Themes for Events* (2013) and sits on the Executive Committee of the Leisure Studies Association.

david.mcgillivray@uws.ac.uk

Dr Matthew Frew is a Senior Lecturer at Bournemouth University who comes to academia with a range of work experience that extends across sports management, personal fitness, outdoor adventure education and organizational and personal development consultancy. His eclectic academic and experience portfolio drives and informs his passion for applying a socio-cultural analysis to digital, social and transformational technologies to inspire and develop innovative products and practices across the creative and cultural industries.

USOS DO ESPAÇO, LIBERDADES E CONSTRANGIMENTOS

São Paulo, Cidade Limpa: estudo de caso

Helena Pires

Universidade do Minho, Portugal

Resumo: As formas sensíveis que se interpõem à experiência quotidiana de circulação pelo espaço urbano encontram na publicidade exterior um dos meios mais propícios ao exercício da vida social. Porém, a publicidade exterior impõe-se numa relação dialógica nem sempre pacífica, entendida como uma ameaça à ordem (desordem) da cidade percebida. Poderá a publicidade deixar de querer afirmar o lugar da persuasão, da sedução e da poética no quadro da vida urbana contemporânea? Em 26 de Setembro de 2006, a Câmara Municipal de São Paulo, no Brasil, aprovou a Lei Cidade Limpa, visando a proibição da publicidade exterior. Desde então, uma acérrima polémica tem ocupado cidadãos, políticos, arquitetos, urbanistas, publicitários, bem como artistas, entre diversos tipos de interlocutores, na defesa de pontos de vista por vezes radicalmente irreconciliáveis. É nossa convicção que subjacente a uma tal discussão se encontram diferentes noções de felicidade, individual ou coletiva, que na sua particular aplicação ao espaço e cultura da cidade, em fase de preparação da Copa do Mundo de 2014 (em São Paulo), importa cartografar.

Palavras-chave: usos do espaço urbano; publicidade exterior; felicidade; liberdades e constrangimentos.

Introdução

Uma visita à cidade de São Paulo, antes de 2007, dificilmente deixaria de impressionar o olhar, pelo impacto visual que a publicidade exterior então originava na paisagem. A par de alguns edifícios ou estruturas de interesse arquitetónico e cultural, impunha-se na paisagem a expressão excessiva de profusas e frequentemente gritantes mensagens comerciais. Parecendo debater-se entre si, numa tentativa de rompimento com uma certa indiferença e apatia geral dos passantes, *outdoors*, lonas, néons e mesmo letreiros comerciais de grande escala, compostos de letras garrafais, indiciavam já os limites de tolerância ao espaço de visibilidade de uma cidade que ao mesmo tempo se exibia na sua imensidão aparentemente infinita. Sobretudo, São Paulo assumia-se como uma cidade-espetáculo desgarrada de qualquer outra pretensão que não a da celebração do entretenimento e do consumo através da transformação em imagem de uma cultura que se afirma exaltante e, como tal, sedenta da permanente invenção do Novo.

Se, por um lado, a paisagem visual de São Paulo conviria a Guy Debord (1992 [1967]) a título de exemplo ilustrativo do conceito de “sociedade do espetáculo”, por outro, prestar-se-ia ainda a uma experiência similar à experiência que Jean Baudrillard

encetou percorrendo algumas das principais cidades da *America* (1986) sideral dos anos 80, de que resultou um paradigmático ensaio sobre o carácter hiper-real da modernidade. Sobretudo, tratar-se-ia de um caso que não deixaria de servir de oportuno estímulo a uma reflexão sobre *A Euforia Perpétua* (Bruckner, 2002), o frenesim do prazer e do consumo, que caracterizam a cultura ocidental contemporânea, cujo valor ético de algum modo acabou por se esgotar com a própria crise da modernidade.

Para surpresa de muitos, em 26 de Setembro de 2006, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a Lei Cidade Limpa⁸, com o propósito de regulamentar o uso do espaço urbano por parte da comunicação visual comercial, ou seja, restringindo a publicidade exterior e anúncios indicativos.

1. Sobre a noção de felicidade

Desde logo associada quer ao prazer, quer à virtude, a felicidade poderá ser entendida como um “problema”⁹ individual, mas também como um valor fundamental para a vida política e social. Tendo por fim a aplicação do conceito ao estudo de caso que tencionamos discutir, importar-nos-á reportar a esta dupla acepção.

Questionemos antes de mais a natureza da felicidade a partir da noção de prazer. Pode o prazer simplesmente definir-se como um bem, uma virtude a que todos aspiram? Estará o prazer intimamente associado à natureza humana, no sentido em que procuramos evitar a dor e, como tal, tendemos para o prazer?

Seja como for, a atribuição de valor ao prazer não é absolutamente consensual. Para Platão, o prazer em si não é necessariamente um bem, na medida em que aquele não é, em rigor, o contrário do mal que a dor, por exemplo, significaria. Também Aristóteles alerta para a existência de diferentes espécies de prazeres, uns provenientes de ações virtuosas, outros de ações menos nobres. Para este último, o prazer encontra-se, sobretudo, associado à atividade. Diz Aristóteles, “sem atividade não há prazer”. E considerando, com as palavras do filósofo, que a vida é uma espécie de atividade, o prazer poderá ser entendido como uma qualidade universal, se atendermos a que,

⁸ A Prefeitura de São Paulo, sob o mandato de Gilberto Kassab, então Prefeito do Município de São Paulo, regulamentou, através de um decreto publicado no Diário Oficial da Cidade em 6 de Dezembro de 2006, a lei nº 14.223, visando eliminar a poluição visual em São Paulo, proibir todo tipo de publicidade externa, como outdoors, painéis em fachadas de prédios, backlights e frontlights e ainda anúncios publicitários em táxis, autocarros e bicicletas. A legislação procurou ainda restringir os anúncios indicativos, isto é, aqueles que identificam no próprio local a actividade exercida. Foi entretanto estipulado um período de adaptação às novas exigências (até 31 de Março de 2007).

⁹ Em a *Ética Nicomaquea*, precisamente, Aristóteles dedica dois dos seus capítulos aos *problemas* do prazer e da felicidade.

supostamente, “todos desejam viver”. O bem e o mal são próprios não dos prazeres em si, mas das atividades a que correspondem. Assim, é bom o prazer associado a uma atividade boa, e perverso o prazer associado a uma atividade má.

Voltando à noção de *felicidade* propriamente dita, convoquemos uma vez mais Aristóteles, segundo o qual a felicidade é o “fim de todo o humano”, um fim que se procura alcançar por si mesmo e não um meio que visaria a busca de outra coisa fora da felicidade em si mesma. Nesta medida, podemos dizer que a felicidade não é necessariamente coincidente com o prazer. A vida feliz, segundo Aristóteles, é a vida conforme à virtude, a qual tem lugar no esforço e não na diversão. Não será por acaso que o pensador distingue as atividades intelectuais das atividades dos sentidos. São as primeiras aquelas às quais se poderá associar, verdadeiramente, a virtude da felicidade ou, melhor dito, da *felicidade perfeita*. Ao conhecimento e à sabedoria associam-se as atividades e os prazeres mais virtuosos. É interessante notar que para Aristóteles a atividade perfeita é a actividade contemplativa. Na verdade, defende o filósofo que “a felicidade radica no ócio, já que trabalhamos para obter o ócio e fazemos a guerra para obter a paz”. A felicidade será, assim, uma espécie de contemplação.

Em a *Carta sobre a Felicidade*, Epicuro, fundador, a par de Zenão de Cício, de uma das duas principais correntes filosóficas helenísticas (o epicurismo e o estoicismo), afasta-se radicalmente de Aristóteles, ao afirmar o individualismo em resposta à crise da *polis*, do social e das cidades-estado. Aconselhando a recusa da vida pública, Epicuro defendia que o objecto essencial da filosofia consistia em conduzir-nos à felicidade pelo caminho mais curto. Não podendo encontrar-se fora de nós mesmos, a felicidade, para o filósofo, corresponderia a “uma qualidade da existência, alcançável em vida e que se não for obtida neste mundo estará para sempre perdida”. Evitar o sofrimento e a inquietação, tendo em vista “alcançar o estádio em que não se sofre no corpo e não se está perturbado na alma” traduz, segundo Epicuro, a fórmula possível da felicidade. Diz Epicuro a Meneceu, seu destinatário privilegiado: “Acostuma-te nesta questão a pensar que para nós a morte nada é, pois todo o bem e todo o mal residem na sensação”.

Já Séneca, embora admitindo concordância com alguns dos aspetos da filosofia de Epicuro, formula, em *Da Vida feliz*, em moldes diferentes o seu entendimento da felicidade. Em primeiro lugar, não deixando de partilhar do ponto de vista da afirmação do individualismo, Séneca vê na “multidão” e no espírito de “imitação” que lhe é próprio um obstáculo à procura do verdadeiro caminho ou via para a felicidade. Diz o filósofo, “a opinião da multidão é indício do pior. Procuremos, pois, aquilo que é o melhor e não o que é mais comum, aquilo que nos colocará na posse de uma felicidade eterna e não o que tem a aprovação do vulgar”. Em particular, Séneca preocupa-se em

separar a verdadeira felicidade, a qual seria “uma beleza interna e oculta” daquilo que se afirma pela simples aparência, isto é, do mero prazer. Ao contrário da felicidade, associada à virtude e à sabedoria, “o prazer conduz a um ponto em que cessa, e desde o início conhece o seu fim”. A verdadeira felicidade, apenas alcançável na condição de uma alma e corpo sãos, consistiria então em “uma vida conforme à sua própria natureza”, o que quererá dizer uma vida conforme à virtude como coisa simultaneamente elevada, sublime e real. Ou, dito ainda de outro modo, a felicidade corresponderá a um estágio de desocultação, ou seja, à descoberta, para lá das aparências, dos objetos próximos pelos quais passamos sem os ver¹⁰.

A história do pensamento dá conta de diferentes noções de felicidade. Transportando-nos já para a Modernidade, constatamos que a felicidade se encontra necessariamente associada à satisfação dos desejos, bem como ao bem-estar material. Em lugar da antiga condenação moral e religiosa do prazer que a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber, procura esclarecer, impera na sociedade de consumo o direito inalienável à felicidade. De um modo particular, o Maio de 68, sobretudo com Sartre, promove a inversão de valores, na defesa da liberdade *interior* e do direito ao prazer. Contrariando a ideia de uma felicidade espiritual, ou mesmo a ideia da negação da felicidade associada ao prazer, que o pessimismo agostiniano, nomeadamente, havia defendido, a modernidade propõe uma conceção do ser humano segundo a qual este é um ser de sensação e desejo.

Pascal Bruckner (2002), em *A Euforia Perpétua*, propõe uma paradoxal definição de felicidade. Diz o autor (*Ibidem*: 15):

O nosso tempo conta-nos uma estranha fábula: a de uma sociedade dedicada ao hedonismo, para a qual tudo se torna causa de irritação e de suplício. A infelicidade não é só a infelicidade: é, ainda pior, o fracasso da felicidade.

Na verdade, a partir das Luzes e da Revolução Francesa, a promessa de felicidade dirigida a toda a humanidade tornou-se num imperativo ético para a sociedade ocidental. Também Lipovetsky (2007), referindo-se à sociedade do hiperconsumo, fala do carácter paradoxal da felicidade. Nas palavras do autor (*Ibidem*: 12):

As solicitações hedonistas são omnipresentes. A inquietação, a decepção, a insegurança social e pessoal aumentam. Estes são alguns dos aspectos que fazem da sociedade de hiperconsumo a civilização da felicidade paradoxal.

¹⁰ Sobre a noção de “verdadeira felicidade”, em *Da Vida Feliz*, diz Séneca: “Esse bem não está longe, encontrá-lo-emos, basta saber onde estender as mãos; mas agora estamos como no meio das trevas, passando pelos objectos próximos sem os ver...”.

A experiência quotidiana contemporânea, que Maffesoli (1979) caracteriza através da noção de *presenteísmo*, referindo-se ao primado e ao culto do presente, em detrimento da ideia de um movimento progressista rumo a um futuro prometedor, afeta, de modo particular, a própria noção de felicidade. Associada às possibilidades de realização humanas, a felicidade não deixa de se constituir no quadro de uma descrença generalizada, projetada como uma ficção eternamente desfasada da existência no momento presente. Ao mesmo tempo, a vivência do instante é acrescida de uma intensidade trágica, favorecendo-se assim, precisamente, o sentido da efemeridade, o qual motiva o consumo em geral e legítima, em especial, o papel da publicidade.

2. Cidade Limpa, um caso

A discussão pública que o caso *São Paulo, Cidade Limpa* tem suscitado conta com vivos defensores da regulação, do planeamento e da disciplina (urbanistas, arquitetos e promotores turísticos), por um lado, e, por outro, com publicitários, anunciantes, profissionais ligados aos negócios e artistas, os quais não deixam de tecer duras críticas à Lei, em virtude de as suas próprias práticas terem sido violentamente afetadas em resultado da sua aplicação. Não se confinando à extinção da publicidade exterior (com exceção daquela afeta ao mobiliário urbano, para lá de algumas outras exceções), o projeto *Cidade Limpa* estendeu a sua ação ao varrimento, inclusivé, em algumas zonas da cidade, de pinturas murais e de *graffiti*. O eficiente pincel ocre com que se passou a limpar a cidade chegou mesmo a fazer tábua rasa de conhecidas obras de arte pública/urbana de valor estético e cultural reconhecido, como é o caso dos Gêmeos¹¹, artistas com notoriedade internacional que viram uma das suas obras, no Centro de São Paulo, literalmente apagada¹².

No entanto, o projeto *São Paulo, Cidade Limpa* foi apresentado na qualidade de caso internacional na Exposição Universal de Xangai 2010. A propósito do “exemplo a ser seguido por outras municipalidades”, sintetizou então Marcos Caramuru, Cônsul do Brasil em Xangai, justificando as transformações na paisagem urbana paulistana e referindo-se a: “um país que se moderniza, que tem potencial económico, de negócios e que conquista cada vez mais espaço no cenário internacional”. De facto, o Pavilhão de São Paulo localizava-se, por altura da exposição, na Área de Melhores Práticas Urbanas.

¹¹ "Otávio e Gustavo Pandolfo, conhecidos internacionalmente como Os Gêmeos, foram entrevistados na última segunda-feira (14/12), no programa Roda Viva – espaço geralmente reservado a políticos e celebridades –, da TV Cultura. Falando sobre o fato de o grafite ter conquistado espaço como forma de arte e chegar até a museus, Os Gêmeos aproveitaram para cutucar a prefeitura de SP, que apagou mural feito pela dupla, num acesso à avenida 23 de Maio, no Centro". ('Arte - Os Gêmeos criticam Cidade Limpa', *BR Press*, São Paulo, qui, 17 de dezembro de 2009).

¹² Note-se que São Paulo era até há pouco tempo frequentemente designada a “capital do graffiti”.

Um tal acontecimento denuncia, em primeiro lugar, uma associação implícita e imediata entre publicidade e “poluição visual”. A publicidade é de algum modo equiparada a “lixo” que desejavelmente se deverá “limpar” da paisagem. Em segundo lugar, tendo em conta o referido entendimento sobre a publicidade, esta é considerada como um problema social. É em nome do turismo e lazer, mas também invocando “o bem-estar estético, cultural e ambiental da população”, que a Lei *Cidade Limpa* procura legitimar-se, fantasmagorizando sobre o caos e o “visual selvagem”, pré-existent.

Ao mesmo tempo, comerciantes, anunciantes, publicitários e outros profissionais da área reagem vivamente aos impactos sociais e económicos negativos resultantes da aplicação da Lei. Já em 2007 era publicado um pequeno livro de crónicas intitulado precisamente *São Paulo, Cidade Limpa*, da autoria de Gustavo Piqueira, expressivo das dificuldades particulares dos comerciantes, consequentes da regulamentação dos designados “núncios indicativos” (letreiros comerciais). Por meio de um registo semi-ficcional e irónico, o autor procura dar visibilidade a pequenas-grandes tragédias do quotidiano. Sob a forma de uma espécie de denúncia poética, Piqueira expõe o absurdo de algumas situações concretas em resultado, nomeadamente, da aplicação de normas rígidas quanto a limites de escala, de medida e de economia de linguagem que terão comprometido, em alguns casos, a função informativa, fática e outras da mensagem. Inesperadamente, porém, a necessidade de adequação dos recursos de linguagem existentes aos imperativos da Lei terá, por outro lado, estimulado pontualmente a criatividade dos comerciantes...

Prestemos atenção ao art 3º da referida Lei, através do qual se expõe a principal argumentação que lhe serve de fundamentação retórica:

Art. 3º. Constituem objetivos da ordenação da paisagem do Município de São Paulo o atendimento ao interesse público em consonância com os direitos fundamentais da pessoa humana e as necessidades de conforto ambiental, com a melhoria da qualidade de vida urbana, assegurando, dentre outros, os seguintes:

I - o bem-estar estético, cultural e ambiental da população;

II - a segurança das edificações e da população;

III - a valorização do ambiente natural e construído;

IV - a segurança, a fluidez e o conforto nos deslocamentos de veículos e pedestres;

V - a percepção e a compreensão dos elementos referenciais da paisagem;

VI - a preservação da memória cultural;

VII - a preservação e a visualização das características peculiares dos logradouros e das fachadas;

VIII - a preservação e a visualização dos elementos naturais tomados em seu conjunto e em suas peculiaridades ambientais nativas;

IX - o fácil acesso e utilização das funções e serviços de interesse coletivo nas vias e logradouros;

X - o fácil e rápido acesso aos serviços de emergência, tais como bombeiros, ambulâncias e polícia;

XI - o equilíbrio de interesses dos diversos agentes atuantes na cidade para a promoção da melhoria da paisagem do Município”.

Em primeiro lugar, destacamos o facto de a Lei *São Paulo, Cidade Limpa* se auto-legitimar, em termos discursivos, com base na defesa das “necessidades de conforto ambiental”, na “melhoria da qualidade de vida urbana”, bem como na defesa do “bem-estar estético, cultural e ambiental”. À relação com o ambiente urbano são deste modo idealmente associados os valores materiais do prazer e do bem-estar. Repare-se ainda nas expressões usadas logo à cabeça do artigo: “interesse público” e “direitos fundamentais da pessoa humana”. Entendendo-se o bem-estar como uma forma possível de traduzir, na Idade Moderna, o prazer e a felicidade, poder-se-á dizer, à maneira de Adam Smith, que a uma tal formulação subjaz a convicção de que existe uma espécie de “direito natural à felicidade”. A “ordenação da paisagem” que a Lei visa promover é em si apresentada como um bem necessário, simultaneamente, ao bem-estar e à felicidade individual e coletiva. Invocando Jeremy Bentham, segundo o qual importava promover “a maior felicidade para o maior número”, podemos dizer que é de uma noção de felicidade simultaneamente hedonista e utilitarista que aqui se trata de defender. Pautando a sociedade ocidental desde a sua secularização, com as Luzes, a eleição da satisfação dos desejos pessoais, mas também a “promessa de felicidade” para todos constituem as principais linhas de conduta imprescindíveis à justificação da ação política e social. A vida urbana quotidiana compõe, deste ponto de vista, uma esfera

particular de interseção dos interesses privados e comuns. Na defesa da *maior felicidade possível para o maior número possível de pessoas*, a Lei ocupa um papel fundamental, pois como diria Bentham, “se cada um deve agir de modo a promover ao máximo a felicidade própria e a de outrem, é necessário que sejam as leis a favorecer isto, dirigindo a actividade da pessoa”.

Ainda segundo o art. 3º da Lei, um dos principais objetivos seria a defesa de: “a percepção e a compreensão dos elementos referenciais da paisagem”. Ou seja, a eliminação ou as restrições à publicidade exterior visará a desobstrução dos obstáculos à percepção da realidade referencial da paisagem, realidade essa que a publicidade, supostamente, ocultará. A esta preocupação não será estranho, uma vez mais, o pensamento de Guy Debord. Segundo o autor, na sociedade de consumo, à qual Debord se refere como *A Sociedade do Espectáculo*, “o mundo sensível é substituído pelas imagens”. Inspirando-se na percepção da paisagem da *America*, também Jean Baudrillard se refere ao fenómeno de desterritorialização, isto é, ao fenómeno de transformação do território em imagem, em parte operado por via da publicidade exterior, o que tornará a experiência de circulação similar à experiência cinematográfica. Numa celeberrima passagem, diz Baudrillard, “não sabemos se é o cinema que se faz à imagem da paisagem norte-americana ou se é a paisagem que se faz à imagem do cinema”.

Continuando com o enunciado em destaque respeitante à Lei *São Paulo, Cidade Limpa*, note-se que implicitamente se entende a publicidade exterior como uma superfície aparente e enganadora, uma superfície de ocultação dos elementos referenciais da paisagem, isto é, fundamentalmente, da arquitetura e do “ambiente natural”. Arquitetos, urbanistas e promotores do turismo em São Paulo têm-se manifestado tenazes defensores da Lei, invocando, precisamente, a valorização do património edificado, bem como das estruturas e outros equipamentos materiais urbanos¹³.

¹³ Cf. Moyses, Jeferson Munhoz e Wada, Elisabeth. São Paulo Mais Hospitaleira: Projecto Cidade Limpa. *Turydes - revista de investigação em turismo e desenvolvimento local*. Nº1 outubro 2007, disponível em www.eumed.net/rev/turydes/ ou Moyses, Jeferson Munhoz e Wada, Elisabeth. São Paulo Mais Hospitaleira: Projecto Cidade Limpa [Revista Electrónica de Turismo Cultural] Número Especial - 2008. E ainda, a este propósito, repare-se na seguinte passagem: "Apesar de toda a permissividade da lei vigente anteriormente à “Lei Cidade Limpa” (Lei 15.525 de 02 de março de 2003), a sua aprovação tem levantado discussões em diversos setores da sociedade. De um lado estão grande parte dos arquitetos, urbanistas e governistas, que argumentam a favor da retirada radical da publicidade exterior a fim de “limpar” a imagem da cidade de São Paulo e expor a beleza da arquitetura e da estrutura urbana escondidas atrás dos cartazes, já que a fiscalização é ineficiente e a publicidade é considerada por alguns, danosa à saúde pública. Do lado contrário estão, principalmente, comerciantes e anunciantes, que vêem impactos

As palavras de Sêneca, em *Da Vida Feliz*, tornam-se no caso oportunas quando este afirma, rejeitando aquilo que “brilha por fora, mas por dentro é apenas miséria”: “Procuremos um bem que não se afirme pela sua aparência, mas que seja sólido, constante com uma beleza interna e oculta; desenterremo-lo”.

Podemos dizer que a tendência para a simulação que caracteriza a sociedade de massas é aquilo que de algum modo a *Lei São Paulo, Cidade Limpa* pretende contrariar. Uma certa nostalgia pelo real parece servir de inspiração a alguns dos argumentos invocados. A reposição das experiências autênticas através da elisão da artificialidade, no quadro da relação quotidiana com o espaço e paisagem urbanos, impõe-se como um objetivo contrário ao paradigma mundial da cidade do espetáculo¹⁴. A semiotização ou a disneylandização da cidade contemporânea, edificada na celebração da cultura do consumo e do ócio, não mais deverá contar com *São Paulo* enquanto forma espacial particularmente ilustrativa, ou expressiva nomeadamente da euforia pós-moderna, ou seja, do designado “hiper-espaço”. Ao procurar regular o excesso de informação e a hiper-inflação de signos na paisagem, a *Lei São Paulo, Cidade Limpa* invoca assim, aparentemente, o direito à liberdade e consciência crítica individual.

Da inibição da capacidade de assimilação da informação na modernidade falava já Charles Baudelaire (*O Pintor da Vida Moderna*) e mais tarde Walter Benjamin (que chegou mesmo a propor a noção de “choque” para designar a súbita captação do desprevenido inconsciente), assim como Georg Simmel, entre outros.

Ao procurar apagar na sua superfície as marcas do seu próprio ambiente alucinatório, São Paulo desvincula-se, simultaneamente, da sua inscrição na rede global que outros grandes centros hiper-mediatizados articulam: Nova Iorque (Times Square), Los Angeles, Las Vegas, Tóquio, etc. Por outro lado, projetando-se, em certa medida, no modelo da cidade-histórica, aproxima-se do paradigma da cidade europeia. Nomeadamente, é sabido que a cidade de Barcelona, em particular, terá servido de fonte de inspiração à Prefeitura de São Paulo para efeitos de decisão política e elaboração da *Lei*. Na origem de *São Paulo, Cidade Limpa* terá estado o projeto *Barcelona, posa't guapa*, o qual se traduziu, durante um período de cerca de 10 anos,

econômicos e sociais negativos com a obrigatoriedade da retirada da publicidade do espaço público visível”. Mendes, Camila Faccioni (2006) – Paisagem Urbana: uma mídia redescoberta. São Paulo: Editora SENAC.

¹⁴ Sobre o referido paradigma cf. Vázquez, C. G. (2004: 78-86).

pela retirada de *outdoors* em determinadas zonas da cidade, bem como pela recuperação e valorização de fachadas¹⁵.

À partida, tudo levará a crer que o projeto *São Paulo, Cidade Limpa* se inspira na visão culturalista da cidade, a qual conheceu o seu auge através da refundação "científica" do urbanismo com Aldo Rossi e a *Tendência*, por volta dos anos 60 na Europa. O que caracteriza esta visão é, antes de mais, a promoção dos valores espirituais da pessoa, em lugar das suas necessidades materiais, a promoção da identidade local e das tradições, assim como a valorização do sentido estético e artístico da cidade em detrimento da sua lógica funcional.¹⁶ Precisamente, aquilo que aqui se poderá discutir é a exclusão da publicidade exterior desse mesmo sentido estético e artístico que a fundamentação da Lei pressupõe. Segundo esta mesma Lei, um tal valor é associado, quase exclusivamente, à arquitetura bem como a determinados elementos "naturais", estruturais e topográficos, por vezes de valor histórico ou patrimonial (edifícios, praças, ruas...). Similarmente ao movimento da *Tendência* em Itália, a "cidade-arquitetura" ou a "cidade-disciplina" como então era designada, isto é, a conceção da cidade do estrito ponto de vista racional da construção, a par da sua acrescida valorização histórica, parece ter constituído, na verdade, um dos principais motivos de inspiração do projeto *Cidade Limpa*. Definindo-se a natureza publicitária, precisamente, pelo seu caráter efémero e absolutamente presenteísta, esta acaba por se constituir como uma ameaça a uma visão culturalista e histórica da cidade.

Mas os paradigmas estéticos e ideológicos subjacentes ao projeto *Cidade Limpa* pertencem a um tempo bem mais recuado. Já para os Gregos, "a desordem era signo de um estado de crise na sociedade" (Quessada, 2002: 174). Por seu turno, na Modernidade, a harmonia, a estabilidade, a unidade e a ordem persistiam enquanto valores indiscutíveis, os quais orientavam as práticas e políticas urbanas. Em finais do século XIX, em Paris, a Haussmannização da cidade, ou o seu "embelezamento estratégico", é disso exemplo¹⁷.

¹⁵ A propósito do referido projecto, veja-se Moyses, Jeferson Munhoz e Wada, Elisabet. São Paulo Mais Hospitaleira: Projecto Cidade Limpa [Revista Electrónica de Turismo Cultural] Número Especial - 2008: "[Projecto "Barcelona, posa't guapa"] ...uma das grandes referências em beleza urbana segundo Regina Monteiro, arquiteta e urbanista, idealizadora do Projeto Cidade Limpa de São Paulo. De porto industrial de cadente, a capital da Catalunha virou uma potência turística e uma referência em arquitetura. O processo de transformação iniciou-se em 1986 com a retirada de outdoors e a restauração de mais de 5000 fachadas, apoiada de uma forte ação de comunicação que teve a duração de 10 anos e isenção fiscal para a população em obras nas residências ou comércio".

¹⁶ Cf. Vázquez, C. G. (2004: 5-14).

¹⁷ Sobre as políticas urbanistas de Haussmann, diz Walter Benjamin (2002: 57.): "O ideal urbanista de Haussmann era as perspectivas sobre as quais se abriam longas fileiras de ruas. Este ideal corresponde à tendência corrente no século XIX de enobrecer as necessidades técnicas através de pseudo-fins artísticos.

3. Na recusa ou na perseguição da felicidade?

Enfin, du point de vue du politique, la publicité représente une tentative parodique, donc ultime, de sauver le sens et la représentation comme seuls modes possibles pour concevoir l'idée d'une collectivité en acte. Même si c'est sur le mode altéré de la société de consommation de soi, la publicité propose la dernière version de la représentation, cette fiction nécessaire au commerce symbolique entre les humains afin qu'il y ait du collectif. (Quessada, 2002: 186).

O projeto *São Paulo, Cidade Limpa* parece querer perseguir, tardiamente, o sonho da modernidade. O bem-estar e a felicidade são entendidos à luz do pensamento platónico-cartesiano, ou seja, na recusa da desordem, do caos, do excesso¹⁸. Para Platão, a materialização da filosofia na realidade da cidade obrigava à sua submissão à ordem, em última análise a ordem universal do *logos*. O ideal da filosofia poderá assim julgar-se ascético, isto é, edificado na distância ao mundo e na negação dos sentidos. Como diria Sócrates, a felicidade residirá, então, não na posse de bens valiosos, mas na perda do desejo dos mesmos (Quessada, 2002: 177).

A “cidade dos sentidos”, segundo o projeto *Cidade Limpa*, deverá cingir-se às formas arquitetónicas, o que é o mesmo que dizer, às formas indispensáveis à preservação da memória coletiva. O paradigma culturalista que outrora postulava a cidade-histórica procura assim impor-se numa tentativa de suposta restituição da “boa imagem” (Kevin Lynch, 2004) à cidade. Por “boa imagem” entende Kevin Lynch o modo como os habitantes percebem a cidade, bem como a possibilidade de construção de uma imagem mental capaz de favorecer a orientação no espaço. Precisamente, não será irrelevante notar que em resposta à invocação da questão da orientação e circulação no espaço como um dos principais argumentos que fundamentam a Lei, se tenham igualmente manifestado opiniões contrárias que referem, em resultado da extinção da publicidade exterior, a perda de valor em termos do referencial que servia essa mesma orientação.

A extinção da publicidade exterior da cidade de São Paulo significa, porém, muito mais do que uma transformação no aspeto da paisagem ou mesmo uma transformação no sentido da orientação no espaço por parte dos seus habitantes. A sua erradicação

Os tempos do poder espiritual e secular da burguesia deveria encontrar a sua apoteose no quadro das fileiras de ruas”.

¹⁸ Lipovetsky e Serroy (2007: 267-272), a propósito do fenómeno da ecrânização global, e referindo-se em particular à publicidade, reflectem criticamente sobre a “imagem-excesso” instalada na cultura contemporânea.

compromete o espaço político concreto da cidade. Invocando Quessada (2002: 171-208), podemos afirmar que a publicidade surgiu, precisamente, como a materialização dos interesses corporativistas da filosofia, o seu corpo, o seu devir-mundo. A inscrição da publicidade na *polis* serve, neste sentido, a ligação social junto dos passantes. Segundo Quessada (2002: 183), a filosofia, uma vez excluída da *polis*, terá transitado para o discurso publicitário, o qual por sua vez cumprirá uma função política pela possibilidade de confrontação de ideias a que se oferece. Afirmando-se na sua vocação retórica e persuasiva, a publicidade não deixa de se assumir, segundo a autora, como legítima herdeira da filosofia. Por meio do uso de uma linguagem simultaneamente racional e argumentativa, a publicidade não se dispensa de abrigar o Bem e a Verdade, valores outrora estritamente confinados à filosofia e em contraposição com a vida prática do quotidiano.

Como refere Qualter (1994), resiste no entanto, na nossa sociedade, uma consciência puritana. Diz o autor: "Apesar da enorme transformação cultural das últimas décadas, alguns valores puritanos ainda sobrevivem, facto que ajuda a explicar uma certa ambivalência face à publicidade" (*Ibidem*: 46). Na verdade, podemos equacionar a possibilidade de o debate resultante da extinção da publicidade exterior na cidade de São Paulo indiciar a resistência implícita, na contemporaneidade, de uma tensão existente entre a filosofia, na sua vocação mais idealizante, segundo a qual a felicidade é o seu próprio imperativo categórico, e a prática retórica, a arte de persuadir, herdeira da poesia e da sofística. Numa perspetiva filosófica, entende-se por felicidade a busca do sentido permanente e durável de todas as coisas. Precisamente, a publicidade confunde-se com a imagem e com o simulacro, sendo percebida como contrária a toda a referência, ou seja, como "uma insuportável impressão de presente" (Quessada, 2002: 185). É nesta medida que a fundamentação discursiva do projeto *Cidade Limpa* defende a necessidade de aniquilação das imagens e a simultânea reposição do referencial arquitetónico ou natural. Em lugar do simulacro, defende-se a suposta presença inteira da coisa mesma.

Porém, convém não esquecer que propondo a substituição do mundo por uma sua representação ideal, a publicidade partilha, paradoxalmente, o propósito da própria filosofia, isto é, "apresenta-se como o discurso providencial que, em si mesmo, pode conduzir os humanos, integrados em sociedade, no sentido da felicidade individual e coletiva..." (Quessada, 2002: 185). Segundo Quessada (*Idem*: 191-192):

A publicidade representa o modo como a filosofia se pôde realizar no mundo através de uma vitória dos ideais democráticos. Ela dá forma, realidade e

atualidade à ideia filosófica de uma comunidade regida racionalmente por um discurso ao qual os cidadãos aderem «livremente», isto é, através de uma servidão total e voluntária à ordem uniformizante do *logos* racional.

No quadro da sociedade pós-moderna, a felicidade corresponde, frequentemente, e tal como aponta Lipovetsky (2006), a um sentimento paradoxal. Por um lado, o bem-estar material é-nos prometido como porta de acesso a uma desejada vida feliz. Por outro, uma vez submetidos à ordem universal do consumo, os indivíduos tornam-se ao mesmo tempo cativos da ansiedade, medo e insegurança que essa mesma ordem estimula.

A par da questão ética, coloca-se a questão estética da publicidade. Tomando como ponto de partida o enunciado de Jean Baudrillard segundo o qual a publicidade em si mesma é o produto que, antes de mais, consumimos, podemos-nos interrogar sobre a importância da experiência estética do consumo como ingrediente da própria “felicidade”. Concebida, em particular, para o consumo do olhar, a publicidade exterior oferece-se à possibilidade do simples prazer de um efémero passeio imaginário. Numa cidade como São Paulo, embora esta seja suscetível de se propiciar a um certo culto da indiferença à imagem, a prática quotidiana de circulação, com todas as contrariedades inerentes implicadas (filas de trânsito...), não deixa de se abrir, pontualmente, ao desejo de repouso e distração do olhar...

4. Desejo de ordem vs experiência do caos

A publicidade partilha com a filosofia platónico-cartesiana de um determinado desejo de “ordem uniformizante”. Porém, o projeto *Cidade Limpa* pressupõe que a publicidade exterior reproduz a organicidade desregrada de uma espécie de “corpo-sem-órgãos” (Deleuze e Guattari), isto é, a mistura de formas e de funções em que se traduz o temido caos urbano. Esvaziada de conteúdo, a publicidade esvazia-se da sua própria função discursiva, uma vez percebida na sua estrita natureza formal e, como tal, enquanto parte indiferenciada de um tecido fractal que urge combater¹⁹. O que por sua vez se torna igualmente contraditório, atendendo a que se admite, no quadro da própria teoria do caos, a existência de uma ordem. Diversos urbanistas contemporâneos referem que a entropia ou a aparência caótica das grandes metrópoles, nomeadamente no que diz respeito a algumas das cidades norte-americanas, caracteriza a condição evanescente do chamado tardo-capitalismo.

¹⁹ Sobre o «fractal» (definido como forma geométrica simples que se repete em níveis cada vez mais pequenos, indiciando a existência de uma forma comum unificadora da natureza), aplicado a uma visão organicista da cidade, pronuncia-se Vásquez (2004: 123-126).

Sobretudo, importará considerar o carácter de permanente mobilidade que inviabiliza qualquer sonho de fixação ou permanência da noção ontológica de cidade. O espaço urbano é, talvez, cada vez mais liquefeito e a sua materialidade possível encontra na permanente fluidez um modo rizomático de se fazer corpo. Neste sentido, a publicidade exterior serve apenas uma imparável transformação que por via da relação, tantas vezes tensiva, entre o individual e o social, se agiliza. Em si, a publicidade exterior não é um bem nem é um mal. Apenas participa da enfermidade, mais ou menos visível, da cidade-vivida...

Referências Bibliográficas

- Aristóteles (2004) *Ética Nicomaquea / Política*, México: Porrúa.
- Aristóteles, Epicuro, Marco Aurelio, Cicerón, Séneca & Plutarco (2001) *La Felicidad*, México: Alamah.
- Baudelaire, C. (2013) *O Pintor da Vida Moderna*, Editora Nova Vega.
- Baudrillard, J. (1986) *Amérique*, Paris: Grasset.
- Benjamin, W. [Tiedmann, Rolf (Ed.)] (2002) *Arcades Project*, Belknap Press.
- Bentham, J. (2007) [1780] *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, NY : Dover Publications.
- Bruckner, P. (2002) *A Euforia Perpétua. Ensaio Sobre o Dever de Felicidade*, Lisboa: Notícias Editorial (trad. António Cruz Belo).
- Debord, G. (1992) *La Société du Spectacle*, Paris: Gallimard.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (S/D) *O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Epicuro & Séneca (2008) *Carta Sobre a Felicidade [Epicuro] e Da Vida Feliz [Séneca]*, Lisboa: Relógio D'Água (trad. João Forte).
- García Vázquez, C. (2004) *Ciudad hojaldre. Visiones urbanas del siglo XXI*, Barcelona: Gustavo Gili (78-86).
- Lipovetsky, G. (2007) *A Felicidade Paradoxal. Ensaio Sobre a Sociedade do Hiperconsumo*, Lisboa: Edições 70 (trad. Patrícia Xavier).
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2007) *L'Écran Global*, Paris: Seuil.
- Lynch, K. (2004) *La Imagem de la Ciudad*, Barcelona: Gustavo Gili.
- Maffesoli, M. (1979) *La Conquete du Présent*, Paris: PUF.

Piqueira, G. (2007) *São Paulo, Cidade Limpa*, São Paulo: Rex Projetos e Editora.

Quessada, D. (2002) *L'esclavemaître*, Paris: Éditions Verticales.

Qualter, T. H. (1994) *Publicidad y Democracia en La Sociedad de Masas*, Barcelona: Ediciones Paidós.

Simmel, G. (2011) *Philosophy of Money*, Taylor and Francis.

Smith, A. (2005) [1776] *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Pennsylvania State University.

Walter B. (2002) *Paris, Capitale du XIXe Siècle. Le Livre des Passages*, Paris: Cerf.

Weber, M. (2001) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa: Editorial Presença.

Helena Pires é Professora Auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e investigadora do CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade), Universidade do Minho.

hlena.pires538@gmail.com; hpires@ics.uminho.pt

USES OF SPACE, FREEDOMS AND CONSTRAINTS

São Paulo, Clean City: a case study

Helena Pires

University of Minho, Portugal

Abstract: The sensible forms that stand the daily experience of movement through urban space in outdoor advertising are one of the most conducive to the exercise of social life. However, outdoor advertising imposing on a dialogical relationship is not always peaceful, perceived as a threat to the order (disorder) of the city. Can the ads stop wanting to affirm the place of persuasion, seduction and poetics in the context of contemporary urban life? On September 26, 2006, the Municipality of São Paulo, Brazil, approved the Clean City Law, seeking a ban on outdoor advertising. Since then, a fierce controversy has occupied citizens, politicians, architects, planners, publicists, and artists, among different types of actors in defense of views sometimes radically irreconcilable. It is our belief that underlying such a discussion there are different notions of happiness, individual or collective, in its particular application to space and culture of the city, in preparation of the World Cup 2014 (in São Paulo).

Keywords: uses of urban space; outdoor advertising; happiness; freedoms and constraints.

Introduction

A visit to the city of São Paulo, before 2007, would hardly fail to impress the sight due to the visual impact outdoor advertising originated in the landscape. Side by side with some buildings or structures of architectural and cultural interest, the excessive expression of profuse and often blatant commercial messages in the landscape stood out. As if fighting among themselves, in an attempt to break with a certain indifference and general apathy of bystanders, billboards, plastic sheets, neon signs and even large-scale commercial signs, composed of bold letters, already showed the limits of tolerance to the visibility space of a city that, at the same time, presented itself in its seemingly infinite immenseness. Above all, São Paulo acted as a city of spectacle which had no other pretense rather than the celebration of entertainment and consumption through the transformation into an image of a culture that is exhilarating and, as such, thirsty of the permanent invention of New.

If, on the one hand, the visual landscape of São Paulo would suit Guy Debord (1992 [1967]) as an illustrative example of the concept of «society of the spectacle», on the other, it would also provide a similar experience to the one Jean Baudrillard undertook traversing some of the major cities of the sidereal *America* (1986) of the eighties, from which resulted a paradigmatic essay on the hyper-real character of modernity. Above

all, this would be a case that would serve as opportune stimulus to a reflection on the *Perpetual Euphoria* (Bruckner, 2002), the frenzy of pleasure and consumption, that characterize the contemporary Western culture, whose ethical value somehow ended up depleting itself with the crisis of modernity.

To the surprise of many, on the 26th of September of 2006, the São Paulo Municipal Chamber approved the *Clean City Law*²⁰, with the purpose of regulating the use of urban space by the commercial visual communication, that is to say, restricting outdoor advertising and indicative ads.

1. On the notion of happiness

Immediately associated to pleasure and to virtue, happiness can be understood as an individual «problem»²¹, but also as a fundamental value to social and political life. Having, finally, the application of the concept to the case study we intend to discuss, it is important to refer to this double meaning.

Let us question first the nature of happiness from the notion of pleasure. Can pleasure simply be defined as a good, as a virtue to which all aspire? Is pleasure closely associated to human nature, in the sense that we try to avoid pain and, as such, we tend to pleasure?

Either way, attributing value to pleasure is not completely consensual. For Plato, pleasure in itself is not necessarily good, to the extent that the first is not, strictly speaking, the opposite of evil that pain, for example, would mean. Aristotle alerts, too, to the existence of different kinds of pleasures, some arising from virtuous actions, others from less virtuous ones. For the latter, pleasure is mostly associated with activity. Aristotle says, «without activity there is no pleasure». And considering, with the words of the philosopher, that life is a sort of activity, pleasure can be understood as a universal quality if we bear in mind that, supposedly, «everyone wishes to live». Good and evil are proper not of the pleasures themselves, but of the activities they

²⁰ The Prefecture of São Paulo, under Gilberto Kassab's mandate, who was then Prefect of the São Paulo Municipal Chamber, regulated, by a decree published in the Official Journal of the City, on the 6th of December of 2006, Law No. 14.223, aiming to eliminate visual pollution in São Paulo, to prohibit all kinds of external advertising, such as billboards, panels on facades of buildings, back lights and front lights and also advertisements on taxis, buses and bicycles. The legislation also sought to restrict indicative ads, that is to say, those that identify the activity carried out on the spot. In the meanwhile, a period of adaptation to new demands was established (until the 31st of March of 2007).

²¹ In *Nicomachean Ethics*, Aristotle devotes two of its chapters to the *problems* of pleasure and happiness.

correspond to. So, the pleasure associated with a good activity is good and pleasure associated with a bad activity is perverse.

Going back to the notion of *happiness* itself, let us once more recall Aristotle, according to whom happiness is the «goal of all human being», a goal one seeks to achieve by itself and not a means that would relate to the search for something else outside happiness itself. In this sense, we can say happiness is not necessarily coincident with pleasure. Happy life, according to Aristotle, is the life consistent with virtue, which takes place in the effort and not in diversion. It is not by chance the thinker distinguishes intellectual activities from activities of the senses. To the first ones can one truly associate the virtue of happiness, or, better said, of *perfect happiness*. The most virtuous activities and pleasures are associated to knowledge and wisdom. It is interesting to note that, for Aristotle, the perfect activity is the contemplative activity. In fact, the philosopher defends «happiness is rooted in leisure, as we work to get leisure and make war to get peace». «Happiness is, therefore, a sort of contemplation».

In the *Letter on Happiness*, Epicurus, founder, along with Zeno of Citium, of one of the two main Hellenistic philosophical currents (Epicureanism and Stoicism), departs radically from Aristotle, when affirming individualism in response to the crisis of the *polis*, the social and the City-States. Advising the refusal of public life, Epicurus advocated that the essential object of philosophy was to lead us to happiness along the shortest path. Unable to be found outside ourselves, happiness, to the philosopher, would correspond to a «quality of existence, achievable in life and, if not obtained in this world, it will be forever lost». Avoiding suffering and restlessness, in order «to reach the stage where one does not suffer in the body and is not disturbed in the soul» translates, according to Epicurus, the possible formula of happiness. Epicurus tells Menoeceus, his privileged recipient: «Accustom yourself to believing that death is nothing to us, for good and evil reside in sensation».

As for Seneca, though admitting agreement with some of the aspects of Epicurus' philosophy, he formulates, in *Of a Happy Life*, his understanding of happiness differently. Firstly, whilst sharing the point of view on the affirmation of individualism, Seneca sees the «crowd» and the spirit of «imitation» it has as an obstacle to finding the true path or route to happiness. The philosopher says «the opinion of the crowd is a sign of the worst. Let us, therefore, search for what is the best and not what is the most common, what will put us in possession of an eternal happiness and not what has the approval of the ordinary». In particular, Seneca considers the separation of true happiness, which would be «an inner and hidden beauty», from what affirms itself

through mere appearance, that is to say, mere pleasure. Unlike happiness, associated with virtue and wisdom, «pleasure leads to a point at which it ceases, and knows its end from the beginning ». True happiness, only reachable on condition of a healthy body and soul, would thus be «a life in accordance to its own nature», which means a life in accordance to virtue as a simultaneously high, sublime and real thing. Or, in other words, happiness corresponds to a stadium of unconcealment, that is to say, the discovery, beyond appearances, of nearby objects we passed by without seeing them²².

The history of thinking gives an account of different notions of happiness. Transporting us to Modernity, we see that happiness is necessarily associated with the satisfaction of desires, as well as with material well-being. In place of the old moral and religious condemnation of pleasure that Max Weber's *Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* try to clarify, the inalienable right to happiness reigns in the consumer society. In particular, May 68, especially with Sartre, promotes the inversion of values, in the defense of the *inner* freedom and the right to pleasure. Contrary to the idea of spiritual happiness or even the idea of denial of happiness associated with pleasure, that the Augustinian pessimism had defended, modernity proposes a vision of man according to which he is a being of sensation and desire.

Pascal Bruckner (2002), in *Perpetual Euphoria*, proposes a paradoxical definition of happiness. The author (*Ibidem*: 15) says:

Our time tells us a strange fable: that of a society devoted to hedonism, to which everything becomes the cause of irritation and of torture. Unhappiness is not only unhappiness: it is, even worse, the failure of happiness.

In fact, after the Enlightenment and the French Revolution, the promise of happiness directed to all humanity became an ethical imperative to the Western society. Lipovetsky (2006), referring to the society of hyper-consumption, talks about the paradoxical nature of happiness too. In the words of the author (*Ibidem*: 12):

The hedonist requests are ubiquitous. Restlessness, disappointment, social and personal insecurity increase. These are some of the aspects that turn the hyper-consumption society into the civilization of the paradoxical happiness.

²² On the notion of «real happiness», in *Of the Happy Life*, Seneca says: This good is placed not far off, we will find it, we need only to know where to stretch out our hands; but now it is as if we were in the midst of darkness, passing objects near at hand without seeing them....».

The contemporary daily experience, that Maffesoli (1979) characterizes through the notion of *presenteeism*, referring to the primacy and the worship of the present, to the detriment of the idea of a progressive movement towards a promising future, affects, in particular, the very notion of happiness. Associated with the possibilities of human accomplishment, happiness does not cease to be part of a widespread disbelief, projected as a fiction eternally alienated from the existence at the present moment. At the same time, the experience of the moment has a greater tragic intensity, thus favoring the meaning of ephemerality, which motivates consumption in general and legitimates, in particular, the role of advertising.

2. *Clean City*, a case

The public discussion created by the *São Paulo, Clean City* case counts with the great advocates of regulation, planning and discipline (urban planners, architects and tourism agents), on the one hand, and, on the other, with advertisers, announcers, business professionals and artists, who weave harsh criticism to the Law, as their own practices have been violently affected as a result of its implementation. Not confining to the extinction of the outdoor advertising (with the exception with the one linked to street furniture, apart from some other exceptions), the project *Clean City* has also extended its action to the erasing of murals and graffiti from some areas in the city. The efficient ochre brush with which the city was cleaned even went so far as to make tabula rasa of well-known works of public/urban art of renowned aesthetic and cultural value, as is the case of the Gémeos (Twins)²³, artists with international notoriety who saw one of their works literally erased²⁴ in the Centre of São Paulo.

However, the *São Paulo, Clean City* project was presented as an international case in Shanghai World Expo 2010. Following the notion that it is an «example to be followed by other municipalities», Marcos Caramuru, Consul of Brazil in Shanghai, synthesized the idea, justifying the transformations in the urban landscape of São Paulo: «a country that is modernizing itself, which has economic, business potential and is conquering more and more space in the international scenery». In fact, the São Paulo Pavilion was located, at the time of exhibition, in the Urban Best Practices Area.

²³ "Otávio and Gustavo Pandolfo, internationally known as the Gémeos (Twins), were interviewed last Monday (14/12), on TV Cultura's Roda Viva programme – a space usually reserved for politicians and celebrities -. Talking about the fact that graffiti has conquered a place as a form of art and even reached museums, the Twins took the opportunity to poke the Prefecture of SP, which had erased a mural made by the duo, on an access to the 23 de Maio Avenue, in the centre of the city". ('Arte - Os Gémeos criticam Cidade Limpa', *BR Press*, São Paulo, qui, 17 de Dezembro de 2009) ('Art – The Twins criticize the Clean City' *BR Press*, São Paulo, Wed., 17 of December of 2009).

²⁴ It should be noted that São Paulo was, until recently, often referred to as the «capital of graffiti».

Such an event denounces, firstly, an implicit and immediate association between advertising and «visual pollution». Advertising is somehow compared to «litter» that desirably should be «cleaned» from the landscape. Secondly, taking into account the above understanding of advertising, this is regarded as a social problem. It is on behalf of tourism and leisure, but also invoking «the aesthetic, cultural and environmental well-being of the population», that the *Clean City* Law seeks to legitimize itself, phantomizing about the pre-existing chaos and «savage visual».

At the same time, merchants, advertisers, announcers and other professionals of the area strongly react to the negative social and economic impacts resulting from the implementation of the Law. In 2007, there was the publication of a small book of Chronicles entitled *São Paulo, City Clean*, by Gustavo Piqueira, which expressed the particular difficulties of traders, resulting from the regulation of designated «indicative ads» (banners). Through a semi-fictional and ironic record, the author seeks to give visibility to small-great tragedies of everyday life. Under a somewhat form of poetic denunciation, Piqueira exposes the absurdity of some concrete situations as a result, namely, of the implementation of strict norms about scale, measurement and language economy limits that would have compromised, in some cases, the informative, the phatic and other functions of the message. Unexpectedly, however, the need to adequate the existing language features to the imperatives of Law, on the other hand, stimulated the tradesmen' creativity...

Let us consider art. 3 of the aforementioned Law, which exposes the main argument that serves as its rhetoric basis:

Art. 3. The objective of the landscape planning of the São Paulo Municipal Chamber is to serve public interest in accordance to the person's fundamental rights and the needs of the environmental comfort, with the improvement of the quality of urban life, by ensuring, among others, the following:

I - the aesthetic, cultural and environmental well-being of the population;

II - the security of buildings and of the population;

III - the enhancement of the natural and the built environment;

IV - security, fluidity and comfort in the movement of vehicles and pedestrians;

V - the perception and the understanding of the reference elements of the landscape;

VI - the preservation of cultural memory;

VII - a preservação e a visualização das características peculiares dos logradouros e das fachadas;

VIII - the preservation and the display of the peculiar characteristics of public places and facades;

IX - the easy access and use of the functions and services of collective interest in roads and public places;

X - the quick and easy access to emergency services such as firemen, ambulances and the police;

XI - the balance of interests of the various agents operating in the city to promote improvement of the municipal landscape.

Firstly, we highlight the fact that the *São Paulo, Clean City* Law legitimates itself, in discursive terms, based on the defense of the «environmental comfort needs», on the «improvement of the quality of urban life», as well as on the defense of «aesthetic, cultural and environmental well-being». To the relation with the urban environment are thus ideally associated material values of pleasure and well-being. Also note the expressions used at the head of article: «public interest» and «fundamental rights of the human person». Understanding well-being as a possible way to translate, in Modern Age, the pleasure and happiness, one can say, in Adam Smith's style, that such a formulation underlies the conviction that there is a sort of «natural right to happiness». The «landscape organization» the law aims to promote is presented as a good that is simultaneously necessary to the well-being and to individual and collective happiness. Invoking Jeremy Bentham, according to whom it was important to promote «the greatest happiness for the greatest number», we can say that what is defended here is a notion of a simultaneously hedonistic and utilitarian happiness. Regulating the Western society since its secularization, with the Enlightenment, the election of the satisfaction of personal desires, but also the «promise of happiness» for all constitute the main lines of conduct which are indispensable to justify political and social action. Daily urban life forms, from this point of view, a particular sphere of intersection of private and common interests. In defense of *the greatest happiness possible for as many people as possible*, the Law occupies a fundamental role, because, as Bentham would say, «if everyone should act so as to promote one's happiness and the happiness of others to the utmost, it is necessary that laws encourage it, directing the person's activity».

Also according to art. 3 of the Law, one of the main objectives would be to defend: «the perception and understanding of the reference elements of the landscape». In other words, the elimination or the restrictions on outdoor advertising has, as objective, the clearing of obstacles to the perception of the referential reality of landscape, which is supposedly hidden by advertising. This concern is not dissociated, once more, from Guy Debord's thinking. According to the author, in the consumer society, referred to as *The Society of the Spectacle* by Debord, «the sensible world is replaced by images». Inspired by the landscape perception in *America*, Jean Baudrillard too refers to the phenomenon of deterritorialization, that is to say, to the phenomenon of transformation of the territory into an image, partly operated by outdoor advertising, which will make the circulation experience similar to the cinematic experience. On a rather famous passage, Baudrillard says «we do not know if it is the cinema that is made at the image of the landscape or if it is the landscape that is made at the image of the cinema».

Proceeding with the *São Paulo, Clean City Law* subject, it should be noted that, implicitly, outdoor advertising is seen as an apparent and misleading surface, a surface of concealment of reference elements of the landscape, that is to say, mainly of the architecture and of the «natural environment». Architects, urban planners and tourism promoters in São Paulo have been tenacious defenders of the law, invoking, precisely, the appreciation of the built heritage, as well as of the structures and other urban materials equipment²⁵.

Seneca's words, in *Of the Happy Life*, become appropriate to the case when he says, rejecting what «shines on the outside, but inside it is just misery»: «Let us seek for a

²⁵ Cf. Moyses, Jeferson Munhoz and Wada, Elisabeth. São Paulo Mais Hospitaleira: Projecto Cidade Limpa. *Turydes - revista de investigação em turismo e desenvolvimento local*. Nº1 octubre-outubro 2007 (A More Welcoming São Paulo: Clean City Project. *Turydes – research journal on tourism and local development*. No.1 October 2007), available at www.eumed.net/rev/turydes/ or Moyses, Jeferson Munhoz and Wada, Elisabeth. São Paulo Mais Hospitaleira: Projecto Cidade Limpa [Revista Electrónica de Turismo Cultural] Número Especial - 2008 (A More Welcoming São Paulo: Clean City Project.[Eletronic Journal on Cultural Tourism] Special Number - 2008). In this context, also note the following passage: "In spite of all the permissiveness of existing law before "Clean City Law "(Law 15.525 of March 2, 2003), its approval has raised discussions in various sectors of society. On the one side, there are the major part of the architects, urban-planners and those governing, who argue in favour of the radical withdrawal of outdoor advertising in order to "clean" the image of the city of São Paulo and expose the beauty of the architecture and the urban structure hidden behind the posters, as inspection is ineffective and advertising is considered, by some, harmful to public health. On the other side, there are mainly merchants and advertisers, who see negative social and economic impacts with the obligatory withdrawal of advertising from public space visible". Mendes, Camila Faccioni (2006) – Paisagem Urbana: uma mídia redescoberta. São Paulo: Editora SENAC. (Urban Landscape: a rediscovered media. São Paulo: Editora SENAC.)

good which is more than its appearance, but which is solid, constant with an inner and hidden beauty; for this let us delve.»

We can say that the tendency to simulation that characterizes the mass society is what, somehow, the *São Paulo, Clean City Law* intends to counteract. A certain nostalgia for the real seems to serve as inspiration to some of the arguments invoked. The restitution of authentic experiences through the elision of artificiality, in the framework of the everyday relation with space and urban landscape, acts an objective which is opposite to the world paradigm of the city of spectacle²⁶. The semiotization or the disneylandization of the contemporary city, built in celebration of the culture of consumption and leisure, can no longer rely on São Paulo as a particularly illustrative spatial form, or expressive, namely, of the post-modern euphoria, that is to say, of the so-called «hyperspace». In seeking to regulate the excess of information and the hyperinflation of signs on the landscape, the *São Paulo, Clean City Law* thus invokes, apparently, the right to freedom and to one's critical conscience.

Charles Baudelaire (*The Painter of Modern Life*) had already spoken of the inhibition of the ability to assimilate information in modernity and so did Walter Benjamin (who even proposed the concept of «shock» to designate the sudden capture of the unprovided unconscious) later, as well as George Simmel, among others.

While aiming at erasing the marks, from its surface, of its own hallucinatory environment, São Paulo simultaneously frees itself from enlisting in the global network that other hipper-mediatised major centers articulate: New York (Times Square), Los Angeles, Las Vegas, Tokyo, etc. On the other hand, projecting itself, to some extent, on the model of historical-city, it approaches the paradigm of European city. In particular, it is known that the city of Barcelona has served as a source of inspiration for Prefecture of São Paulo for purposes of political decision and the drafting of the *Law*. The *Barcelona, posa't guapa (Barcelona, embellish yourself)* Project was the basis of the *São Paulo, Clean City* project, which resulted, for a period of about 10 years, in the removal of billboards in certain areas of the city, as well as in the recovery and valorization of facades²⁷.

²⁶ On the referred paradigm, cf. Vázquez, C. G. (2004: 78-86).

²⁷ On the referred project, see Moyses, Jeferson Munhoz and Wada, Elisabet. São Paulo Mais Hospitaleira: Projecto Cidade Limpa [Revista Electrónica de Turismo Cultural] Número Especial – 2008 (A More welcoming São Paulo: Clean City Project [Electronic Journal of Cultural Tourism] Special Issue – 2008): ["Barcelona, posa't guapa" Project]... one of the major references in urban beauty according to Regina Monteiro, architect and urban planner, creator of the São Paulo Clean City Project. From a decadent industrial port, the capital of Catalonia evolved to a tourist power and a reference in architecture. The transformation process started in 1986 with the removal of billboards and the restoration of more than

It seems that the *São Paulo, Clean City* project is inspired by the culturalist vision of the city, which has met its peak through the urbanism "scientific" re-foundation with Aldo Rossi and the Trend, around the sixties in Europe. This vision is characterized, first of all, by the promotion of the person's spiritual values, instead of one's material needs, the promotion of the local identity and traditions, as well as the appreciation of the aesthetic and artistic sense of the city at the expense of its functional logic²⁸. The exclusion of outdoor advertising from that same artistic and aesthetic sense presupposed by the basis of the Law is precisely what can be debated here. According to this same Law, such a value is associated, almost exclusively, to architecture, as well as to certain «natural», structural and topographical elements, sometimes of historical or patrimonial value (buildings, plazas, streets...). Similarly to the *Trend* movement in Italy, the «architecture-city» or «discipline-city», as it was then called, that is to say, the conception of the city, from the strict point of view of the rational construction, alongside with the increase of its historic value, seems to have been, in fact, one of the main inspiring reasons for the creation of the *Clean City* project. By defining the advertising nature, precisely, by its ephemeral and absolutely presenteeistic nature, this becomes a threat to a culturalist and historic vision of the city.

But the aesthetic and ideological paradigms underlying the *Clean City* Project are to be found much earlier in time. Even to the Greeks, "the disorder was sign of a state of crisis in society" (Quessada, 2010: 174). On the other hand, in Modernity, harmony, stability, unity and order persisted as indisputable values, which oriented practices and urban policies. In the late 19th century, in Paris, the Haussmannization of the city or its «strategic beautification» is an example of that²⁹.

3. In the refusal or in the pursuit of happiness??

Enfin, du point de vue du politique, la publicité représente une tentative parodique, donc ultime, de sauver le sens et la représentation comme seuls modes possibles pour concevoir l'idée d'une collectivité en acte. Même si c'est sur le mode altéré de la société de consommation de soi, la publicité propose la dernière version de la représentation, cette fiction nécessaire au

5000 facades, supported by a strong communication action that lasted for 10 years and tax exemption for the population for works on residences or trade".

²⁸ Cf. Vásquez, C. G. (2004: 5-14).

²⁹ On Haussmann's urban policies, Walter Benjamin (2002: 57) says: "Haussmann's ideal in city planning consisted of long straight streets opening onto broad perspectives. This ideal corresponds to the current trend in the 19th century of ennobling the technical needs through artistic pseudo-ends. The temples of the bourgeoisie's spiritual and secular power were to find their apotheosis within the framework of these long streets."

commerce symbolique entre les humains afin qu'il y ait du collectif. (Quessada, 2002: 186).

The *São Paulo, Clean City* project seems to belatedly want to pursue the dream of modernity. Well-being and happiness are understood under the light of the Platonic-Cartesian thinking, that is to say, the refusal of disorder, of chaos, of excess³⁰. For Plato, the materialization of philosophy in the reality of the city made its submission to the order compulsory, in sum, the universal order of the *logos*. The ideal of philosophy might as well be considered as ascetic, built in the distance of the world and in the denial of the senses. As Socrates would say, happiness will reside so not in the possession of valuable assets, but in losing the desire for them (Quessada, 2002: 177).

The «city of the senses», according to the *Clean City* Project, should be limited to architectural forms, that is to say, to the forms necessary to the preservation of the collective memory. The culturalist paradigm which once defended the historical-city now tries to impose itself through the attempt of a presumed restitution of the «good image» (Kevin Lynch, 2004) to the city. Kevin Lynch defines «good image» as the way inhabitants perceive the city, as well as the possibility to build a mental image which is capable of facilitating orientation in space. And precisely, it is not irrelevant to note that, in response to the invocation of the space orientation and circulation issue as one of the main arguments that underlies the law, there were also contrary opinions that refer to the loss of value in terms of the referential that served this same orientation as a result of the extinction of outdoor advertising.

The extinction of the external advertising from the city of São Paulo, however, means much more than a change in the aspect of the landscape or even a transformation in the orientation in space by its inhabitants. Its eradication compromises the concrete political space of the city. Invoking Quessada (2002: 171-208), we can affirm that advertising arose precisely as the materialization of the corporatist interests of philosophy, its body, its becoming world. The inclusion of advertising in the *polis* serves, in this sense, the social link amongst bystanders. According to Quessada (2002: 183), philosophy, once excluded from the *polis*, moved to the advertising discourse, which will, in turn, fulfill a political function through the possibility to confront of ideas it enables. Asserting itself in its rhetoric and persuasive vocation, advertising does not

³⁰ On the phenomenon of global screening, and referring in particular to advertising, Lipovetsky and Serroy (2007: 267-272) critically reflect on the «excess-image» installed in contemporary culture.

cease to consider itself, according to the author, as rightful heir of philosophy. Through the use of a simultaneously rational and argumentative language, advertising does not exempt itself from sheltering Goodness and Truth, values once strictly confined to philosophy and in contrast with the practice of everyday life.

However, as Qualter (1994) refers, a puritan conscience still resists in our society. The author says: "despite the massive cultural transformation in recent decades, some puritan values still survive, a fact that helps explaining a certain ambivalence as far as advertising is concerned." (*Ibidem*: 46). In fact, we can weigh the possibility that the debate resulting from the extinction of outdoor advertising in the city of São Paulo indicates the implicit resistance, in contemporary times, of an existing tension between philosophy, in its most idealizing vocation, according to which happiness is its own categorical imperative, and the rhetorical practice, the art of persuading, heiress to poetry and sophistry. In a philosophical perspective, happiness is understood as the pursuit of permanent and durable sense of all things. Precisely, publicity is intertwined with the image and with the simulacrum, being perceived as contrary to all references, that is to say, as «an unbearable present imprinting» (2002, Quessada: 185). In this sense, the discursive justification of the *Clean City* project defends the need for the annihilation of the images and the simultaneous reposition of the architectural or the natural frame. In place of the simulacrum, the alleged presence of referent itself is defended.

However, we should not forget that proposing the replacement of the world by its ideal representation, advertising paradoxically shares the purpose of its own philosophy, that is to say, it "presents itself as the providential speech that can, by itself, lead humans, integrated in society, in the sense of individual and collective happiness." (Quessada, 2002: 185). According to Quessada (*Idem*: 191-192):

Advertising represents the way in which philosophy materializes itself in the world through a victory of democratic ideals. It gives form, reality and relevance to the philosophical idea of a community rationally governed by a speech to which citizens «freely» adhere, that is to say, through a total and voluntary servitude to the unifying order of the rational *logos*.

In the context of postmodern society, happiness is often, as Lipovetsky (2006) points out, a paradoxical feeling. On the one hand, the material welfare is promised us as an access door to a desired happy life. On the other hand, once submitted to the universal order of consumption, individuals become, at the same time, captives in the anxiety, the fear and the insecurity this same order stimulates.

Alongside with the ethical issue, there is the question on advertising aesthetics. Taking as a starting point Jean Baudrillard's statement, according to which advertising is, in itself, the product that, first of all, we consume, we can ask ourselves about the importance of the aesthetic experience of consumption as an ingredient of «happiness» itself. Designed, in particular, to be consumed by the gaze, outdoor advertising offers the possibility of the simple pleasure of a fleeting imaginary walk. In a city like São Paulo, although this is likely to provide a certain cult of indifference to the image, the daily practice of movement, with all the inherent setbacks involved (traffic queues ...), opens, sporadically, to the desire of rest and distraction of the gaze...

4. Desire for order vs. chaos experience

Advertising shares, with the Platonic-Cartesian philosophy, a certain desire for a «unifying» order. However, the *Clean City* Project assumes that outdoor advertising reproduces the disorderly organicity of a sort of «body-without-organs» (Deleuze and Guattari), that is to say, the mixture of shapes and functions in which the dreaded urban chaos is translated. Emptied of content, advertising empties itself from its own discursive function, once perceived in its strict formal nature and, as such, as undifferentiated part of a fractal fabric that needs to be fought³¹. This becomes equally contradictory, given that the existence of an order is admitted in the framework of the theory of the chaos. Several contemporary urban planners refer that entropy or the chaotic appearance of the large cities, in particular with regard to some of the North American cities, characterizes the evanescent condition of the so called late-capitalism.

Most importantly, one should to take into consideration the permanent mobility nature that makes any dream of fixation or permanence of the ontological notion of town impossible. The urban space is, perhaps, increasingly liquefied and its possible materiality rhizomatically finds a way of shaping itself in the permanent fluidity. In this sense, outdoor advertising only serves an unstoppable transformation which is developed, through the relation, so often tensile, between the individual and social. In itself, outdoor advertising is not a good or an evil. It only participates in the infirmity, more or less visible, of the lived-city...

References

Aristóteles (2004) *Ética Nicomaquea / Política*, México: Porrúa.

³¹ Vásquez expresses his point of view on the «fractal» (defined as simple geometric shape which repeats itself in increasingly small levels, indicating the existence of a common form unifying nature), applied to an organicist vision of the city (2004: 123-126).

Aristóteles, Epicuro, Marco Aurelio, Cicerón, Séneca & Plutarco (2001) *La Felicidad*, México: Alamah.

Baudelaire, C. (2013) *O Pintor da Vida Moderna*, Editora Nova Vega.

Baudrillard, J. (1986) *Amérique*, Paris: Grasset.

Benjamin, W. [Tiedmann, Rolf (Ed.)] (2002) *Arcades Project*, Belknap Press.

Bentham, J. (2007) [1780] *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, NY : Dover Publications.

Bruckner, P. (2002) *A Euforia Perpétua. Ensaio Sobre o Dever de Felicidade*, Lisboa: Notícias Editorial (trad. António Cruz Belo).

Debord, G. (1992) *La Société du Spectacle*, Paris: Gallimard.

Deleuze, G. & Guattari, F. (S/D) *O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia*, Lisboa: Assírio & Alvim.

Epicuro & Séneca (2008) *Carta Sobre a Felicidade [Epicuro] e Da Vida Feliz [Séneca]*, Lisboa: Relógio D'Água (trad. João Forte).

García Vázquez, C. (2004) *Ciudad hojaldre. Visiones urbanas del siglo XXI*, Barcelona: Gustavo Gili (78-86).

Lipovetsky, G. (2007) *A Felicidade Paradoxal. Ensaio Sobre a Sociedade do Hiperconsumo*, Lisboa: Edições 70 (trad. Patrícia Xavier).

Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2007) *L'Écran Global*, Paris: Seuil.

Lynch, K. (2004) *La Imagem de la Ciudad*, Barcelona: Gustavo Gili.

Maffesoli, M. (1979) *La Conquete du Présent*, Paris: PUF.

Piqueira, G. (2007) *São Paulo, Cidade Limpa*, São Paulo: Rex Projetos e Editora.

Quessada, D. (2002) *L'esclavemaître*, Paris: Éditions Verticales.

Qualter, T. H. (1994) *Publicidad y Democracia en La Sociedad de Masas*, Barcelona: Ediciones Paidós.

Simmel, G. (2011) *Philosophy of Money*, Taylor and Francis.

Smith, A. (2005) [1776] *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Pennsylvania State University.

Walter B. (2002) *Paris, Capitale du XIXe Siècle. Le Livre des Passages*, Paris: Cerf.

Weber, M. (2001) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa: Editorial Presença.

Helena Pires is Assistant Professor in the Communication Sciences Department of the University of Minho and researcher at CECS (Communication and Society Research Centre), University of Minho.
Helena.pires538@gmail.com; hpires@ics.uminho.pt

AS VIDAS BRACERO E A FALTA DE ÓCIO NO “TEMPO LIVRE”^{32*}

Nicole Guidotti-Hernández

Universidade de Texas, Estados Unidos da América

Resumo: O Programa Bracero recrutou mais de 4,5 milhões de trabalhadores mexicanos temporários para trabalharem na indústria agrícola nos EUA entre 1942-1964. Este programa representou uma das maiores afluências de emigrantes mexicanos aos Estados Unidos e um dos maiores esforços bi-nacionais para tornar os corpos trabalhadores pré-modernos em corpos abjetos. Enquanto a maior parte da bolsa Bracero se foca em nação, cidadania, modernidade, fratura da família mexicana e migração, este ensaio fornece um relato sobre como o poder, a legibilidade e o desejo são configurados na falta de ócio na esfera doméstica dos Bracero, através da análise de imagens selecionadas do arquivo documental de 1956, do fotógrafo Leonard Nadel. Argumenta-se que mesmo nos tempos de suposto ócio, os seus papéis de género foram reconfigurados através de variadas formas de trabalho reprodutivo na esfera doméstica homosocial.

Palavras-chave: Bracero; Ócio; Imigrante; Trabalho reprodutivo; Desejo; Género.

O Programa Bracero recrutou mais de 4,5 milhões de trabalhadores mexicanos temporários para trabalharem na indústria agrícola nos EUA entre 1942-1964. Da mesma forma que este programa representou um dos maiores fluxos de emigrantes mexicanos para os Estados Unidos, também demonstrou um dos maiores esforços bi-nacionais de tornar os corpos de trabalho pré-modernos em corpos abjetos. Há uma longa tradição de estudos sobre a bolsa Bracero, tanto em Espanhol como em Inglês, que começou de forma mais notável com o trabalho de Ernesto Galarza. O seu relatório, *Estrangeiros nos nossos campos* (1956)³³, tem uma abordagem de documentário, como a maior parte dos textos desta época, mostrando as falhas deste programa na promessa de proteger os direitos dos trabalhadores e a falta de cumprimento dos contratos por parte do Departamento do Trabalho e dos agricultores que os contrataram. Os estudos históricos realizados mais recentemente por historiadores como Mireya Loza, Ana Rosas, e Deborah Cohen têm mostrado a complexidade destas migrações em massa, incluindo as dinâmicas de género na rutura e na reconstrução da família mexicana, e,

³² Este trabalho recebeu apoio financeiro do projeto “Justiça, Cidadania e Género: a Feminização da Migração e dos Direitos Humanos” (FFI2011-24120) do Ministério Espanhol de Economia e Educação.

* **Tradução:** Maria Elena Ortiz

Revisão: Silvana Costa

desta forma, os papéis sexuais e de género, a cidadania e o impulso modernizador provocado pelo envio de homens rurais pobres pelo Estado mexicano, que não os podia manter, para os EUA. As classes média e alta mexicanas em ambos os lados da fronteira colheram enormes benefícios do financiamento à migração dos braceros e aos serviços oferecidos a estas populações na sua migração, e, desde então, os Braceros começaram a organizar-se politicamente para exigir uma compensação monetária pelo roubo dos seus salários e a recuperação dos seus direitos como cidadãos. De forma geral, as bolsas Bracero focam-se em questões de nação, cidadania, modernidade, fratura da família mexicana e migração.ⁱ

Para além disso, a maior parte dos estudos do programa Bracero usam as fotografias de Leonard Nadel, de 1956, como evidência da exploração e das miseráveis condições de vida e de trabalho que suportaram.ⁱⁱ Estas fotos são frequentemente tomadas como verdades transparentes do que realmente aconteceu, e enquanto as fotos mostram alguma verdade do seu momento, os estudos de representação geral, e de representação fotográfica em particular, discutiriam essa afirmação simples; as fotografias não podem ser ‘verdades transparentes do que realmente aconteceu’ por vários motivos. ‘O que realmente aconteceu’ não é transparente, e está sempre aberto a interpretação; as fotografias não nos dão acesso às emoções ou às experiências corporais da pessoa que é representada; as fotografias são produções editadas que representam escolhas ideológicas dos fotógrafos; etc. A suposição de que o visual é, de alguma maneira, mais revelador da verdade é muito problemática. De facto, este artigo vai diretamente desafiar a possibilidade de uma ‘verdade transparente’, seguindo as asserções de Susan Sontag em *On Photography*, onde afirma que “tanto a ordem como o tempo exato para ver cada fotografia são impostos; e também existe a legibilidade visual e o impacto emocional.”ⁱⁱⁱ Posteriormente, argumenta que a fotografia transmite as formas em que uma pessoa “se põe a si própria numa certa relação com o mundo que se sente como conhecimento — e por conseguinte, como poder.”^{iv} Podemos inferir que a fotografia, em si, é um objeto que transmite conhecimento para o mundo, mas devemos simultaneamente reconhecer que as fotos também viajam e têm uma vida depois de terem sido produzidas. Sontag também aponta que as questões de legibilidade e de impacto emocional são igualmente importantes: a forma como a foto é lida e por quem e quando parece duplamente importante. Assim, tomando estas ideias sobre epistemologia e prática da leitura em conjunto, e o facto de que as fotografias de Nadel foram produzidas para o Comité da União da Ligação de Comércio dos Estados Unidos, este artigo explora como o poder, a legibilidade e o desejo são configurados na produção da falta de ócio dentro da esfera doméstica dos trabalhadores Bracero.^v

Além disso, nenhum estudioso, ao meu conhecimento, tem inquirido sobre os sentimentos, desejos ou posição de Nadel em relação às fotografias de Bracero que tirou em 1956. Tal como numerosos estudiosos de fotografia têm mostrado, “o poder que [um] fotógrafo tem de redesenhar a linha ou ofuscar a distinção entre acontecimentos e vestígios, estéticas e políticas, ou [...] espectadores e atuação, decorre da constante renovação [da fotografia] de uma prolepse original e de uma transgressão temporal original.”^{vi} Esta ideia de prolepse, ou antecipar e responder a objeções com antecedência e o momento congelado no tempo parecem mais críticos para este ensaio, já que a catalogação do estado de Nadel e a utilização repetida de algumas fotografias de Bracero não respondem às perguntas sobre o que realmente aconteceu aos Braceros numa experiência universal de exclusão e exploração como trabalhadores, pelo contrário, levantam mais. Além disso, o catálogo de Nadel, ao repetir numerosas séries de fotos de Braceros individuais ou cenas particulares, como sugere Bajorek, tornam os sinais mais constantes ou aparentes na sua repetição, e, portanto, criam significados a níveis estéticos e políticos. Por outras palavras, há uma política particular pela qual Nadel escolheu fotografar determinados homens em séries de 2-10 quadros, ou decidiu repetir certas cenas de trabalho doméstico, íntimo, reprodutivo, ou produtivo a partir de múltiplos pontos vantajosos nas suas fotos. O olhar da câmara permanece sobre eles, mas eu sugiro que o seu conteúdo é político e tem uma intencionalidade homosocial e homoerótica num sentido multidirecional, em vez de reivindicar que estes documentos mostram homens a serem violados e capturados pela câmara e pelo processo de migração de uma forma mais abrangente. Neste artigo, examino as representações fotográficas do doméstico e do ócio que compunham a vida dos braceros, nas suas facetas muito limitadas. Os Braceros só podiam “ir à cidade” aos Domingos e a lugares designados. Para além disso, as suas limitadas vidas nos campos de trabalho também tornavam o seu tempo de ócio extremamente restrito às casas decrepitas que habitavam. Ao documentar as suas esferas de ócio controladas com as fotografias de Nadel, de 1956, podemos ver como a raça, a classe, o género e a sexualidade se tornam visíveis em espaços que não eram nada relaxantes.

Gayatri Gopinath oferece uma leitura crítica destas fotos, já que a maior parte dos seus projetos de diáspora e nacionalismo dependem da experiência dos homens e da sua centralidade narrativizada, enquanto “demonstra como a sexualidade feminina sob o nacionalismo é um local crucial de vigilância, já que é através dos corpos das mulheres que são formados os limites e as fronteiras de desejos comunais.”^{vii} A ideia implícita deste texto é a ausência de mulheres nestas cenas de trabalho, ócio e migração nos EUA. Em vez disso, os homens abandonaram as responsabilidades de policiamento de parentes do sexo feminino e trocaram-no pela sua própria vigilância pelos capatazes

mexicanos e anglo-americanos. O que as histórias dos Braceros contam no que respeita às suas interações com mulheres, enquanto estavam nos EUA, foi revelado na sua correspondência com familiares do sexo feminino, incluindo namoradas mexicanas e americanas e relações com prostitutas, tanto nos campos de trabalho, como nas cidades adjacentes aos lugares onde era realizado o seu trabalho.^{viii} Para além disso, as hierarquias de género, migração, raça e poder, para os homens mexicanos que tinham vivido em comunidades recetoras durante longos períodos de tempo, tornaram-se intermediários para os cultivadores, porque conheciam a língua espanhola, mas eram residentes permanentes ou cidadãos. Tendo em mente a mudança que houve em como a socialidade homem-mulher estruturava o baluarte da família mexicana e como a socialidade homem-homem estruturava quase todas as facetas da vida Bracero, quero voltar-me para as formas como o estranhamento da socialização de género emergiu no trabalho reprodutivo dos homens dentro dos seus supostos espaços de ócio como Braceros.

Há inúmeras fotos que refletem a contradição entre a cidadania moderna através da participação no programa Bracero e a realidade de ser um Bracero. As empobrecidas condições de vida nos campos de trabalho onde os Braceros viviam ilustram explicitamente a dissonância cognitiva de viver na pobreza como meios de ascensão social.



Figura 1. *Bracero a lavar os pratos em botas pelas ancas. Bracero num dormitório de um campo de trabalho em Salinas Valley, 1956, por Leonard Nadel, Coleção Leonard Nadel, Arquivo da História Bracero, Divisão de Trabalho & Indústria, Museu Nacional de História Americana, Item #138.22.27. Instituto Smithsonian, Washington, DC.*

Como podemos ver na foto acima (Figura 1), o homem está a lavar pratos numa bacia dentro de uma unidade de alojamento improvisada. Há centenas de fotos destes espaços interiores tiradas por Nadel, que ilustram os níveis de trabalho produtivo e reprodutivo necessários para a existência destes homens. O seu tempo de ócio era preenchido com trabalho reprodutivo, para além do simples relaxamento. Em vez de terem mulheres, irmãs, mães e raparigas a realizarem os trabalhos reprodutivos no espaço doméstico, eles, como imigrantes representantes das mudanças globais do mercado de trabalho, foram redirecionados para outras atividades relacionadas com a manutenção de condições de vida, que não produziam uma divisão do trabalho normalizada de acordo com os géneros, diminuindo, assim, o prazer do tempo de ócio. Aqui, as botas pelas ancas para o trabalho de campo usadas por aqueles que operavam e mexiam nos sistemas aspersores lamacentos, trabalho produtivo e remunerado, sugerem as formas como o programa Bracero institucionalizou as hierarquias étnico-raciais dos homens imigrantes que faziam ambos os trabalhos, o produtivo e o reprodutivo, em simultâneo, numa corrupção dos papéis de género através da migração. Esta mudança dos regimes de trabalho feminino racializado para o trabalho racializado com flexão de géneros intervém no foco desta classe solitária, sem família, domesticada, trabalhadora, objeto cultural de memória, produzindo uma alternativa à ideia do macho mexicano, mergulhada no patriarcado e no privilégio. Para além disso, o contexto é crucial neste ponto, já que Nadel tentou demonstrar a natureza temporária e insegura das habitações dos Bracero, frequentemente celeiros que estavam quase a cair, tendas e acampamentos de trabalho minimamente construídos, e barracas do exército consideradas impróprias pelos militares, com homens amontoados nestes espaços para dormir e orientar o seu limitado ócio na vida fora do trabalho. No que respeita às imagens convencionais que vemos nas fotografias de Bracero, esta é bastante típica: o homem sem nome está envolvido no trabalho doméstico, num espaço doméstico precário, concentrado na tarefa que está a realizar. Também replica o tropo da abjeção, especialmente no que se refere às teorias de Kristeva nos Poderes do Horror, nas quais o abjeto é situado fora da ordem simbólica, sendo forçado a encarar a sua existência como uma experiência inerentemente traumática.^{ix} Mas também levanta mais perguntas: Nadel disse a este homem que estava a tirar a foto? Disse-lhe para não olhar para a câmara? Como se sentiu este homem por ter sido escolhido, em vez de outra pessoa, para ser fotografado a lavar a loiça com as suas botas pelas ancas? O que é que isto nos diz sobre o tempo de ócio como uma atividade reprodutiva, uma característica que é normalmente atribuída a mulheres e não a migrantes do sexo masculino?

Estes espaços interiores liminares mas domésticos, ou o que poderíamos chamar vagamente o espaço de casa do dormitório, foram fotografados extensivamente para provar ao governo dos Estados Unidos que esses trabalhadores hóspedes eram humildes, mas as suas condições de trabalho e de vida eram esquálidas e precisavam de ser melhoradas. Estas fotos também mostram uma limitada representação da forma como o tempo de ócio era passado nos campos de trabalho. Numa série de fotos, Nadel tem duas imagens do mesmo jovem, inclinando-se na sua cama, o corpo meio virado, a olhar para a câmara, sorrindo (Figuras 2 e 3).



Figura 2 e Figura 3. *Bracero num dormitório de um campo de trabalho em Salinas Valley, 1956, por Leonard Nadel, Coleção Leonard Nadel, Arquivo da História Bracero, Divisão de Trabalho & Indústria, Museu Nacional de História Americana, Item #138.23.02 e Item #138.23.03. Instituto Smithsonian, Washington, DC.*

Em ambas as imagens, horizontal e vertical, o jovem ocupa aproximadamente um quarto do espaço na porção direita do quadro. À sua esquerda há sete beliches firmemente organizados, enquanto o canto esquerdo fica esquecido na escuridão do quarto sem iluminação. Os beliches estão vazios, o fino colchão exposto. Realmente parecem ser mais esteiras suspensas sobre molas, um cobertor mexicano estendido sobre eles, chapéus de trabalho a descansar sobre cada cama, sinalizando o final do dia de trabalho. No canto escuro, a roupa pendurada, obstruindo a passagem da luz solar pela janela: calças de campesino de algodão branco, calças de trabalho mais pesado e camisolas de manga comprida. Também, emoldurando o jovem sorridente que veste calças de sarja e uma camisa de mangas compridas, há toalhas, camisas, e um casaco. Como se reclinava para frente contra o beliche, a vista é atraída para o seu sorriso, a natureza improvisada do beliche, o cabo para a luz do edifício, e as várias jarras de pomada e outros produtos de cuidados de saúde que estão pousadas no 2x4 arás dele. À sua esquerda, uma caixa de detergente de roupa Tide funciona como uma mesinha de cabeceira, e uma caixa de detergente Fab está pousada sobre um dos beliches. O chão sujo mostra um espaço já gasto. Enquanto a presença esmagadora do detergente de roupa, as roupas limpas penduradas das paredes e o teto improvisado sinalizam um

espaço doméstico que se preocupa com a limpeza, o chão sujo estraga esses esforços. Isto é, quão “limpo” pode estar um espaço se a sua base é suja, um edifício pré-moderno que mostra subdesenvolvimento, em vez de materiais da modernidade como madeira, linóleo, alumínio ou tijoleiras? Devemos lembrar que os Braceros não escolheram viver em campos de trabalho com chãos sujos; pelo contrário, os seus empregadores tinham a obrigação de lhes proporcionar alojamento e estes chãos, de certa forma, refletem o que os produtores pensavam dos seus trabalhadores. Eles eram homens migrantes mexicanos, trabalhadores, de classe pobre, e às vezes classe média, à procura de um trabalho temporário nos EUA, por isso não havia necessidade de sentir qualquer obrigação política ou social de lhes proporcionar condições de vida limpas ou modernas. Por outro lado, estes beliches e residências rudimentares, e os seus chãos marcavam a distância entre a posição-sujeito do agricultor e dos trabalhadores mexicanos. Como Deborah Cohen tem discutido, os agricultores deste período construía as suas identidades públicas como cultivadores robustos, mas inteligentes e modernos com tecnologias e recursos do governo.^x Mas estas marcas de progresso e tecnologia não eram passadas aos trabalhadores em termos de benefícios, nem esta noção era cultivada neles como sujeitos, e isto é mais claramente representado no espaço interior das suas residências.

Que o jovem esteja a sorrir, dada a estreiteza do seu espaço, as roupas limpas e o ar de domesticidade que o rodeiam, pode ser interpretado através de várias ideias-chave. Quero ler o compromisso da câmara com o sorriso como um ato estranho, que se separa das expectativas do objecto, e em vez disso, como Gopinath tem discutido, produz uma “série de práticas e desejos dissidentes e não heteronormativos que podem muito bem ser incomensuráveis com as categorias identitárias de ‘gay’ e ‘lésbica’.”^{xi} Sorrir nas fotografias não é normativo no contexto das tradições mexicanas do retrato fotográfico, nem nas fotos documentais que provam o sofrimento dos trabalhadores rurais.^{xii} Aqui não vemos uma pessoa a sofrer, nem vemos marcadores óbvios de sujeitos sexuais gay, embora possamos discutir que as condições materiais do domicílio transmitem esse sentimento e que o latente homoerotismo dos espaços é uma presença ausente. O sorriso aqui, talvez causado por uma piada ou uma adulação do fotógrafo, interrompe a exposição da pobreza e a domesticidade, uma clara reorganização das expectativas dos géneros e marca o momento como sendo de ócio. Para além disso, o jovem sorri em ambas fotos e de uma maneira brincalhona vira a sua cara para a câmara, enquanto o seu corpo está virado para o outro lado. Parece haver uma estrutura afetiva de ligação positiva nesta cena. Lauren Berlant poderia dizer que “é necessária uma inclinação prolongada para regressar a esta cena de fantasia que te faz esperar que esta vez, a proximidade a esta coisa que [tu] desejas te ajude a ti ou ao

mundo a tornar-se diferente da forma correta.”^{xiii} A “coisa” desejada poderia talvez ser a felicidade, desejada pela câmara, rebelada numa piada entre homens num espaço domesticado que é menos do que esteticamente ou materialmente agradável. Os sorrisos, os atos estranhos de disrupção, apresentam uma série de alternativas de expectativas sobre como as coisas poderiam ser diferentes. Só o facto de que milhões de mexicanos tenham deixado os seus lares para trabalharem e viverem em condições esquálidas, mostra o quão forte que era a sua ligação com o sonho de mobilidade social e de classes — levou homens a ocuparem espaços homosociais desconhecidos que eventualmente se normalizaram, na sua domesticidade, na reorientação do trabalho dos géneros, na criação de vínculos de ligação emocional, e como simples expressões de vida quotidiana.

Os Braceros eram normalmente levados dos campos de trabalho às cidades aos Domingos de manhã, quando as pessoas estavam na igreja. Podiam fazer as suas compras de comida, cortar o cabelo e, com sorte, ver um filme na sessão matiné de um cinema segregado. O motivo principal para que as manhãs dos Domingos fossem aptas para o ócio público dos Braceros era por a maior parte dos bons americanos estarem na igreja nesse dia então veriam os trabalhadores. Também tinham que trabalhar 6 dias por semana, por isso o Domingo era o seu único dia livre. Muitas pessoas nas comunidades de Salinas Valley (onde foram tiradas estas fotos) tinham receio de que os Braceros fossem demagogos, bebessem demasiado, passassem as fronteiras sexuais e de género ao tentar ir com mulheres brancas, com mulheres mexicano-americanas e prostitutas, ou estivessem simplesmente muito sujos para se misturarem com as pessoas da cidade. Por essas razões, mesmo no seu limitado tempo de ócio, os Braceros eram segregados das pessoas comuns das comunidades. Tinham poucas oportunidades para encontrarem pessoas fora dos campos de trabalho, e muito menos para socializar com potenciais parceiros sexuais e desenvolver interesses amorosos. Nesses poucos dias que eram levados à cidade, Nadel fotografou os homens em Watsonville, em 1956 (Figura 4).^{xiv}



Figura 4. *Braceros na rua em Watsonville, Califórnia, 1956. Bracero num dormitório de um campo de trabalho em Salinas Valley, 1956, por Leonard Nadel, Coleção Leonard Nadel, Arquivo da História Bracero, Divisão de Trabalho & Indústria, Museu Nacional de História Americana, item. Instituto Smithsonian, Washington, DC.*

Nesses momentos na cidade, os Braceros eram imediatamente e temporariamente enfiados em vidas de consumidores como tempo de ócio. Podiam caminhar as ruas abandonadas da cidade nos Domingos de manhã, vendo as montras enquanto consumiam bens e serviços. Sem dúvida, estes aumentos económicos dos Domingos ajudaram os donos dos negócios a aproveitar um mercado secundário e emergente de consumidores de língua espanhola. Como podemos ver na foto, os nove homens no quadro estão a vadiar no espaço público como se lhes pertencesse. Também demonstra que a noção de “ser amigos” não é equivalente para todas as comunidades.^{xv} Tais experiências de formas de vida racializadas e classificadas para os Braceros acabaram por separá-los das outras comunidades, mesmo no seu tempo de ócio. As suas amizades eram construídas principalmente à volta do trabalho e não necessariamente por questões de mútua afiliação. A natureza isolada das suas comunidades e o facto da sua língua principal ser o espanhol fez com que estas fossem as comunidades padrão. Enquanto este grupo de nove homens à espera numa praça de táxis talvez seja um subconjunto dos 200 homens que trabalharam no campo de trabalho do Gondo, ainda assim demonstra afiliações e gestos de amizade, por padrão, tal como o seu consumo.

Curiosamente, todos os negócios que eles patrocinaram tinham nomes espanhóis, ou até eram propriedade de mexicanos. Rancho Grande (rancho grande), Zacatecana Café (café do estado de Zacatecas, México, com terminação de género feminino), e Monterrey House (Monterrey foi a primeira capital de Alta Califórnia durante o período colonial espanhol antes de 1848), todos indicam que a comunidade ou a) tinha famílias mexicano-americanas pré-estabelecidas, que dirigiam ou eram proprietários daqueles negócios ou b) que os anglos da comunidade viram a utilidade de ter esses negócios para atender os sentimentos e desejos de consumo dos falantes de espanhol. No jornal

The Salinas Californian, de 5 de Junho de 1956, perto da altura em que estas fotos foram tiradas, há numerosos anúncios de “comida espanhola” no Rancho Grande em Watsonville”. Ideologicamente falando, há um número de dissonâncias registadas na comida espanhola do Rancho Grande. Em primeiro lugar, comida espanhola, independentemente do que possa significar para um leitor conhecedor da expressão, é uma expressão norte americana abreviada e imprecisa para referir o ‘sul da fronteira’, ou a comida daqueles que são produto da colonização espanhola na América. Comida espanhola, propriamente dita, indicaria comida de Espanha. No entanto, nesta foto é óbvio que os consumidores dos ditos restaurantes são Braceros que são camponeses mexicanos e que não são da Espanha. Em segundo lugar, tanto Zacatecana como Rancho Grande referem-se aos estados centrais mexicanos e à vida rural de rancho, não à Espanha nem a sensibilidades europeias mais amplamente. Em terceiro lugar, o Espanhol ou Castelhana era a língua falada pelos Braceros e por alguns dos empregados destes estabelecimentos. Em quarto lugar, podemos ver na foto que Rancho Grande estava completamente lotado de Braceros, a beberem o que parece ser cerveja e a passarem tempo com os seus amigos. O facto de estes estabelecimentos denominarem a sua comida como espanhola marca um deslize: aqueles donos e trabalhadores queriam diferenciar-se dos Braceros, especialmente no seu tempo de ócio como consumidores. A separação entre as famílias locais mexicanas, que eram cidadãs dos EUA, e os emigrantes Braceros era importante para aqueles que tentavam justificar a sua incorporação no tecido quotidiano da vida americana. Ao utilizarem Espanha, comida espanhola, língua espanhola, e, portanto, a sua brancura, encontraram uma forma de marcarem os locais como não-índios, não-emigrantes, e de classe móvel. Mesmo assim, este retrato segregado de ócio e consumismo tem muito a dizer sobre a raça e as fronteiras das classes da vida americana na década de 1950.

Em conclusão, estas cenas, desde os espaços íntimos das residências Bracero até à sua ocupação da esfera pública como consumidores de ócio, têm muito a dizer sobre as complexas vidas dos trabalhadores emigrantes na Califórnia, em 1956. Particularmente, as suas vidas de ócio eram muito constrangidas pelas próprias condições do seu trabalho. Eles, como as mulheres, faziam o trabalho reprodutivo no seu tempo de ócio. Para além disso, os Braceros realmente só podiam criar amizades e grupos sociais dentro das comunidades em que viviam. Mesmo quando podiam ir à cidade aos Domingos, consumiam em estabelecimentos de língua espanhola (mexicana) que ainda os viam como consumidores diferentes, indivíduos que não eram cidadãos, mas emigrantes que só tinham tempo de ócio na esfera pública uma vez por semana.

ⁱ Para mais informações sobre este ponto ver Deborah Cohen, *Braceros: Migrant Citizens and Transnational Subjects in the Postwar United States and Mexico* (Chapel Hill; UNC Press, 2011), Loza, Mireya, “Braceros on the Boundaries” (Tese de Doutoramento, Universidade de Brown, 2011), e Rosas, Ana. “Flexible Families: Bracero Families’ Lives across Cultures, Communities, and Countries, 1942–1964” (Tese de Doutoramento, USC, 2006).

ⁱⁱ Ver Cohen, *Braceros: Migrant Citizens and Transnational Subjects in the Postwar United States and Mexico* (2011), particularmente onde a inserção de imagens é utilizada de forma descritiva e de forma documental, como um tipo de material de evidência.

ⁱⁱⁱ Sontag, Susan. *On Photography*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1977. 5.

^{iv} *Ibid.* 4.

^v John Tagg’s *The Burden of Representation: Essays on Photographies and Histories* foca-se na relação precoce da fotografia com a vigilância e o registo da pobreza através do New Deal fornece um contexto histórico mais amplo para tal leitura. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

^{vi} Bajoreck, Jennifer. “The State of Visual Matters.” *Theory, Culture and Society*. 27 (7-8), 2010. 156.

^{vii} *Impossible Desires: Queer Diasporas and South Asian Public Cultures*. Durham: Duke University Press, 2005. 24.

^{viii} Deborah Cohen, *Braceros: Migrant Citizens and Transnational Subjects in the Postwar United States and Mexico* (Chapel Hill; UNC Press, 2011), Loza, Mireya, “Braceros on the Boundaries” (Tese de Doutoramento; Universidade de Brown, 2011), e Rosas, Ana. “Flexible Families: Bracero Families’ Lives across Cultures, Communities, and Countries, 1942–1964” (Tese de Doutoramento; USC, 2006) all document these intimacies extensively in their work.

^{ix} “The Powers of Horror: Approaching Abjection.” *The Portable Kristeva*. Ed. Kelly Oliver.

New York: Columbia University Press, 1997.

^{xi} *Impossible Desires: Queer Diasporas and South Asian Public Cultures*. Durham: Duke University Press, 2005. 11.

^{xii} Há uma longa tradição de olhares solenes nos retratos fotográficos mexicanos e as fotos da Dorothea Lange Farm Security Association, que transmitem humildade, frequentemente sem também sorrirem.

^{xiii} Berlant, Lauren. *Cruel Optimism*. Durham: Duke University Press, 2011. 2.

^{xiv} Esta foto foi tirada em Watsonville, Califórnia, porque o mesmo negócio Rancho Grande foi anunciado no jornal *Salinas Californian* a 23 de Março de 1956.

^{xv} Stewart and Floyd. “Visualizing Leisure.” *Journal of Leisure Research*. Vol. 36, No. 4 (2004) 450.

Nicole Guidotti-Hernández é Professora Associada de Estudos Americanos na Universidade de Texas em Austin, Estados Unidos de América.

ngh24@mail.utexas.edu

BRACERO LIVES AND THE LACK OF IDLENESS IN “FREE TIME”³⁴

Nicole Guidotti-Hernández

University of Texas, United States of America

Abstract: The Bracero Program recruited more than 4.5 million temporary Mexican male laborers to work in the agriculture industry in the U.S. from 1942-1964. This program represented one of the largest influxes of Mexican male migrants into the United States, and one of the biggest bi-national efforts of turning pre-modern laboring bodies into abject bodies. While the majority of Bracero scholarship focuses on nation, citizenship, modernity, the fracturing of the Mexican family, and migration, this essay provides an account of how power, legibility, and desire get configured in Bracero’s lack of leisure within the domestic sphere by examining selected images photographer Leonard Nadel’s 1956 documentary archive. It argues that even in times of supposed leisure, their gender roles were reconfigured through various forms of reproductive labor in the homosocial domestic sphere.

Keywords: Bracero; Leisure; Migrant; Reproductive labor; Desire; Gender.

The Bracero Program recruited more than 4.5 million temporary Mexican male laborers to work in the agriculture industry in the U.S. from 1942-1964. As this program represented one of the largest influxes of Mexican male migrants into the United States, it also demonstrates one of the biggest bi-national efforts of turning pre-modern laboring bodies into abject bodies. There is a long tradition of Bracero scholarship, in both Spanish and English, most notably beginning with the work of Ernesto Galarza. His report *Strangers in our Fields* (1956), takes a documentary approach, as did most of the texts of this era, demonstrating the failures of this program in the promise to protect the rights of workers and a lack of compliance with the contracts on the part of both the Department of Labor and the growers who hired them. Most recent historical scholarship by historians such as Mireya Loza, Ana Rosas, and Deborah Cohen has shown the complexity of these mass migrations, including the gendered dynamics in the breaking up and remaking of the Mexican family, and thus sexual and gender roles, citizenship and the modernizing impulse in brought about by Mexico’s shipping off poor rural men to the U.S. by a state that could not support them. Mexican middle and upper classes on both sides of the border reaped tremendous benefits from financing bracero migration and services provided to these populations in their migrations, and finally, Braceros have since began to organize politically for

³⁴ This work has received financial support from the project “Justice, Citizenship, and Gender: The Feminization of Migration and Human Rights” (FFI2011-24120) from the Spanish Ministry of Economics and Education.

monetary compensation for wage theft and a recuperation of their rights as citizens. Overall, then, Bracero scholarship focuses on questions of nation, citizenship, modernity, the fracturing of the Mexican family, and migration.^{xvi}

Further, most studies of the Bracero program use the Leonard Nadel Photographs from 1956 as evidence of exploitation and squalid living and working conditions that they endured.^{xvii}

Further, most studies of the Bracero program use the Leonard Nadel Photographs from 1956 as evidence of exploitation and squalid living and working conditions that they endured.^{xviii} These photos are often taken as transparent truths of what really happened, and while the photos represent some truth in their moment, scholarship on representation in general, and on representation and photography in particular, would hotly dispute such a bare assertion; photographs cannot be ‘transparent truths of what really happened’ for several reasons. ‘What really happened’ is not transparent, and it is always open to interpretation; photographs do not give access to the emotions or bodily experiences of whoever is represented; photographs are edited productions which represent ideological choices on the part of photographers; etc. The assumption is that the visual is somehow more revealing of the truth is highly problematic. Indeed, this article rightly goes on to challenge the possibility of ‘transparent truth’, following Susan Sontag’s assertions in *On Photography*, where she states that “[b]oth the order and the exact time for looking at each photograph are imposed; and there is again in the visual legibility and emotional impact.”^{xix} Further, she argues that photography conveys the ways in which one “put[s] oneself into a certain relation to the world that feels like knowledge—and therefore, like power.”^{xx} We can glean that the photograph, in and of itself, is an object that imparts knowledge to the world, but must simultaneously acknowledge that photos also travel and have an life after once they are initially produced. Sontag also reminds us that the question of legibility and emotional impact are just as crucial: how the photo is read and by whom and when seem doubly important. Thus taking these ideas about epistemology and reading practice together and the fact that Nadel’s photographs were produced for the Joint United States Trade Union Committee, this paper explores how power, legibility, and desire get configured in producing a lack of leisure within the domestic sphere for Bracero workers.^{xxi}

Further, no scholar, to my knowledge, has inquired about Nadel’s feelings, desires, or positionality in relationship to the Bracero photographs he took in 1956. As numerous scholars of photography, have shown, “[a] photographer’s power to redraw the line or blur the distinction between happening and trace, aesthetics and politics, or [...] spectatorship and performance, stems from [photography’s] constant renewal of an

original prolepsis and an original temporal transgression.”^{xxii} This idea of prolepsis, or anticipating and answering objections in advance and the frozen moment in time seem most critical to this essay, as the cataloging by the Nadel estate and repeated use of particular Bracero photographs over others, do not answer questions about what really happened to the braceros in a universal experience of exclusion and exploitation as workers, but in fact raise more. Further, Nadel’s catalog, in the repetition or numerous photos series produced of individual braceros or particular scenes, as Bajorek suggests, make the traces more sustained or apparent in their repetition, and therefore they create meaning at both the aesthetic and political levels. In other words, there is a particular politics as to why Nadel chose for some individual men to be photographed in 2-10 frame series or chose to repeat certain domestic, intimate, reproductive, or productive labor scenes from multiple vantage points in his photos. The gaze of the camera lingers upon them, and instead of claiming that these documents show men being violated and captured by the camera and the migration process more broadly, I suggest that the lingering has a political content and intentionality that is both homosocial and homoerotic in a multidirectional sense. In this article, I examine the photographic representations of domestic and leisure that made Bracero lives in their very limited aspects. Braceros were only allowed to “go into town” on Sundays, and to designated places. In addition, their confined lives in labor camps also made their leisure time extremely contained to the ramshackle housing they inhabited. By documenting their contained sphere of leisure with Nadel’s 1956 photographs, we can see how race, class, gender and sexuality become visible in spaces that were not that leisurely at all.

Critical to reading these photos is what critic Gayatri Gopinath offers as most projects of diaspora and nationalism rely on men’s experience and their narrativized centrality while simultaneously “demonstrating how female sexuality under nationalism is a crucial site of surveillance as it us through women’s bodies that borders and boundaries of communal desires are formed.”^{xxiii} The shadow text here is the absence of women from these scenes of labor, leisure, and migration in the U.S. Instead men have left the responsibilities of gender policing of female relatives behind and traded it for their own surveillance by the Mexican and Anglo American ranch foremen. What bracero histories do account for in terms of interactions with women while in the U.S. was revealed in their correspondence with female family members, Mexican American girlfriends, and relationships with prostitutes both at the labor camps and in the towns adjacent to where their labor was performed.^{xxiv} In addition, the gendered hierarchies of migration, race, and power, for Mexican men who had been in receiving communities for longer periods of time, became brokers for growers because they knew

the Spanish language but were either permanent residents or citizens themselves. Keeping in mind the shift in how male-female sociality structured both the bastion of the Mexican family back home and how male-male sociality structured almost every facet of bracero life, I want to turn to the ways in which the queering of gender socialization emerged in men's reproductive labor within their supposed spaces of leisure as braceros.

There are countless photos that reflect the contradiction between modern citizenship through participation in the bracero program and the actual materiality of being a bracero. The impoverished living conditions of labor camps where braceros lived most explicitly illustrate the cognitive dissonance of living in poverty as a means of upward mobility.



Picture 1. *Bracero washing dishes in hip boots. Bracero in a labor camp bunkhouse in the Salinas Valley, 1956, by Leonard Nadel, Leonard Nadel Collection, Bracero History Archive, Division of Work & Industry, National museum of American History, Item # 138.22.27 . Smithsonian Institution, Washington, DC*

As we can see in this photo (Picture 1), the man is washing dishes in a basin inside of a makeshift housing unit. There are hundreds of photos of these interior spaces by Nadel, illustrating the levels of both productive and reproductive labor required for these men to exist. Their leisure time was filled with reproductive labor, in addition to simple relaxation. Instead of having wives, sisters, mothers and female children performing reproductive labor in the domestic space, they, as migrants representative of global labor market shifts, were retasked with maintaining living conditions that did not produce a normative gendered division of labor and thus cut down on the pleasure of

leisure time. Here, fieldwork hip boots used by those who operated and moved muddy sprinkler systems, productive and paid labor, suggest the ways that the bracero program institutionalized ethnic-racial hierarchies of labor for migrant men that did both productive and reproductive labor simultaneously, a queering of gender roles through migration. This shift from the regimes of racialized feminized labor to gender-bending racialized labor intervenes in the focus on this solitary, familyless, domesticated, working class, cultural object of memory, producing an alternative to the idea of the Mexican macho steeped in patriarchy and privilege. Further, the context is crucial here as Nadel tried to demonstrate the temporary and unsafe nature of bracero dwellings, often barns that were about to fall down, minimally constructed labor tents and encampments, or Army barracks that were condemned by the military, with men crammed into these spaces to sleep and conduct their limited leisure in life outside of work. In terms of the conventional images we see in bracero photographs this one is fairly typical: the unnamed man is engaged in domestic labor, in a substandard domestic space, intently focusing on the task at hand. It also replicates the trope of abjection, especially as it relates to Kristeva's theories in the Powers of Horror, in which the abject is situated outside of the symbolic order, being forced to face this existence as an inherently traumatic experience.^{xxv} But it also raises more questions: did Nadel tell this man he was taking the picture? Did he tell him not to look at the camera? How did the man feel that he, not someone else, was selected as the one who was photographed washing dishes in his hip boots? How does this tell us about leisure time as reproductive labor, a characteristic that is usually ascribed to women and not male migrants?

These liminal yet domestic interior spaces, or what we could loosely call the home space of the bunkhouse, were photographed extensively to prove to the U.S government that these guest workers were humble and but their labor and living conditions were squalid conditions and in need of reform. These photos also reveal a limited representation of how leisure time was spent the labor camps. In one photo series, Nadel has two pictures of the same young man, leaning on his bunk, body half turned, looking at the camera, smiling (Pictures 2 and 3).



Picture 1 and Picture 2. *Bracero in a labor camp bunkhouse in the Salinas Valley, 1956, by Leonard Nadel, Leonard Nadel Collection, Bracero History Archive, Division of Work & Industry, National museum of American History, Item #138.23.02 and Item #138.23.03. Smithsonian Institution, Washington, DC.*

In both images, horizontal and vertical, the young man occupies approximately a quarter of the space in the right hand portion of the frame. To his left, are seven tightly organized bunks, as the far left-hand corner recedes into the darkness of the unlit room. The bunks stand empty, the thin mattresses exposed. They actually appear to be more like mats suspended upon springs, a Mexican blanket draped over them, work hats resting on each bed, signaling the end of the workday. In the dark corner, laundry hangs, blocking the sunlight from the window: white campesino cotton pants, heavier duty work pants, and long sleeved shirts. Also, framing the smiling young man who wears chinos and a long sleeved shirt, are towels, shirts, and a jacket. As he reclines forward against the bunk, the eye is drawn to his smile, the makeshift nature of the bunk, the cord for the light in the building, and the various jars of pomade and other self-care products that sit on the 2x4 behind him. To his left, a Tide laundry detergent crate doubles as a nightstand, and a box of Fab detergent sits above one of the bunks. The dirt floor shows a well worn-space. While the overwhelming presence of laundry detergent, clean clothes hanging from the walls and makeshift ceiling signal a domestic space that is concerned with cleanliness, the dirt floor disrupts those efforts. That is, how “clean” can a space be if its basis is dirt, a premodern building that signals underdevelopment, instead of materials of modernity such as wood, linoleum, aluminum or tile? We must remember that braceros did not chose to live with dirt floors in the labor camps; rather, their employers were mandated to provide them with housing and these floors somewhat reflect what growers thought of their workers. They were poor, working, and occasionally middle class Mexican migrant men seeking temporary work in the U.S. so there was no need to feel any political or social obligation to provide them with clean or modern living conditions. Further, these rudimentary

bunks, dwellings, and their floors mark the distance between the subject-position of farmer and Mexican laborers. As Deborah Cohen has argued, growers in this period constructed their public identities as rugged but intelligent and modern harnessers of technology and government resources.^{xxvi} But these marks of progress and technology were not passed onto the workers in terms of benefits, nor was this notion cultivated through them as subjects, and this is most clearly represented in the interior spaces of their dwellings.

That the young man is smiling, given the tightness of his space, the clean clothes, and their air of domesticity that surrounds him, can be interpreted through several key ideas. I want to read the engagement of the camera with a smile as a queer act, stepping outside of expectations of the abject, and instead, as Gopinath has argued, producing a “range of dissent and non-heteronormative practices and desires that may very well be incommensurate with the identity categories of ‘gay’ and ‘lesbian.’”^{xxvii} Smiling in the photographs is non-normative in the context of both Mexican photographic portrait traditions and in documentary photo evidence of farm workers suffering.^{xxviii} Here we do not see individual suffering, nor do we see outright markers of gay sexual subjects, although we could argue that the material conditions of the dwelling convey such a sentiment and the latent homoeroticism of the spaces are an absent presence. The smile here, perhaps prompted by a joke or a cajoling from the photographer, disrupts the quotidian display of poverty and domesticity, a clear reordering of gender expectations and marking the moment a leisurely one. Further, the young man smiles in both photos and playfully turns his face towards the camera while his body is turned away. There seems to be an affective structure of optimistic attachment in this scene. Lauren Berlant might say that it “involves sustaining inclination to return to the scene of fantasy that enables you to expect that this time, nearness to this thing [you] desire will help you or a world to become different in just the right way.”^{xxix} The “thing” to be desired could perhaps be happiness, to be desired by the camera, to revel in a joke amongst men in a domesticated space that is less than aesthetically or materially pleasing. The smiles, as queer acts of disruption, stage an alternative set of expectations about how things could be different. The mere fact that millions of Mexican men left their homes to labor and dwell in squalid conditions shows how strongly the attachment to the dream of social and class mobility was—it led men to occupy unfamiliar homosocial spaces that eventually became normalized, in their domesticity, the reorientation of gendered labor, bonds of emotional attachment, and as simple expressions of quotidian life.

When Braceros were taken to town from the labor camps, it was often on Sunday mornings when people were in church. They were tasked with doing their grocery shopping, getting haircuts and if lucky, seeing a matinee movie in a segregated theatre. The main reason Sunday mornings were apt for bracero leisure in public was because most good Americans were in church on that day and would not see the workers. They also had to work 6 days a week, so Sunday was the only free day. Many people in communities in the Salinas Valley (where these photos were taken) were afraid that the Braceros would rabble-rouse, drink too much, transgress sexual and gendered lines by trying to go with white women, entrenched Mexican American women, and prostitutes, or were simply too dirty to mix with the townspeople. Instead, even in their limited leisure time, Braceros were segregated from the everyday people of communities. They had few opportunities to meet people outside of the labor camps, much less socialize with potential sexual partners and develop love interests. On those rare days when they were taken to town, Nadel photographed the men in 1956 in Watsonville (picture 4).^{xxx}



Picture 4. *Braceros on the street in Watsonville California, 1956. Bracero in a labor camp bunkhouse in the Salinas Valley, 1956, by Leonard Nadel, Leonard Nadel Collection, Bracero History Archive, Division of Work & Industry, National Museum of American History, item . Smithsonian Institution, Washington, DC.*

In these moments in town, Braceros were immediately and temporarily thrust into consumer life as leisure time. They could walk around the somewhat abandoned streets of town on Sunday mornings, window-shopping while consuming goods and services. These Sunday economic boosts no doubt helped business owners tap into a secondary and emerging Spanish language market of consumers. As we can see in the photo, the nine men in the frame are loitering and in the public space as if it is their own. It further demonstrates that the notion of “being with friends” is not equivalent across communities.^{xxxi} Such lived experiences of racialized and classed forms of living for Braceros ultimately separated them from communities other than their own even in their leisure time. Their friendships were forged around labor primarily and not

necessarily around questions of mutual affiliation. The isolated nature of their communities and Spanish as a primary language made it so that these were default communities. While this group of nine men waiting by a taxi stand is perhaps a sub-set of 200 men who worked at the Gondo labor camp, it nonetheless demonstrates affiliations and gestures of friendship by default, just like their consumption.

Curiously, the businesses they patronized all brandish Spanish names or perhaps were even Mexican owned. Rancho Grande (big ranch), Zacatecana Café (café from the state of Zacatecas Mexico with a feminized gendered ending of the place), and Monterey House (Monterey was the first capital of Alta California during the Spanish colonial period prior to 1848), all indicate that the community either a) had pre-established Mexican-American families who ran and owned such businesses or b) that Anglos in the community saw the utility of having such businesses to cater to the sentiments and consumptive desires of Spanish speakers. In *The Salinas Californian* newspaper for June 5, 1956, around the time when these photos were taken, there are numerous advertisements for “Spanish food” at the Rancho Grande in Watsonville.” Ideologically speaking, there are a number of dissonances registered in the Rancho Grande’s Spanish food. First, Spanish food, whatever that might mean for a knowledgeable reader of the expression, is an imprecise North American shorthand for ‘south of the border,’ or the food of those who are the product of Spanish colonialism in the Americas. Spanish food, in the proper sense, would indicate food from Spain. However, it is obvious from this photo that the consumers in such restaurants are Braceros who are Mexican national campesinos who are not from Spain. Second, both the Zacatecana and Rancho Grande refer to central Mexican states and rural ranch life, not Spain and European sensibilities more broadly. Third, Spanish or Castellano was the language spoken by Braceros and at least some of the employees in these establishments. Fourth, we can see in the photo that the Rancho Grande is packed to the gills with Braceros, drinking what appears to be beer and spending time with friends. That these establishments would call their food offerings Spanish marks a slippage: those owners and workers wanted to differentiate themselves from the Braceros, especially in their leisure time as consumers. The split between local Mexican families who were U.S. citizens and migrant braceros was an important one for those who tried to justify their incorporation into the daily fabric of American life. Using Spain, Spanish food, Spanish language, and thus whiteness was a way to mark the locals as non-Indian, non-migrant, and class-mobile. Still, this segregated portrait of leisure and consumption has much to say about the race and class boundaries of American life in the 1950’s.

In conclusion, these scenes from the intimate spaces of Bracero dwellings to their occupation of the public sphere as leisure consumers have much to say about the complex lives of migrant laborers in California in 1956. In particular, their leisure lives were highly constrained by the very conditions of their labor. They, like women, did reproductive labor in their leisure time. In addition, braceros could only really develop friendships and social groups within the communities they lived in. Even when they were allowed to go to town on Sundays, they were patrons in Spanish speaking (Mexican) establishments that still viewed them as differential consumers, individuals who were not citizens but migrants who only had leisure time in the public sphere once a week.

^{xvi} For more on this point see Deborah Cohen, *Braceros: Migrant Citizens and Transnational Subjects in the Postwar United States and Mexico* (Chapel Hill; UNC Press, 2011), Loza, Mireya, “Braceros on the Boundaries” (Ph.D. Dissertation, Brown University, 2011), and Rosas, Ana. “Flexible Families: Bracero Families’ Lives across Cultures, Communities, and Countries, 1942–1964”(Ph.D. Dissertation, USC, 2006).

^{xvii} See Cohen *Braceros: Migrant Citizens and Transnational Subjects in the Postwar United States and Mexico* (2011), in particular, where the inset of images is used in a descriptive and documentary manner as a kind of material evidence.

^{xviii} See Cohen *Braceros: Migrant Citizens and Transnational Subjects in the Postwar United States and Mexico* (2011), in particular, where the inset of images is used in a descriptive and documentary manner as a kind of material evidence.

^{xix} Sontag, Susan. *On Photography*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1977. 5.

^{xx} *Ibid.* 4.

^{xxi} John Tagg’s *The Burden of Representation: Essays on Photographies and Histories* focuses with photography’s early relationship with surveillance and the registering of poverty through to the New Deal provide a broader historical context for such a reading. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

^{xxii} Bajoreck, Jennifer. “The State of Visual Matters.” *Theory, Culture and Society*. 27 (7-8), 2010. 156.

^{xxiii} *Impossible Desires: Queer Diasporas and South Asian Public Cultures*. Durham: Duke University Press, 2005. 24.

^{xxiv} Deborah Cohen, *Braceros: Migrant Citizens and Transnational Subjects in the Postwar United States and Mexico* (Chapel Hill; UNC Press, 2011), Loza, Mireya, “Braceros on the Boundaries” (Ph.D. Dissertation; Brown University, 2011), and Rosas, Ana. “Flexible Families: Bracero Families’ Lives across Cultures, Communities, and Countries, 1942–1964”(Ph.D. Dissertation; USC, 2006) all document these intimacies extensively in their work.

^{xxv} “The Powers of Horror: Approaching Abjection.” *The Portable Kristeva*. Ed. Kelly Oliver.

New York: Columbia University Press, 1997.

^{xxvii} *Impossible Desires: Queer Diasporas and South Asian Public Cultures*. Durham: Duke University Press, 2005. 11.

^{xxviii} There is a long tradition of solemn looks in Mexican portrait photographs and the Dorothea Lange Farm Security Association photos convey humility, most often without smiling as well.

^{xxix} Berlant, Lauren. *Cruel Optimism*. Durham: Duke University Press, 2011. 2.

^{xxx} This photo was taken in Watsonville California because the same Rancho Grande business was advertised in the *Salinas Californian* newspaper on March 23, 1956.

^{xxxi} Stewart and Floyd. "Visualizing Leisure." *Journal of Leisure Research*. Vol. 36, No. 4 (2004) 450.

Nicole Guidotti-Hernández is an Associate Professor of American Studies in the University of Texas at Austin, United States of America.
ngh24@mail.utexas.edu

A ACELERAÇÃO CONTEMPORÂNEA COMO DEMARCADORA DOS ESTILOS E DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO ENTRE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

José Clerton Martins

Universidade de Fortaleza, Brasil

Maria Gorety Pereira

Universidade de Fortaleza, Brasil

Adriana Gomes Pinheiro

Universidade de Fortaleza e Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Resumo: Este estudo teve como objetivo investigar os significados atribuídos à qualidade de vida no trabalho por profissionais de saúde de um hospital público terciário na região Nordeste do Brasil, levando-se em conta o novo tempo em que se vive, demarcado por estilos de vida hiperacelerados e por uma cultura hedonista em que cultuam sensações imediatas e efêmeras. Trata-se de um estudo qualitativo, que ocorreu mediante trabalho de campo, no ambiente laboral onde os profissionais exerciam suas atividades. Os dados foram coletados por meio de observação participante e entrevistas com roteiro semiestruturado. O enfoque metodológico para a análise do recorte temático orientou-se pela seguinte questão: Para você, o que significa qualidade de vida no trabalho? O método do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC, como ferramenta para organização e análise dos dados, possibilitou identificar o significado da qualidade de vida no trabalho relacionada ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, às relações socioprofissionais, à redução da sobrecarga e do estresse ocupacional e a um modo de vida menos acelerado. Os resultados do estudo apontam que os estilos de vida hiperacelerados na sociedade contemporânea interferem de forma decisiva nos estilos e na qualidade de vida do trabalhador, ocasionando desequilíbrio entre trabalho e as outras esferas de vida e, dessa forma, comprometendo a satisfação laboral.

Palavras-chave: Trabalho; qualidade de vida no trabalho; estilos de vida; sociedade contemporânea; profissionais da saúde.

Introdução

A pressa é um dos fenômenos preocupantes da vida moderna. Sobre esse fenômeno, Beriain (2008) expressa que a aceleração produz um novo tempo social que comprime o tempo em modos de vida hiperacelerados, em que a velocidade assume a condução da vida do ser humano atual, ao ser capaz de propiciar ao sujeito emoções intensas. Disso resulta sofrimento psíquico, no qual a pessoa padece da enfermidade da pressa, do estresse e da hiperestimulação. O sujeito contemporâneo é compelido a realizar diversas ações de modo simultâneo e as queixas da falta de tempo são maiores do que a falta de dinheiro ou de liberdade.

Não obstante o incremento da tecnologia, dos transportes e das comunicações, que reduzem o tempo necessário para a realização das atividades, e que poderia gerar tempo livre, contribuindo, assim, para a desaceleração do ritmo de vida, não é isso o que se observa na vida moderna. Ao contrário, as pessoas parecem ávidas por experimentar sempre mais coisas de forma simultânea, por preencher todo o tempo que lhes resta com mais afazeres. A vida torna-se nervosa e a aceleração é o motor que conduz os modos de vida.

Lipovetsky (2004), estudioso da sociedade moderna, utiliza o termo hipermodernidade para realçar a nova face da Modernidade e definir o novo tempo em que se vive, marcado pelo fim das ideologias, pelo surgimento de uma cultura hedonista, pelo consumo de massa, pelo psicologismo e pelo culto ao corpo. Em tal sociedade, onde as inovações tecnológicas atingem graus inimagináveis e quase tudo se torna descartável, conceitos como “bem-estar”, “satisfação” e “qualidade de vida” são logo associados às atividades de consumo exacerbado, em que se cultuam as sensações imediatas e efêmeras. Ocorre grande inversão de valores, marcada pela perda das tradições. Como expressa Bauman (2001), ao sugerir a dicção “sociedade líquida” para o nosso tempo, tudo o que é sólido se torna fluido, volátil, menos o sistema mercantil, que intensifica na pessoa a sensação de incompletude, já inerente à condição humana.

Berriain (2008), ao descrever a sociedade atual, defende que a aceleração social, por meio do incremento exponencial da velocidade, pretende fazer do presente o único tempo. Tal aceleração está nas formas de pensar, de atuar e de ser, perpassando todos os usos do tempo moderno. Segundo o autor, fazemos as coisas de modo mais rápido porque a velocidade é divertida, produz excitação e nos subtrai o aborrecimento, sendo esta uma forma de tentar intensificar a existência.

Riqueza e rapidez tornam-se valores que movem o mundo, com o objetivo de superar-se, de ir além de toda a medida alcançada. Como consequência dessa dinâmica social, ocorre o aumento da vida nervosa, com uma prevalência de sintomas de ansiedade, pela luta desesperada do homem pós-moderno em tentar manter-se no ritmo da aceleração. A ansiedade, conforme acentua Berriain (2008), é uma patologia social do capitalismo tardio, se caracteriza pelo temor de perder algo e pela paralisia ante a pressão de uma realidade social sobrecarregada de demandas.

Paralelamente às mudanças tecnológicas, ressaltando-se as acelerações históricas dos sistemas de transportes, comunicações e biotecnologia, ocorrem mudanças de atitudes e valores, assim como modos e estilos de vida, relações sociais, linguagens, práticas sociais e hábitos mudam em um ritmo cada vez maior. Como consequência das taxas de

aceleração cultural e de inovação social ocorre uma contração do tempo presente. Este se torna um lapso em que espaços e horizontes de experiências coincidem.

Mediante a óptica da aceleração, ressaltada por Berain (2008), tenciona-se viver o máximo de experiências no menor espaço de tempo possível, ante as inúmeras possibilidades à disposição. O tempo que se empregava para certa atividade, ao ser comprimido, permite ao sujeito dispor de mais tempo para usufruir novas e intensas experiências, uma vez que a ausência de um foco no centro da vida empurra esse sujeito para uma busca de satisfação momentânea e superficial, tomado pela atração diante da novidade.

No contexto das relações de trabalho na sociedade capitalista, o tempo foi convertido em mercadoria no processo produtivo, assumindo enorme valor no mundo do trabalho, ao ser o balizador da máxima produtividade. Fomentou-se a premissa de que era necessário alcançar a máxima produtividade no menor espaço de tempo.

Nesse cenário, o trabalhador da saúde se insere como um profissional que busca um sentido para suas ações em meio a estilos de vida hiperacelerados, sendo o trabalho em saúde um campo que favorece aos profissionais terem diversos empregos ou a estenderem a sua carga horária a fim de responderem às demandas, tanto institucionais, como as de ordem pessoal. Diante de tal contexto, indaga-se quais as interferências dos modos de vida acelerados na qualidade de vida dos trabalhadores da saúde, que foram os sujeitos dessa investigação.

O presente estudo teve como objetivo investigar os significados atribuídos à qualidade de vida no trabalho por profissionais de saúde de um hospital público terciário na região Nordeste do Brasil, levando-se em conta o novo tempo em que vivemos, demarcado por estilos de vida acelerados, pelo consumo de massa, por uma cultura hedonista que cultua sensações imediatas e efêmeras, como exprime Lipovetsky (2004).

Trata-se de um estudo qualitativo, que ocorreu mediante trabalho de campo, no ambiente laboral, onde os profissionais exerciam suas atividades. Os dados foram coletados por meio de observação participante e entrevistas com roteiro semiestruturado. O enfoque metodológico para a análise do recorte temático orientou-se pela seguinte questão: Para você, o que significa qualidade de vida no trabalho? Como se dá a organização do trabalho e como esta interfere na qualidade de vida no trabalho?

Estudos mostram que ocorre pouco investimento das instituições públicas na qualidade de vida dos trabalhadores (QVT) e as ações são contingentes, fragmentadas e sem continuidade, mudando conforme a vontade do gestor. Servem apenas para a recomposição das energias, porém o trabalhador retorna ao posto de trabalho e encontra as mesmas condições desfavoráveis.

Percebe-se, na literatura, que grande parte dos estudos volta-se muito mais para aferir a percepção ou avaliação sobre a implantação de determinados programas de gestão da qualidade de vida no trabalho. Quantidade menor de estudos dedica-se a compreender a qualidade de vida no trabalho a partir do referencial dos próprios trabalhadores.

Não há como negar que o trabalho se tornou uma grande fonte de adoecimento na sociedade contemporânea e, desse modo, o maior interesse pelo estudo da QVT se justifica pelo notório aumento do estresse ocupacional e pelas doenças relacionadas ao trabalho, que atingem profissionais de todas as áreas e põem em risco o seu bem-estar e sua produtividade. Tais situações impulsionam as organizações a avaliarem as condições de vida no trabalho e a gerenciarem essas condições de forma a garantir saúde, segurança e bom desempenho pessoal.

A relevância do estudo da qualidade de vida no trabalho em tempos hiperacelerados, na atualidade, se manifesta na dimensão geral da sociedade. O valor da qualidade de vida incorpora-se a todos os âmbitos da vida em sociedade. Fala-se de boa qualidade de vida quanto ao corpo, à mente e ao espírito, no que concerne às relações com o meio ambiente e com os demais seres humanos e em relação à qualidade dos produtos e serviços que consumimos.

Todas essas considerações até aqui expostas servem de fundamento para o entendimento dos *modos vivendi* do trabalhador contemporâneo, que tem a vida pessoal e profissional atingida por essa nova ordem e desordem do mundo, e que busca um sentido para sua existência. Colocam-se em questão os significados atribuídos à felicidade e ao bem-estar, na sociedade contemporânea, intrinsecamente ligados aos valores que ela veicula. Assim, essas questões da sociedade atual influenciam o modo de vida do trabalhador e a forma deste significar a sua qualidade de vida e satisfação no trabalho.

1. Quadro teórico de referência

1.1. Qualidade de Vida no Trabalho

A literatura delimita que a expressão qualidade de vida no trabalho surgiu na década de 1970 nos EUA, para fazer face à competitividade internacional, no cenário do grande sucesso alcançado pelos estilos e técnicas gerenciais dos programas de produtividade japonesa, centrado nos empregados, numa tentativa de integrar os interesses dos empregados e dos empregadores mediante práticas gerenciais que buscavam reduzir os conflitos. Surgiu, no contexto da crise estrutural dos modelos taylor-fordistas, como um suposto instrumento de humanização no trabalho, bem-estar e participação dos colaboradores no processo decisório.

Porém, a lógica da produtividade se impõe sobre a do bem-estar na organização, considerando que o que move a organização é fazê-la mais produtiva, mais eficiente e competitiva, subordinando os interesses no aspecto humano.

Um dos autores de referência em QVT, largamente citado na literatura científica, é Walton (1973). Conforme este autor, a qualidade de vida depende intimamente do equilíbrio entre trabalho e outras esferas da vida, do papel social da organização e da importância de se conciliar produtividade com QVT. Ele enfoca o papel da QVT relacionado à produtividade, destacando a importância da satisfação e da motivação.

O modelo de Walton (1973) utiliza oito categorias conceituais para propor um modelo clássico de análise de experimentos sobre QVT, detalhado por Freitas e Souza (2009) e Vasconcelos (2001), a saber: compensação justa e adequada; segurança e saúde nas condições de trabalho; oportunidade de desenvolvimento de capacidades humanas; oportunidade para crescimento e segurança; integração social na organização do trabalho; constitucionalismo na organização do trabalho; espaço para a vida pessoal e relevância social do trabalho na vida.

Ferreira, Alves e Tostes (2009) identificam, de maneira geral, duas abordagens para a Qualidade de Vida no Trabalho: uma clássica, de caráter eminentemente assistencialista, e outra contra-hegemônica, de natureza preventiva.

A abordagem assistencialista é, conforme os autores, a que concentra a maior parte dos estudos sobre a QVT e a responsabilidade recai com maior ênfase no trabalhador. As atividades propostas para o desgaste que os trabalhadores vivenciam são de natureza compensatória, dando-se ênfase na produtividade. Em tal abordagem, são oferecidas diversas atividades para o bem-estar físico (ginástica laboral, dança, massagens, dentre

outras) ou para promover o equilíbrio psicofísico (yoga, coral, tai-chi-chuan, por exemplo), sem, contudo, considerar quais são de fato as necessidades dos sujeitos.

Nesse enfoque, identificam-se três limites principais: o embasamento em atividades do tipo antiestresse, o desejo de compensar o desgaste sem tratar as causas e a atuação no âmbito do indivíduo como variável de ajuste, deixando a responsabilidade institucional em segundo plano. A consequência disso é uma adesão decrescente às ações e programas institucionais. Essas atividades passam ao largo do tratamento das causas institucionais do estresse, da fadiga e do desgaste no trabalho.

Ferreira, Alves e Tostes (2009) trazem uma proposta contra-hegemônica, de viés preventivo, assentada em estudos, pesquisas e intervenções. O foco da abordagem está em atuar nas causas do mal-estar no trabalho no contexto de produção, atuando nas três dimensões há pouco mencionadas. Nessa concepção, a QVT é entendida como tarefa de todos na organização, e demanda a busca de um equilíbrio entre o bem-estar, a eficiência e a eficácia nos ambientes organizacionais.

No tocante aos objetivos deste estudo, convém mencionar algumas pesquisas que abordaram a temática da qualidade de vida no trabalho na perspectiva dos profissionais. Rocha e Felli (2004) realizaram pesquisa, em 2001, com enfermeiros docentes do curso de enfermagem da Universidade Católica de Santos sobre os significados que atribuem à QVT, mediante entrevista com roteiro estruturado. Obteve como resultado: as condições de trabalho, o salário condizente, a identificação profissional, as relações interpessoais e o reconhecimento profissional.

Pesquisa realizada por Lima (2008), com 359 funcionários públicos concursados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que teve como objetivo investigar a inter-relação entre gestão de pessoas e QVT, abordou, por meio de questionários, o significado atribuído à QVT e obteve como resultados as categorias: condições físicas adequadas de trabalho, local adequado para o exercício da tarefa, bom relacionamento sócio-profissional, e trabalho prazeroso e flexível. Os servidores consideraram, no geral, que a QVT estava associada aos aspectos das condições de trabalho, como espaço físico, equipamentos, e instrumentos adequados; à organização do trabalho, em termos de flexibilidade de horários, e às relações sócio-profissionais, conforme postula Ferreira (2006).

Rosalino e Bardagi (2008) realizaram uma pesquisa que visou analisar as percepções dos funcionários de uma empresa de transporte urbano sobre a qualidade de vida no trabalho. Utilizou entrevista semiestruturada, aplicada a 11 colaboradores de diferentes áreas de atuação. A percepção de QVT foi prioritariamente associada às condições

físicas adequadas no local de trabalho, à constância de programas e ferramentas de recursos humanos; e, ainda, ao equilíbrio do tempo entre trabalho e vida pessoal. Os resultados indicaram a necessidade de maior informação interna aos colaboradores quanto aos programas de QVT e de maior conhecimento da empresa sobre as percepções e necessidades dos funcionários.

A QVT será concebida, nesta investigação, principalmente sob a óptica dos sujeitos no contexto institucional, compreendendo como estes percebem e sentem sua qualidade de vida no trabalho.

1.2. O trabalho em saúde

O trabalho em saúde integra a prestação de serviços como parte do setor terciário da economia e, embora não esteja na esfera diretamente produtiva, mantém uma relação imbricada com o processo produtivo.

Merhy e Franco (2003) defendem o argumento de que os profissionais de saúde agem com base em um modo específico de ser e atuar no mundo, pautados pelas singularidades. Podem assumir atitudes que vão de um polo de um cuidado burocrático, pouco cuidadoso e ineficaz, ao de um cuidado acolhedor. No *modus operandi*, que é singular, há sempre a intencionalidade de cada um.

A organização do trabalho na instituição hospitalar ocorre de forma muito precisa, com divisão das tarefas e rotinas de forma padronizada, além de variados modelos de ação profissional, fundamentados nas competências e saberes dos múltiplos profissionais, com papéis, estrutura, divisão de trabalho, hierarquia, metas e normas que a regulam. É um local caracterizado pela assepsia, pelas especializações e fragmentações dos conhecimentos, e segue rotinas muito bem estruturadas, com o objetivo de manter o controle sobre o paciente e sua doença.

No hospital, a atenção do cuidado depende da conjugação do trabalho de várias categorias profissionais, em um conjunto diversificado, especializado e fragmentado de atos cuidadores individuais, mas que operam de forma interdependente, com a interação dos vários cuidadores. Ocorre, assim, conforme analisam Merhy e Franco (2003), uma complexa trama de atos, procedimentos, fluxos, rotinas, saberes, que compõem o cuidado em saúde.

2. Abordagem metodológica

O estudo se orientou por um desenho qualitativo, considerando que o método qualitativo, segundo alude Minayo (2006), se aplica ao estudo da história, relações,

representações, crenças, percepções e opiniões, produtos das interpretações que os sujeitos fazem a respeito de como vivem, fazem seu mundo e a si mesmos, sentem e pensam.

O campo selecionado para este estudo foi um hospital público terciário de grande porte, integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), pertencente à rede assistencial da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA) na cidade de Fortaleza/BR, referência em procedimentos de alta complexidade para o estado. A instituição tem uma missão didática, por ser um hospital reconhecido pelo Ministério da Educação–MEC, como hospital de ensino, possuindo 22 programas de residência médica, internato e estágios curriculares em diversos cursos de graduação.

2.1. Participantes da pesquisa

Elegeram-se como participantes do estudo quinze trabalhadores de saúde em uma unidade de internação eletiva, nas especialidades de clínica Médica, Oncologia e Hematologia, de um total de 70 profissionais. Os critérios de inclusão no estudo foram: trabalhar no hospital há mais de um ano e disponibilidade de participar do estudo. Foram excluídos da amostra os profissionais fora desse perfil.

Contou-se ainda com auxílio de informantes que contribuiriam na explicitação de informações sobre a realidade pesquisada, como também serviram de ponte para outros informantes, viabilizando uma rede maior de contatos.

O perfil dos participantes fornece informações para contextualizar os dados obtidos: gênero – 13 do sexo feminino e dois do sexo masculino; a idade variou de 30 a 57 anos, com média de 46 anos; escolaridade – 4 com ensino médio completo e 11 com ensino superior completo; estado civil – 4 solteiros, dez casados e um divorciado; vínculo empregatício – 6 terceirizados e 9 servidores públicos; carga horária semanal – entre 20 e 40h: 5 profissionais, acima de 40h: 10 profissionais. Foram entrevistados 15 trabalhadores de categorias profissionais distintas: três médicos, quatro enfermeiros, quatro técnicos de enfermagem, um fisioterapeuta, um assistente social e duas nutricionistas.

A presente investigação foi avaliada e aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa e cada sujeito foi devidamente esclarecido sobre os objetivos do estudo e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Atentando para o sigilo preconizado pela Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, os sujeitos foram identificados pelas siglas S1, S2, S3 e assim sucessivamente. Os dados foram colhidos no período de janeiro a abril de 2012.

As entrevistas foram gravadas após o consentimento dos sujeitos e, posteriormente, foram transcritas na íntegra.

2.2. Instrumentos para coleta de dados

Como instrumento para a coleta de dados foram utilizadas a observação participante e as entrevistas. A entrevista semiestruturada é, segundo Trivinos (1992), um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados. Esta, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, tornando a investigação mais rica.

Considerando as dificuldades próprias dos profissionais de saúde em dispor de tempo fora do ambiente laboral, optou-se por fazer as entrevistas no próprio local de trabalho, em ambiente fechado e livre de interrupções.

A aproximação realizada no campo durante o período da observação participante foi fundamental para estabelecer vínculos de confiança com os informantes e obter uma visão abrangente do cenário. Conforme sinaliza Trivinos (1992), o pesquisador deve realizar uma série de atividades preliminares para esclarecer sua visão acerca de cada um dos informantes. Isso implica estabelecer contatos informais com a maior quantidade possível de pessoas que estão envolvidas no processo social de interesse.

2.3. Procedimentos

Para a organização e análise dos dados, foi utilizado o método do Discurso do Sujeito Coletivo. Ao se trabalhar com o DSC, parte-se do entendimento de que aquela pessoa tem uma referência grupal, expressando, de forma típica, o conjunto de vivências de seu grupo. Conforme definição de Lefèvre e Lefèvre (2005), o Discurso do Sujeito Coletivo é uma técnica que busca resolver os impasses que o pesquisador encontra quando tenciona processar depoimento em pesquisas qualitativas que usam questionários com perguntas abertas, e se querem obter como resultado final representações sociais ou opiniões coletivas de grupos ou categorias de pessoas que vivem em sociedade.

Como elucidado por Lefèvre e Lefèvre (2005), a proposta consiste basicamente em analisar o material verbal coletado, extraindo-se de cada um dos depoimentos as ideias centrais e/ou ancoragens e suas correspondentes expressões-chave, e, a partir daí, são compostos um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do singular. As expressões-chave são constituídas por recortes ou transcrições literais do discurso que

devem ser realçadas pelo pesquisador e que revelam a essência do depoimento; a ideia central pode ser entendida como as afirmações que traduzem, de forma sintética, precisa e fidedigna o essencial do conteúdo discursivo explicitado pelos sujeitos em seus depoimentos; o discurso do sujeito coletivo é a reconstrução, com fragmentos de discursos individuais, de tantos discursos-síntese quanto forem necessários, para expressar um dado pensar ou representação sobre um fenômeno.

A forma de expressão do sujeito coletivo é procedida por intermédio de um discurso emitido em primeira pessoa (coletiva) do singular. Esse eu fala em nome de uma coletividade, expressando, então, uma referência coletiva que viabiliza um pensamento social.

Uma vez identificadas as palavras ou expressões adequadas para representar os depoimentos, tem-se o que se chama de categoria. O DSC reúne, em uma só categoria, diferentes conteúdos e argumentos que estruturam uma mesma opinião ou um conceito, que é compartilhado por um conjunto de pessoas.

3. Apresentação e análise dos dados

Após a aplicação da técnica, da forma exposta no item anterior, chegou-se a (04) quatro categorias, que são descritas a seguir:

Quadro 1: Categorias discriminadas

Questão norteadora	Categorias identificadas	Qtd de Sujeitos
Para você, o que significa qualidade de vida no trabalho?	A. Satisfação e prazer no trabalho em equipe	10
	B. Gozar de condições de trabalho adequadas, com menor sobrecarga e menos estresse	5
	C. Equilíbrio entre vida pessoal e vida profissional	4
	D. Modos de vida menos acelerados	4

Fonte: elaboração própria.

3.1. Resultados e discussão

Serão apresentados, a seguir, os resultados qualitativos da pesquisa realizada, com base nas categorias encontradas e nos discursos que as possibilitaram. Os dados foram analisados à luz dos enfoques conceituais que orientaram o estudo, a partir das quatro categorias identificadas.

Categoria A: satisfação e prazer no trabalho em equipe

Nos hospitais, a atenção do cuidado está em íntima relação com as conexões de várias categorias profissionais, em um conjunto diversificado, especializado e fragmentado de atos cuidadores individuais, formando uma rede de conexões interdependentes que vão construindo possibilidades, mediante fluxos permanentes entre sujeitos que são operativos, simbólicos, políticos, subjetivos e comunicacionais. O local de produção da saúde é permeado por encontros e, ao produzirmos relações, produzimos a nós mesmos. Nesses espaços, como expressa Franco (2006), ocorrem atos de fala, escuta, toques e olhares, constitutivos dos processos de trabalho. Não obstante, os sujeitos desse discurso reclamaram da falta de tempo para interagir de modo mais informal com os parceiros de trabalho, conforme pode ser observado pelo DSC1 abaixo apresentado:

É você se sentir bem no lugar em que você está trabalhando, com as pessoas que você trabalha. Significa ter um bom relacionamento com a equipe, seja ela a chefia ou os colegas que estão com você no plantão, buscando ter harmonia com seu trabalho, se respeitando, tendo aquele convívio, aquela integração. Então, assim, sentir que a gente faz parcerias, que tá todo mundo pensando numa coisa só. Geralmente a gente trabalha com muita gente, aí sempre tem problema de relacionamento. Era bom se a gente tivesse mais tempo para interagir com as pessoas com quem trabalha.

Pode-se inferir, nesses discursos, que a interdependência dos atos de cuidado promove aproximações afetivas e enseja cumplicidades, resultando na satisfação e no prazer do trabalho em equipe. Dejours e Abdoucheli (2009) atribuem uma relevante importância às relações que os profissionais estabelecem entre si nos locais de trabalho, atuando no funcionamento psíquico. São as relações de trabalho o componente de maior destaque no conceito de organização do trabalho, incluindo-se aí as relações entre os pares e os vínculos hierárquicos.

Categoria B: gozar de condições de trabalho adequadas, com menor sobrecarga e menos estresse

Os discursos desses sujeitos conceituam a qualidade de vida no trabalho pela supressão de algo que está faltando e que ocasiona sofrimento do trabalho: condições de trabalho inadequadas, sobrecarga e estresse ocupacional.

Partindo da conceituação de Ferreira (2006), que entende as condições de trabalho como um dos parâmetros centrais nos estudos e intervenções sobre a qualidade de vida no trabalho, percebe-se a interferência negativa desses fatores como causadores de

mal-estar no trabalho. No serviço público, é lugar comum conviver com a escassez de insumos e o sucateamento dos equipamentos. Tem-se diariamente que administrar a falta, procurando soluções criativas. O DSC 2 assim explicita:

É ter condição de trabalhar bem, ter... suprimentos dentro da nossa unidade para que possamos desempenhar bem o nosso trabalho. A gente precisa ter as condições de trabalho, ter material pra gente trabalhar, não faltar nada pro paciente, não faltar medicação, o material que precisar ter. Vem a ideia de você não trabalhar num lugar em que se sinta sobrecarregado. É chegar no meu trabalho, desempenhar minhas funções, sem muito estresse e sem muito desgaste, ter um horário de descanso, de recolhimento, e que essas condições de trabalho me dessem vontade e desejo de voltar no dia seguinte.

A carga psíquica elevada atua como um elemento que dificulta a satisfação laboral. Nesse sentido, o trabalhador possui uma história pessoal que se projeta em suas aspirações, desejos, motivações e necessidades psicológicas, que integram sua história de vida.

O estresse e a fadiga, como manifestações sintomáticas do sofrimento psíquico que acometem o sujeito no mundo do trabalho, resultam do desequilíbrio entre o organismo e o ambiente organizacional. Nesse sentido, as expressões dos sujeitos do discurso acenam para a necessidade de escoamento da carga psíquica no trabalho por meio de redução da sobrecarga. Não obstante, a natureza do trabalho em saúde ocasiona nos profissionais um permanente estado de alerta, gerador de sofrimento.

Categoria C: equilíbrio entre vida pessoal e vida profissional

Os sujeitos dos discursos acenam no sentido de busca de um equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Nessa direção, é possível fazer uma aproximação com uma das categorias conceituais de Walton (1973), largamente citada na literatura. Um dos oito critérios identificados pelo autor é “Trabalho e o espaço total de vida”. O autor exprime que a experiência de trabalho de uma pessoa pode ter efeito positivo ou negativo nas diversas esferas de sua vida. A relação entre trabalho e o espaço total da vida é compreendida por meio do conceito de equilíbrio.

Na sociedade atual, que tem os valores assentados na produtividade e no crescimento econômico, o tempo mais valorizado é o tempo produtivo e mesmo o tempo livre das obrigações do trabalho é capturado pela indústria do consumo e pelos prazeres efêmeros e o lazer, que poderia ser uma escolha feita com total liberdade, é incorporado à indústria midiática para ser consumido como pura mercadoria, em forma de pacotes pré-fabricados. Pode-se observar nos DSC 3:

Qualidade de vida no trabalho me remete sabe ao que? À Finlândia, à Noruega, ao norte da Espanha, em que as pessoas três horas, quatro horas da tarde vão pra suas casas, vão tomar um sorvete com os seus filhos. Menos horas de trabalho, trabalhar só num canto, com a qualidade de vida de ter seus filhos, preparando pra vida, dando condições de você viajar. Remete à questão da qualidade de vida fora do ambiente do trabalho, porque é importante um equilíbrio entre as duas esferas. Se você tá bem lá fora, conseqüentemente você não vai entrar aqui no hospital de mau humor, com raiva... tem que ter esse cuidado.

Os sujeitos desse discurso revelam que almejam outros tempos sociais para fruição com a família, os amigos e consigo próprio, buscando experiências de ócio e lazer no tempo livre. Desse modo, a qualidade de vida no trabalho deve ser compreendida nesse *continuum* entre trabalho e outros âmbitos da vida.

Por outro lado, na sociedade contemporânea, que tem a pressa como um dos combustíveis condutores das ações do sujeito, torna-se cada vez mais difícil a este, encontrar o equilíbrio almejado entre o trabalho e a vida pessoal, e maior parcela do seu tempo é utilizada no ambiente de trabalho, que ainda ocupa um terço de suas vidas.

Categoria D: modos de vida menos acelerados

Beriain (2008) adverte para o curso da vida que passa a ser dominado pela intensificação da aceleração nervosa, que tece a trama das relações sociais. Como resultado dessa aceleração, as distâncias e os espaços encurtam, ante o desejo de fazer as coisas simultaneamente e de forma imediata. O discurso coletivo dos sujeitos assim evidencia:

A qualidade de vida no trabalho está relacionada a como eu me locomovo para chegar até aqui, porque muitas vezes eu chego aqui com a pressão em 180... de tão ansiosa. Se eu vier de casa, nenhum problema. Agora se vier do outro... Muito sufoco. Venho acelerada, corrida, e isso eu acho que mexe muito com a qualidade de vida no trabalho. A ansiedade de não chegar no horário... Pra mim, a qualidade de vida no trabalho seria você acordar de manhã tendo tempo pra tomar café da manhã em casa, um trânsito bom pra chegar (o trânsito é um problema, porque a gente perde tempo). Tenho que transformar o tempo em que estou no trânsito, 40 minutos, num momento de prazer, escuto rádio, música, às vezes até leio durante o trânsito. Absurdo, mas leio... então seria... essa questão de você não sair de casa tão apressado... que o trabalho fosse menos denso, que tivéssemos tranquilidade pra chegar, não tivesse que correr tanto.

Com efeito, os discursos dos sujeitos traz a angústia da vida contemporânea relativa à intenção de administrar o tempo de modo a propiciar uma vida com menor correria,

em que ações simples do dia a dia pudessem ser vivenciadas com maior tranquilidade; e que não precisássemos correr contra o tempo, mas que ele fosse um aliado para uma vida com qualidade.

Em meio ao incremento dos recursos tecnológicos, os quais reduzem as distâncias e ensinam o imediato no pensar, agir e sentir, e oferecem maior comodidade às pessoas, paradoxalmente, não engendrou uma economia de tempo que permitisse à pessoa usufruir de um tempo com total liberdade. Todo o tempo livre tende a ser preenchido com outras ações simultâneas, na ilusão de que possa ensejar mais tempo a ser novamente preenchido com novas atividades. É notório assinalar que aquele que reclama da pressa e da falta de tempo reluta em reduzir seus afazeres, principalmente se estiverem diretamente vinculados à atividade produtiva. Vive-se então um conflito existencial nessa corrida em que não se sabe onde se pretende chegar.

Considerações finais

Os resultados do estudo apontam que os modos de vida hiperacelerados na sociedade contemporânea interferem de forma decisiva nos estilos e na qualidade de vida do trabalhador, ocasionando desequilíbrio entre trabalho e as outras esferas de vida e, dessa forma, comprometendo a satisfação laboral.

O relevante papel desempenhado pelas relações sócio-profissionais ficou evidenciado no discurso dos sujeitos coletivos, ao definirem a satisfação e o prazer no trabalho em equipe como um componente essencial para a qualidade de vida no trabalho, confirmando então os pressupostos de Merhy e Franco (2003), que inscrevem as relações sócio-profissionais como o principal componente da organização do trabalho, em que as tecnologias relacionais oferecerem novas formas de produção do cuidado.

As verbalizações dos trabalhadores reforçaram a lição de Ferreira (2006) quanto à interdependência das condições de trabalho com a organização do trabalho e as relações de trabalho na elaboração do conceito de qualidade de vida no trabalho, a partir do qual a gestão pode intervir, procurando atuar nas causas geradoras do mal-estar laboral.

Na segunda categoria realçada pelos profissionais como significativa para a qualidade de vida no trabalho - as condições de trabalho -, os sujeitos queixaram-se da sobrecarga, do estresse e da falta de pausas para descanso. A carga psíquica elevada atua como um elemento que dificulta a qualidade de vida no trabalho. Nesse sentido, as expressões dos sujeitos acenaram para a necessidade de escoamento da carga psíquica no trabalho por meio de redução da sobrecarga. Não obstante, a natureza do trabalho

em saúde ocasiona nos profissionais um permanente estado de alerta, gerador de sofrimento psíquico.

Outro significado atribuído à qualidade de vida no trabalho foi referente ao equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal. Nessa direção, os sujeitos expressaram o desejo de redução de suas cargas horárias, exprimindo a intenção de trabalhar em um só local e vivenciar outros tempos sociais plenos de possibilidades, no tempo liberado do trabalho. De modo paradoxal, o sujeito supervaloriza a atividade produtiva que, por um lado, atende a necessidades primárias e, por outro, a necessidades que foram criadas na cultura da urgência e dos excessos.

Ao representarem a qualidade de vida no trabalho como um *continuum* entre as diversas esferas da vida, os trabalhadores trouxeram a questão da longa jornada de trabalho em debate, com as vicissitudes que esta engendra. Vive-se, porém, o paradoxo entre querer uma vida com maior qualidade fora do trabalho e não querer abrir mão dos *owera* e dos *bona* dessas escolhas.

Os dados obtidos do Discurso do Sujeito *Coletivo* associam a qualidade de vida no trabalho a um modo de vida menos acelerado e, dessa forma, remetem às inflexões de Beriain (2008), ao asseverar que ser humano contemporâneo se sente impelido a entrar no fluxo da aceleração para conseguir dar conta de várias ações simultâneas, com a intenção de que lhe sobre mais tempo, porém, a ser ocupado com novas necessidades impulsionadas pelos imperativos de um círculo vicioso frenético da pressa, onde se deseja ir para todas as direções, mesmo sem saber onde se pretende chegar.

Acredita-se que não é por meio de programas de caráter assistencialista e paternalista, que ensejam ações contingentes, fragmentadas e de natureza compensatória, atuando tão somente nos efeitos do mal-estar, que as organizações irão promover ações e programas de qualidade de vida no trabalho, capazes de dar resposta aos anseios dos trabalhadores. Antes, há que se acessar a fala desses trabalhadores, para entender as necessidades concretas que permeiam o cotidiano do trabalho.

Ressalta-se que o presente estudo pode fomentar reflexões no espaço de trabalho na perspectiva de sensibilização dos gestores para uma prática mais contínua de escuta dos trabalhadores, acreditando que é por meio do espaço da escuta dos profissionais que se pode enfrentar a loucura do trabalho e preservar a saúde.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para fomentar o aprofundamento de questões relacionadas aos estilos de vida contemporâneos e à qualidade de vida no

trabalho, para o desdobramento de outros estudos sobre os aspectos focados na temática e que os resultados subsidiem reflexões, abrindo novas possibilidades de investigação, frente às possibilidades apresentadas por intermédio desta pesquisa.

Referências Bibliográficas

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beriain, J. (2008). *Aceleración y tiranía del presente. La metamorfosis en las estructuras temporales de la modernidad*. Barcelona/España: Anthropos Editorial.
- Dejours, C., & Abdoucheli, E. (2009). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. (pp.119-145). In. C. Dejours, E. Abdoucheli & C.Jayet (10^a. Ed.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Djouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Tradutores Maria Irene Stocco Betiol, et al. São Paulo: Atlas.
- Ferreira, M.C. (2006). Qualidade de vida no trabalho. In A.D .Cattani & L. Holzmann, (org). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. (p.p. 219-222) Porto Alegre: Ed UFRGS.
- Ferreira, M.C., Alves, L., & Tostes, N. (2009). Gestão da qualidade de vida no trabalho (QVT) no serviço público Federal: o descompasso entre problemas e práticas gerenciais. *Psicologia: Teoria e pesquisa*. 25(3), 319-327.
- Franco, T.B. (2006). *As redes na micropolítica do processo de trabalho em saúde*. Recuperado em 18 março, 2012, de http://www.uesc.br/atencaoasaude/publicacoes/redes_na_micropolitica_do_processo_trabalho_-_tulio_franco.pdf.
- Freitas, A.L.P., & Souza, R.G.B. (2009). Um modelo para avaliação da Qualidade de Vida no trabalho em universidades públicas. *Revista eletrônica Sistemas & Gestão*. 4(2), 136-154.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A.M.C. (2005). *O discurso do sujeito coletivo. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramento)*. Caxias do Sul: Educs.
- Lima, H.K.B. (2008). *Gestão de Pessoas e qualidade de vida no trabalho no contexto do Poder Legislativo do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Lipovetsky, G. (2004). *Os Tempos hipermodernos*. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla
- Merhy, E.E., & Franco, T.B. (2003). Por uma composição técnica do trabalho centrado no campo relacional e nas tecnologias leves. *In Saúde em Debate*, ano XXVII. 27(65) 316-324.
- Minayo, M.C (2006). *O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde*. (9a ed). São Paulo: HUCITEC.
- Rocha, S.S.L., & Felli, V.E.A. (2004). Qualidade de vida no trabalho docente em enfermagem. *Rev. Latino-am Enfermagem* . 12(1), 28-35.

Rosalino, C.B&., & Bardagi, M.P. (2008). Percepção de funcionários de uma empresa de transporte urbano sobre qualidade de vida no trabalho. *Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia de Santa Cruz do Sul*. Barbarói. 29(2), 120-137.

Trivinos, A.N.S. (1992). *Introdução à pesquisa em ciências sociais.: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Vasconcelos, A.F. (2001). Qualidade de vida no trabalho; origem, evolução e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa em Administração*. São Paulo. 8(1), 23-35.

Walton, R.E. (1973). Quality of Working Life: What is it? *Sloan Management Review*, 15(1), 11-21.

José Clerton de Oliveira Martins é Professor Efetivo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza.

jclertonmartins@gmail.com

Maria Gorety Pereira é psicóloga e assistente social e mestre em psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

goretypereira@yahoo.com.br

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro é doutoranda e mestre em psicologia e psicóloga pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR e é cientista social pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

adriana_alencar@oi.com.br

THE CONTEMPORARY ACCELERATION AS DEMARICATION OF STYLES AND QUALITY OF WORKING LIFE AMONG HEALTHCARE PROFESSIONALS

José Clerton Martins

University of Fortaleza, Brazil

Maria Gorety Pereira

University of Fortaleza, Brazil

Adriana Gomes Pinheiro

University of Fortaleza and Catholic University of Pernambuco, Brazil

Abstract: This study aimed to investigate the meanings attributed to the quality of life at work for healthcare professionals at a tertiary public hospital in northeastern Brazil, taking into account the new time in which we live, marked by hyper-accelerated lifestyles and by a hedonistic culture that worships immediate and ephemeral sensations. This is a qualitative study, carried out through field work, in the work environment where professionals perform their activities. Data were collected through participant observation and interviews with a semi-structured script. The methodology focus for the analysis of the thematic brief was guided by the following question: For you, what does the quality of working life mean? The method of the Discourse of the Collective Subject - DCS - as a tool for organizing and analyzing data enabled us to identify the meaning of quality of life at work related to the balance between work and personal life, socio-professional relations, reducing overload and occupational stress and a less accelerated way of life. The study results indicate that the hyper-accelerated lifestyles in contemporary society interfere decisively in the styles and quality of life of the worker, causing an imbalance between work and other spheres of life and thus compromising labor satisfaction.

Keywords: Labor; Quality of Working Life; Lifestyles; Contemporary Society; Healthcare Professionals.

Introduction

Rush is one of the worrying phenomena of modern life. About this phenomenon, Beriain (2008) states that acceleration produces a new social time that compresses time in hyper accelerated lifestyles, where speed takes the driving of current human being life, because it is able to provide the individual intense emotions. From this results in psychological distress, in which a person suffers from the disease of rush, stress and hyperstimulation. The contemporary individual is compelled to perform various actions simultaneously, and the complaints of lack of time are greater than the lack of money or freedom.

Notwithstanding the increase in technology, transport and communications, which reduce the time required to perform the activities, and that could generate free time, thus contributing to the slowdown in the pace of life, this is not what is observed in modern life. Instead, people seem always eager to try more things simultaneously, to fulfill all the time they have left with more tasks. Life becomes nervous and acceleration is the engine that drives lifestyle.

Lipovetsky (2004), master of modern society, uses the term hypermodernity to highlight the new face of Modernity and set the new time in which one lives, marked by the end of ideology, the emergence of a hedonistic culture, by mass consumption, by psychologism and by the cult of the body. In such a society, where technological innovations reach unimagined degrees and almost everything becomes disposable, concepts like "welfare", "satisfaction" and "quality of life" are immediately associated with exacerbated consumption activities, in which the immediate and ephemeral sensations are worshiped. A great reversal of values occurs, and it is marked by the loss of traditions. As Bauman expresses (2001), suggesting the expression "Liquid Modernity" for our time, all that is solid becomes fluid, volatile, less the mercantile system, which intensifies in the human the feeling of incompleteness, which is already inherent in the human condition.

Berian (2008), describing the current society, argues that social acceleration through the exponential speed increase intends to make the present the only time. Such acceleration is in the way of thinking, acting and being, permeating all uses of modern time. According to the author, we do things more quickly because speed is fun, it produces excitement and subtracts from us the boredom, and this is one way of trying to enhance existence.

Wealth and rapidity become values that move the world, aiming to surpass oneself, to go beyond all measure achieved. As a result of this social dynamic, there is an increase of nervous life, with a prevalence of anxiety symptoms, the desperate struggle of postmodern man trying to keep up the pace of acceleration. The anxiety as punctuated by Berian (2008), is the social pathology of late capitalism, it is characterized by the fear of losing something and the paralysis in the face of pressure from an overburdened of demands social reality.

In parallel to technological changes, emphasizing the historical acceleration of transportation, communications and biotechnology systems, there are changes in attitudes and values, as well as ways and lifestyles, social relations, languages, social practices and habits change at a pace even greater. Consequently the rates of speeding

up the cultural and social innovation is a contraction of the present time. This becomes a lapse in which spaces and horizons of experiences coincide.

Through the optical acceleration, highlighted by Berain (2008), it is intended to live as much experience in the shortest possible time, before the endless possibilities available. The time that was used for a certain activity, when compressed, allows the individual to have more time to enjoy new and intense experiences, since the absence of a focus on the center of life pushes this subject to a momentary and superficial search of satisfaction taken on by the attraction of novelty.

In the context of labor relations in capitalist society, time was converted into a commodity in the production process, assuming enormous value in the world of work, being the marker of maximum productivity. It was fostered the premise that it was necessary to achieve maximum productivity in the shortest time.

In this scenario, the healthcare professional is fit in as a professional who seeks meaning for his actions amid hyper accelerated lifestyles, being the healthcare an environment that encourages health professionals to have many jobs or extend their hours in order to respond to the demands of both, either institutional or personal. Given this context, we look into what the interference of accelerated lifestyles in the quality of life of healthcare professionals, who were the subjects of this investigation.

The present study aimed to investigate the meanings attributed to the quality of work life for healthcare professionals from a tertiary public hospital in northeastern Brazil, taking into account the new era we live in, marked by accelerated lifestyles, by mass consumption, for a hedonistic culture that worships immediate and ephemeral sensations, as Lipovetsky expresses (2004).

This is a qualitative study, which occurred through fieldwork, in the healthcare work environment, where professionals performed their activities. Data were collected through participant observation and interviews with semi-structured script. The methodology focus for the analysis of thematic brief was guided by the following question: For you, what means quality of working life? How does the organization of work and how it interferes in the quality of working life?

Studies show that there is little investment of the public institutions in the quality of work life (QWL) and that actions are contingent, fragmented and discontinuous, changing according to the will of the manager. They are only for the recovery of energy, but the worker returns to the job and finds the same unfavorable conditions.

It can be noticed in the literature, that most studies refers to determine the perception or evaluation on the implementation of specific quality of work life management programs. A small quantity of studies are dedicated to understand the quality of work life from the reference of the professionals themselves.

There is no denying that the work has become a major source of illness in contemporary society and thus the greatest interest in the study of QWL is justified by the remarkable increase in the occupational stress and work-related diseases, which affect professionals in all areas and endanger their well-being and productivity. Such situations impel organizations to assess the conditions of life at work and manage these conditions to ensure health, safety and good personal performance.

The relevance of the study of the quality of work life in hyper accelerated times, today, is manifested in the overall size of the company. The value of quality of life is incorporated into all aspects of life in society. It is told of good quality of life to the body, mind and spirit, concerning the environment relationship with other human beings and in relation to the quality of the products and services we consume.

All these considerations hitherto exposed serve as basis for understanding the *modus vivendi* of the contemporary worker, who has the personal and professional life hit by this new order and disorder in the world, and is seeking for a meaning in his existence. The meanings attributed to happiness and well-being in contemporary society, inextricably linked to the values that it propagates, are put into question So, these issues of contemporary society influence the way of life of workers and the way this professional give meaning to his quality of life and job satisfaction.

1. Theoretical reference outline

1.1. Quality of Work Life

Literature defines the term Quality of Work Life emerged in the 1970s in the U.S., to cope with international competitiveness, in the scenario of the great success achieved by the styles and management techniques of productivity programs in Japan, focused on employees in an attempt to incorporate the interests of employees and employers through management practices that sought to reduce conflict. It arose in the context of the structural crisis of taylorism-fordist models, as a supposed instrument of humanization at work, welfare and employee participation in decision making.

However, the logic of productivity is imposed over the welfare in the organization, considering that what makes the organization move is to make it more productive, more efficient and competitive, subordinating the interests in the human aspect.

One of the authors referenced in QWL, widely quoted in the scientific literature, is Walton (1973). According to this author, the quality of life depends intimately on the balance between work and other spheres of life, of the social role of the organization and the importance of conciliating productivity with QWL. He focuses on the role of QWL related to productivity, emphasizing the importance of satisfaction and motivation.

The model of Walton (1973) uses eight conceptual categories to propose a classic analysis of experiments on QWL, detailed by Souza Freitas (2009) and Vasconcelos (2001), namely: fair and adequate compensation; safety and health conditions at work; opportunity to develop human capacities; opportunity for growth and security; social integration in work organization; Constitutionalism in the work organization; room for personal and social relevance of work in life.

Ferreira, Alves and Tostes (2009) identify, in general, two approaches for Quality of Work Life: a classic one, eminently of assistencialism character, and other counter-hegemonic, of preventive nature.

The welfare approach is, according to the authors, what concentrates most of the studies on the QWL and the responsibility lies with greater emphasis on worker. The activities proposed for the wearing that workers experience are of a compensatory nature, with emphasis on productivity. In such approach, various activities are offered for the physical well-being (gymnastics, dance, massage, among others) or to promote psychophysical balance (yoga, choir, tai-chi-chuan, for example), without, however, considering what are in fact the needs of individuals.

In this approach, we identify three major limitations: the foundation in activities like anti-stress, the desire to compensate wearing without addressing the causes and acting within the individual as adjustment variable, leaving the institutional responsibility on second place. The result is a decreasing adherence to actions and institutional programs. These activities are off the treatment of the institutional causes of stress, fatigue and desgaste at work.

Ferreira, Alves and Tostes (2009) bring a counter-hegemonic proposal, preventive nature, based on studies, surveys and interventions. The focus of the approach is in acting on the causes of the malaise at work in the context of production, working in

three dimensions already mentioned. In this conception, QWL is understood as the task of everyone in the organization, and demands the search for a balance between welfare, efficiency and effectiveness in organizational environments.

Regarding the objectives of this study, it is worth mentioning some studies that have addressed the issue of quality of work life from the professional perspective. Rock and Felli (2004) conducted a research in 2001, with nurses faculty of the nursing school at Universidade Católica de Santos on the meanings they assign to QWL, through interviews with structured script. They obtained as a result: working conditions, consistent wages, professional identification, interpersonal relations and professional recognition.

Research conducted by Lima (2008), with 359 employees, that have passed public service exams, of the Legislative Chamber of the Federal District, which aimed to investigate the interrelationship between people management and QWL, it approached through questionnaires, the meaning assigned to QWL and obtained as results the categories: work appropriate physical conditions, appropriate place for the exercise of the job, good socio-professional relationship and pleasurable and flexible work. Servers considered, overall, that the QWL was associated with aspects of working conditions, such as physical space, equipment, and tools; work organization, in terms of flexible working hours, and socio-professional relations, as postulated by Ferreira (2006).

Rosalino and Bardagí (2008) conducted a study that aimed to examine the perceptions of employees within an organization of urban transport on the quality of work life. They used semistructured interview to 11 employees from different areas. The perception of QWL was mainly associated with adequate physical conditions at workplace, in the constancy of programs and tools for human resources and also the time balance between work and personal life. The results indicated the need for more internal information to employees regarding QWL programs and greater knowledge about the company perceptions of the employee needs.

The QWL will be designed, in this research, especially in terms of the subjects in the institutional context, understanding how they perceive and feel their quality of life at work.

1.2. Healthcare work

The healthcare work includes the provision of services as part of the tertiary sector of the economy and, although it is not directly in the productive sphere, it maintains a relationship imbricated with the production process.

Merhy and Franco (2003) defend the argument that health professionals act based on a specific way of being and acting in the world, guided by the singularities. They can take actions ranging from one pole of a bureaucratic caution, careful and somewhat ineffective, to a caring atmosphere. In *modus operandi*, which is singular, there is always the intention of each one.

The work organization in hospital is very precisely, with the division of tasks and routines in a standardized way, and various models of professional action, based on skills and knowledge of multiple professionals, with roles, structure, division of labor, hierarchy, goals and rules that govern it. It is a place characterized by asepsis, by specialization and fragmentation of knowledge, and follows routines very well structured, with the goal of maintaining control over the patient and his disease.

At the hospital, the attention of care depends on the combination of the work of various occupational categories in a diverse, specialized and fragmented acts of individual caregivers, but that operate interdependent with the interaction of multiple caregivers. It occurs, this way, as Merhy and Franco (2003) analyze, a complex web of actions, procedures, flows, routines, knowledge comprising the health care.saúde.

2. Methodological Approach

The study was guided by a qualitative design, considering that the qualitative method, according to Minayo (2006), applies to the study of history, relationships, representations, beliefs, perceptions and opinions, interpretation products that individuals make about how they live, make their world and themselves, feel and think.

The selected field for this study was a large tertiary public hospital, part of the Unified Health System (SUS), belonging to the health care network's of Health Office of the State of Ceará (SESA) in Fortaleza / BR, reference in procedures of high complexity for the state. The institution has a teaching mission, being a hospital recognized by the Ministry of Education - MEC, as a teaching hospital, having 22 medical residency programs, interns and internships in various undergraduate courses.

2.1. Research participants

Fifteen workers were elected as study participants. They are healthcare professionals of an elective internment unit, in the specialties of Clinical Medicine, Oncology and Hematology, a total of 70 professionals. The inclusion criteria for the study were: working in the hospital for over a year and availability to participate in the study. There were excluded from the sample the professionals that did not fit it the profile.

The study also had the help of informants who contributed to the clarification of information on the researched reality, and served as a bridge to other informants, enabling a larger network of contacts.

The profile of participants provides information to contextualize the obtained data: gender - 13 females and two males, ages 30-57 years old, average of 46 years old; schooling - 4 with high school education and 11 University graduation; marital status - 4 single, 10 married and 1 divorced; employment - 6 outsourced and 9 public servants; weekly working hours - between 20h and 40h: 5 professionals, above 40h: 10 professionals. We interviewed 15 employees from different professional categories: three doctors, four nurses, four nursing technicians, a physiotherapist, one social worker and two nutritionists.

This research was evaluated and approved by the Committee of Research Ethics and each subject was duly informed about the objectives of the study and signed the Instrument of Consent. Attempted for the secrecy advocated by Resolution 196/96, the National Health Council, the subjects were identified by the abbreviations S1, S2, S3 and so on. Data were collected from January to April 2012.

The interviews were recorded after the consent of the subjects and later they were transcribed in full.

2.2. Instruments for data collection

As an instrument for data collection participant observation and interviews were used. The semi-structured interview is, according to Trivinos (1992), one of the main ways that the researcher has to perform data collection. This, while it values the presence of the investigator, offers all possible perspectives for the informant to reach the necessary freedom and spontaneity, making the research richer.

Considering the difficulties inherent of healthcare professionals making some time off work environment available, we chose to perform the interview at the workplace, indoors and free of interruptions.

The approach taken in the field during the period of participant observation was critical to establish bonds of trust with informants and obtain a comprehensive view of the scenery. As Trivinos (1992) points out, the researcher must perform a number of preliminary activities to clarify his vision about each one of the informants. This involves establishing informal contacts with the greatest possible amount of people who are involved in the social process of interest.

2.3. Procedures

For the organization and analysis of data, we used the method of Discourse of the Collective Subject. When working with the DCS, it is assumed that this person has a reference group, expressing, in typical way, the set of experiences of his group. As Lefèvre and Lefèvre (2005) defined, the Discourse of the Collective Subject is a technique that seeks to solve the impasse that the researcher faces when he intends to process declaration in qualitative research using questionnaires with open questions, and if they want to get as final result representations or collective opinions of groups or categories of people living in society.

As elucidated by Lefèvre and Lefèvre (2005), the proposal basically consists in analyzing the collected oral material, extracting from each of the depositions the central ideas and / or anchors and their corresponding key expressions, and, thereafter, it is comprised one or more synthetic discourses in the first person singular. The key expressions consist of clippings or literal transcriptions of speech that should be highlighted by the researcher and that reveal the essence of the statement; the central idea can be understood as statements that reflect, in summary form, accurate and reliable, the essential discursive content explained by the subjects in their statements, the discourse of collective subject is the rebuilding, with fragments of individual speeches of many synthetic discourses as needed to express a given thought or representation of a phenomenon.

The expression form of collective subject is preceded by a speech delivered in the first person (collective) singular. This first person speaks on behalf of the community, expressing then a collective reference that enables a social thinking.

Once it is identified the words or expressions appropriate to represent the statements, there is what is called a category. The DCS brings together in a single category, different contents and arguments that structure the same opinion or concept, which is shared by a group of people.

3. Data presentation and analysis

After the application of the technique, according to the procedure outlined in the previous section, it was reached (04) four categories which are described below:

Table 1: Discriminated Categories

Guiding question	Identified categories	Qty of Subjects
For you, what means quality of working life?	A. Satisfaction and pleasure in teamwork	10
	B. Enjoy adequate working conditions, with less overload and less stress	5
	C. Balance between personal life and professional life	4
	D. Less accelerated lifestyles	4

Source: made by the researchers.

3.1. Results and discussion

There will be presented, then, the results of the qualitative research, based on the found categories and in the speeches that allowed them. The data were analyzed in the light of conceptual approaches that guided the study, from the four identified categories.

Category A: satisfaction and pleasure in teamwork

In hospitals, the focus of care is in close relation with the connections of various professional categories in a diverse, specialized and fragmented set of acts of individual caregivers, forming a network of interdependent connections that are building possibilities by permanent flows between individuals who are operative, symbolic, political, subjective and communicational. The health production local is permeated by encounters and when relationships are produced, we produce ourselves. In these spaces, expressed by Franco (2006), there are acts of speech, listening, touching and looking constituent of work processes. Nevertheless, the subject of this discourse complained of lack of time to interact in a more informal way with working partners, as it can be seen by DCS1 presented below:

It is feeling good at the place where you are working, with people that you work with. It means having a good relationship with the team, either it is the boss or colleagues who are with you on duty, seeking to have harmony with your work, respecting yourself, having that interaction, that integration. So, this way, feel that we have made partnerships, that everybody is thinking the same. Usually we work with many people, then there is always relationship problem. It would be good if we had more time to interact with the people who we work with.

It can be inferred, in these discourses, that the interdependence of the acts of care promotes affective approaches, and it entails complicity, resulting in the satisfaction

and pleasure of teamwork. Dejours and Abdoucheli (2009) attribute a significant importance to relations that professionals establish among themselves in the workplace, working in psychic functioning. Labor relations are the most prominent component in the concept of work organization, including therein the relationships among peers and the hierarchical links.

Category B: enjoying adequate working conditions, with less overload and less stress

The speeches of these individuals conceptualize the quality of work life by removing something that is missing and that causes suffering labor: poor working conditions, occupational stress and overload.

Based on the concept of Ferreira (2006), who understands the working conditions as one of the central parameters in studies and interventions on quality of work life, it is noticed the negative interference of these factors as causes of malaise at work. In the public service, it is common place to live with shortages of supplies and equipment obsolescence. It is necessary to manage the shortage daily, seeking for creative solutions. The DCS 2 makes it explicit:

It is having good working condition, having supplies within our unit so we can perform our job well. We need to have working conditions, have material so we can work, not missing anything for the patient, no lack of medication, the necessary work material. There comes the idea so you do not work in a place where you feel overwhelmed. It is getting in my work, perform my duties without too much stress and not much desgaste, have a brake at work, a time for meditation, and that these working conditions gave me will and desire to return the next day.

The high psychic load acts as an element that hinders job satisfaction. Accordingly, the employee has a personal story that sticks in their aspirations, desires, motivations and psychological needs, integrating his life story.

The stress and fatigue, as symptomatic manifestations of psychological distress that affect the subject in the world of work, result from the imbalance between the body and the organizational environment. This way, the expressions of the subjects of the speech wave to the need for psychic load flow at work by reducing overload. Nevertheless, the nature of the healthcare work causes on professionals a permanent state of alert, generator of suffering.

Category C: balance between personal life and professional life

The subjects of the speeches wave on a sense of finding a balance between personal and professional life. In this direction, it is possible to make an approximation of the conceptual categories of Walton (1973), widely cited in the literature. One of the eight criteria identified by the author is "Work and total life space." The author expresses that the work experience of a person can have positive or negative effects in various spheres of life. The relationship between work and total life space is understood through the concept of balance.

In today's society, which values are settled on productivity and economic growth, the most valuable time is the productive time and even time off from work obligations is captured by industry and by the ephemeral pleasures consumption and leisure, which could be a choice made with total freedom, it is incorporated into the media industry to be consumed as pure commodity in the form of pre-made packages. It can be observed in DCS 3:

Do you know what does quality of work life refers to me? To Finland, Norway, northern Spain, where people go home at 15h, 16h, go have some ice cream with their children. Less working hours, having only one job, with the quality of life with their children, getting ready for life, making your holiday trips possible. It addresses the matter of quality of life outside the work environment, because it is important to strike a balance between the two spheres. If you're okay out there, therefore you will not get here in the hospital in a bad mood, angry ... it is important to have that care.

The subjects of this discourse reveal that they aim other social times for enjoyment with family, friends and themselves, seeking experiences of leisure and recreation in their free time. Thus, the quality of work life must be understood in this continuum between work and other aspects of life.

Moreover, in contemporary society, which has rush as one of the conductor fuel of actions of the subject, it becomes increasingly difficult for this to find the desired balance between work and personal life, and the greater portion of their time is used in the workplace, which still occupies a third part of their lives.

Category D: less accelerated lifestyles

Beriain (2008) warns for the life course that happens to be dominated by increased nervous acceleration that weaves the fabric of social relationships. As a result of this acceleration, distance and space are shorten, versus the desire of doing things

simultaneously and immediately. The discourse of the collective subjects makes it evident:

The quality of work life is related to how I ride to get here, because I often come here with my blood pressure at 180 ... of such excitement. If I come from home, no problem. But if I come from another job... It is stressful. I come in a rush, and I think it really messes with the quality of work life. The anxiety of not being on time... For me, the quality of work life would be waking up in the morning having time to eat breakfast at home, good transit (traffic jam is a problem, because we lose time). I have to transform the time I'm in traffic jam, 40 minutes, into a moment of pleasure, listen to radio, music, sometimes I read during transit. It looks absurd, but I do read... then would be this issue ...not leaving home in such a hurry... that work were less dense, that we got to work calmly, not having to run so much.

Indeed, the discourse of the subjects brings the anguish of contemporary life on the intention to manage time in order to provide a life with less rush, where simple actions of everyday life could be lived with greater tranquility, and we did not have to run against time, but that it would be an ally to a life with quality.

Among the increasing of technological resources, which reduce the distances and the desire the immediate thinking, acting and feeling, and offer greater convenience to people, paradoxically, it was not engendered a time saving that would allow the person to enjoy time with total freedom. All the free time tends to be filled with other simultaneous actions, in the illusion that it can give more time to be filled again with new activities. It is notorious to point out that one who complains about the haste and lack of time are reluctant to reduce their tasks, particularly if they are directly linked to productive activity. So there is an existential conflict in this race that is not known where is the end.

Final considerations

The study results indicate that the lifestyles in contemporary hyper accelerated society interfere decisively in styles and quality of life of the worker, causing an imbalance between work and other spheres of life and thus compromising labor satisfaction.

The important role played by socio-professional relationships evidenced in the discourse of the collective subjects, in defining the satisfaction and pleasure in teamwork as an essential component for the quality of work life, then confirming the assumptions of Merhy and Franco (2003) who inscribe socio-professional relations as

the main component of the work organization, in which the relational technologies offer new ways of providing care.

The verbalization of workers reinforced the lesson of Ferreira (2006) regarding the interdependence of working conditions in work organization and labor relations in the elaboration of the concept of quality of work life, from which the management can intervene, seeking to act in the generating causes of labor malaise.

In the second category highlighted by professionals as significant to the quality of work life - working conditions - the subjects complained of overload, stress and lack of rest breaks. The psychic high load acts as a element that hinders the quality of work life. Accordingly, the expressions of the subjects waved to the need for psychic load flow at work by reducing overload. Nevertheless, the nature of the work causes in healthcare professionals a permanent state of alert, generating psychological distress.

Another meaning attributed to the quality of work life was related to the balance between work and personal life. In this direction, the subjects expressed a desire to reduce their workloads, expressing the intention to work in only one place and experiencing other social times full of possibilities, in their free time. Paradoxically, the subject overvalues the productive activity that, on one hand, attends to basic needs and, secondly, the needs that were created in the culture of urgency and excesses.

When representing the quality of work life as a continuum job among the different spheres of life, workers have brought the issue of long working hours in discussion, with the vicissitudes that this engenders. There is, however, the paradox between a life with more quality out of work and not wanting to give up the *owera* and *bona* of those choices.

Data obtained from the Discourse of the Collective Subject associate the quality of work life to a way of life less accelerated and thus it is sent to the inflections of Beriain (2008) when asserting that modern human being feels compelled to get into the flow of acceleration to achieve accomplishing several simultaneous actions, with the intention of having more free time, but being busy with new requirements driven by the imperatives of a vicious circle of frenetic haste, where it is desired to go in all directions, even without knowing where the end is.

It is believed that it is through programs of welfare and paternalistic character, that lead contingent, fragmented and compensatory actions, working solely in the effects of the malaise that organizations will promote actions and programs on quality of life

work, capable of responding to the concerns of workers. First, one has to access the speech of these workers, to understand the specific needs that permeate daily work.

It is emphasized that this study can foster reflections on the workspace from the perspective of awareness of managers to a more continuous practice of listening to workers, believing that it is through listening to professionals that one can face the madness of work and preserve health.

It is expected that this work can contribute to foster better understanding of issues related to contemporary lifestyles and quality of work life, for the development of other studies on the focused aspects of this thematic, and that the results contribute to reflections, opening new possibilities of studies, compared to the possibilities presented through this study.

References

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Translation from Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beriain, J. (2008). *Aceleración y tiranía del presente. La metamorfosis en las estructuras temporales de la modernidad*. Barcelona/España: Anthropos Editorial.
- Dejours, C., & Abdoucheli, E. (2009). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. (pp.119-145). In C. Dejours, E. Abdoucheli & C. Jayet (10^a. Ed.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Djouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Translators Maria Irene Stocco Betiol, et al. São Paulo: Atlas.
- Ferreira, M.C. (2006). Qualidade de vida no trabalho. In A.D. Cattani & L. Holzmann, (org). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. (p.p. 219-222) Porto Alegre: Ed UFRGS.
- Ferreira, M.C., Alves, L., & Tostes, N. (2009). Gestão da qualidade de vida no trabalho (QVT) no serviço público Federal: o descompasso entre problemas e práticas gerenciais. *Psicologia: Teoria e pesquisa*. 25(3), 319-327.
- Franco, T.B. (2006). As redes na micropolítica do processo de trabalho em saúde. Recuperado em 18 março, 2012, de http://www.uesc.br/atencaoasaude/publicacoes/redes_na_micropolitica_do_processo_trabalho_-_tulio_franco.pdf.
- Freitas, A.L.P., & Souza, R.G.B. (2009). Um modelo para avaliação da Qualidade de Vida no trabalho em universidades públicas. *Revista eletrônica Sistemas & Gestão*. 4(2), 136-154.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A.M.C. (2005). O discurso do sujeito coletivo. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramento). Caxias do Sul: Educs.
- Lima, H.K.B. (2008). *Gestão de Pessoas e qualidade de vida no trabalho no contexto do Poder Legislativo do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

- Lipovetsky, G. (2004). *Tempos hipermodernos*. Translation from Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla.
- Merhy, E.E., & Franco, T.B. (2003). Por uma composição técnica do trabalho centrado no campo relacional e nas tecnologias leves. In *Saúde em Debate*, ano XXVII. 27(65) 316-324.
- Minayo, M.C (2006). *O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde*. (9a ed). São Paulo: HUCITEC.
- Rocha, S.S.L., & Felli, V.E.A. (2004). Qualidade de vida no trabalho docente em enfermagem. *Rev. Latino-am Enfermagem* . 12(1), 28-35.
- Rosalino, C.B&., & Bardagi,M.P. (2008). Percepção de funcionários de uma empresa de transporte urbano sobre qualidade de vida no trabalho. *Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia de Santa Cruz do Sul. Barbarói*. 29(2), 120-137.
- Trivinos, A.N.S. (1992). *Introdução à pesquisa em ciências sociais.: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vasconcelos, A.F. (2001). Qualidade de vida no trabalho; origem, evolução e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa em Administração*. São Paulo. 8(1), 23-35.
- Walton, R.E. (1973). Quality of Working Life: What is it? *Sloan Management Review*, 15(1),11-21.

José Clerton de Oliveira Martins is a Professor of the Post-Graduate Program in Psychology at University of Fortaleza.
jclertonmartins@gmail.com

Maria Gorety Pereira is a Master in Psychology, Psychologist and Social Assistant, by the University of Fortaleza - UNIFOR.
goretypereira@yahoo.com.br

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro is a Ph.D student and Master in Psychology, and a Psychologist by the University of Fortaleza – UNIFOR; and a Social Scientist by the Catholic University of Pernambuco - UNICAP.
adriana_alencar@oi.com.br

“NADA PARA FAZER” nova(s) epistemologia(s) do tempo social

Emília Araújo

Universidade do Minho, CECS, Portugal

Eduardo Duque

Universidade Católica e CECS – Universidade do Minho, Portugal

Mónica Franch

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Resumo: Este artigo discute o sentido das expressões “não fazer nada” e “não ter nada para fazer”, no contexto das sociedades contemporâneas. Partimos da ideia de que a experiência social é cada vez mais mediada pelo paradoxo entre a experiência da “falta de tempo” e a experiência do “tempo em abundância” - tempo imediato e correntemente classificado como “vazio”, sem “nada para fazer”. Ambas as expressões cunham os discursos e as ações dos atores sociais nos seus quotidianos e ambas são sociologicamente significativas, por sinalizarem um distanciamento entre as formas de organização social e cultural do mundo – o mundo tal como este se dispõe e oferece aos sentidos dos sujeitos sociais, com as suas múltiplas e diversas alternativas – e as subjetividades – os modos como o sujeito se compreende a si e à sua experiência quotidiana nesse mundo e lhe atribui sentido.

Palavras-chave: tempo social; não fazer nada; falta de tempo.

Introdução

Os estudos sociológicos estiveram até ao presente largamente concentrados sobre o fenómeno da construção social do tempo, ligando-a e religando-a, de forma continuada e persistente, aos modos de organizar a atividade produtiva (Adam, 1990). Esta estrutura teórica sustentou uma relevante lavra de investigações orientadas por dois princípios assentes na ideia de que o tempo é medível, armazenável e pode ser distribuído (Thompson, 1963; Zerubavel, 1983; Grossin, 1974). Tais princípios são os seguintes: i) o tempo de trabalho (dominante) pode ser separado do tempo livre e do de lazer (dominados); e ii) o tempo tem uma correspondência direta em dinheiro e, logo, quanto mais escasso for, mais valor tem. Observa-se, assim, que, tal como os modos de abordagem ao tempo se fixaram na dimensão quantificável, também as experiências do “não fazer nada” e do “não ter nada para fazer” começaram a configurar ou a experiência-limite do tempo de ócio e do tempo livre, ou experiências “vazias” de atividade, isto é, tempos involuntariamente não ocupados em tarefas remuneradas,

tempos de “desemprego” (do tempo) e, portanto, tempos menos valorizados, tempos propícios a isolamento social.

Neste artigo vamos-nos centrar na exploração da variedade de sentidos atribuídos ao tempo de “não fazer nada” e ao tempo do “não ter nada fazer”, demonstrando que o primeiro continua muito ligado á tradução dos tempos de lazer, enquanto o segundo continua a classificar o estado de “ausência de ritmo”, de “margem” face ao sistema dominante. Para tal demonstração, começamos pela problematização de duas classificações que predominaram no seio dos reportórios discursivos em pleno domínio do modelo de produção fordista: a falta de tempo e o tempo em abundância.

A finalidade principal da argumentação consiste em evidenciar a necessidade de analisar e sustentar a construção de outros sentidos para a experiência do tempo “sem nada para fazer”, ou tempo “em abundância”. Pretendemos fazê-lo, no quadro do aumento do desemprego, assim como no quadro das transformações de valores relativamente aos modos de uso individual do tempo que tendem a revelar a crescente importância atribuída ao “tempo para si”, ao hedonismo e a outras dimensões da expressão do eu nas sociedades modernas.

Para efeitos de consolidação da argumentação teórica que seguimos, consideramos os estudos desenvolvidos pelos autores do presente trabalho (Franch, 2000, 2002a, 2002b, 2004; Schouten et al, 2012; Araújo e Duque, 2012), nomeadamente a respeito da experiência do tempo por parte de desempregados e por parte de jovens, dando relevância às formas de separação que encetam entre tempo de lazer e tempo ocupado e aos significados que lhe estão implícitos. Em relação aos usos do tempo por parte dos desempregados, apoiamo-nos no projeto de investigação “Tempo e Tecnologia” que foi desenvolvido em parceria entre a Universidade do Minho e a Universidade da Beira Interior e que foi coordenado pela professora Johanna Schouten. Neste projeto visava-se perceber quais as principais modalidades de uso do tempo em famílias residentes nas regiões de Braga e da Covilhã, tendo aquele estudo envolvido um inquérito por questionário, entrevistas em profundidade e grupos de foco (Schouten et al, 2012; Schouten e Araújo, 2012). Em relação aos usos do tempo por parte dos jovens, recorreremos, principalmente, à investigação desenvolvida por Mónica Franch (2000, 2002a, 2002b, 2004) para o contexto brasileiro, tendo sido dado destaque, justamente, às significações atribuídas ao “nada” que compõe a narrativa dos usos do tempo.

1. A falta de tempo como reflexo do tempo social

A permanente falta de tempo constitui uma das categorias mais relevantes da construção social do tempo da pós-industrialização (Harvey, 1989; Rosa e Scheurman, 2009). Tal como mostram Zerubavel (1981, 1982), Weber (1992), Simmel (1978), Grossin (1974) e Thompson (1967), o tempo mecânico constitui-se como um tempo sujeito a avaliação monetária. Esta equivalência entre tempo e dinheiro revela-se como estrutura objetivada nas instituições, nos sistemas de horário e nos modelos de organização. É, igualmente, estrutura interiorizada, internalizada e, portanto, componente do *habitus*. Está inscrita na socialização e molda a maneira de estar do indivíduo e dos grupos na sociedade. Não ter tempo, ou ter pouco tempo, constituem marcas da valorização e do reconhecimento social, não da atividade realizada, mas do seu executante (Jahoda *et al* 2000). Sabe-se que, ao longo dos últimos séculos, a maneira de lidar com os conteúdos do tempo se alterou. Também se assistiu ao processo de imposição de diferentes definições de durações associadas à existência do tempo “em abundância”. No início da industrialização, período marcado pela valorização crescente da ocupação do tempo, a abundância deste era apenas socialmente permitida a certos grupos populacionais e indivíduos, de acordo com o seu estatuto social. A correlação positiva entre falta de tempo e o estatuto social ainda hoje é marcante, embora cada vez menos, devido às transformações nos tempos e modos de organização do trabalho, assim como a outras transformações culturais, parte delas relacionadas com os impactos da tecnociência no “preenchimento” do tempo. Em sociedades em que predominam a temporalidade e o ritmo agrícolas, também marcadas pelo domínio do ser humano sobre o mundo natural, o tempo social possui uma estrutura única (Elias, 1998), pois tempo de trabalho e tempo livre (tal como se definem e separam hoje) estão co-determinados e dependem, por sua vez, dos ciclos circadianos e dos tempos das sementeiras e das colheitas. Mas, em sociedades industrializadas, o tempo social está determinado pelo princípio da separação entre tempo de trabalho ocupado, administrado, regido por entidades externas (remunerado e ligado a um espaço físico definido) e tempo “livre” dessa mesma disciplina. Quer dizer, o tempo de qualquer experiência quotidiana está condicionado pelo sistema abstrato de tempo: o tempo livre é uma decorrência do tempo de trabalho, um tempo cuja legitimidade de uso deriva da existência do tempo de trabalho, daí a centralidade deste ao nível das práticas e das representações dos indivíduos e das instituições (lugares em que as normas da produtividade individual se conjugam com o aumento da idade de reforma, redução de tempos de baixa médica, entre outros). Sabemos, assim, que o tempo livre e o tempo de lazer recebem a sua classificação na base do tempo de

trabalho e do caráter gravitacional deste. “Não ter nada para fazer” significa nesse modelo “não ter o tempo ocupado com atividades remuneradas”.

2. O tempo para não fazer nada: desempregados, reformados e jovens

A propósito deste assunto, faremos um parêntesis para frisar que, em posição contrária a essas tendências, se identifica todo um conjunto de estudos desenvolvidos durante o século XX que reivindicam, justamente, o “direito” do ser humano e social a “não ter nada para fazer”. Tal como evidencia Naville (1969, 1972), pensadores sociais do século XIX, tais como Marx (1971) protagonizaram as primeiras discussões sobre o lazer moderno, motivadas por interesses de caráter político e socioeconómico. Seria Lafargue, genro de Marx, aliás, o primeiro a lançar um panfleto exaltando as virtudes do ócio, n’*O direito à Preguiça* (1883). A sua obra, comprometida com a desmistificação do trabalho, foi o estopim de uma série de denúncias à ideologia produtiva capitalista, que tem em pensadores contemporâneos, como De Masi (2000) e Russell (Russell, 1977 [1918]), os seus representantes mais significativos. Contrários à exaltação do trabalho, esses autores têm perspetivado, no aumento do tempo livre, tanto o corolário dos processos de automação, como o “caminho para a felicidade e para a prosperidade” (Russell, 1977 [1918], p.11). Marcuse (1955) argumentava que a qualidade de vida estava ameaçada pelo gosto do sistema capitalista em criar falsas necessidades sustentadas por um forte sentido de inexorabilidade e de normalização. Estas, na perspetiva daquele autor, impunham, sobre a camuflagem da *cultura*, padrões compartimentais sujeitos a sanção simbólica e, por vezes, transcendental, também materializada pela necessidade de disciplina rigorosa dos usos do tempo que não se pode perder, que deve visar a realização de s materiais e úteis. De modo semelhante, Riesman (1971), no seu livro *A multidão solitária*, relaciona o surgimento dos lazes de massa com a perda de autonomia ser humano. Este passaria a ser movido por normas e valores veiculados pelos meios de comunicação de massa. Baudrillard (2008) afirmaria mais tarde e nesta linha, que o grande “drama” dos lazes traduzia a contraditória necessidade de não perder tempo, mesmo durante o tempo de não-trabalho.

O certo é que, para quem tem um tempo maioritariamente ocupado com o tempo remunerado, o “não fazer nada” corresponde exatamente ao tempo “livre” e, sobretudo, ao tempo de lazer. No excerto que apresentamos a seguir (Schouten et al, 2012), a mulher participante num grupo de foco descreve o “não fazer nada”, justamente como “paragem” na execução de tarefas domésticas, quebrando algumas expetativas sociais determinadas pela assunção da divisão sexual do trabalho. A mulher diz que ter tempo livre é:

- “Não fazer nada. Ter o prazer de sentar e não ter nada para fazer. Porque eu, muitas vezes, sento-me no sofá com os remorsos porque tenho a roupa para passar, ou aquilo podia estar arrumado. Já liguei mais, também é verdade, já liguei mais, agora acho que já me larguei mais dessa coisa de ter remorsos por ter as coisas por fazer. Mas, no fundo, o dia devia ter mais horas, porque parece que passa o dia a correr e que não fizemos nada, e metade, a maior parte dessas horas, é a trabalhar, seja no trabalho, seja em casa” (mulher, assistente administrativa).

Trata-se de uma narrativa marcada pela mesma problemática e pelo mesmo sistema de representações já referenciado, a propósito da expressão “falta de tempo”.

No excerto seguinte, fica notória a forma como os tempos de “não fazer nada” são subtraídos ao tempo de trabalho (remunerado ou não).

- “No fim de semana tento aproveitar mesmo tudo o que tenho, saímos, passeamos um bocadinho, que é também quando o marido está em casa, já que durante a semana a gente mal se vê, mal se encontra. No fim de semana tentamos aproveitar mesmo. Tento organizar tudo de manhã. A partir do sábado de tarde, sábado e domingo são os meus dias de folga. Tento não fazer mesmo nada, mas nada mesmo” (mulher, assistente administrativa).

Vários outros autores discutiram ao longo dos últimos anos a subordinação do tempo livre e do tempo de lazer ao tempo de trabalho, tendo sido vincada a necessidade de existir tempo de trabalho, para que exista tempo livre ou de lazer. Por seu turno, ter tempo sem “nada” para fazer (mesmo durante o tempo livre ou de lazer) seria o equivalente a ter tempo desvalorizado, “morto”, “vazio”. A sociedade do pós-capitalismo é marcada pela valorização paradoxal do tempo “ocupado” e diretamente remunerado e o tempo livre, e de lazer. Tal como antes, a lógica capitalista destila no tempo a sua necessária ocupação (algo para fazer). Mas, se, por um lado, o emprego se tornou, nas sociedades contemporâneas, a fonte dos processos de sociabilidade e de construção identitária, por outro, é no tempo liberto do trabalho – tempo livre e tempo de lazer – que se observam os fenómenos de estilização da vida e de revelação do status social. Mas, mais central do que essa aceção está o facto de as sociedades do sul da Europa serem atravessadas por uma profunda ausência de tempo pago, de trabalho remunerado. E, na linguagem e na óptica dos reportórios discursivos do capitalismo e do seu modelo de tempo abstrato, são marcadas por um número cada vez maior de pessoas que ficam com o tempo “não ocupado”, “sem nada para fazer”, porque estão “desempregadas” e, portanto, passam pela experiência da abundância de tempo (não ocupado) e, em paralelo, experienciam também a “ausência” de participação no ritmo dominante, largamente estruturado na base dos tempos de trabalho.

O excerto que apresentamos a seguir (que extraímos do relatório “Tempo e Tecnologia”) demonstra esta experiência de “marginalidade”, por ausência de inserção no ritmo diário e rotineiro:

-“Pessoalmente uma pessoa que sempre foi habituada a trabalhar estar ali x anos sem trabalhar, a nível psicológico a pessoa nos primeiros tempos tudo bem, mas, depois, tudo mal, começa-se a sentir não útil... deixa de se sentir útil em casa, começa a pôr muita coisa em causa, começa a ter menos paciência para as coisas. Uma data de coisas que, se estiver a trabalhar e se for uma pessoa que trabalhe e se sinta útil, isso não acontece, porque se uma pessoa se sentir uma pessoa válida contribui... a tal contribuição que se dá em casa, deixa de haver E então a pessoa, eu falo no meu caso pessoal, começa a pôr muita coisa em causa, começa a ficar também por vezes deprimido, porque é mesmo assim. E uma pessoa tenta encontrar uma saída e não há saídas, quer dizer ... uma pessoa vai à procura de emprego uma, duas, três, dez vezes sempre a mesma resposta e às tantas uma pessoa começa a cair numa repetição” (homem, desempregado).

Um dos pontos mais paradoxais destes contextos políticos e sociais reside, pois, na permanência da representação do tempo como algo a ocupar e, em simultâneo, o declínio crescente do emprego e do trabalho remunerados, assim como a crescente valorização do tempo individual e da autonomia no uso e administração desse tempo. Num esforço que “ocupar” o tempo dos que têm tempo em abundância (desempregados e jovens), e orientada pelos princípios do tempo industrial, grande parte das políticas sociais nestes domínios pauta-se pela necessidade de desenhar atividades que respondam às exigências dos indivíduos, das instituições e dos grupos. Em relação aos reformados, parte substancial dos programas dirigidos ao envelhecimento ativo, configuram esta ideia do necessário “preenchimento” do tempo. O mesmo acontece com o planeamento das atividades de “prolongamento” escolar, durante o qual o tempo das crianças surge constricto e, igualmente, ocupado com aulas e sessões previamente consideradas de valor acrescentado ao seu currículo e á sua preparação na resposta às exigências do mercado de trabalho, tal como aparece representado pelos próprios. No caso dos desempregados, a aversão das instituições ao “não fazer nada”, ou “não ter nada para fazer” é, ainda, mais significativa. Embora se assuma que estão no desemprego em razão de factores estruturais e não propriamente individuais, as instituições afirmam o mesmo princípio da necessária ocupação do tempo e da eliminação do “não ter nada para fazer”.

Os programas e as medidas adotadas tendem a introduzir atividades e afazeres no tempo do desemprego, como forma de evitar o esvaziamento do tempo e a existência de tempo “morto”, por parte dos desempregados, particularmente dos que têm experiência

do tempo de trabalho remunerado, assim como experiência de horários e rotinas estruturadoras do dia-a-dia. Entre outras formas de preenchimento do tempo, têm sido usadas em Portugal estratégias que passam pela formação e pela participação obrigatória em programas de formação que, longe de garantirem o acesso a conhecimento específico e ajustado ao saber e expectativas do desempregado, servem para “preencher o tempo” e garantir a contabilização formal deste como tempo “ativo” e, por vezes, “remunerado”. “Não estar a fazer nada” e “não ter nada para fazer” são, assim, mais do que expressões simples que traduzam estados de tempo livre, ou de lazer, em que o “nada” significa justamente “tempo pago”. Nas sociedades modernas, e respetivos reportórios de comunicação e de significação, essas expressões estão marcadas pelo valor institucional e ideológico conferido ao tempo pago, ao tempo-moeda e que atrai a si mesmo a valorização de todas as coisas de carácter tangível e concreto e menos as atividades de carácter intelectual, não tangíveis e imateriais. Por isso, “não ter nada para fazer” ou “não fazer nada”, ao mesmo tempo que hoje servem para classificar estados de “lazer” (em oposição ao tempo pago) servem, em simultâneo, para classificar estados “marginais” que, numa ótica gerencialista, são concebidos como tempos que importa eliminar e controlar. É nesse sentido que se entende que tanto os reformados, como as crianças e os jovens e os desempregados se revelem grupos em permanente reconfiguração identitária, porque o “estar sem fazer nada” (nada, em oposição ao tempo pago) não é tido como um estado socialmente legítimo.

Com efeito, tal como mencionamos na introdução, em paralelo, outros estudos sobre as expectativas e as criações em torno do tempo livre, por parte dos jovens brasileiros demonstram bem a sobreposição destas diversas significações, ficando evidenciado como o “não ter nada para fazer”, ou o “não fazer nada” constituem também marcas identitárias e inscrevem as narrativas de auto-posicionamento dos indivíduos, no seio de uma determinada cultura, correspondendo, em simultâneo, a formas de interferência direta do tempo das organizações sobre as biografias individuais. Analisaremos, a seguir, com mais detalhe, o tempo destes jovens e as suas narrativas do “não ter nada para fazer”.

No Brasil, os jovens tornaram-se objeto de preocupação social a partir de finais da década de 1990, redundando na criação de uma série de programas e políticas públicas voltadas para esse segmento nos anos 2000. A maneira como os jovens usam o seu tempo é um dos principais vetores da preocupação social sobre esse grupo etário. De forma paradigmática, a mensagem escolhida para anunciar o programa federal Pró-Jovem Urbano, em 2008, trazia o tempo no seu lema: “Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder”. E, não por acaso, a banda sonora do comercial de televisão

do referido programa foi o tema *Tempo perdido*, de Renato Russo³⁵. A preocupação com o uso do tempo atinge as famílias de camadas médias, que buscam preencher o maior número possível de horas dos seus filhos com atividades para melhorar seu desempenho futuro, mas é mais presente ainda no caso dos jovens dos grupos populares, cujo tempo vago não é apenas motivo de preocupação familiar, como também objeto de política e intervenção social (Araújo, 2011). A opinião de que os jovens pobres têm muito tempo vago e que isso não é bom nem para eles nem para a sociedade, impregna o senso comum, transparece nos media e informa frequentemente as intervenções voltadas para esse segmento. Analisando as políticas e programas destinados à juventude, no Brasil, até o ano de 2003, Sposito e Carrano (2003) concluíam que existe uma “simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude” (p.4), incluindo “orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos” (p.4).

Ocupar o tempo, combater a ociosidade, canalizar a energia juvenil para atividades como o desporto ou a “cultura popular” faz parte da agenda explícita ou implícita de grande número de intervenções destinadas a esses jovens, em detrimento da lógica do direito. Se a preocupação social a respeito do tempo juvenil apresenta um recorte de classe, ela também veicula representações sexualmente diferenciadas. Os jovens são percebidos como sendo suscetíveis ao envolvimento com a criminalidade, principalmente com o tráfico de drogas, enquanto a esfera de preocupação para os jovens é, geralmente, a sexualidade, especificamente a maternidade “precoce”. Quando conversamos com os jovens, o tempo vago não é necessariamente entendido como algo negativo. Antes, ele pode ser percebido como uma oportunidade para o lazer, a sociabilidade, a criação ou, por que não, para a preguiça. Como observou Abramo, “A juventude é vista como um tempo da vida em que se pode gozar da vida e tentar um futuro melhor” (1994, p.62). Nos meios populares, sobretudo, ser jovem amiúde significa ter certa licença para a distração, uma vez que a vida adulta comporta privações e dificuldades conhecidas de todos. Entretanto, a “desocupação” também pode ser um sinal de fracasso, de exclusão social e de falta de oportunidades para os jovens e suas famílias – pois não é a mesma coisa não ter o que fazer aos 15 e aos 25, quando se é solteiro e quando se tem filhos, etc. Por esses e outros motivos, o tempo juvenil aparece como uma encruzilhada de práticas e significados que revelam

35 Ver dados sobre o Pro-Jovem urbano no site: <http://www.projovem.gov.br/2008/>. As estrofes que aparecem no comercial são: “Todos os dias quando acordo,/ Não tenho mais o tempo que passou/ Mas tenho muito tempo:/Temos todo o tempo do mundo./Todos os dias antes de dormir,/Lembro e esqueço como foi o dia:/"Sempre em frente,/Não temos tempo a perder.”

condições sociais, normas, valores e contradições relativas à vivência da juventude nas classes populares, pondo frequentemente em jogo conflitos e relações de poder.

Na primeira pesquisa realizada (Franch, 2000, 2002a, 2002b), um dos elementos que mais chama a atenção é a variedade de práticas de tempo livre desenvolvidas pelos jovens no próprio local de moradia ou nos arredores. A recorrência do local de moradia nas respostas dadas relaciona-se, em primeiro lugar, com a condição financeira dos jovens pesquisados, muitos deles estudantes, outros, desempregados, alguns, ainda, trabalhadores que colaboram com as despesas da família, em suma, jovens que não possuem solvência para usufruto dos bens de consumo ofertados pela indústria do lazer. Contudo, ficar em casa, ou nas ruas do bairro, não é necessariamente sinónimo de aborrecimento ou de “tempo morto”. Chama a atenção o facto de boa parte das atividades mencionadas envolverem a convivência com outros jovens, constituindo momentos de exercício de sociabilidade. As rodas de conversa à porta de casa, os grupos de música, os jogos espontâneos de futebol (*peladas*) na rua, a visita à casa de parentes e amigos, são algumas das alternativas de que os jovens lançam mão para tornar mais agradável seu quotidiano. Tais práticas introduzem no espaço doméstico, produtivo e familiar, um outro espaço, lugar do encontro social, onde o que prima é o estar-junto. A realização desse tipo de atividade apoia-se na existência de redes de sociabilidade com base territorial, indicando a existência de redes de vizinhança densas nesse segmento social. Ou seja, para os jovens que integraram o estudo, o bairro ainda é um local de recrutamento de amigos e namorados, sendo que as práticas, tais como a roda de conversa e a visita contribuem para manter e ampliar as redes de amizade e, indiretamente, o vínculo dos jovens com seus locais de moradia.

No plano das representações, as atividades mais triviais realizadas no espaço do bairro muitas vezes não são consideradas pelos jovens como “lazer” ou “tempo livre”. Contrariamente, elas são apresentadas ao investigador como sendo “nada” – “não há nada para fazer nesta favela”. A percepção de tais atividades como “nada” apoia-se em expectativas de uso do tempo juvenil que estariam em desacordo com esse tipo de práticas. Em primeiro lugar, o lazer repetitivo e quotidiano (vulgar) é “nada” porque não introduz novidades do ponto de vista relacional. Como disse uma jovem de 15 anos, “são sempre as mesmas caras”. Esse comentário, muito comum, revela uma expectativa de que o tempo livre permita aos jovens fazerem novas amizades para além de seu universo de interações quotidianas. Visitas e jogos na rua também são “nada” quando comparados com eventos extraordinários, como as festas (entendidas como eventos festivos realizados pelos próprios jovens, como aniversários) e as saídas a espaços de lazer (casas de *show*, centros comerciais, praia). Nesse segundo caso, é a inclusão das

atividades na lógica do mercado o que lhes dá uma significação positiva, inviabilizando as práticas menos marcadas pelo consumo de bens da “indústria do lazer”.

Na segunda pesquisa, desenvolvida em 2008, as práticas temporais juvenis foram contextualizadas de acordo com a situação familiar dos jovens – solteiros e casados ou em processo de formação de suas famílias. Entre os jovens solteiros, chamou a atenção a existência de variações muito expressivas na organização do tempo quotidiano, ligadas a relações muito diferenciadas com as instituições voltadas a esse grupo, principalmente com a escola. Num extremo, encontravam-se jovens que estudavam num dos períodos do dia e trabalhavam como estagiários no outro período, relatando experiências de tempo ocupado e, às vezes, de sono e de cansaço. O tempo livre, deste modo, reduzia-se aos finais de semana, que costumavam ser pautados por uma intensa sociabilidade, norteadas pela ideia de “aproveitar o tempo”. No outro extremo, havia jovens afastados da instituição escolares, e esquivos face ao controlo familiar, que pautavam os seus tempos na contramão dos tempos da escola e da família. Tratava-se de jovens que acordavam no horário do almoço e ficavam na rua até da madrugada, sincronizando-se com outros jovens na mesma situação.

Considerações Finais

Pretendíamos evidenciar, não só a necessidade de aprofundar a extensão da valorização do tempo como algo a “ocupar”, como adiantar a necessidade de, face á crescente inoperância do modelo de oposição entre tempo de trabalho e tempo livre, relativizar o uso da expressão “nada para fazer”, aceitando-a, não só como um meio que os indivíduos usam para se classificarem a si próprios perante o modelo de representação dominante do tempo pago, adquirindo uma função específica na descrição auto identitária (como marginais ao sistema ou como excluídos dele), mas também como uma forma de denominação da resistência face ao modelo dominante (não fazer nada, perante o modelo de estrita ocupação do tempo). Pretendíamos mostrar, ainda, que, face ao esquema de valores presente nas sociedades modernas, nomeadamente a importância atribuída ao consumo, nas suas múltiplas formas, surgem com mais evidência, classificações sobre o “nada para fazer” que, longe de expressarem a “ausência” de atividades, traduzem a “mesmidade” do quotidiano e da sua repetição em relação ao qual os sujeitos sociais atribuem menos valor.

A realidade social do tempo e dos tempos surge, não só como cada vez mais complexa na sua objetividade, como também cada vez mais alterada, reconfigurada pelas organizações, pelos media, pelas próprias representações dos indivíduos acerca do que

deve ser a sua vida e quais os elementos que devem valorizar. Há hoje escassez de recursos analíticos, conceptuais e metodológicos que facilitem a compreensão do fenómeno da multiplicidade, conflito e sobreposição de tempos e de significados no interior dessa complexidade. Mas, para efeitos da resposta às interrogações que mencionamos no início do texto, importa frisar que, de forma global, o “não fazer nada” e o “não ter nada para fazer”, podem ser problematizados sob dois eixos principais. Em primeiro lugar, podem decorrer de mudanças culturais que ocorrem nas sociedades da hipermodernidade (termo explicitado por Lipovetski, 2004), podendo ser analisadas como “repertórios interpretativos”, entendidos como “recursos discursivos gerais que podem ser usados para construir versões de acontecimentos, acções, processos internos, justificações de certas práticas, etc”. Ou seja, como “conjuntos de termos relacionados entre si e usados com uma certa coerência gramatical e estilística, e que geralmente se organizam em torno de uma ou mais metáforas centrais (Potter e Wheterell, 1987). Tendo em conta que não existe qualquer conteúdo psicológico interno nos indivíduos que comande os seus comportamentos, os repertórios interpretativos são ferramentas, que não estão localizadas nos indivíduos, mas que estes usam, conforme os recursos sociais culturais disponíveis, para os seus próprios fins” (Nogueira, 2001, p.25). Mas, tanto o “nada para fazer”, como o “não fazer nada” podem ser concebidos como elementos constituintes do discurso crítico acerca dos modos de administração científica do tempo que toma este como unidade central da produção (das coisas, dos processos) e, por isso, podem configurar modos de subordinação ou de resistência a essas estruturas de valorização do tempo vigentes. Tal no seguimento do quadro desenvolvido por Foucault (2010), quando o autor se refere ao poder do discurso, assim como á disciplina (inegavelmente ligada ao uso do tempo e á culpa associada á “perda” deste) das sociedades modernas (industriais) como resultado do processo de interiorização individual dos princípios do Poder. Ao mesmo, tanto “não ter nada para fazer”, como o “não fazer nada”, configuram formas de reprodução do poder de que estão imbuídas as instituições alimentadas pelas orientações produtivistas do tempo mecânico e que se materializam, não apenas no conjunto de regulações e de intervenções nos tempos de trabalho, como também no alinhamento de prioridades e de programas de política social.

As ideias que apresentamos foram expostas de forma exploratória, sendo relevante a possibilidade de posteriormente se proceder a um trabalho de comparação e de análise. Todavia, elas evidenciam a urgência de continuar o trabalho de construção de quadros conceptuais mais adaptados à complexidade e à observação não-causal dos fenómenos de uso e representação do tempo, contando enormemente com o efeito dos discursos e

das representações imagéticas dos media na composição individual e coletiva desses usos e concepções do tempo.

Referências Bibliográficas

- Adam, Barbara (1990). *Time and social theory*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Araújo, Emília (2011). A Política de Tempos: Elementos para uma Abordagem Sociológica, *Revista Política e Trabalho*, 34, 19-40
- Araújo, Emília (2012). As identidades e a “política dos tempos sociais”. Atas do VII Congresso de Sociologia. Disponível em:
http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1317_ed.pdf
- Araújo, Emília e Duque, Eduardo (orgs.) (2012). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*. Braga. Portugal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade & Centro de Investigação em Ciências Sociais - UM.
- Baudrillard, Jean (2008). *A sociedade de consumo*. Edições 70 (2ª Edição).
- De Masi, Domenico (2000). *Ozio creativo. Conversazione con Maria Serena Palieri*. Milano: BUR Biblioteca Univ. Rizzoli.
- Duque, Eduardo (2012). Contributos para uma crítica da aceleração do tempo. In Araújo, Emília; Duque, Eduardo, *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*. Braga. Portugal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade & Centro de Investigação em Ciências Sociais – UM
- Elias, Norbert (1997). *Du temps*. Lisboa: Difel.
- Foucault, Michel (2010). *A ordem do discurso*. São Paulo : Ed Loyola.
- Franch, Mónica (2000). *Tardes ao léu. Um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE.
- Franch, Monica (2002a). Nada para fazer? Um estudo sobre s no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19, 2,117-134.
- Franch, Monica (2002b). Vai ter festa hoje? Um estudo sobre comemorações de final de semana entre jovens da periferia da cidade de Recife. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,1, 7, 102-121.
- Franch, Monica (2004). *Tempos, contratempos e passatempos*. Tese (Doutorado em Antropologia), UFRJ, Rio de Janeiro.
- Grossin, William (1974). *Les temps de la vie quotidienne*. La Haye: Mouton.
- Harvey, David (1989). *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell.

Jahoda, Marie, Lazarsfeld, Paul e Zeisel, Hans (1981). *Les Chômeurs de Marienthal*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Lafargue, Paul (1999/1883). *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec

Lipovetski, Gilles e Charles, Sébastien (2004). *Os tempos hipermodernos – tempo contra tempo*. São Paulo: Barcarolla.

Naville, Pierre (1969). *Le travail et le temps*. Paris : Anthropos.

Naville, Pierre (1972). *Temps et technique, les structures de la vie de travail*. Genève: Librairie Droz.

Marcuse, Herbert (1955). *Eros and Civilization*. Abacus: London.

Marx, Karl (1971/1867). *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Nogueira, Conceição (2001). Análise de Discurso. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discurso_final1.pdf

Riesman, David (1971). *A multidão solitária*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

Rosa, Harmut e Scheurman, William (2009). (eds). *High-Speed Society: Social Acceleration, Power and Modernity*. Philadelphia: Penn State University Press.

Russell, Bertrand (1997). *Elogio do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Schouten, Johanna e Araújo, Emília (2012). O tempo livre em família: uma abordagem de género. *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0949_ed.pdf

Schouten, Johanna, Augusto, Amélia, Araújo, Emília, Sousa, Helena e Simões, Maria João (2012). *Relatório Preliminar do Projeto Tempo e Tecnologia: uma abordagem de género para o contexto português*. Braga: CICS/CECS

Simmel, George (1978). *The philosophy of money*. London: Routledge & Kegan Paul.

Thompson, Edward Palmer (1963). *The making of the English working class*. London: Victor Gollancz.

Weber, Max (1992). *Economia y Sociedad*. Madrid: Economica.

Zerubavel, Eviatar (1982). The standardization of time: A sociohistorical perspective, *The American Journal of Sociology*, 88, 1-23.

Emília Araújo é Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da mesma Universidade.

era@ics.uminho.pt

Eduardo Duque é Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica de Braga e investigador do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho.

eduardoduque@ics.uminho.pt

Mónica Franch é Professora Adjunta I do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

mfranch2004@yahoo.com.br

“HAVING NOTHING TO DO” New epistemologies to understand contemporary social times

Emília Araújo

University of Minho, CECS, Portugal

Eduardo Duque

Catholic University and CECS– University of Minho, Portugal

Mónica Franch

Federal University of Paraíba, Brazil

Abstract: This communication discusses the meaning of the expressions "do nothing" and "having nothing to do", in the context of contemporary society. We leave of the idea that the social experience is increasingly mediated by the paradox between the experiences of "lack of time" and "time in abundance", which is currently classified as "empty". Both expressions characterize social actors' narratives and actions of in their daily lives. They are both significant sociologically, by signalling a gap between the forms of social and cultural organization of the world – the world as it is and presents itself, with its manifold and alternatives – and people's subjectivities – the ways in which the subject understands himself/herself and his/her everyday experience in that world and gives meaning to it.

Keywords: social time; doing nothing; lack of time.

Introduction

Sociological studies were so far largely focused on the phenomenon of social construction of the time, powering it up and setting it, continuously and persistently, with the organization of the productive activity (Adam, 1990). This theoretical structure maintained a relevant set of investigations guided by two principles based on the idea that time is measurable, storable and can be distributed (Thompson, 1963; Zerubabel, 1983; Grossin, 1974). These principles are the following: i) working time (dominant) can be separated from the free time and leisure time (dominated); and ii) time has a direct equivalence in money and, therefore, the more scarce it is, the more value it has. It is observed that the modes of debating time were based on the idea that it was a quantifiable thing. Therefore, the experiences of "doing nothing" and "have nothing to do" started to configure one of the following situations: i) the experience of leisure-time and free time, or ii) the experience of having "empty" time, without content, i.e., time

which is involuntarily not occupied with paid tasks, that is, a time of "unemployment", a time less valuable, which potentially brings about social isolation.

In this communication we will focus on the exploration of the variety of meanings ascribed to that time of "doing nothing" and "time to have nothing to do". We envisage demonstrating that the first is still very connected to leisure time, while the latter continues to classify the state of "absence of rhythm", of being in the "margin" of the dominant temporal system. For this demonstration, we start by questioning two of the classifications, which are still relevant within the discursive repertoires of the fordist production model: do not have time and have time in abundance.

The main purpose of this argumentation is to highlight the need to examine and build up other meanings about the experience of "have nothing to do" or "time in abundance". We intend to do so in the context of the rising level of unemployment, as well as in the context of the change as regards the values concerning the uses of time, which tend to reveal the increasing importance given to the "proper time", to the hedonism, as well as to other dimensions related with the revelation of the self in contemporary societies.

With a view to consolidate the theoretical arguments that follow, we take into account the studies developed by the authors of this communication (Franch, 2000; 2002a; 2002b; 2004; Schouten et al, 2012; Araújo and Duque, 2012), in particular those which debate the experience of time by the unemployed and by young people. We give relevance to the ways those two categories of people undertake the separation between leisure time and occupied time, as well as to the meanings and representations underlie that separation.

In relation to the uses of time by unemployed, we use data came from the research project "time and technology" which was developed in partnership between the University of Minho and University of Beira Interior, coordinated by Professor Johanna Schouten. This project aimed to understand what were the main profiles of time using in families inhabiting in the regions of Braga and Covilhã, by using a survey, in-depth interviews and focus groups (Schouten et al., 2012; Schouten and Araújo, 2012). In relation to the way young people utilizes time, we use mainly the research developed by Monica Franch (2000; 2002a; 2002b; 2004) in Brazil, in which the author discusses young people representations concerning the meaning of "having nothing to do".

1. The lack of time as a reflex of social time

The permanent lack of time is one of the most important categories of social construction of the time after industrialization (Harvey, 1989; Rosa and Scheurman,

2009). As Zerubavel (1981; 1982), Weber (1992), Simmel (1978), Grossin (1974) and Thompson (1967) show, the mechanical time is subject to monetary evaluation. This equivalence between time and money reveals itself as a central element in the institutions structures, as well as in organizational models. As an internalized structure, it is also a component of the *habitus*. It is inscribed in the socialization process and shapes the way the individual and groups live in society. Do not have time, or have little time, are trademarks of social recognition and value, not only of the activity being performed, but also of its performer (Jahoda *et al* 2000). It is known that, over the past centuries, a lot of changes occurred as regards the way people deal with the contents of the time. We have also witnessed a gradual process of imposing different definitions to durations associated with the existence of time "in abundance".

At the beginning of industrialization, a period marked by the growing valuation of the occupation of time, the abundance of this was only socially permitted to certain population groups and individuals, according to their social status. The positive correlation between the lack of time and the social status is still evident, although less and less, due to changes in modes of organization of work, as well as to other cultural transformations, most of them related to the effects that techno science may have "filling" the time, as it brings a indefinable set of little tasks to be accomplished. In societies in which agricultural temporality was dominant and in which human beings lived according to natural world times and rhythms, the social time had an unique structure (Elias, 1998) as natural and social rhythms were entangled into each other.

But, in industrialized societies, the social time is determined by the principle of separation between occupied working time, administered, governed by external entities (remunerated and connected to a physical space set) and the time free of that discipline. That is, any time of the daily experience is conditioned by the abstract system of time: free time is a consequence of the working time. Is a time whose legitimacy derives from the existence of the working time. That is why working time is so central at the level of the practices and representations of individuals and institutions (places where individual productivity standards come together with increasing retirement age, reduction of time off due to sickness, among others). We know that the free time and leisure time receive their classification from the working time and its gravitational nature. "Having nothing to do" means not having "time occupied with paid activities".

2. The time for doing nothing: unemployed, pensioners and young people

Concerning this theme we will make a parenthesis to emphasize that, in a contrary position to these trends, we may identify a whole set of studies developed during the 20th century that claim, precisely, the "right" of the human and social being to "have nothing to do." As evidenced by Naville (1969; 1972), 19th century social thinkers such as Marx (1971) staged the first discussions about the modern leisure, on the basis of political and socio-economic interests. Lafargue, Marx's son-in-law would be the first to launch a pamphlet extolling the virtues of idleness, in the book *'The right to laziness* (1883). His work, committed to debunking the work, was the fuse of a series of complaints addressed to the capitalist ideology.

Contemporary thinkers, such as De Masi (2000) and Russell (Russell, 1977 [1918]), were noteworthy representatives of that critical vein. Contrary to the exaltation of work, these authors have seen, on the increasing of free time, more the corollary of the automation processes, than a "path to happiness and prosperity" (Russell, 1977 [1918], p. 11). Marcuse (1955) argued that the quality of life was threatened by the taste of the capitalist system in creating false needs supported by a strong sense of inexorability and standardization. These, in the perspective of that author, have imposed, under the cloak of *culture*, several behavioral standards which are subject to symbolic and sometimes, transcendent sanctions, expressed in the need to follow a rigorous time discipline avoiding have to lose time, or have time no previously marked with an activity.

In a same vein of orientation, Riesman (1971), relates in his book, *The lonely crowd*, the advent of leisure with the loss of human autonomy. This would be moved by norms and values conveyed by the mass media. Baudrillard (2008) would state later and in this line that the great "drama" for having leisure is caused by the contradictory need of have not any time lost, even during non-working time.

The truth is that for those who have a busy time mostly with paid time, "do nothing " corresponds exactly to the "free" time and, above all , to leisure time. In the excerpt below we present (Schouten et al, 2012) , a woman participant in a focus group who describes that "do nothing " is just like having the chance to " stop" in the performance of household chores , breaking some social expectations that were formed from gender divisions . The woman says that having free time is:

- "Leisure time is "doing nothing. Having the pleasure to sit down without having nothing to do. Because I often simply ...I sit on the couch with remorse because I have clothes to iron, or things that could be organized. But I changed: now I think I

have more... But deep down, the day should have more hours, because it seems to me that we spend the day running and at the end we have the impression we did nothing... And half, most of those hours, are passed working, whether at work, at home "(woman).

It is a narrative marked by the same problems and the same system of representations we had already mentioned concerning the expression "lack of time". In the following excerpt, is remarkable the way the times of "doing nothing" are subtracted to the working time (remunerated or not).

- "Over the weekend I try to take everything I've got, go out, walked a little bit, which is also when the husband is at home, since during the week we hardly see, mal finds himself. Over the weekend tried to seize same. Try to arrange everything in the morning. From Saturday afternoon, Saturday and Sunday are my days off. I try not to do anything at all, nothing at all "(woman).

Several other authors have discussed over the past few years the subordination of free time and leisure time to working time. In turn, time without having "nothing" to do (even during free time or leisure) would be equivalent to having time devalued, "dead", "empty".

The post-capitalist society is marked by the paradoxical valorization of the "occupied" and paid time, in one side and the free time and leisure, in the other side. As before, the capitalist logic distills in time its required occupation (including something to do). But if, on the one hand, employment has become, in contemporary societies, the source of sociability and identity construction, on the other hand, free time can be used for stylization of life and social status distinction.

Besides, southern European societies are traversed by a deep absence of paid time, of paid work. And, following the language and the perspective of the capitalism discursive repertoires, marked by the already mentioned abstract meaning of time, these societies also reveal an increasing number of people who stay with the time "not occupied", "nothing to do", because they are "unemployed". They pass through the experience of having plenty of time (not busy) and, in parallel, through the experience being away from the participation in the dominant rhythm, which is largely structured on the basis of the working times.

The excerpt that we present below (extracted from the report that "Time and Technology") demonstrates this experience of "marginality", towards the daily rhythm and routine:

- "For one who has always been used to work, well, during x years and.. Now, being without working, well... psychologically one can stand the initial days.. but, then, everything is evil, one begins to feel we are not useful ... one do no stops feel we are not useful at home (...) one begins to have less patience for things (...) one goes to seek employment one two, three, ten times and we get always the same answer, so one starts to fall into repetition (man , unemployed) .

One of the most paradoxical points of these political and social contexts relates to the strength of the representation of time as something to be occupied and, simultaneously, the increasing decline of employment and work, as well as to the growing value ascribed to proper time, and to the autonomy administering it. In an effort to "occupy" time of those who have plenty of time (unemployed and young), and guided by the principles of industrial time, much of the social policies in these areas is directed by the need to design activities that meet the needs of individuals, institutions and groups.

As regards pensioners, substantial programs are directed to active ageing; demand the need of having a complete fulfillment of their time. The same happens with the planning of the activities at school, that is, as children tend to have their time increasingly occupied with classes and sessions regarded as means of preparation to enter labor market. In the case of the unemployed, there is a structural dislike in regard "do nothing" or "having nothing to do". Although institutions assume that people are unemployed as a result of structural factors, they constantly convey the need to occupy time and eliminate the time of have nothing to do.

The programs and measures adopted tend to introduce activities and chores in time of unemployment, as a way to prevent the empty time as well as dead time, particularly on the part of the unemployed, and those who have experienced the paid work, as well as experience of timetables and framing routines of everyday life. Among other ways to fill the time, institutional actors in Portugal have adopted some measures which include several strategies, as the compulsory participation in training programmers that, far from ensuring the access to specific knowledge and expectations of the unemployed, serve to "fill" their time and ensure formal accounting of that time as "active time" and, sometimes as "paid" time. "Not doing anything" and "having nothing to do" are thus more than simple expressions that translate states of free time or leisure, by which "nothing" would mean precisely something that is "paid".

In modern societies, and respective repertoires of signification and communication, these expressions are marked by institutional and ideological value conferred upon the paid time, weather as a currency which attracts to itself more the evaluation of all the tangible and concrete sump of activities than the less intellectual activities, no tangible

and immaterial. So, having nothing to do or do nothing, serve today to classify states of "leisure" (as opposed to time paid) and, simultaneously, to classify "marginal states", which are seen as important pieces of time to eliminate and control. That is why many pensioners, children, young people and the unemployed go through a deep process of identity reconfiguration, since "doing nothing" (nothing, as opposed to time paid) is not regarded as a legitimate condition.

Indeed, as mentioned in the introduction, in parallel, other studies about the expectations and the creations around the free time of young Brazilians demonstrates well the overlap of these various meanings. These studies indicate that "have nothing to do or "do nothing" are also trademarks of identity as they inscribe their own narratives within a particular culture. At the same time, they correspond to forms of direct interference of organizations upon individual biographies.

In the next point we analyze in more detail the time experience of young people and their narratives of "having nothing to do".

In Brazil, young people have become object of social concern from the late 1990. That would result in the creation of a series of programs and public policies geared to this population in the years 2000. The way young people use their time is one of the main vectors of social concern about this age group. In a paradigmatic manner, the message chosen to announce the federal program For Urban youth in 2008, brings the time uses in its motto: "for anyone who has to win and has no time to lose". And, not incidentally, the soundtrack of the television commercial used in the announce of that program was the theme *to make up for lost time*, by Renato Russo^[1]. The concern with the use of time reaches the families of middle layers, that seek to fill the largest possible number of hours of their children with activities that may contribute for their future performance, but is more present even in the case of the young popular groups, whose spare time isn't just cause for parents concern, but also regarded as a matter of family and social policy intervention (Araújo, 2011). The view that young people have very poor idle time and that's not good neither for them nor for society, imbues the common sense.

Media and reports often shine through interventions geared to this group. Analyzing policies and programmes addressed to youth, in Brazil, by the year 2003, Sposito and Carrano (2003) have concluded that there is a "simultaneity of times in the debate on youth" (p. 4), including "guidelines such as those aimed at the social control of the juvenile time, training of manpower and also those that aspire to lead young people to be actual agents of rights" (p. 4). To occupy the time, combat idleness, channel the

youthful energy for activities such as sports or as "popular culture" is part of the explicit or implicit agenda of a large number of interventions addressed to youth, at the expense law logic. As seen, the social concern about youthful time features variations in terms of class, but it also conveys sexually differentiated representations in societal terms, young are perceived as being susceptible of involvement in crime, especially drug trafficking, but young people tend to be more concerned with other issues, such as sexuality, specifically as regards early maternity. When we talked to the young, the spare time is not necessarily understood as something negative. Conversely, it can be perceived as an opportunity for recreation, sociability, the creation or, why not, to laziness.

As noted by Abramo, "youth is seen as a time of life in which one can enjoy life and try for a better future" (1994, p. 62). In popular media, especially being young often means having a license for the distraction, since adulthood entails deprivations and difficulties. However, the "disengagement" can also be a sign of failure, social exclusion and lack of opportunities for young people and their families – since it is not the same thing when someone has nothing to do when he/she is 15 years old or when he/she is 25 years old, or when he/she is single or he/she has kids, etc. For these and other reasons, the juvenile time, especially in low classes, appears as a crossroads of practices and meanings which reveal social conditions, norms, values and contradictions concerning the experience of youth, often revealing conflicts and power relations.

In the first survey (Franch, 2000; 2002a, 2002b), one of the elements that drew the most attention was the variety of free time practices developed by young people in the places where they inhabit or in its outskirts because of economical reasons, since many of them are students, other are unemployed, and some are even workers who collaborate in the family expenses. In short, they are young people who have not economic capitals to consume goods offered by the leisure industry. However, staying at home, or on the streets of the neighborhood, is not necessarily synonymous of boredom or "dead time". Attention must be given to the fact that most of the activities they mention involve the coexistence with other young people and several relations of sociability. The wheels of conversation outside their home, the music groups, the spontaneous games of football in the street, the visits to relatives and friends, are some of the alternatives used by young people in order to make their daily lives more enjoyable.

Such practices introduce in the domestic and familiar space a place of social gathering, where what counts is the ability for be together. The realization of this kind of activity relies on the existence of networks of sociability territorially based, what indicates the

existence of dense neighborhood networks in the more popular social groups. That is, for young people who have integrated this study, the neighborhood is still a place used by them to recruit friends and boyfriends. The practices, such as the wheel of conversation and the visits to friends contribute to maintain and expand friendship networks and, indirectly, to foster the bond of young with their places of residence.

In terms of representations, the more trivial activities carried out within the neighborhood are often not considered by young people as "Recreation" or "free time". In contrast, they are described to the investigator as being "nothing" – "there's nothing to do in this slum".

Firstly, the repetitive and daily leisure (trivial) is "nothing" because it does not introduce anything new from a relational point of view. As it was said by a girl of 15 years, "it's always the same faces". This comment, very common, reveals the expectation that the free time allows young people to make new friends, far behind those belonging to their home networks. Visits and games on the street are also "nothing" when compared to the extraordinary events, like the parties (understood as festive events carried out by young people themselves, as birthdays) and other visits (show houses, *shopping malls*, and beach). In this second case, it can be noticed that the activities only lose their classifications as nothing if they refer to activities performed within the logic of the market and leisure industry.

In the second survey, developed in 2008, juvenile temporal practices were contextualized according to the family situation of the young - married, single or in the process of formation of their families. Among the single ones, we noticed the existence of very expressive variations in daily time, due to very different relations this group has with the institutions, mainly with the school. We found out two main temporal experiences concerning leisure and free time usages. First, the young people who were studying during some periods of the day and who worked as internships in the other period. These reported experiences of having a very busy time and, sometimes, of fatigue and lack of opportunity to sleep. Their free time, was reduced to the weekends, marked by an intense sociability, and guided by the idea of "take advantage from time". The second group involves young people out of school, out of familiar control, and who tend to use free time exactly against the school and family. They were young people who used to sleep during the day and who used to stay out till the morning, synchronizing their time with other young people in the same rhythmic situation.

Conclusion

We wanted to highlight not only the need to deepen our understanding about the way time may be understood as something to occupy, but also advance, in face of the growing ineffectiveness of the opposition between working time and free time, the need to better comprehend the expression “have nothing to do”. This is not only a way that individuals use to classify themselves before the dominant representation model of time paid, but also as a form of designation of the resistance against the dominant model (do nothing, given the strict time occupation model). We wanted to show that, given the scheme of values presented in modern societies, namely the importance given to consumption, "nothing to do", far from expressing the "absence" of activities, reflects the "sameness" of everyday life and its repetition.

Social temporalities arise, not only as increasingly complex, but also more and more changed, reconfigured by the organizations, by the media, by individuals own representations about what must be their life and which elements they must value. Today, there are shortages of analytical, conceptual and methodological resources that facilitate the understanding of the phenomenon of multiplicity, conflict and time overlap and of meanings within that complexity. But, for the purposes of the answer to questions that we mentioned at the beginning of the text, it is important to emphasize that, globally, the "do nothing" and "having nothing to do," can be debated under two main axes. Firstly, they can arise from cultural changes that occur in societies of hypermodernity, and can be parsed as "interpretative repertoires", understood as "discursive resources that can be used to build versions of events, actions, internal processes, justifications of certain practices, etc. That is, as:

"Sets of terms related to each other and used with a certain grammatical and stylistic coherence, and that usually are organized around one or more central metaphors (Potter & Wheterell, 1987). Taking into account that there is no internal psychological content in individuals who command their behaviors, the interpretative repertoires are tools, which are not located in individuals, but that individuals use as social cultural resources available, for their own ends" (Nogueira, 2001: p. 25).

But, have nothing to do, and "do nothing" can be designed as components of critical discourse about the modes by which scientific management conceive time as the central unit of production (of things, processes) and therefore can set modes of subordination or resistance to these structures of appreciation of the current time. It is relevant to stress the theoretical framework developed by Foucault (2010), referring to the power of discourse and to the role of discipline (undeniably linked to the use of

time) of modern societies (industrial) as a result of the process of internalization of power. In fact, both "have nothing to do," as the "do nothing", represent forms of reproduction of power that are embedded in institutions and that materialized, not only in the set of regulations and interventions concerning times of work, as well as the alignment of priorities and social policy programs.

The ideas presented have been exposed so exploratory, requiring a subsequent work of comparison and analysis. However, they demonstrate the urgent need to continue working on the construction of new conceptual framework more adapted to the complexity and to non-causal observation of social times and its representations , counting enormously with the role of discourses and media.

References

- Adam, Barbara (1990). *Time and social theory*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Araújo, Emília (2011). A Política de Tempos: Elementos para uma Abordagem Sociológica, *Revista Política e Trabalho*, 34, 19-40
- Araújo, Emília (2012). As identidades e a “política dos tempos sociais”. Atas do VII Congresso de Sociologia. Disponível em:
http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1317_ed.pdf
- Araújo, Emília and Duque, Eduardo (orgs.) (2012). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*. Braga. Portugal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade & Centro de Investigação em Ciências Sociais - UM.
- Baudrillard, Jean (2008). *A sociedade de consumo*. Edições 70 (2ª Edição).
- De Masi, Domenico (2000). *Ozio creativo. Conversazione con Maria Serena Palieri*. Milano: BUR Biblioteca Univ. Rizzoli.
- Duque, Eduardo (2012). Contributos para uma crítica da aceleração do tempo. In Araújo, Emília and Duque, Eduardo, *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*. Braga. Portugal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade & Centro de Investigação em Ciências Sociais – UM
- Elias, Norbert (1997). *Du temps*. Lisboa: Difel.
- Foucault, Michel (2010). *A ordem do discurso*. São Paulo : Ed Loyola.
- Franch, Mónica (2000). *Tardes ao léu. Um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE.

- Franch, Monica (2002a). Nada para fazer? Um estudo sobre s no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19, 2,117-134.
- Franch, Monica (2002b). Vai ter festa hoje? Um estudo sobre comemorações de final de semana entre jovens da periferia da cidade de Recife. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social*,1, 7, 102-121.
- Franch, Monica (2004). *Tempos, contratempos e passatempos*. Tese (Doutorado em Antropologia), UFRJ, Rio de Janeiro.
- Grossin, William (1974). *Les temps de la vie quotidienne*. La Haye: Mouton.
- Harvey, David (1989). *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Jahoda, Marie, Lazarsfeld, Paul and Zeisel, Hans (1981). *Les Chômeurs de Marienthal*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Lafargue, Paul (1999/1883). *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec
- Lipovetski, Gilles and Charles, Sébastien (2004). *Os tempos hipermodernos – tempo contra tempo*. São Paulo: Barcarolla.
- Marcuse, Herbert (1955). *Eros and Civilization*. Abacus: London.
- Marx, Karl (1971/1867). *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Naville, Pierre (1969). *Le travail et le temps*. Paris : Anthropos.
- Naville Pierre (1972). *Temps et technique, les structures de la vie de travail*. Genève: Librairie Droz.
- Nogueira, Conceição (2001). Análise de Discurso. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discurso_final1.pdf
- Riesman, David (1971). *A multidão solitária*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Rosa, Harmut and Scheurman, William E. (2009). (eds). *High-Speed Society: Social Acceleration, Power and Modernity*. Philadelphia: Penn State University Press.
- Russell, Bertrand (1997). *Elogio do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- Schouten, Johanna and Araújo, Emília (2012). O tempo livre em família: uma abordagem de género. *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0949_ed.pdf
- Schouten, Johanna, Augusto, Amélia, Araújo, Emília, Sousa, Helena and Simões, Maria João (2012). *Relatório Preliminar do Projeto Tempo e Tecnologia: uma abordagem de género para o contexto português*. Braga: CICS/CECS
- Simmel, George (1978). *The philosophy of money*. London: Routledge & Kegan Paul.

Thompson, Edward Palmer (1963). *The making of the English working class*. London: Victor Gollancz.

Weber, Max (1992). *Economia y Sociedad*. Madrid: Economica.

Zerubavel, Eviatar (1982). The standardization of time: A sociohistorical perspective, *The American Journal of Sociology*, 88, 1-23.

Emília Araújo is Auxiliary Professor in the Sociology Department of the University of Minho and researcher at CECS (Communication and Society Research Centre), University of Minho, Portugal.
era@ics.uminho.pt

Eduardo Duque is Invited Auxiliary Professor in the Faculty of Social Sciences of The Catholic University and and researcher at CECS (Communication and Society Research Centre), University of Minho, Portugal.
eduardoduque@ics.uminho.pt

Mónica Franch is Adjunct Professor in the Social Sciences Department of the Federal University of Paraíba, Brazil.
mfranch2004@yahoo.com.br